



CRISTINA FACHINI

**CARTOGRAFIA DO PATRIMÔNIO NA BACIA DO RIO DAS ALMAS –
SÃO PAULO, BRASIL**

CAMPINAS
2017

CRISTINA FACHINI

**CARTOGRAFIA DO PATRIMÔNIO NA BACIA DO RIO DAS ALMAS –
SÃO PAULO, BRASIL**

**HERITAGE CARTOGRAPHY IN THE HYDROGRAPHIC BASIN OF THE
ALMAS RIVER – SÃO PAULO STATE, BRAZIL**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutora em Ambiente e Sociedade, linha de pesquisa Aspectos Sociais em Sustentabilidade e Conservação, no âmbito do Acordo de Cotutela firmado entre a Unicamp e a Universitat de Girona, Espanha.

Orientador: ALINE VIEIRA DE CARVALHO

Orientador (estrangeiro): LLUIS MUNDET I CERDAN

Co-Orientador: CELIA REGINA TOMIKO FUTEMMA

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DISSERTAÇÃO/TESE DEFENDIDA PELO
ALUNA, CRISTINA FACHINI, E ORIENTADA
PELA PROFA. DRA. ALINE VIEIRA DE CARVALHO

CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Embrapa, 030917/2011-03

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3785-5582>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

F118c Fachini, Cristina, 1980-
Cartografia do Patrimônio na Bacia do Rio das Almas - São Paulo, Brasil /
Cristina Fachini. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientadores: Aline Vieira de Carvalho e Lluís Mundet i Cerdan.

Coorientador: Celia Regina Tomiko Futemma.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

Em cotutela com: Universitat de Girona.

1. Patrimônio. 2. Turismo. 3. Territórios. 4. Teoria Ator-Rede. 5. Cartografia.
6. Desenvolvimento rural. I. Carvalho, Aline Vieira de, 1981-. II. Cerdan, Lluís
Mundet i. III. Futemma, Celia Regina Tomiko, 1965-. IV. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. VI. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Heritage Cartography in the hydrographic basin of the Almas
River, Sao Paulo State, Brazil

Palavras-chave em inglês:

Heritage

Tourism

Territories

Actor Network Theory

Cartography

Rural development

Área de concentração: Aspectos Sociais de Sustentabilidade e Conservação

Titulação: Doutora em Ambiente e Sociedade

Banca examinadora:

Aline Viera de Carvalho

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Lluís Mundet i Cerdan

Benjamin Ortiz Espejel

Esdras Matheus Silva Matias

Data de defesa: 18-09-2017

Programa de Pós-Graduação: Ambiente e Sociedade



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 18 de setembro de 2017, considerou a candidata **Cristina Fachini** aprovada.

Profa. Dra. Aline Vieira de Carvalho

Prof. Dr. Lluís Mundet i Cerdan

Dra. Bernadete Ap. Caproglio de Castro

Dr. Benjamin Ortiz Espejel

Dr. Esdras Matheus Silva Matias

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

À minha querida avó Mitz Hansen Tedesco.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi elaborada a base de afetos. Começo agradecendo a um dos primeiros afetos da minha vida, à minha avó, Mitz Hansen Tedesco. Vó, você que desde pequeninha me incentivou a estudar, a proclamar minha independência como mulher e como ser humano nesse mundo. Você, leitora assídua de jornais, e que por muitos anos, toda semana aparecia com uma nova notícia, sobre algo que me interessava, sobre histórias e achados arqueológicos. Agradeço todos os dias por me incentivar a estudar, e por me fazer internalizar seu mantra predileto “os ladrões podem roubar todos os bens materiais que você tem, mas nunca roubarão seu conhecimento”. Toda minha gratidão vó, a quem dedico essa tese, ela é para você.

Agradeço ao Rio Piracicaba. Desde a minha infância visito esse rio, a começar das belas memórias que tenho junto à minha mãe e ao meu avô João Tedesco e depois, nos anos 1990, quando cruzei a ponte do rio e conheci o engenho, com a Jacqueline Moraes Teixeira. A convivência com o Rio, me trouxe muitas coisas boas. De um afeto a outro, de um rio para outro, aqui cai, no Rio das Almas, em busca de seus afetos.

Também agradeço ao meu tio Lelis, que, como piloto, literalmente me deu asas para voar, e assim, turisteando pelo mundo, me interessei em estudar sobre o assunto. Seu abraço carinhoso e acolhedor todas as vezes que nos encontramos, seus ouvidos atentos e palavras empolgadas a tudo que eu tenho para contar sempre me fazem muito, muito bem.

Existiu um longo percurso por trás do início desse doutorado. Foram oito anos trilhando uma trajetória profissional dentro da APTA, convivendo com muitos pesquisadores, desde o Polo Sudoeste Paulista, por onde comecei, e daí para a APTA Regional Campinas, DGE, ITAL, APTA Regional Campinas novamente e regresso ao Polo Sudoeste Paulista. Todo esse giro foi necessário para o meu amadurecimento profissional e pessoal. Passei por várias mudanças para finalmente conseguir sintonizar minha profissão ao meu coração. Sou grata todos os dias por essa escolha. Por ter me tornado mais humana, mais sincera, mais genuína.

Dentro da APTA, quero agradecer imensamente todo o apoio institucional que tive para realizar essa tese. Esse apoio esteve ligado aos pesquisadores e gestores com os quais trabalhei diretamente na Secretaria da Agricultura, e que acompanharam todo meu processo de afastamento para poder me dedicar 3 anos da minha vida inteiramente a esse doutorado. Entre todos eles, gostaria de agradecer nominalmente a Alceu Veiga, Vera Lúcia Nishijima Paes de Barros e à equipe de funcionários do Polo Regional Sudoeste Paulista, Tunico, Mario Vieira,

Erika Boaro, Silvio Tavares. Agradeço também à EMBRAPA por acreditar e financiar esse projeto por meio do programa de auxílio doutoral, e especialmente a Neuza Avelino que sempre me atendeu tão carinhosamente no DGP.

Também agradeço ao Vanni. Conviver com você em 2011 moveu em mim a força para dar o passo decisivo para alterar minha trajetória e fazer eu sentir o GPS do universo recalculando minha rota. Grazie Mille italianinho!

Nesse processo ainda sou grata ao Funari por ter respondido ao meu interesse em realizar o doutorado no NEPAM e por ter me apresentado à Aline. Sua receptividade e abertura me proporcionaram a primeira boa experiência da interdisciplinariedade. Agradeço a Aline Vieira de Carvalho, quem acolheu meu interesse pelo doutorado no NEPAM e me orientou todos esses anos, mesmo antes de ser aceita como aluna no programa, me ajudando a compor essa tese em meio meu caos criativo. Agradeço pelo apoio e incentivo na parceria dentro das redes de pesquisa no LAP, LIPAC, Trama 3 e no projeto de pesquisa “A construção dos Patrimônios da Humanidade em Unidades de Conservação do Estado de São Paulo: memórias ambientais, comunidades e discursos autorizados do patrimônio”, financiado pela FAPESP (2013/22316-0).

Em Girona agradeço ao Mundet que tanto me apoiou e me incentivou desde 2012. Seus conselhos de vida, risadas e atenção com toda a papelada burocrática para firmar a cotutela com a UdG, deram sempre um toque mais leve e divertido à tese.

Agradeço aos dois orientadores porque eu, Aline e Mundet passamos, com nossos respectivos parceiros, pela primeira experiência de maternidade e paternidade nesse período, o que nos fez criar laços ainda mais afetivos.

Essa tese também recebeu colaborações importantes de vários acadêmicos que se dispuseram a conversar, opinar e compartilhar conhecimentos. Agradeço especialmente a Neil Silberman Universidade de Amherst Massachusetts por ter colaborado no delineamento inicial do projeto de pesquisa em 2012, oferecendo aportes teóricos importantes à tese. Agradeço a Andrés Zarankin da UFMG, Marko Monteiro DPCT/UNICAMP e Roberto Donato Jr FCA/UNICAMP pelas sugestões e aportes às abordagens simétricas a teoria do ator-rede. À María-José Prados, Richard Pfeilstetter Universidad de Sevilla e Amália Vahí da Universidade de Pablo de Olavide, pelas contribuições sobre território e patrimônio. Também aos pesquisadores associados à Red Trama 3, Camila Gianotti e equipe do Uruguai por compartilhar informações sobre o projeto em

Laguna de La Rocha e ao arqueólogo Carlos Alberto Leyva Arroyo pelas informações sobre a Zona de Caral no Perú e sua relação com comunidade rural do entorno.

Também agradeço aqueles professores que participaram da leitura atenta a essa tese, durante a qualificação, pré-banca e banca de doutorado, que ainda não foram citados aqui: Celia Futemma (também minha co-orientadora pelo NEPAM), Benjamin Ortíz Espejel, Bernadete Caprigliolo, Jansle Rocha e Esdras Magadan.

Nesse percurso, a melhor interdisciplinaridade que o NEPAM me proporcionou foi o ambiente de reuniões entre pesquisadores e alunos de diversas áreas do conhecimento estimulando com que cada um conhecesse e opinasse sobre o trabalho do outro. Agradeço a cada colega que se interessou, se envolveu e participou de alguma forma desse trabalho, entre eles gostaria de mencionar Rafael Abreu Souza, Rafael Ummus, Elza Savaget, José Eduardo Viglio, Patrícia Mariuzzo, Mayara Martins, Luciana Cristina de Souza, Dani Lins, Tiago Duque Estrada. Também agradeço a todo apoio recebido pelos funcionários do NEPAM: Waldinei, Fátima, Neuza, Débora e Diego Riquelme do Laboratório Terra Mãe.

Aos amigos, novos e aos de longa data, que adocicaram essa caminhada (parafraseando meu amigo Humberto): Jacqueline Moraes Teixeira, Ciro Javier, Carlos Iván Castro, Milena Ventrichi, Marcela Firens, Daniela Christovan, Alessandra Junqueira, Fabiola Peron, Silvana Hion, Daniela Santana, Miqueias Calvi, Humberto Meza, Kika Braga, Luciana Noronha, Juan Cano Sanchis, Lis, Piri. Em especial gostaria de agradecer à Arelys Sotillo quem se tornou uma amiga do coração, uma irmã cubana e à Patrícia Mariuzzo, que com seu jeito carinhoso, conseguia sempre trazer uma leveza às pressões dessa fase.

Ainda agradeço a outros participantes da tese, que colaboraram de diversas formas esse trabalho: Rebeca Fachini, Camila Islas, Renata Dell'Arriva, Jairo Elieser, Natalia Carmago, Maria Karla e Paulo Henrique,

Aos queridos moradores de Ribeirão Grande e Capão Bonito, que me acolheram no entremear desse percurso pelo Rio das Almas: Lila, Bia e Rubens nos primórdios da pesquisa (2011-2012), Lina, Zé Clarindo, Denis, Clayton, Fátima e Dona Nega, (2013-2014), Edil, Tiago e Sergio do Intervalles (2015-2017), e à Kika Braga e ao Tank, pela recepção calorosa, risadas, aconchego, conselhos, compartilhar de informações científicas e maternas. Também agradeço a Sonia Araújo. Você tem possibilitado fazer a ponte para que essa tese saia do papel e gere frutos no território, minha gratidão a você que se tornou uma amiga querida.

Agradeço a minha mãe por todas as vezes que me receber com um abraço carinhoso e um sorriso espontâneo quanto te vejo, e por saber que você sempre está aí, seja lá a circunstância mais difícil que esteja passando, para me abrigar no seu ninho, onde posso me aconchegar.

Também gostaria de agradecer ao Nica, meu companheiro. Nos conhecemos no começo do doutorado e algo que parecia pouco provável foi inevitável ao coração. Essa força de atração não deixou a gente se desgrudar até que ela se materializou na Sofie. Poderia agradecer por todas as tarefas da nossa vida cotidiana compartilhada, mas agradeço a sua presença. Ela é um presente, todos os dias.

E como não dedicar um espaço de agradecimento a essa coisinha inesperada, que virou minha vida de ponta cabeça no meio do doutorado? Ao meu novo afeto, e talvez o mais intenso de todos, à Sofie Schutze Tedesco minha filha querida.

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo descrever a composição patrimônio no território da Bacia do Rio das Almas, município de Ribeirão Grande-SP e suas relações com o turismo. Essa composição se baseou na teoria do ator-rede (ANT), ao considerar o patrimônio como um ator híbrido, cuja agência no território se manifesta agregando seres humanos e não humanos, natureza e cultura, oficialidade e não oficialidade, materialidade e imaterialidade. Com base em informações levantadas em documentos, questionários e entrevistas, realizou-se uma cartografia do patrimônio que possibilitou propor a formação de um mosaico de natureza-cultura dividido em três porções distintas da Bacia do Rio das Almas: porção norte, central e sul. Tal mosaico sugere relações específicas entre atores humanos e não humanos e o território, influenciadas pela agência de legislações, normativas, materialidades e conhecimentos locais que se estabelecem de dentro e de fora do território. De Sul a Norte do território ocorre uma correlação inversa entre a concentração populacional, o turismo e o patrimônio: enquanto na porção sul se concentra a atividade turística associada ao patrimônio natural, ali vive apenas 5% da população local. Na zona central concentram-se os sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN, as cavernas e o patrimônio cultural não- oficial associado à capela da Cruz do Negro. Nessa área vive cerca de 15% da população local. Na porção norte se concentra cerca de 80% da população, e ainda quase a totalidade das referências culturais locais, o patrimônio não oficial e imaterial. Já a atividade turística nessa área é muito menor. O turismo quando associado ao discurso oficial do patrimônio, reforça a separação entre o patrimônio oficial e a população local, evidenciando na Bacia do Almas elementos materiais *per se*, no caso em questão, principalmente a Mata Atlântica e os sítios arqueológicos, eleitos com base em valores de fora do território. Por outro lado, o turismo associado a iniciativas da população local, é motivado pela relação que os habitantes possuem com o território. O roteiro turístico associado a Capela da Cruz do Negro, evidencia a transformação da paisagem local causada pela ação da mineração e seus impactos na vida de habitantes locais. Percebe-se, portanto, que as ações de valorização do patrimônio e do turismo promovidas pela população local favoreceram de forma mais fluida as interações entre natureza e cultura, oficialidade e não oficialidade, materialidade e imaterialidade. Já a falta de participação social na elaboração de políticas locais envolvendo questões patrimoniais, sejam ambientais, culturais e turísticas favoreceram as dicotomias estabelecidas por discursos autorizados. Propõe-se a abordagem do patrimônio no território, onde os elementos do patrimônio estejam integrados ao ambiente em que estão inseridos e aos valores atribuídos pelos atores locais, possibilitando um entendimento conjunto e participativo do patrimônio e do turismo.

Palavras chave: Patrimônio, Turismo, Território, Teoria Ator-Rede, Cartografia.

ABSTRACT

This research had the objective of describing the composition of heritage sites within the territory that comprises the *Rio das Almas* hydric basin, located in the municipality of *Ribeirão Grande* in São Paulo, Brazil and its relationship with tourism. This description had as its base the actor-network theory, amplifying the concept and analysis of heritage as a hybrid actor, adding modern dichotomies to the term such as: nature and culture, official and non-official heritage, material and immaterial, human beings and non-human beings, etc. It was through this description that heritage cartography was made for the basin, adding to those official heritage elements recognized by the heritage institutions of various public spheres (CONDEPHAAT, IPHAN and UNESCO), the elements considered by the local population of their heritage. Using and analyzing these maps, it was possible to distinguish the creation of three mosaics of nature-culture in three different zones through the territory in question: the northern, central and southern zones. Moreover, through using the ANT, this study was able to identify and describe those networks formed surrounding those elements associated with heritage and tourism. The southern zone is where one can find those natural heritage sites recognized by the CONDEPHAAT and UNESCO, while the central zone contains archeological sites considered official heritage by IPHAN and the “*Cruz do Negro*” Chapel. Lastly, the northern zone is where there is a concentration of cultural, both material and immaterial references of non-official heritage within the “*Rio das Almas*” basin. Tourism, when associated to the official heritage speech, collaborates in reinforcing that same speech by presenting mainly the “*Mata Atlântica*” biosphere in the southern zone and the “*encanados*” river channels in the central zone of the municipality. Both zones have a low population concentration and where there are a lower number of cultural local references. In the case of tourism associated to local initiatives, these were configured as a defense mechanism to the presence of the mining industry within the basin, exposing the transformation of the local landscape through the use of guided tourist routes. However, it was possible to identify that the interaction between cultural and heritage sites can be augmented and the differences sanded away through democratic actions coming from grass-roots movements in detriment of dichotomist positions of administrators and representatives of official heritage institutes. The lack of social participation in the construction of local public politics whether they be environmental, agricultural, tourism or heritage politics, is being healed through the use of technologies associated with tourism. These technologies are allowing local actors agency to associated with already official heritage destinations like the PEI national park and other local cultural references such as the “*Casa Grande*” Manor. In other words, an association of cultural and natural heritage sites undermine the dichotomies established by the authorized heritage speech.

Keywords: Heritage, Tourism, Territory, Actor Network Theory, Cartography.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo describir la composición del patrimônio en el territorio de la cuenca hidrográfica de *Rio das Almas*, localizada en el municipio de *Ribeirão Grande*, estado de *São Paulo*, Brasil y su relación con el turismo. Esta composición se basó en la teoría de actor-red (ANT), que considera el patrimônio como un actor híbrido, cuya agencia en el territorio se manifiesta conectando seres humanos e no humanos, naturaleza y cultura, oficialidad e no oficialidad,

Con informaciones levantadas a partir de documentos, encuestas e entrevistas, se realizó una cartografía del patrimônio que permitió proponer la formación de un mosaico de naturaleza-cultura dividido en tres partes diferentes de la cuenca de *Río das Almas*: parte norte, central y sur. Este mosaico sugiere relaciones específicas de actores humanos y no humanos y el territorio, que están influenciadas por legislaciones, normas, materialidad y conocimientos locales. De Sur a Norte existe una correlación inversa entre la concentración poblacional, el turismo y el patrimônio: en la parte sur, donde solo vive el 5% de la población local, se concentra la actividad turística asociada al patrimônio natural. En la zona central, donde vive cerca del 15% de la población local, se concentran los sitios arqueológicos registrados en el IPHAN, las cuevas y el patrimônio cultural no oficial asociado a la capilla de la *Cruz do Negro*. En la parte norte se concentra cerca del 80 % de la población local y casi todas las referencias culturales locales, el patrimônio no oficial e inmaterial, siendo que la actividad turística en esa área es bien menor. El turismo asociado al discurso oficial del patrimônio refuerza la separación entre el patrimônio oficial y la población local, evidenciando en la cuenca de *Río das Almas* elementos inmateriales *per se*, principalmente la *Mata Atlântica* y los sitios arqueológicos elegidos según valores que provienen de fuera del territorio. Por otro lado, el turismo asociado a iniciativas de la población local es motivado por la relación que los habitantes poseen con el territorio. La ruta turística asociada a la capilla de la *Cruz do Negro* evidencia la transformación del paisaje local causada por la acción de la mineración y sus impactos en la vida de los habitantes locales. Por tanto, se percibe que las acciones de valorización del patrimônio e del turismo promovidas por la población local favorecieron de forma más fluida las interacciones entre la naturaleza y la cultura, la oficialidad y la no oficialidad, la materialidad y la inmaterialidad. Por su parte, la falta de participación social en la elaboración de políticas locales relacionadas con el patrimônio, tanto ambiental como cultural y turístico favorecieron las dicotomías establecidas por los discursos autorizados. Se propone un abordaje del patrimônio en el territorio, donde los elementos del patrimônio están integrados al ambiente en que están insertados y a los valores atribuidos por los actores locales, posibilitando un entendimiento conjunto y participativo entre el patrimônio y el turismo.

Palabras claves: Patrimônio, Turismo, Territorio, teoría Actor-red, Cartografía, Río das Almas (SP)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Área de Abrangência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema.	36
Figura 2 Cartografia do patrimônio na Bacia do Rio das Almas	89
Figura 3 Cartografia do patrimônio na Bacia do Rio das Almas (Imagem de satélite).....	90
Figura 4 Cartografia do patrimônio oficial na Bacia do Rio das Almas	91
Figura 5 Cartografia do patrimônio não oficial na Bacia do Rio das Almas	92
Figura 6. Área de tombamento da Serra do Mar pelo CONDEPHAAT – São Paulo, 1985.	102
Figura 7 Zoneamento arqueológico preliminar do Parque Estadual Intervales.....	110
Figura 8 Zona Histórico Cultural proposta para a Estação Ecológica de Xitué.....	112
Figura 9 Proposta de Trilha dos Encanados no Parque Estadual Intervales.....	114
Figura 10 Evolução no número total anual de visitantes no PEI (2008-2013).....	121
Figura 11 Participação de turistas nas atividades de uso público em 2016.....	122
Figura 12 Participação percentual de diferentes perfis de visitantes do Parque Estadual Intervales em 2013.....	123
Figura 13 Cartografia do patrimônio da Bacia do Rio das Almas - Sítios Arqueológicos.....	133
Figura 14 Cartografia do patrimônio da Bacia do Rio das Almas - Encanados.....	134
Figura 15 Foto representativa dos encanados (não catalogado).....	136
Figura 16 Placa de identificação de atrativos turísticos no município de Ribeirão Grande – Encanados. Crédito: Cristina Fachini, 2014.	142
Figura 17: Turismo nos Encanados do Rio das Almas, Ribeirão Grande – SP.....	143
Figura 18 Celebração religiosa na Capela da Cruz do Negro em 1994.....	153
Figura 19 Reportagem do Jornal O Expresso sobre a Cruz do Negro em 2010.....	156
Figura 20 Roteiros da Cruz do Negro	162
Figura 21 Placa indicativa do Roteiro Turístico da Cruz do Negro (ponto do roteiro n.1 no mapa Fig.20)	163
Figura 22 Bica de água do roteiro da Cruz do Negro (ponto do roteiro n2. no mapa Fig.20)...	163
Figura 23 Vista para a Fábrica de Cimento do grupo Votorantim Cimentos (ponto de interesse n1. no mapa Fig.20)	164
Figura 24 Monjolo e torra de farinha no Bairro da Cachoeira (jul. 2013) Roteiro da Cruz do Negro (ponto do roteiro n3. no mapa Fig.20)	164
Figura 25 Estancia Andrade, propriedade de MV (jul.2013), Roteiro da Cruz do Negro (ponto do roteiro n4. no mapa Fig.20).....	165
Figura 26 Antigo Bairro do Barro Branco, atual depósito de estéril (jul.2013).....	165
Figura 27 Atual capela da Cruz do Negro, área em construção (nov.2016), Roteiro da Cruz do Negro (ponto do roteiro n5. no mapa Fig.20)	166

Figura 28 Área onde se localizava a capela da Cruz do Negro (jul.2013), Roteiro da Cruz do Negro (ponto do roteiro nº6. no mapa Fig.20)	166
Figura 29 Gruta do Charol ou da Naia (jul.2013), Roteiro da Cruz do Negro (ponto do roteiro nº7. no mapa Fig. 20)	167
Figura 30 Recorte de relevo da Serra de Paranapiacaba e localização da Casa Grande e outras referências locais.....	174
Figura 31 Linha do tempo da Casa Grande.....	180
Figura 32 Foto da reunião da família Ferreira assando um Rojão em braseiro no chão (1969).182	
Figura 33 Propaganda comercial da marca “Rojão o sabor é um estouro”.	183
Figura 34 Cartografia do patrimônio da Bacia do Rio das Almas - Religiosidade	189
Figura 35 Cartografia do patrimônio da Bacia do Rio das Almas - Religiosidade (Imagem de Satélite)	190
Figura 36 Placa turística com indicações para o PEI e Casa Grande, Ribeirão Grande (2014) 192	

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 Distribuição do patrimônio no território da Bacia do Rio das Almas segundo classificações (2013-2016).....	86
Tabela 2 População de Ribeirão Grande dividida por Zonas do Território (2017).....	87
Quadro 1 Entrevistas	69
Quadro 2 Cavalgadas realizadas anualmente em Ribeirão Grande - SP	188

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

ANT – Actor Network Theory (Teoria do ator-rede)

APA – Área de Proteção Permanente

APTA – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios

BANESPA – Banco do Estado de São Paulo

BANESTADO – Banco do Estado do Paraná

CBE – Companhia Brasileira de Equipamento

CBH-ALPA – Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema

CCRG – Companhia Cimento Ribeirão Grande

CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo

CONDERSUL – Consórcio de Prefeituras do Sudoeste Paulista

CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente

CPISP – Comissão Pró Índio de São Paulo

DAP – Discurso Autorizado do Patrimônio

ECA/USP – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

ECOAR – Organização não Governamental Florestal

EE – Estação Ecológica

EIA/RIMA – Estudo/Relatório de Impacto Ambiental

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

ETEC – Escola Técnica do Centro Paula Souza

FF – Fundação Florestal

GPS – Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM – International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus)

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)

IMO - International Museums Office (Escritório Internacional de Museus)

IDEAS – Instituto de Desenvolvimento Ambiental Sustentável

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IGG – Instituto Geológico

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IUCN – International Council of Museums (União Internacional para a Conservação da Natureza)

MaB – The Man and the Biosphere

MAE/USP – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

MINON – Movimento Internacional para uma Nova Museologia

NEPAM/UNICAMP – Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas

OSM – OpenStreetMap

PECB – Parque Estadual Carlos Botelho

PEI – Parque Estadual Intervales

PENAP – Parque Estadual Nascentes do Paranapanema

PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

RGM – Ribeirão Grande em Mapas

SBE – Sociedade Brasileira de Espeleologia

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de conservação

UCL – University College of London

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	20
1.1 PERCURSOS INSTITUCIONAIS	20
1.2 PERCURSOS TEÓRICOS	26
2. INTRODUÇÃO	30
2.1 PATRIMÔNIO E TURISMO NO CONTEXTO DO SUDOESTE PAULISTA	30
2.2 A BACIA DO RIO DAS ALMAS E O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO GRANDE	34
2.3 OBJETIVOS	39
3. O DISCURSO, A REDE E A PRÁTICA: ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	40
3.1 O DISCURSO AUTORIZADO DO PATRIMÔNIO E O PATRIMÔNIO COMO ATOR-REDE	41
3.2 ECOS DA UNESCO SOBRE TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO.....	47
3.3 TURISMO, PATRIMÔNIO E TERRITÓRIO.....	53
3.4 AS DISTINTAS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE PATRIMÔNIO, TERRITÓRIO E TURISMO	54
3.4.1 <i>O patrimônio territorial</i>	55
3.4.2 <i>O território patrimonial</i>	58
3.4.3 <i>A cartografia patrimonial</i>	59
3.5 DEFINIÇÃO DE PATRIMÔNIO ADOTADA.....	62
3.6 PERCURSOS METODOLÓGICOS PARA A COMPREENSÃO DO PATRIMÔNIO NO TERRITÓRIO	62
4. A DIVERSIDADE DE OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO E SUA COMPOSIÇÃO ATUAL NA BACIA DO RIO DAS ALMAS.....	74
4.1 A COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO NO TERRITÓRIO	75
4.2 O PATRIMÔNIO NO CONTEXTO HISTÓRICO DA BACIA DO RIO DAS ALMAS.....	79
4.3 A DIVERSIDADE DE INTERAÇÕES SÓCIO ECOLÓGICAS SOBRE O TERRITÓRIO	86
5. O PATRIMÔNIO NATURAL NA ZONA SUL DA BACIA DO RIO DAS ALMAS	95
5.1 A CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PRESENTES NA BACIA DO RIO DAS ALMAS	96
5.2 ECOS DA UNESCO SOBRE O PATRIMÔNIO NATURAL NA BACIA DO ALMAS	104
5.3 O ZONEAMENTO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA BACIA DO RIO DAS ALMAS	107
5.3.1 <i>A Zona Arqueológica no PEI e EE Xitué</i>	109

5.3.1 A Zona Histórico-Cultural do PEI.....	115
5.3.3 A Zona de Amortecimento do PEI.....	116
5.3.5 A Zona de Uso Público do PEI e sua relação com o Turismo..	120
5.4 OBSERVAÇÕES FINAIS	128
6. O PATRIMÔNIO NO SERTÃO DO ALMAS: A ZONA CENTRAL DE RIBEIRÃO GRANDE.....	131
6.1 PATRIMÔNIO E DISCURSOS OFICIAIS NA ZONA CENTRAL DE RIBEIRÃO GRANDE.....	132
6.2 Os SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PRÉ-COLONIAIS	137
6.3 Os SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS HISTÓRICOS	140
6.4 O HORIZONTE DE OCUPAÇÃO CONTEMPORÂNEO: A CRUZ DO NEGRO.....	145
6.4.1 As intervenções da Mineração nos Bairros do Ouro Fino e do Barro Branco	147
6.4.2 O processo de patrimonialização da Cruz do Negro.....	153
6.4.3 O roteiro Turístico da Cruz do Negro.....	158
6.4.3 Ressonâncias com atores da Zona Central da Bacia do Rio das Almas	167
6.5 OBSERVAÇÕES FINAIS	171
7. O PATRIMÔNIO NA PORÇÃO NORTE DA BACIA DO RIO DAS ALMAS	174
7.1 O TURISMO NA PORÇÃO NORTE DA BACIA DO RIO DAS ALMAS	187
7.2 OBSERVAÇÕES FINAIS.....	193
8. CONCLUSÕES.....	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199
ANEXOS	218

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Percursos institucionais

No ano de 2005, após ter concluído o mestrado em Economia Aplicada na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), me tornei Pesquisadora Científica em Economia do Desenvolvimento Regional do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento (DDD) da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA). São muitos níveis hierárquicos até chegar a Capão Bonito, a cidade sede do Polo Regional de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios do Sudoeste Paulista, onde fui lotada.

Os tantos níveis hierárquicos dessa instituição marcam uma trajetória institucional de várias mudanças e controvérsias. Essa trajetória poderia ser descrita desde a criação do centenário Instituto Agrônomo em Campinas, fundado em 1887 por Dom Pedro II, mas o foco aqui são as transformações que derivaram do processo político consagrado pela Constituição de 1988 e que contribuíram para maior participação, autonomia e importância na formulação de políticas públicas nos níveis estadual e municipal.

Até a década de 1970 as pesquisas conduzidas no Brasil pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agrícola – OEPA's, e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA seguiam um paradigma produtivista marcado pelo distanciamento dos centros de pesquisa do setor produtivo (CARVALHO, 1996).

Apesar dessas instituições de pesquisa possuírem campos experimentais espalhados pela maioria dos estados brasileiros, geralmente a atividade de pesquisa permanecia centralizada nas sedes, o que resultava em baixa interação com a região onde estavam localizadas.

A avaliação realizada pelos pesquisadores Rui Henrique Pereira Leite de Albuquerque e Sérgio Salles-Filho entre os anos de 1997 e 1998, apontou que a descentralização da pesquisa seria de fundamental importância para a modernização dessas instituições, dado que ampliaria substantivamente as interfaces com o setor produtivo (produtores rurais e agroindústrias), trazendo recursos, orientando a oferta de tecnologia e aumentando a legitimidade social (ALBUQUERQUE; SALLES-FILHO, 1998).

Concomitante a esse estudo, em 1998 a Coordenadoria de Pesquisa Agropecuária (CPA) do Estado de São Paulo realizou um planejamento estratégico que apontou para a necessidade de

“...dar à pesquisa agropecuária do Estado um novo arcabouço organizacional, através do equilíbrio entre ações centralizadas na Coordenadoria e as descentralizadas nos Institutos” (GONÇALVES, 2002, p.31).

O resultado desse processo aconteceu nos anos 2000 com a centralização da gestão dos institutos de pesquisa da pasta da SAA na Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e na reestruturação das antigas estações experimentais, em um sétimo departamento chamado de Departamento de Descentralização do Desenvolvimento (DDD), mais conhecido como APTA Regional, que passou a coordenar quinze Polos Regionais de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios ao redor do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2002).

Logo após o DDD ser criado, uma nova leva de pesquisadores ingressaram via concurso público para comporem equipes multidisciplinares de pesquisadores nos Polos com a missão de atender às demandas regionais de pesquisa.

Essa reconfiguração dos institutos da SAA foi considerada por Carolina Thais Rio (2009) uma inovação institucional na estrutura de pesquisa agrícola paulista, pois, além de outros motivos, alterou a forma de organização da pesquisa ao descentralizar a geração do conhecimento (regionalizando a pesquisa por meio dos Polos) (RIO, 2009, p. XVII).

Para José Sidney Gonçalves, a pesquisa regional representa um potencial para gerar soluções inovadoras, particulares à cada localidade, pois a pesquisa é gerada no território a partir da complexa rede de interação entre os inúmeros atores locais que constroem coletivamente o conhecimento (CARVALHO, 1996; LUNDVALL, 1988) onde a figura do pesquisador representa apenas mais um ator nesse processo (POSSAS; SALLES-FILHO; SILVEIRA, 1994). A compreensão de Gonçalves, sobre o papel do DDD nas dinâmicas da inovação partem do pressuposto de que é necessário:

“reconhecer a diversidade e o caráter local dos processos de aprendizado e, portanto, da dimensão local da inovação. A inovação requer uma ação coletiva, que envolve aprendizado. É um fenômeno cumulativo e essencialmente dinâmico, que tem no conhecimento da realidade local seu principal insumo” (GONÇALVES, 2003, p 117).

Essa realidade local, segundo Milton Santos (1991, 2006), é fruto de um adensamento de camadas culturais e sociais, de momentos distintos de ocupação do território, que permitem conviver ou coexistir com noções de cultura e sociedade e de temporalidade distintas. Dessa forma, em um território se manifestam diferentes tipos de saberes, cuja reflexão epistemológica deve passar por um entendimento da diversidade de conhecimento como algo positivo e simétrico, segundo o sociólogo João Arriscado Nunes (2008).

Tal reflexão oferece um desafio às instituições de pesquisa regional, para que estabeleçam conexões entre conhecimentos e saberes locais, na relação com novas tecnologias geradas. Partido desses ideais, minha atuação nos primeiros anos como pesquisadora no Polo Sudoeste Paulista, entre 2005 a 2007, foi marcada pelo meu envolvimento em duas questões-chaves: a participação no Conselho do Parque Estadual Intervales e a direção do Núcleo de Informação e Transferência do Conhecimento (NITC) na APTA.

Como diretora de Transferência do Conhecimento foi possível compreender mais a fundo as formas de interação entre instituições de pesquisa e produtores rurais, e os tantos desafios postos à pesquisa regional. Enquanto encarava desafios institucionais, referentes à necessidade de mudanças nas posturas para um modelo mais interativo de inovação, e na necessidade de agilidade e adaptação às demandas regionais de pesquisa (KLINE; ROSEMBERG, 1986), também via na representação da Conselho no PEI como “Instituição pública de pesquisa/extensão rural e desenvolvimento sustentável” novas demandas de pesquisa chegando, referente às necessidades de adaptação das populações rurais à legislações impostas ao zoneamento que estava sendo delineado durante a construção do Plano de Manejo do PEI (BRASIL, 2000a).

Os zoneamentos propostos no PEI separam as Zonas Arqueológica, Histórico-Cultural, de Amortecimento, e de Uso Público, cada uma delas com determinações específicas sobre a presença humana nessas áreas. Tal separação impôs condições para uso e manejo de solos em áreas naturais e rurais cujas exigências abrigam alterações nos modos de vida existentes ali.

Como forma de valorizar populações rurais que viviam próximas a áreas protegidas, dentro do próprio âmbito da legislação ambiental, e de recomendações internacionais quanto ao manejo de tais áreas, foram criados parâmetros para realização de estudos e levantamentos de populações ditas tradicionais e do patrimônio cultural em unidades de conservação.

Entretanto para que serviria efetivamente os resultados de tais levantamentos? Valorizar, reorganizar, reutilizar esses conhecimentos? Ou purificá-los por meio do conceito de patrimônio, mantidos como parte da memória, de um tempo pretérito? Ou ainda, repensar o conceito do patrimônio, no presente, envolto em suas apropriações e afetos?

Como efeito, a legislação brasileira acabou por primar, selecionar e valorizar conhecimentos e elementos específicos do patrimônio dentro de tais áreas. A começar da separação entre o patrimônio natural e cultural; em seguida, na distinção entre populações tradicionais e os moradores da zona do entorno dos parques que não ocupam nenhuma das

classificações possíveis; também quanto a separação entre a valorização de populações antepassadas que habitaram a região deixando vestígios de material arqueológico considerados como patrimônio cultural, em detrimento da cultura material atual, seus usos, suas técnicas, e suas apropriações, e por último, da separação entre os vestígios da cultura material, em relação ao próprio conhecimento tradicional ou ao patrimônio imaterial, que a população local vivencia nos seus modos de vida (FUTEMMA et al., 2017).

Aos poucos esses zoneamentos foram delineando uma cartografia do patrimônio na Bacia do Almas, cuja relação entre habitantes e território passou a se acrescentar normativas, legislações e interesses que se manifestaram e ainda se manifestam de forma complexa e fluida nesse ambiente.

Durante a elaboração dos planos de manejo do Parque Estadual Intervalles e Estação Ecológica de Xitué, vários relatórios foram gerados, referentes aos conhecimentos da população da zona rural com seu meio, dentro do âmbito dos levantamentos sobre o patrimônio cultural local.

Tais pesquisas foram elaboradas por arqueólogos, que apesar de haverem realizado um levantamento com as habitantes das zonas de amortecimento dos parques, identificando seus conhecimentos, tradições e formas de adaptação ao meio, primaram por oficializar discursos e conhecimentos de ocupações antepassadas, cujos materiais se encontravam no solo e no ambiente de moradores rurais que convivem com materiais líticos e cerâmicos em suas propriedades, estabelecendo relações cotidianas e compartilhadas como os mesmos (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008).

Não somente isso, mas a gestão do material arqueológico resgatado não havia sido pensada no âmbito do território (CALDARELLI, 2010, 2012), e na ligação que os habitantes do território estabeleciam com o material encontrado, as pontes criadas entre os vários momentos de ocupação de um mesmo território cujas camadas foram adensando significados, representações, apropriações, concepções, e adaptações ao meio em que vivem atualmente (MENESES, 1984; SANTOS, 2006). A grande maioria das informações geradas sobre o assunto foi mantida em relatórios. Mais uma vez a população local se manteve como espectador passivo de informações e análises (CRIADO-BOADO; BARREIRO, 2013).

Arqueólogos levantavam informações em campo, realizavam pesquisas e análises sobre materiais coletados, compilavam tais informações em extensos relatórios, depositavam o material encontrado em lugares completamente ausentes de ligação com o território, e cumpriam um papel social quando devolviam à sociedade as informações recolhidas, ou a

narrativa das conclusões elaboradas a partir da pesquisa realizada, por meio de uma arqueologia pública (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006).

Quanto ao turismo, por várias vezes o tema do turismo apareceu como um potencial gerador de renda para a região, amparado por incentivos e políticas estaduais ou federais, e focado no patrimônio natural brindado com o selo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹. Por esse lado o turismo também não se apresentava como uma característica ou política participativa local pois as escolhas indenitárias do território para o turismo eram definidas fora do território e o território era meramente uma mancha administrativa, e homogênea e verde (IBGE, 2009). Mais uma vez especialistas, legitimados por esferas e instituições de poder definiam estratégias locais desassociados da população.

Tais escolhas separaram de forma prática e discursiva “natureza-sociedade”, “erro-verdade” e “tradição-modernidade”, tanto no âmbito das disciplinas acadêmicas, quanto na formulação e execução de políticas públicas (LATOUR, 2013; SANTOS, 1988, 1989). Tal tipo de separação moderna imprimiu direitos e deveres sobre a materialidade e imaterialidade patrimonializada, distinguindo o patrimônio oficial do oficioso. Esse recorte é descrito teoricamente pelo discurso autorizado do patrimônio (DAP) (WATERTON; SMITH; CAMPBELL, 2006).

Entretanto, seria mesmo possível separar o patrimônio em um território complexo, em que humanos caminham pelo território carregando suas próprias percepções desse ambiente, independente de zoneamentos propostos? Ou ainda, em que o patrimônio reconhecido como oficial e não oficial agrega outros sentidos e valores para cada habitante local?

Como acompanhar o desenrolar das diferentes interações a partir do patrimônio, imerso em um ambiente em constantes mudanças, fruto da interação com uma rede de atores que atuam no território e que delimitam condições de alteração dos sistemas vigentes, condições postas por legislações ambientais, econômicas, dentre tantos outros fatores?

A teoria do ator rede permite ampliar o conceito e análise do patrimônio como um ator híbrido, que agrega os discursos e práticas do patrimônio, tratados de formas dicotômicas (oficial e não oficial, natural e cultural, etc) para compor coletivos heterogêneo de seres humanos e não humanos em processos fluidos, múltiplos e dinâmicos.

¹ Acrônimo de United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

Tendo em vista esse panorama se delineou a seguinte pergunta: quem são efetivamente as pessoas ou as coisas que juntas criaram redes ao redor do patrimônio e do turismo. Porque em algum momento um coletivo se reuniu, e quais foram suas motivações? Quais as relações que se estabeleceram entre seres humanos e seu meio, entendido aqui com tanto o meio rural, natural, territorial.

Partindo de uma abordagem simétrica, buscou-se evidenciar a formação de várias redes ao redor de elementos considerados como patrimônio no território da Bacia do Almas tanto do ponto de vista das instituições que tornam os discursos sobre patrimônio oficiais quanto dos discursos e práticas adotados pela população local para valorizar elementos presentes no território como patrimônio.

Utilizando a teoria do ator rede como pano de fundo para essas discussões, optei por seguir os atores locais, na busca dessas respostas. Me interessava saber quais redes se formaram para se apropriar e gerenciar os recursos existentes nesse território.

Tendo tais questões em mente eu segui alguns especialistas que já haviam atuado nesse território, e participei em 2007 como ouvinte de uma disciplina ofertada pelo professor José Luiz Moraes, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Entretanto, nesse mesmo ano recebi um convite da coordenação da APTA para trabalhar na gestão institucional com o tema de transferência de tecnologia e fui para Campinas-SP, onde passei alguns anos trabalhando no assunto. Foi durante esses anos que conheci algumas das abordagens laturianas utilizadas nessa tese, no Departamento de Política Científica de Tecnológica (DPCT/UNICAMP). Somente em 2012 optei regressar a trabalhar no Polo Sudoeste Paulista e a dedicar minha pesquisa de doutorado voltado às questões inicialmente postas.

Novamente eu retomei meu trabalho de formiguinha (ANT)² e dessa vez, eu segui o material arqueológico levantado no PEI, até chegar no Laboratório de Arqueologia Publica do NEPAM – UNICAMP. Também fui buscar estudiosos das relações entre patrimônio e turismo e encontrei o professor dr. Luís Mundet i Cerdan, da Universidade de Girona, Catalunha/Espanha, que já havia trabalhado no Brasil no projeto Turismo e Arqueologia: múltiplos olhares (SARTI; MUNDET I CERDAN, 2009). Foi a partir desses encontros que essa tese se desenvolveu.

² ANT é a sigla usada internacionalmente para denominar a Teoria do Ator-Rede (Actor Network Theory), porém “ant” significa formiga em inglês, o que permite fazer um trocadilho com a sigla, utilizado também por Latour (2012) quando afirma que parte do trabalho da ANT é seguir atores.

1.2 Percursos teóricos

Para construir a fundamentação teórica dessa tese, parti da compreensão de que o papel de instituições de pesquisa no desenvolvimento regional ou local, é participar no processo geração de conhecimento e de criação de inovações para os territórios. Inovações não apenas tecnológicas, mas também sociais (MAZONI, 2016), que atendam às novas exigências de adaptação ao meio rural.

Tais adaptações são necessárias primeiramente porque as reflexões entorno das definições sobre o rural tem deixado a dualidade e os limites espaciais entre o urbano e o rural. Os espaços tornaram-se mais fluidos, e as fronteiras dessa dualidade tornaram-se mais tênues a medida em que:

“...a agricultura se modernizou, a população rural passou a obter rendimentos nas adjacências das cidades, a própria indústria penetrou nos espaços rurais e reduziram-se as diferenças culturais entre campo e cidade: o espaço [rural] é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos econômicos” (Kageyama, 2004, citando BAPTISTA, 2001, p.55).

Em segundo lugar, porque, a separação moderna entre ciência e política; natureza e cultura, promoveram teorias e ações distantes da necessidade de alcançar um futuro viável e sustentável para o planeta. Em oposição a dualidade moderna natureza-cultura, surge uma “ruralidade reflexiva” que tem se transformado frente as necessidades ambientais postas, recriando-se de distintas formas, e apresentando-se de inúmeras outras maneiras que não apenas na oposição campesinato e agroindústria (monoculturas, commodities) (KEILBACH, 2008; TORRENT; QUINTANAR, 2004).

Para Ricardo Abramovay (2003), a ruralidade confere um valor importante ao mundo contemporâneo, justamente pela valorização da preservação da biodiversidade e pela diversidade de manifestações culturais presentes, e ainda pelo fato de que o estilo de vida do campo é cada vez mais procurado pelos habitantes das grandes cidades, na busca por uma melhor qualidade de vida.

Ângela Kageyama (2004) ainda afirma que as novas práticas, como administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, vendas diretas, etc., fazem do desenvolvimento rural um processo multifacetado, em que propriedades que haviam sido consideradas “supérfluas” no paradigma da modernização podem assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais com outras empresas e com os setores urbanos.

Depara-se, portanto, com a necessidade de multiplicar conhecimentos qualitativos aprofundados sobre questões complexas e interdisciplinares, possibilitando análises e proposições que impulsionem esforços de interação socioambientais compatíveis e formas sustentáveis de vida no planeta (FERREIRA; FERREIRA; JOLY, 2004; ICON et al., 2017; SILVA JUNIOR; FERREIRA; LEWINSOHN, 2015).

Desde a década de 1990, após a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco 92, ampliaram-se as perspectivas sobre a importância da ação local sobre o gerenciamento de recursos da sócio-biodiversidade, sendo que tanto o poder público como sociedade civil organizada passaram a desenvolverem ações de cunho local e de forma participativa.

Kageyama (2004) cita três enfoques para desenvolvimento rural: o do desenvolvimento exógeno; desenvolvimento endógeno e uma combinação dos dois. No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial. A junção entre esses dois enfoques resulta em um conceito de desenvolvimento rural a partir da combinação de forças internas e externas, ofertando resultados bastante específicos a cada região.

Complementar a essa ideia, para Milton Santos (1991, 2006), cada lugar é fruto de um adensamento de camadas culturais e sociais, de momentos distintos de ocupação do território, que permitem conviver ou coexistir com noções de cultura e sociedade e de temporalidade distintas, e que produzem características próprias de adaptação às variáveis externas ao lugar.

Nesse sentido propostas interdisciplinares, repensam e ressignificam o meio rural como envolvimento em um ambiente territorial. O território é o ambiente que agrega dicotomias (rural e urbano, cultural e natural), e onde soluções específicas podem surgir à tona. O enfoque territorial ainda permite compreender melhor as múltiplas formas de interação entre atores e instituições (RIMISP, 2009, 2016).

No território é onde se manifesta a fricção entre conhecimentos empíricos e teóricos, entre modernidade e crenças, mitos, valores e tradições, que agregados conduzem a um comprometimento com as propostas e soluções inovadoras e que podem promover o desenvolvimento local (ZAOUAL, 2006, 2010).

O território foi, portanto, a abordagem teórica e escala definida para tratar das relações sócioecológicas entre natureza e cultura (FERIA, 2012; PFEILSTETTER, 2011).

O patrimônio foi o tema eleito como categoria teórica para nomear os elos entre seres humanos e não humanos, as formas de ressonância, ligações particulares e subjetivas, relacionadas aos seres humanos e seu meio (GONÇALVES, 2005; HARRISON, 2010).

O patrimônio acontece no território quando atores locais, por meio de redes particulares e processos dinâmicos, se organizam para proteger, gerenciar e usufruir de recursos comuns presentes no território, sejam eles terra, água, florestas, danças, alimentos, vestígios de ocupações humanas antigas, etc. Não é possível, portanto, falar de um único patrimônio territorial mas de relações plurais, entre atores humanos e não humanos acontecem no território (ICOM, 1984; VARINE, 2012).

O patrimônio também pode ser encarado como uma característica de inovação no meio rural, ao expressar formas de valorizar práticas, saberes, lugares e materiais e suas interações entre natureza, cultural e agricultura, que são ressignificados, readaptados, ou reapropriados, pela própria população do território para enfrentar novos desafios postos ao meio rural.

A questão do patrimônio no território também é abordada pela sociomuseologia por meio das proposições dos ecomuseus no território rural como espaços de preservação, conservação e memória das práticas rurais e sistemas que são sinérgicos, compatíveis, equilibrados ao meio ambiente (GONZÁLEZ; FERNÁNDEZ, 2013; PEDROSA; BARBOSA; PEDROSA, ANTÓNIO; BARBOSA, 2012; SOARES, 2006; VARINE, 2012).

Essa valorização se expressa por meio de inovações sociais, tornando atrativa a região, por meio de novos sistemas agrícolas compactuados com a sustentabilidade ambiental (Boege Schmidt, 2008; Rover, 2011), atento às distintas demandas de produtores rurais que manejam o solo baseados em diferentes sistemas de valores, saberes, conhecimentos que mesclam tradições e inovações (Farias; Fernandes; Fernandes, 2014; Mazoni, 2016), e ressignificando as relações de troca com o mundo, em especial por meio do turismo (SOUZA; ELESBÃO, 2008).

Ainda a forma como executam e manejam os elementos do território, efetivamente podem ser transformadas em benefícios econômicos por meio da diferenciação de produtos que traduzem em selos, indicações geográficas, denominação de origem e também em saberes locais – transformados em patrimônio imaterial (Carvalho; Souza, 2015), e da valorização da cultura regional por meio dos patrimônios materiais (TOGNON et al., 2012).

Algumas iniciativas já apontam para a consolidação de linhas de pesquisa voltadas a essa área interdisciplinar, a exemplo da formação da rede de pesquisa pelo Centro

Latinoamericano para el Desarrollo Rural (RIMISP) associado a Organização Mundial para Alimentação (FAO-ONU) e a criação do Congresso internacional sobre patrimônio no meio rural (SABAH WALID ET AL., 2014).

2. INTRODUÇÃO

2.1 Patrimônio e Turismo no contexto do Sudoeste Paulista

O Sudoeste Paulista abrange uma faixa de municípios localizados na Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema, entre os Vales do Rio Paranapanema e do Rio Ribeira de Iguape. A área faz parte do maior contínuo de Mata Atlântica do Brasil, no trecho chamado de corredor ecológico da Serra de Paranapiacaba.

Existem diferentes divisões que delimitam os municípios de abrangência do Sudoeste Paulista, podendo ser administrativa, como a Região Administrativa de Itapeva (FUNDAÇÃO SEADE, 2017a) ou baseadas em ordenamentos territoriais voltados a políticas públicas específicas, como o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema (figura 1) (CBH-ALPA, 2015), o Consórcio de Prefeituras do Sudoeste Paulista (CONDERSUL, 2015), o Polo Regional do Sudoeste Paulista (APTA, 2015), o programa de regionalização do turismo “Verde Sudoeste Paulista” (IBGE, 2009), o Território da Cidadania Sudoeste Paulista do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

Na região as extensas áreas de Mata Atlântica foram tombadas como patrimônio natural pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT) em 1985 (Scifoni, 2008), e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1999 (UNESCO, 2011).

A região também possui uma das maiores concentrações de sítios arqueológicos do Estado de São Paulo, considerados patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Wichers, 2011).

O patrimônio oficializado por órgãos governamentais brasileiros e internacionais, existente nesse território, é fruto de duas décadas de movimentações em torno de políticas patrimoniais nacionais e estaduais, influenciadas inicialmente pelo contexto de redemocratização do país na década de 1980 e posteriormente pela recessão econômica no início da década de 1990.

Na década de 1980, o país passa por um movimento de apropriação do patrimônio de forma mais democrática, envolvendo participação mais ativa da sociedade civil (FONSECA, 2009). As conquistas mais efetivas nesse período se materializam na Constituição de 1988 (Brasil, 1988). Em São Paulo, prova dessas manifestações de interesse da sociedade civil, na década de 1980, é o aumento expressivo no número de pedidos de tombamento ao CONDEPHAAT, advindos de grupos sociais ou indivíduos (Scifoni, 2008).

Nesse momento o CONDEPHAAT passa a valorizar o patrimônio segundo a ótica de diferentes grupos sociais, a ponto de exprimir em suas diretrizes de atuação “[...] que é a apropriação social que unifica e permite entender, por exemplo, artefatos e paisagens” (CONDEPHAAT, 1984). É nessa amostra de contexto que a Serra do Mar passa a ser tombada como patrimônio natural.

Entre as décadas de 1980 e 1990, entretanto, o Brasil passa por uma recessão econômica, agravada pelo peso da dívida externa e por uma forte crise fiscal, resultando na intensificação de problemas sociais (CAMPBELL, 2003). As medidas econômicas adotadas pelo governo federal incluíam uma política neoliberal de eficiência no setor público, a diminuição do tamanho do Estado Central, a incorporação da lógica privada em sua gestão e a consequente diminuição de gastos públicos. A redução dos gastos governamentais também implicou na falta de incentivos por parte das políticas culturais, o que fez com que políticas participativas em torno do patrimônio cultural caíssem em um limbo nas décadas seguintes (FONSECA, 2009).

Por outro lado, as políticas ambientais que surgem no Brasil na década de 1980, ganham força na década de 1990, com um movimento ambientalista organizado, e a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente no Brasil – a ECO 92. Em 1981, o Congresso Nacional aprova a LEI Nº 6.938 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1981), prevendo ações de compensação para impactos ambientais por parte dos empreendimentos privados, complementada em 1986 pela Resolução Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 001 de 23 de janeiro de 1986, estabelecendo critérios básicos e diretrizes gerais para o uso e a implementação da Avaliação de Impacto Ambiental em projetos de licenciamento ambiental (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1986). A Resolução do CONAMA previu a inclusão do patrimônio cultural na avaliação dos projetos ambientais, por meio da exigência da “...completa descrição e análise dos recursos ambientais... destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade...” (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1986), colaborando para a ampliação da identificação e registro de inúmeros elementos das categorias do patrimônio no Brasil.

Ainda, a partir da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o Brasil se abriu para um movimento de reconhecimento do patrimônio por meio da valorização de uma gama muito maior de elementos materiais e imateriais, representantes de uma pluralidade de grupos sociais e comunidades brasileiras (IPHAN, 2017). A partir desse momento, as escolhas do Patrimônio Histórico e Artístico brasileiro definidas pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de

novembro de 1937 (Brasil, 1937), foram substituídas pelo Patrimônio Cultural Brasileiro, cujo conceito se expressa a partir do Artigo 216 da Constituição 1988 como sendo os bens:

“de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Na Constituição de 1988 inclui-se, portanto, o conceito de referência cultural (Fonseca, 2001), e as definições para o reconhecimento de bens de caráter imaterial formando um agregado de elementos possíveis de reconhecimento e valorização que incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (IPHAN, 2017).

A partir desse reconhecimento institucional, iniciativas locais de articulações indenitárias e formação de redes ao redor da valorização de elementos materiais e imateriais ganham força nas comunidades locais. Muitas vezes tais iniciativas se associam ao território onde essas comunidades se localizam, associadas à sua história e o desenrolar das interações culturais que foram se dando ao longo do tempo nesse espaço. Dessa forma, iniciativas locais vindas a partir de movimentos ambientais surgidas no berço do movimento ambiental, como a agenda 21, se cruzam com iniciativas locais no bojo dos anseios e manifestações culturais presentes em um território. E no encontro dessas manifestações representadas tanto por legislações (institucionalmente), quando por iniciativas locais, vindas de comunidades, é que o território se torna uma peça chave nessa rede.

O próprio IPHAN tem estimulado o reconhecimento de referências culturais no território pela população local e a coparticipação entre poder público e comunidades na promoção e a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro (FLORÊNCIO et al., 2016).

Por outro lado, no território, cada uma das categorias do patrimônio reconhecidas pelo IPHAN assume diretos, deveres e formas de gestão diferenciadas. Dentre tais divisões do patrimônio, a arqueologia se sobressaiu praticamente como a única categoria do patrimônio cultural a ser avaliada nos projetos de Licenciamento Ambiental, a partir da Resolução do CONAMA (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1986). Parte porque os arqueólogos se tornaram os responsáveis por esses estudos, sendo que o campo da arqueologia de contrato cresceu enormemente nas últimas décadas no Brasil. Isso fez com que as demais categorias do patrimônio, fossem preteridas, nessas avaliações causando um viés de registros sobre o patrimônio nacional (PARDI, 2002).

Entretanto, mesmo com esses vieses, tais instrumentos têm possibilitado a valorização do patrimônio em território nacional, ao passo que, desde que o Brasil tem sofrido o impacto da crise financeira mundial, discursos em prol da necessidade de crescimento econômico no Brasil colocam pressão para alteração nas legislações vigentes, excluindo os estudos de impacto ambiental das exigências previstas na realização de novos empreendimentos, ou ainda excluindo especificamente os levantamentos do patrimônio cultural do rol de estudos previstos (GONÇALVES et al., 2017).

Além desse ponto, em uma análise específica sobre as políticas de desenvolvimento e patrimônio no Sudoeste Paulista, Davidson Kaseker (2014) pontua que diversos planos de desenvolvimento propostos por diversas instancias de governo para a região Sudoeste Paulista, se demonstraram mal sucedidos devido ao fato de que tais políticas, executadas de forma vertical, não levaram em conta a totalidade do patrimônio, a complexidade dos usos que podem ser feitos dele e do papel que seus componentes podem desempenhar no processo de desenvolvimento, além de prescindirem da efetiva participação das comunidades envolvidas (KASEKER, 2014, p.100-101).

Quanto ao turismo, a década de 1990 é um momento de reestruturação na gestão do Estado Central brasileiro, que incluiu a transferência de poderes às esferas mais locais do governo, incentivando, porém, a concorrência entre elas, e a partir da mercantilização dos serviços (AFFONSO, 2000). Esse fenômeno é conhecido como municipalismo, e nos anos 90, assumiu o protagonista enquanto estratégia de desenvolvimento urbano do país (SOUZA, 1997). Muitos municípios do Sudoeste Paulista, utilizaram-se do título de “ramal da fome” nesse período, na corrida acirrada de recursos. O título estava associado nesse momento aos menores indicadores de desenvolvimento humano (IDH) do Estado de São Paulo, devido principalmente aos baixos níveis de riqueza. Esse nome se remete entretanto, ao período de construção das ferrovias no Estado de São Paulo, em que a Companhia Estrada de Ferro Sorocabana dividia seus vagões por dois itinerários diferentes e os vagões que seguiam rumo ao sul do Brasil iam sem o vagão de alimentação (ISAAC, 2009).

Os efeitos do municipalismo permearam distintos tipos de políticas públicas nacionais, entre elas o programa nacional de municipalização do turismo (PNMT) promovido pela EMBRATUR entre os anos de 1994 a 2001 (BRUSADIN, 2005).

Nos anos 2000, sob a gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a execução de políticas públicas nacionais adquire novas dimensões geográficas, espaços de territorialização e regionalização. Nesse novo contexto, os discursos ao redor do Sudoeste Paulista, começam a adquirir certa homogeneidade, em busca de políticas públicas específicas

para um grupo de municípios. A política nacional de turismo também adquire contornos regionais, por meio do programa nacional de regionalização do turismo (BANTIM; FRATUCCI, 2016; BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013; FERNANDES, 2012), e o Sudoeste Paulista passa a ser chamado de Região Verde Sudoeste Paulista, baseado no potencial natural e cultural existente (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016).

Dessa forma, outras ações regionais são tomadas a fim de evidenciar e valorizar o território com um discurso voltado para a diversidade natural, agrícola e o potencial turístico regional, ações realizadas por meio do Consórcio de Prefeituras do Sudoeste Paulista (CONDERSUL, 2015), o slogan “Verde Sudoeste Paulista – Região Turística Verde Sudoeste Paulista, celeiro do estado e paraíso ecológico, um modelo de desenvolvimento sustentável com qualidade de vida”.

A eleição pelo turismo já marca uma escolha. Como diria a pesquisadora e geógrafa Teresa Duarte-Paes (2010):

“...a valorização do patrimônio cultural... para fins turísticos evidencia... discursos que privilegiam ou excluem determinadas memórias e paisagens do território...”

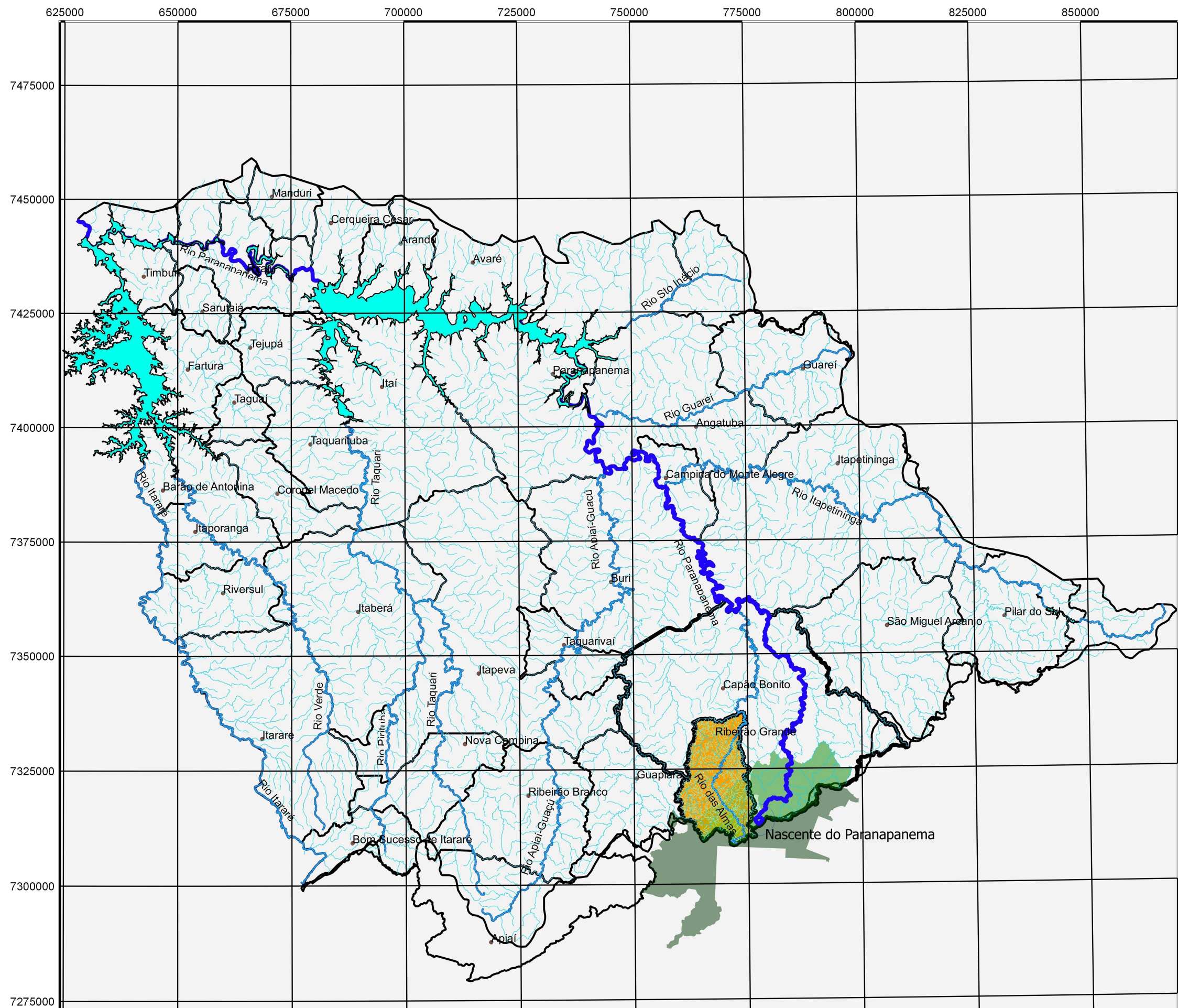
O território passa assim a ser encarado como uma grande mancha verde, cuja cobertura florestal torna-se o próprio atrativo local. As atrações locais se associam as atividades de ecoturismo e turismo de aventura, ligadas ao uso público das unidades de conservação ali existentes.

2.2 A Bacia do Rio das Almas e o município de Ribeirão Grande

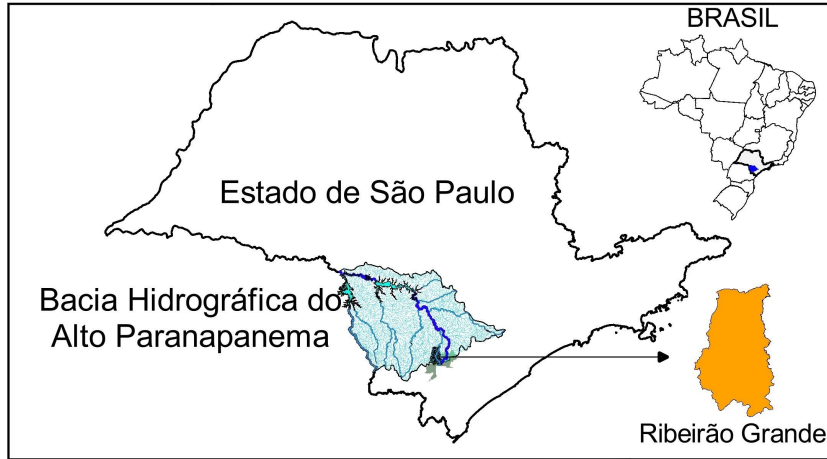
A bacia do Rio das Almas constitui uma das 16 sub-bacias do CBH-ALPTA, e sua hidrografia abrange os municípios de Ribeirão Grande e Capão Bonito. Ribeirão Grande, município mais jovem do Sudoeste Paulista, tem uma população que em 2017 contabiliza 7.483 habitantes, 31,67% vivendo na zona urbana (FUNDAÇÃO SEADE, 2017b) (figura 1).

Mais da metade desse território é coberto por florestas, divididas entre a Mata Atlântica e monoculturas de eucalipto e pinus. A Mata Atlântica é protegida nessa bacia pelas unidades de conservação do Parque Estadual Intervales (PEI), a Área de Proteção Permanente da Serra do Mar (APA da Serra do Mar), a Estação Ecológica de Xitué.

O fato de Ribeirão Grande possuir 15% de todas as reservas de calcário lavráveis do Estado de São Paulo (Sallun; Sallun Filho, 2009) atreladas à presença de empresas de mineração na área, motivou políticos locais a tornarem esse território independente de Capão Bonito em 19 de maio de 1993, fruto, dentre tantos outros motivos, da disputa pelos impostos advindos das atividades de mineração, que ficaram exclusivamente para o município recém-criado.



LOCALIZAÇÃO DA SUB-BACIA DO RIO DAS ALMAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARANAPANEMA



- ## LEGENDA
- Reservatórios
 - Rio Paranapanema
 - Principais Afluentes na Bacia
 - Afluentes na Bacia
 - Bacia Hidrográfica - Rio das Almas
 - EE-Xitue
 - APA-Serra-de-Mar
 - PENAP
 - PEI

Dados convertidos para o Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000

Escala 1:950.000

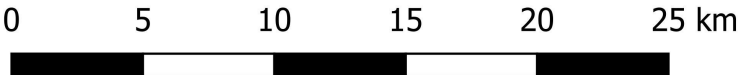


Figura 1 Área de Abrangência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema.
Fonte: CBP-ALPA (2015)

A presença da atividade de mineração de calcário e as exigências ambientais referentes aos estudos de impacto ambiental, ainda tornou o município um dos maiores em concentração de sítios arqueológicos registrados como patrimônio nacional em São Paulo³. O município, recém emancipado, participou do programa nacional de municipalização do turismo (PNMT) cujas propostas apresentadas evidenciaram justamente as unidades de conservação e sítios arqueológicos.

Dentro do panorama apresentado, a construção do patrimônio na Bacia do Rio das Almas segundo as leis e diretrizes brasileiras, seu compõe até o presente momento pelo patrimônio natural tombado pelo CONDEPHAAT e UNESCO, e o patrimônio cultural resumido a sítios arqueológicos pelo IPHAN.

Ainda, essa bacia encontra-se justamente na transição e no limite dos municípios do Alto Vale do Ribeira e, por isso mesmo, em estudos de caracterização da área (Robrahn-González, 2008), ela também é considerada parte do Vale do Ribeira. Entretanto, esse território caracteriza-se por ser uma zona de transição entre os Vales do Ribeira e do Paranapanema, guardando características semelhantes e outras díspares da realidade mais litorânea. Uma das característica que distinguem essas duas regiões é é que diferente do Vale do Paranapanema, no Vale do Ribeira se concentram importantes grupos sociais tradicionais, como indígenas e quilombolas (CPISP, 2015a, 2015b).

Apesar de ainda conflituosa, a relação entre a política ambiental no gerenciamento de unidades de conservação no Brasil e as populações do entorno dessas áreas, o reconhecimento legal das chamadas populações tradicionais (Brasil, 2007), e da sua possível contribuição para a conservação e manutenção da diversidade biológica, trouxe acesso a políticas públicas específicas para tais grupos, em detrimento de uma população rural sem tais características.

Em especial as políticas referentes ao patrimônio natural favoreceram os processos de territorialização desses grupos específicos, e a manutenção dos mesmos em territórios reconhecidos legalmente como seus. Tal abordagem entretanto, acaba por ser politicamente excludente, pois restringe o direito a um grupo específico de residentes de áreas protegidas (FERREIRA, 2004), e pressupõe relações harmônicas desses grupos com a natureza.

³ Segundo as informações do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos fornecidos via web pelo IPHAN, Ribeirão Grande é o décimo terceiro município do Estado de São Paulo em número de sítios arqueológicos cadastrados, concentrando 22 sítios, representando aproximadamente 2% do total de registros no CNSA no estado (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN), 2014).

Apesar do município de Ribeirão Grande possuir 68% dos seus habitantes na zona rural, as comunidades rurais não se classificam como tradicionais, e, portanto, não tem a mesma tratativa que as populações tradicionais do Vale do Ribeira.

A utilização do discurso oficial sobre o patrimônio requer muitas vezes que esse conceito se adeque a classificações que moldam escolhas e dificultam o entendimento da complexidade do patrimônio e a agência de atores na formação de redes ao redor do tema.

A inclusão do patrimônio não oficial, porém reconhecido pela população local, é o primeiro passo para possibilitar completar a trama do patrimônio em um território, agregando elementos oficiais aos não oficiais, e possibilitando o entendimento das interrelações existentes.

Ao longo do Rio das Almas, o patrimônio cumpre papéis distintos, pois é apropriado por grupos heterogêneos ou por atores em particular, brindando o território com múltiplas identidades. Nesse território é possível perceber agregações sociais que se organizam e desorganizam de acordo com seus próprios interesses e conflitos em processos fluidos, e que, em vários casos, envolvem as questões patrimoniais.

Quanto ao turismo, a escolha da valorização do patrimônio pelo recorte oficial em políticas públicas de turismo tem valorizado áreas naturais e vestígios arqueológicos e preterido o patrimônio imaterial valorizado pela população local.

Alguns dos elementos de expressão cultural, fruto de movimentações locais como o rojão, prato típico da gastronomia local e a dança do fandango de tamanco já são atração turística em outras localidades como a festa folclórica no município de Olímpia, SP e foram bastante conhecidos nos festivais do Revelando São Paulo (ABAÇAI CULTURA E ARTE, 2016) nas edições da capital e em Iguape, porém os turistas que se dirigem até o território pouco conhecem sobre esses elementos.

Dessa forma, torna-se importante realizar uma cartografia do patrimônio agregando os elementos oficialmente reconhecidos por instituições patrimoniais nas diferentes esferas do poder público à diversidade de manifestações e referências culturais que existem no território.

Após realizada uma cartografia espacial, onde constam diversos elementos do patrimônio no território, se estabeleceu um recorte, onde coube seguir os atores envolvidos na trama do patrimônio e turismo, em uma cartografia social, identificando como esses temas podem ser específicos para cada contexto, e como existem redes específicas de interação ao redor do patrimônio.

2.3 Objetivos

O objetivo da tese é descrever e analisar quais as interações existentes entre patrimônio, turismo e território na Bacia do Rio das Almas desde a década de 1990 até o presente, tendo como objetivos específicos:

1. Elencar e cartografar os elementos constituintes do patrimônio da Bacia do Rio das Almas;
2. Descrever as agregações ao redor dos elementos eleitos como patrimônio e utilizados para fins turísticos;
3. Identificar como se dá a dinâmica de interações sociais entre os patrimônios e o ambiente em que estão inseridos, buscando compreender que tipo de associações existem entre o patrimônio natural, cultural e a sociedade nesse território.

As abordagens teóricas utilizadas para atingir tais objetivos serão apresentadas a seguir.

3. O DISCURSO, A REDE E A PRÁTICA: ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Essa tese dialoga com conceitos oriundos de quadros teóricos distintos. Por um lado, utilizou-se o conceito de discurso autorizado (Smith, 2012a) do patrimônio (DAP) para compreender a permeabilidade dos discursos sobre patrimônio proferidos por instituições governamentais associadas ao tema, bem como as relações que se estabelecem entre patrimônio e turismo. Esse foi o marco conceitual utilizado para definir os elementos eleitos como patrimônio pelas distintas instituições do patrimônio que operam sobre ele.

Por outro lado utilizou-se o conceito de ressonância (Gonçalves, 2005) para levantar quais os elementos, tidos como não-oficiais, eram considerados pela população local como elementos que tem valor e afetos para os mesmos.

Ainda, utilizando a teoria do ator-rede (ANT) (Harrison, 2010; Latour, 2012a) optou-se por introduzir o conceito de território dentro da proposta patrimonial, assumindo uma delimitação geográfica e física. O território entendido como a rede de atores humanos e não humanos (sendo o próprio lugar geográfico um ator não humano) onde as negociações e articulações sobre patrimônio acontecem (BREGLIA, 2006; CHAGAS, 2007; DELEUZE; GUATTARI, 1987; HAESBAERT; BRUCE, 2002; LAW, 2009; SANTOS, 2013; VIANA; RHEINGANTZ, 2011).

Ao buscar o patrimônio no território, busca-se quem são ou foram os sujeitos da patrimonialização, quem são as pessoas ou as coisas que se mobilizam para criar conexões afetivas, políticas, culturais e naturais; e quem são os atores que fazem parte da rede convergente de interesses.

Ainda, por mais que haja um discurso que busque delimitar ou definir a ideia e a prática patrimonial, as agregações em torno de elementos patrimonializados se fazem no território, com pessoas locais. São os seres humanos em suas múltiplas relações entre si e com os elementos não humanos que configuram ações de valorização, desvalorização, conservação, esquecimento, defesa, ordenamento, tombamento, entre tantas outras opções relacionadas às práticas patrimoniais. O patrimônio se forma, portanto, na intersecção de atores presentes no território em circunstâncias múltiplas, mas singulares em suas próprias constituições.

A proposta aqui não foi encontrar o melhor perfil de classificação do patrimônio no território que ressoasse com algum discurso já oficializado, definindo o território como objeto de análise, mas antes seguir os sujeitos de transformação no território que se mobilizam

em torno o patrimônio e do turismo em processos dinâmicos, fluidos e impermanentes, assumindo que o território pode assumir múltiplas identidades, ligadas à sua história, população, expressões culturais, fluxos econômicos etc (DUARTE-PAES, 2010).

Em suma, o DAP foi utilizado como pano de fundo, para discussão de questões mais globais e a teoria do ator rede para compreender como se dá a dinâmica das interações entre atores humanos e não humanos no território da Bacia do Rio das Almas.

Dessa forma, as duas abordagens estão detalhadas a seguir, e estabelecem um diálogo por meio de propostas cartográficas, no que tange os temas abordados em questão: as relações entre turismo, patrimônio e território na Bacia do Rio das Almas.

3.1 O Discurso Autorizado do Patrimônio e o Patrimônio como Ator-Rede

Patrimônio pode ser definido como um processo de negociação de valores, significados e afetos para diferentes atores, que se agrupam socialmente para reconhecer um bem material ou imaterial como importante e valioso para os mesmos. Em algum momento na história de vida dessas pessoas, tanto no presente como na memória, suas interações com esses elementos materiais ou imateriais são ou foram representativos para esse grupo (CRIADO-BOADO; BARREIRO; VARELA-POUSA, 2014; SMITH, 2012b).

Os bens materiais ou imateriais não são, portanto, em si, um patrimônio, mas o reconhecimento dos mesmos por algum grupo social, devido a algum valor ou qualidade afetiva associada a eles é que os fazem patrimônios (Criado-Boado; Barreiro; Varela-Pousa, 2014; Harrison; Harrison, 2013). Esse reconhecimento envolve a criação de narrativas e discursos sobre o patrimônio criado, com a finalidade de disseminar sua apropriação, ampliar sua valorização, utilizá-lo com fins pedagógicos ou inclusive, transformá-lo em um bem associado ao mercado, para sua venda como produto turístico, ou lugar de memória (GONÇALVES, 2012; NORA; KHOURY (TRAD.), 1993).

Muitos podem ser os discursos associados a um mesmo bem, elemento material ou imaterial, porém, existe um discurso que se faz ser aceito como o discurso verdadeiro, ou seja, que regula as narrativas históricas e culturais, com o objetivo de manter certos valores sociais e hierarquias (WATERTON; SMITH; CAMPBELL, 2006).

O DAP gera o que Foucault (1979) chamou de:

“[...] efeitos de verdade, produzidos por mecanismos estratégicos de poder presentes nas práticas sociais. Tal designação significa que eles funcionam como se fossem verdades, com o objetivo de justificar racionalmente aquelas relações de poder. Além disso, um discurso é investido historicamente de um teor verdadeiro, porque cumpre com uma funcionalidade específica, qual seja, produzir efeitos de

poder estatuinto regras para o governo das pessoas, dividindo-as, examinando-as, adestrando-as, sujeitando-as [...]” (Candiotto, 2006, p.69-70).

Pesquisadores como Laurejane Smith defendem que existem discursos sobre patrimônio que reproduzem a estrutura social vigente, seja essa ideológica, política, de dominação, como acentua (BOURDIEU, 2009). Esse discurso é chamado por Smith (2006, 2012) de Discurso Autorizado do Patrimônio (DAP), e utiliza como estratégia de imposição sobre outros discursos, que existe um valor em essência dos elementos patrimonializados, e que esse valor é “descoberto” pelo grupo que o dissemina, e deve ser amplamente difundido como uma herança do passado, uma memória viva para o presente, e um legado para gerações futuras (SMITH, 2012: 5).

O discurso moderno associado ao patrimônio, tem origem no século XVIII, e foi utilizado na construção de narrativas sobre a criação dos Estados Nacionais, a partir do caso francês, através da disseminação da idéia de uma origem, cultura e territórios homogêneos (PELEGRINI, FUNARI, RAMBELLI, 2009).

Nos dias de hoje, países, em sua maioria ocidentais, possuem órgãos públicos de patrimônio que foram criados inicialmente para eleger os símbolos nacionais e sustentar as narrativas histórico-culturais de criação da nação. O DAP segundo Smith (2012), não apenas dá o lastro às identidades nacionais, como também tem embutido em si a ideia de que quem autoriza o discurso do patrimônio é um grupo de experts vindos da comunidade científica, que regula e fornece informações à sociedade considerada como expectador passivo (CRIADO-BOADO; BARREIRO, 2013).

Essa proposta, muito cara à realidade do patrimônio arqueológico, encontra reflexos bastante expressivos no IPHAN, por exemplo, onde os bens arqueológicos são patrimonializados excepcionalmente, por interesse científico ou ambiental (IPHAN, 2014), sendo que a relação com a comunidade do seu entorno (quando existente) se dá unidirecionalmente, partindo órgão oficial que vai fornecer conhecimentos sentido, e significação da cultura material encontrada.

O que fica bastante evidente sobre essa argumentação é que o discurso do patrimônio define escolhas. Criam-se oposições entre o patrimônio “autorizado” ou “oficializado” e o patrimônio “não oficializado”, “não autorizado”; entre as representações de uma estrutura em evidência e as representações que permanecem escondidas.

Mesmo assumindo-se que exista um discurso autorizado que atenda a interesses de grupos específicos, não é possível esperar que os efeitos da construção de normativas sobre o patrimônio, gerados por esferas públicas de poder, se manifestem de forma comum em

diferentes contextos e realidades. Para Rodney Harrison (2015), são justamente os espaços de fricção entre agentes locais e processos globais que geram impactos sociais e materiais e novas formas de reagregação do social em torno do patrimônio, o que também poderia ser chamado de impacto de ressonâncias.

Vale ponderar que as distintas escalas dos espaços de fricção, entre local e o global não alteram os efeitos, nem importância nas redes de atores formadas por atores, com motivações e objetivos singulares (LATOUR, 2012b). Tal processo é construído por ações e reações, por jogos de poderes em todas as escalas.

As negociações que tornam um patrimônio não-oficial em oficial existem, como também existem processos que tornam o oficial em não-oficial, (que poderia ser chamado de um processo de “esquecimento autorizado do patrimônio”).

O reconhecimento de um elemento como patrimônio não é uma via de mão única, nem sempre parte de cima para baixo (top-down), nem de baixo para cima (bottom-up), mas é um processo de muitas interações dinâmicas, possui influência de atores em distintas escalas.

Nem sempre é possível se explicar a construção do patrimônio como um processo dicotômico entre os bens materiais e imateriais “autorizados” por esferas públicas de poder e aqueles que tem possuem valor para atores locais, porém não foram eleitos como patrimônio por órgãos oficiais. Toda oficialidade começou não oficial. Antes do patrimônio ser institucionalizado, a rede, o coletivo de atores reunidos ao redor do processo de apropriação patrimonial já estava sendo construída, em alguma escala, algum território.

Para José Reginaldo Santos Gonçalves (2005) não basta que haja um discurso autorizado do patrimônio, institucionalizado por esferas de poder, se não houver ressonância com o público, se esse discurso não evocar no expectador um sentido, uma representação.

Para esse autor estudos etnográficos (Mauss, 2003) apontam culturas nas quais os homens não estão separados dos seus objetos. Os objetos hora são tratados como entidades dotadas de personalidade e vontade, hora como extensões simbólicas dos próprios seres humanos. Ainda, para o autor, a ideia de patrimônio estaria sempre associada a alguma materialidade, pois é do conjunto e das relações que se estabelecem entre o material, imaterial e humano que se criam as representações simbólicas das quais os patrimônios se referem. Por ressonância o autor define o poder do objeto em sensibilizar os seres humanos, “evocando sobre eles forças culturais complexas das quais ele emergiu”. Porém sobre essa ótica, existe um determinismo materialista, busca-se encontrar quais as forças culturais constituintes do objeto social, as intenções ocultas pelas estruturas de poder, o início de um fio que sozinho teceria uma trama cultural, e organizaria o discurso do patrimônio.

Por outro lado, o autor propõe alterar o foco da análise, entre aquilo que é ou não é reconhecido como patrimônio, para como se dá as mediações entre os seres humanos e objetos. O patrimônio seria um mediador entre humanos e materiais, um elo de ligação subjetivo, entre passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, sujeito e objeto (Gonçalves, 2005).

Nesse sentido, a ênfase não recai mais sobre o poder simbólico do patrimônio, mas sobre as formas particulares de interação entre coisas, saberes e seres humanos que criam características sociais (HARRISON, 2013).

A teoria do ator-rede (ANT)⁴ propõe que antes de trazer variáveis externas como colonialismo, poder, desigualdades de direitos humanos, forças de mercado, para explicar fenômenos sociais, é necessário qualificar a explicação e dizer como e a partir de quais associações aquela variável se conecta com o tema em análise e exerce agência sobre o que se deseja compreender (PENNA DE CASTRO, 2013:118).

A explicação não deve partir, portanto, de modelos teóricos específicos, apresentando variáveis dependentes e independentes externas, mas sim de uma rede de variáveis que surgem da observação em campo, onde cada participante é tratado como um actante que pode exercer agência sobre os outros (PENNA DE CASTRO, 2013, p.119).

No contexto da ANT, não se assume um discurso dominante, mas antes se propõe observar como e quais os processos que levaram a patrimonialização. A tarefa é seguir aos atores e compreender quais conexões estabelecem entre humanos e não humanos.

O tema da mediação entre seres humanos e objetos é, portanto, também tratado dentro de uma proposta construtivista, pela semiótica materialista, e na teoria do ator-rede.

A ANT é grupo de ferramentas e métodos de análise semiótica que trata tudo que está na esfera social e natural como um efeito gerado continuamente entre as redes de relações dentro das quais eles estão localizados (LAW, 2009, p.141)⁵.

Para explicar como os diferentes atores agem socialmente, é necessário identificar as conexões que eles estabelecem e que têm agência sobre suas ações. Mapear e descrever as

⁴ A teoria do ator-rede (ANT), foi apresentada como uma teoria-método na sociologia a partir do livro “Reassembling the Social” de Bruno Latour (2012). Inicialmente desenvolvida no campo da sociologia da ciência, o argumento central do livro é o de que a explicação sociológica deve dar conta de como o que se chama de “social” é constituído. Ao invés de considerar que o social está dado, a ANT considera que pesquisadores que se adentram no campo sociológico, caso desejem explicar processos sociais, deveriam identificar e descrever as conexões entre atores, explicitando os laços que os mantêm conectados.

⁵ Tradução da autora: ANT is a disparate family of material semiotics tools, sensibilities, and methods of analysis that treat everything in the social and natural worlds as a continuously generated effect of the webs of relations within which they are located.

conexões entre os atores, especificando quais as agências têm influência sobre suas ações e como os mesmos atuam como actantes de outros, é o que propõe a teoria do ator rede.

“É nesse sentido que se fala em ator-rede. Um ator não pode ser compreendido como um ser unitário ou monocromático. Ele é uma entidade multifacetada, com várias camadas, constituído por um conjunto de conexões que têm efeitos sobre ele (Penna de Castro, 2013, p.119).

Nessa proposta, seres humanos e objetos são tratados de forma simétrica, onde ambos são actantes, capazes de gerarem ação sobre o outro, e, portanto, dotados de agência. Agência é tudo aquilo que mobiliza um determinado ator a agir de determinada forma – seja uma pessoa, uma instituição, um princípio, uma norma, uma legislação ou um objeto. Quando uma pessoa diz que tomou uma decisão baseada em um motivo específico, pode-se dizer que este motivo exerceu agência sobre ela (PENNA DE CASTRO, 2013).

Segundo Latour (2012) os objetos exercem agência, quando participam das ações e provocam transformações (CAMILLIS; BUSSULAR; ANTONELLO, 2010; MERENCIO, 2013). Assim, quando um bem material se torna patrimônio, ele também é actante pois exerce agência sobre os atores. atribuição de agência a não humanos é uma das características bastante criticadas na ANT, uma vez que, para autores como Collins & Yearley (1992), confere ao objeto uma “pseudointencionalidade” que pertence claramente à esfera humana (SANTAELLA; CARDOSO, 2015).

Em defesa a essa crítica Latour apresenta o conceito de mediação. A mediação seria o produto da influência mútua entre homem e objeto (SANTAELLA; CARDOSO, 2015). Para Bruno Latour (1994) na mediação tanto seres humanos quanto objetos sofrem mudanças a partir da relação que se estabelece da conjunção homem/objeto. Latour assim explica:

“o que se ensaia na esfera social é reexportado para os não-humanos, assim, como o que se aprendeu de não-humanos é retomado para reconfigurar pessoas” (LATOUR, 2001, p.242).

Dessa forma, a ANT adquire um viés mais metodológico (Latour, 2012), com o objetivo de deixar a bagagem pré-concebida de conceitos à análise, de não rotular de antemão os sujeitos, e tentar enquadrar os fenômenos sociais em estruturas, observando-os a partir de uma classificação já estabelecida. Nesse sentido, a equivalência entre humano e não humano serviria como um meio para a identificação e descrição das diferenças que se manifestam de forma empírica e não em uma classificação a priori (SAYES, 2014).

Partindo da semiótica de Algirdas Greimas (Greimas & Courtes, 2008, p.21), é possível ilustrar os papéis que podem ser assumidos ou reconfigurados em uma rede como em uma análise dos papéis narrativos em um texto, onde sujeito e objeto podem assumir diferentes funções, de acordo com a composição textual (SANTAELLA; CARDOSO, 2015).

O reconhecimento de actantes não-humanos ajuda a diminuir a hierarquia das relações do modelo cartesiano que separa natureza e cultura (HARRISON, 2015). As distinções ontológicas entre natureza e cultura (Latour, 2004) se refletem historicamente em como o patrimônio foi narrado distintamente entre natural e cultural. Essa distinção entre sujeito (cultura) e objeto (natureza) tem manifestações na forma em como a ciência tratou de trilhar caminhos distintos na evolução de suas pesquisas entre natureza e cultura. A ANT propõe relações simétricas entre sujeito e objeto, cultura e natureza, dissolvendo tais dicotomias.

Na teoria do ator rede, portanto, trata-se de olhar o patrimônio como um ator híbrido, composto de um coletivo heterogêneo de seres humanos e não humanos envolvidos em diferentes motivações, associados entre eles, e conectados a objetivos específicos, porém também em processos fluidos, múltiplos e dinâmicos. Dessa forma, o ambiente também age sobre nós, e nos impulsiona a tomar atitudes com relação a sua proteção.

Neste sentido, Latour recusa tanto um determinismo da técnica sobre o humano (materialismo) quanto o determinismo do humano sobre a técnica (antropocentrismo) (SANTAELLA & CARDOSO, 2015, p.169).

Patrimônio pode ser encarado como um ator-rede quando é formado por diversas conexões com diferentes actantes. Para explicá-lo é necessário identificar e descrever estas conexões. Segundo o professor da University College of London (UCL), Rodney Harrison:

“Patrimônio não é um processo passivo de simplesmente preservar coisas do passado no presente, mas um processo ativo de agenciamento ou agrupamento de uma série de objetos, lugares e práticas que nós escolhemos como um espelho do presente, associado a um conjunto específico de valores que desejamos levar para o futuro⁶” (HARRISON, 2015:309).

Para o mesmo autor, esse agenciamento⁷ se dá de duas formas diferentes (Harrison, 2013, p. 34): a primeira, de uma forma convencional, como o agrupamento de objetos, lugares e práticas que são reunidos em um museu, uma lista, um registro ou um

⁶ Tradução da autora. “Heritage is not a passive process of simply preserving things from the past that remain, but an active process of assembling a series of objects, places and practices that we choose to hold up as a mirror to the presente, associated with particular set of values that we wish to take with us into the future”.

⁷ O termo agenciamento vem do francês *agencement* no trabalho dos filósofos Deleuze; Guattari (1987), que em suas obras tem o significado de design, layout, organização, arranjo e relações (PUAR, 2013).

catálogo, separados por uma categorização “moderna” para melhoria da sua gestão. A segunda, onde patrimônio são agrupamentos não previstos e heterogêneos de humanos e não humanos, motivados por valores ou qualidades afetivas. Nesse sentido, a ênfase não recai mais sobre o poder simbólico do patrimônio, mas sobre as formas particulares de interação entre coisas, saberes e seres humanos que criam características sociais (HARRISON, 2013).

Nessa percepção, não apenas as coisas chanceladas por órgãos do poder público nacional e internacional como UNESCO, IPHAN e CONDEPHAAT, compõe o que chamamos de patrimônio, mas a conexão dessas coisas (materiais e imateriais) a processos de agrupamentos e reagrupamentos sociais, que independem apenas de um ator específico. Tais agrupamentos se manifestam em torno dos materiais e conhecimentos eleitos por diferentes atores que habitam um território.

3.2 Ecos da UNESCO sobre território e patrimônio

O século XX marca a internacionalização das discussões do tema de patrimônio, motivadas pelos efeitos da Primeira e Segunda Guerra Mundial. Desde a década de 1920 instituições voltadas à proteção do patrimônio nas esferas nacionais criam redes internacionais com o foco na proteção do patrimônio mundial.

Alguns marcos desse período são a criação do Escritório Internacional de Museus (IMO⁸) em julho de 1926 no âmbito da Liga das Nações, precursor da Organização das Nações Unidas (ONU), e a realização da Conferência de Atenas que aconteceu em 1931 organizada por essa instituição.

Em 1946, logo após o final da Segunda Guerra, a ONU funda a UNESCO com o objetivo de estabelecer um sistema internacional de cooperação e regulação, cuja missão se focava nos direitos coletivos entre os países membros. À UNESCO se anexaram três importantes organizações ligadas ao patrimônio que se formaram em paralelo à sua criação: o Conselho Internacional de Museus - ICOM⁹, organização que substituiu a IMO, criada em agosto de 1946 e se tornou instituição conselheira da UNESCO desde 1947 (ICOM, 1947); o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS¹⁰, que nasceu da associação de especialistas em conservação e restauro, a partir da “Carta Internacional para a Conservação e

⁸ Acrônimo de International Museums Office.

⁹ Acrônimo de International Council of Museums.

¹⁰ Acrônimo de International Council on Monuments and Sites.

Restauro de Monumentos e Sítios" (Carta de Veneza, 1964); e a União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN¹¹, fundada em 1948.

A partir dessas três organizações relacionadas aos temas patrimoniais dentro da UNESCO, o patrimônio foi particionado em categorias distintas, separando natureza e cultura, passado e presente, materialidade e imaterialidade, entre tantas outros pares dicotômicos.

Em 1972 a UNESCO consolida a ideia do Patrimônio Mundial na Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que aconteceu em Paris, em 1972 (UNESCO, 1972).

A preocupação explícita da Convenção sobre Patrimônio foi a ameaça de destruição dos patrimônios cultural e natural, principalmente devido ao crescimento industrial, prejudicando o bem comum que a UNESCO consideraria como pertencente a todos os povos. A Convenção gerou um texto normativo que subdividiu os sítios a serem salvaguardados mundialmente entre as categorias de patrimônio natural, associado à IUCN e patrimônio cultural, associado ao ICOMOS. A partir de então, para que um sítio se tornasse patrimônio mundial, deveria atender a critérios regidos por valores prescritos pela UNESCO.

O primeiro desses critérios é o valor universal excepcional (outstanding universal value). O critério universal verticaliza os valores associados ao patrimônio dando maior importância para o reconhecimento mundial do que para o patrimônio eleito localmente. Segundo Hilde Naurath (2005), as recomendações da UNESCO durante a décima sétima sessão da Conferência Geral da ONU em novembro de 1972 (UNESCO, 1972) a proteção do patrimônio mundial e nacional enfatizavam que o valor universal, teria maior peso, em uma escala hierárquica, que os valores nacionais, regionais ou locais.

Ainda, a UNESCO como uma instituição de cunho científico, agrega dentro do hall das disciplinas utilizadas para avaliação do patrimônio a história, ciências, arte, estética, belezas naturais, etnologia, antropologia e conservação, para compor a ideia de um valor universal (NAURATH, 2005, p. 66). Tais disciplinas giram em torno de ideias etnocêntricas europeias e não abarcam, epistemologicamente os valores representativos de cada país membro. Nesse sentido, ao observar a lista de sítios tombados como patrimônio mundial pela UNESCO é possível perceber a desigualdade de distribuição dos títulos patrimoniais entre países de diferentes continentes e entre as categorias existentes (UNESCO, 2017).

Enquanto a Convenção do Patrimônio Mundial em 1972 estabelecia critérios que reforçavam as distâncias entre valores globais e locais, e o patrimônio cultural e natural, nesse mesmo ano, acontecia em Santiago do Chile a Mesa Redonda organizada pelo Conselho

¹¹ Acrônimo de International Union for Conservation of Nature.

Internacional de Museus (ICOM)¹², considerada um marco da Museologia Social, onde “se definiu um novo enfoque na ação dos museus: o museu integral, destinado a dar à comunidade uma visão integral de seu meio ambiente natural e cultural” (IBRAM, 2012, p.2). O segundo marco desse movimento foi a Declaração de Oaxtepec de 1984 (ICOM, 1984), no México, em um seminário internacional intitulado Patrimônio, Território e Comunidades - Ecomuseus: o Homem e seu Ambiente.

Segundo Oaxtepec, o território é uma entidade física delimitada por um conjunto de critérios biológicos e humanos, dos quais fazem parte os limites geológicos, geográficos e biológicos, bem como os limites político-administrativos, os vínculos de parentesco, relações sociais, relações de produção e trabalho e questões jurídicas. Ainda, segundo a declaração:

“O território como patrimônio é diacrônico: possibilita diferentes formas e conteúdos em função do tempo e do grau de desenvolvimento social; pode inclusive ir além dos limites administrativos ou políticos. Não é somente propriedade, mas também herança do grupo e se define como tudo aquilo que é função e resultado da atividade humana dentro da relação entre o homem e seu meio. O território se converte em patrimônio uma vez que passa a ser recurso para o homem¹³” (MINON-ICOM, 1984:2).

Em Oaxtepec, portanto, se ressalta a estreita relação do ser humano e seu meio utilizando o conceito de patrimônio como forma de proteção, sem fazer distinções entre o patrimônio natural e cultural.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1992 o conceito de desenvolvimento sustentável se instala como categoria de discurso amplamente aceita e como consequência, o patrimônio passa a ser pensado a seu favor. A partir desse ponto, o conceito de patrimônio passa a abranger categorias muito mais vastas e menos elitizadas, a ponto de culminar oficialmente no reconhecimento da diversidade cultural de um mesmo território e o seu patrimônio (VARINE, 2012).

O processo de discussão da Agenda 21 (ONU, 1992) desencadeado pela Eco 92 também cita a importância da inclusão do patrimônio nas discussões do desenvolvimento local sustentável. Esse foi um caminho importante para debater a descentralização das questões patrimoniais em nível local (VARINE, 2012), e associando o patrimônio ao desenvolvimento local, e para a população local (VARINE, 2012).

¹² O ICOM, criado em agosto de 1946 por uma iniciativa de representantes nacionais de museus da Europa e Estados Unidos, tinha como objetivo estabelecer uma cooperação internacional entre os museus e se tornou Instituição Conselheira da UNESCO desde 1947 (ICOM, 1947).

¹³ Tradução da autora. Texto original: “El territorio como patrimonio es diacrónico: da cabida a diferentes formas y contenidos en función del tiempo y del grado de desarrollo social; puede incluso desbordar los límites administrativos o políticos. No sólo es propiedad, sino herencia del grupo y se define como todo aquello que es función y resultado de la actividad humana dentro de la relación entre el hombre y su medio. El territorio se convierte en Patrimonio una vez que pasa a ser recurso para el hombre”.

O reconhecimento da ação humana sobre a natureza, não apenas devastadora, mas importante para o sistema sócio ecológico, geram novas abordagens e categorias para o patrimônio. O valor estético preconizado pela UNESCO no patrimônio natural é substituído pela paisagem, que inclui a importância da ação humana e o patrimônio imaterial. Segundo Nascimento & Scifoni (2010, p. 1) a paisagem cultural propõe:

“um tratamento entre o patrimônio material e imaterial, entre o natural e o cultural, entendendo-os como um conjunto no qual os seus diferentes significados se articulam num todo vivo e dinâmico”.

Entretanto, embora aponte perspectivas de avanço nas políticas de patrimônio, sobretudo no tocante à própria ampliação da noção de patrimônio e à aproximação entre as dimensões cultural/natural e material/imaterial, o emprego deste novo conceito vem refletindo ainda velhas concepções de paisagem e de preservação (FIGUEIREDO, 2013) uma vez que tal categoria valoriza um recorte bastante específico e homogêneo do resultado da ação humana no ambiente (CAUQUELIN, 2007; SAUER, 1925; UNESCO, 2005).

Também na década de 1990, parte dos valores emitidos nas recomendações de salvaguardas da UNESCO para o patrimônio mundial foram desafiados. Um texto em particular, o Nara Document on Authenticity (ICOMOS, 1994), questionou diretamente os critérios eurocêntricos utilizados para a avaliação da autenticidade do patrimônio, afirmando que a autenticidade dependente do contexto cultural e se expressa em diferentes formas em todo o mundo. O documento de Nara, encorajou mudança nas Diretrizes Operacionais da Convenção do Patrimônio Mundial em direção à valorização do patrimônio imaterial (ARAOZ, 2013).

Em 2000 o conceito de patrimônio passa a abranger bens culturais de natureza intangível, como representações e ofícios tradicionais (Ahmad, 2006; UNESCO, 2003), e avança ainda para valorização e proteção dos patrimônios mistos, envolvendo bens naturais, histórico-culturais e arqueológicos (PELEGRINI; FUNARI; RAMBELLI, 2009).

Ainda, autores como François Hartog também defendem que a UNESCO é atualmente uma importante instituição que elabora discursos sobre patrimônio que são amplamente aceitos internacionalmente. Segundo esse autor, essa instituição “se tornou ao mesmo tempo uma possante caixa de ressonância e um vasto laboratório mundial onde se elabora uma doutrina e se proclama os seus princípios” (HARTOG, 2006:11). Unindo a ciência à política, a UNESCO, por meio das cartas patrimoniais, passa a produzir discursos sobre patrimônio, normativas sobre apropriação e uso no mundo (CARVALHO; SCHEINER, 2010; SILBERMAN, 2015).

As produções discursivas da UNESCO representadas, em especial, por publicações que se tornam normativas da prática patrimonial (UNESCO, 1972, 2005, 2008, 2010) traduzidas em inúmeros países por órgãos patrimoniais, tem grande relevância para a tomada de decisões em ações sociais, econômicas e culturais, públicas e privadas.

Quando a UNESCO elabora um discurso, esse discurso é aceito quando faz sentido para algum grupo que se apropria do mesmo. Assim também esse mesmo grupo ou outros que não encontram categorias explicativas para seus valores e significados podem emitir novas demandas que são incorporadas ao discurso da UNESCO para então ressoarem com os mesmos, e assim por diante em um processo dinâmico.

Como efeito, as demandas de grupos sociais sobre a ampliação do conceito de patrimônio permitiram que instituições que oficializam o discurso patrimonial reconhecessem o valor das referências culturais elencadas por atores locais em um território. As referências culturais são manifestações materiais e imateriais que ressoam com um grupo social, sendo este grupo o principal beneficiário destas referências, e o responsável por sua valoração (FONSECA, 2001)

A questão é que esse processo é dinâmico quando se trata dos discursos. As cartas patrimoniais da UNESCO evidenciam que seus discursos tornaram-se mais inclusivos a medida que essa ressonância também trouxe novas perspectivas a essa instituição, captando novas demandas, incluindo, a interdependência dinâmica entre os homens e a natureza, a convergência e diálogo na relação cultura e natureza no âmbito patrimonial (UNESCO, 2009), e a inclusão de dimensões imateriais (Ahmad, 2006).

Segundo Lynn Meskell, entretanto, mesmo a UNESCO tendo ampliado o discurso sobre patrimônio, deixando-o mais inclusivo, suas ações não correspondem a esse discurso, já que essas ações estão engendradas em normativas baseadas na Convenção de 1972, e cujo processo de tomada de decisão sobre novas inscrições de sítios do Patrimônio Mundial da UNESCO é impulsionado por imperativos econômicos e políticos, proporcionado cada vez mais uma plataforma para novas alianças políticas, tensões internacionais e desafios para a cooperação global (MESKELL, 2015; MESKELL et al., 2015).

No Brasil, é o IPHAN quem zela pelo cumprimento dos marcos legais dos bens reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade no país (Anexo II); entretanto, existem classificações e divisões distintas entre esses órgãos. A começar do patrimônio natural, que é uma classificação estabelecida pela UNESCO, porém não pelo IPHAN.

As áreas reconhecidas como patrimônio natural no Brasil são unidades de conservação gerenciadas e pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que

estabelece um conjunto de tipologias com diferentes funções, missões e regras para gestão dos recursos naturais e para a presença humana (BRASIL, 2000a), porém quem zela pelo reconhecimento dessas áreas como patrimônio no país, em nome da UNESCO é o IPHAN.

O patrimônio cultural é gerenciado em âmbito nacional pelo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esse órgão trabalha em parceria com os governos estaduais e municipais que possuem instituições próprias para o reconhecimento do patrimônio nessas esferas (IPHAN, 2017).

Em São Paulo, a gestão do patrimônio cultural é realizada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) e também existem instituições municipais que podem variar em nomenclatura e estrutura para lidar com as questões patrimoniais e/ou das denominadas áreas protegidas.

O IPHAN categoriza o patrimônio material em 4 livros distintos: o Livro do Tomo de Belas Artes, Livro do Tomo das Artes Aplicadas, Livro do Tomo do Patrimônio Arqueológico, e Paisagístico e Etnográfico e o Livro do Tomo Histórico. Os sítios arqueológicos recebem proteção legal a partir do registro dos mesmo no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN. O patrimônio imaterial é protegido por meio dos Livros de Registro dos Saberes Celebrações, Formas de Expressão e Lugares (ANEXO II).

No Estado de São Paulo, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), classifica a proteção pelo tombamento segundo os Livros do Tombo Histórico, Tombo das Artes e do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Nesse último é onde se insere o tombamento do patrimônio natural paulista. No CONDEPHAAT o registro de bens culturais de natureza imaterial, é realizado através dos seguintes livros: livro de registro dos saberes, livro de registro das celebrações, livro de registro das formas de expressão, livro de registro dos lugares (SÃO PAULO, 2011). Por último, ainda em 2015, esse mesmo órgão ainda criou uma nova categoria intitulada "Lugar de Interesse Cultural" (SÃO PAULO, 2015), permitindo assim a valorização de forma mais plural de elementos do patrimônio.

A questão é que ainda permanece uma enorme discrepância entre as classificações entre bens imateriais sendo muito menos reconhecidos, e no CONDEPHAAT ainda não existe nenhum reconhecimento dentro das novas categorias criadas, como a do Lugar de Interesse Cultural. Também o diálogo entre as diferentes formas de gestão patrimônios nesses distintos órgãos é deficiente e ainda possui ruídos de comunicação e gestão.

Por outro lado no território, soluções não formais, não chanceladas pela governo, auto organizadas, possibilitam que a dinâmica do processo de apropriação e uso do

patrimônio continue, e na verdade é nessa eleição onde está a riqueza do patrimônio (HARRISSON; HARRISON, 2013; VARINE, 2012; ZAOUAL, 2006).

3.3 Turismo, Patrimônio e Território

No setor turístico percebe-se de forma bastante clara a ligação entre UNESCO e construções turísticas. Autores como José Antonio Donaire (2012) e Olivier Lazzaroti (2000, p. 01), por exemplo, evidenciam forte ligação entre o movimento dos Sítios Patrimônio Mundial da Humanidade UNESCO e o fluxo turístico. Segundo Donaire (2012, p.52), a relação entre turismo e patrimônio está presente na maioria dos discursos proferidos pela UNESCO por meio de suas cartas no século XX.

Ainda, segundo Paes-Luchiari (2010):

“... A valorização do patrimônio cultural para fins turísticos evidencia a associação entre o urbanismo e o planejamento do território na produção de imagens e discursos que privilegiam ou excluem determinadas memórias e paisagens do território. As imagens valorizadas, construídas ou recuperadas com o objetivo de mercantilização das paisagens, de fortalecimento dos lugares e de produção de territorialidades, participam de uma construção simbólica com base espacial”.

Distintos autores nesse sentido, apresentam casos onde a escolha pelo turismo associado a uma localidade que possua alguma titulação de patrimônio geraram “reduções narrativas” (Paes Luchiari, 2010 citando Vlès et Berdoulay (2005); tornaram invisível outras manifestações culturais locais (Lage; Godoy; Santos, 2011) ou impuseram um sentido único de vocação ao local (CARVALHO, 2009).

A própria relação que se estabelece entre patrimônio e turismo, também revela quais foram ou são as características e identidades escolhidas por grupos específicos para evidenciar o território. O patrimônio nesse caso volta a ser usado por meio da identificação de símbolos regionais que promovem campanhas de marketing do território por meio da identificação do mesmo através de características específicas, muitas vezes associadas a identidades que oferecem maior apelo comercial.

O estudo realizado por uma equipe do (WONDERFUL COPENHAGUEN, 2017) aponta diversas mudanças na forma de se realizar turismo hoje em dia. Primeiramente porque a tecnologia digital está disponibilizando acesso a informação ilimitada que permite que todo usuário seja também um guia, e que os roteiros sejam personalizados e individualizados.

Donaire (2012) se refere a transição do modelo clássico de circulação de informações no turismo para um modelo em rede (DONAIRE, 2012, p. 247). No modelo clássico, o gestor público é o elemento integrador de políticas do turismo em nível local/territorial. No território esse ator se mobiliza para proporcionar a ligação entre turistas,

os locais de interesse, e os itinerários, e os outros elementos materiais necessários como acomodações, alimentação transporte para tanto (Donaire, 2012, p246). No modelo em rede (chamado por Donaire, 2012 p. 274-277, de turismo 2.0), não só os novos aplicativos, mas novas ferramentas digitais, novos turistas, desfazem a figura do gestor para estabelecer novos tipos de relação com o local. Nesse novo modelo, inúmeras narrativas sobre o território se multiplam, de acordo com as escolhas dos indivíduos que acessam o local, ou estão no local e divulgam publicamente e democraticamente o que existe na região.

Ainda, o estudo de (WONDERFUL COPENHAGUEN, 2017) também aponta sobre a importância do paradigma da localidade (localhood), para o turismo, onde os viajantes andam em busca de viver o local com todas as suas particularidades, fazendo parte desse ambiente, vivenciando a cultura e se sentindo como um dos seus habitantes e onde também os locais podem ressignificar suas relações de troca com o mundo, por meio do contato com turistas.

Nesse sentido, a relação que se estabelece entre o objeto patrimonializado e o turista, por exemplo, também é uma relação de ressonância. No livro Atlas, Jose Luís Borges, narra sua interação com estátua de uma a deusa gálica exposta no museu de Genebra. Sobre essa experiência descreve:

“A deusa Gália ... antes ocuparia seu lugar numa hierarquia precisa e seria a filha de um deus e a mãe de outro e a vinculariam às dádivas da primavera e ao horror da guerra. Agora a acolhe e exhibe essa estranha coisa, um museu. Chega-nos sem mitologia, sem a palavra que foi sua, mas com o apagado clamor das gerações hoje sepultadas. É uma coisa rota e sagrada que nossa ociosa imaginação pode enriquecer irresponsavelmente. Nunca ouviremos as súplicas de seus adoradores, nunca saberemos seus ritos” (Borges, 2010, p11).

Borges escreve sobre o quanto a sua própria imaginação poderia acrescentar e enriquecer a narrativa contada, sobre a relação única estabelecida entre ele e esse objeto. A estátua dentro de um museu também estabelece outro significado, a estátua em relação aos seus visitantes outra. Esse exemplo ilustra a complexidade com que se estabelecem as relações em torno do patrimônio.

3.4 As distintas abordagens teóricas sobre patrimônio, território e turismo

O patrimônio no território adquire múltiplos sentidos, significados e identidades por meio de processos de negociação entre os discursos autorizados do patrimônio (tanto pela UNESCO como em outras instâncias de poder nacionais ou regionais) e interesses sociais, disputas por apropriações e usos políticos e estratégias de mercado (DUARTE-PAES, 2010).

As discussões que enlaçam a temática do território com o patrimônio acontecem em três principais frentes: a primeira, busca utilizar o território como um recorte para a gestão em políticas públicas, em geral associado ao discurso oficial (FERIA, 2012; FERIA TORIBIO, 2010); a segunda vertente é utilizada para a inclusão de atores do território na apropriação e gestão do patrimônio (ALFONSO, 2012; KASEKER, 2014); e, por fim, desenha-se o território por meio de uma cartografia patrimonial como a rede de atores humanos e não humanos (sendo o próprio lugar geográfico um ator não humano) onde as negociações e articulações sobre patrimônio acontecem (BREGLIA, 2006; CHAGAS, 2007; DELEUZE; GUATTARI, 1987; HAESBAERT; BRUCE, 2002; LAW, 2009; SANTOS, 2013).

3.4.1 O patrimônio territorial

A primeira abordagem é a gestão do patrimônio no território na elaboração de políticas, utilizando abordagens da Arqueologia e Ecologia da Paisagem.

Partindo da arqueologia da paisagem discutida por (CALDARELLI, 2006, 2012; MORAIS, 2011), se propõe a gestão do patrimônio arqueológico com base nas diferentes ocupações do território, que em geral são influenciadas e influenciadas por ligações íntimas com a malha hídrica local.

Assim, recolher as informações das ocupações humanas nas bacias hidrográficas, traz para o território a gestão, o conhecimento e apropriação dos múltiplos processos de ocupação humana no local, bem como a escolha sobre quais vestígios desses períodos ainda estão presentes no território, e se fazem no presente uma materialidade e imaterialidade envolvida e patrimonializada.

Moraes (2011) utiliza a abordagem da arqueologia da paisagem a partir das Bacias Hidrográficas no projeto chamado de ProjPar, referente ao levantamento arqueológico realizado ao longo dos principais rios que permeiam os municípios localizados na Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema (ALPA).

Kaseker (2014, p. 101) utiliza o termo território patrimonial a partir da definição do espaço geográfico do ProjPar, na bacia do Rio Paranapanema no Estado de São Paulo, delimitada pelos divisores de águas. As ações do ProjPar, entretanto, têm por base dois tipos de organização territorial: as bacias hidrográficas – que também funcionam como base para a organização das unidades territoriais do projeto (regiões, mesorregiões e microrregiões), e os municípios, estes últimos conforme assinala Moraes (2011, p. 141-142) constituem a base

político-administrativa para as ações ligadas ao gerenciamento e à proteção do patrimônio arqueológico, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988, em sistema de federalismo corporativo”. Na ótica do ProjPar o gerenciamento do patrimônio contempla, além dos sítios arqueológicos, também o patrimônio histórico-cultural edificado da área urbana de casa município.

Kaseker, inclui dentro da proposta do território patrimonial, agregando à área de abrangência da gestão patrimonial também o patrimônio material não edificado (natural) e o patrimônio imaterial, como fundamento para formulação das diretrizes de musealização territorial, dado que o objeto da pesquisa não se restringe apenas à ocupação indígena do território. Kaseker, mantém a delimitação municipal como área de abrangência para a gestão patrimonial, mesmo considerando que o território patrimonial pode se estender para além dos limites geográficos do município.

Caldarelli (2006, 2012) propõe a delimitação territorial de Bacias Hidrográficas para orientar estudos relativos ao patrimônio arqueológico. Ainda propõe que o Estudo Integrado de Bacias Hidrográficas (EIBH). A abordagem proposta por Caldarelli discute a importância da territorialização nos estudos sobre o patrimônio arqueológico, em especial devido as exigências legais da presença da arqueologia em estudos e relatórios de impacto ambiental, como uma forma de gestão e conexão entre estudos realizados por profissionais em um mesmo território, devido a empreendimentos distintos em momentos distintos do tempo. Essa abordagem agrega e direciona novos estudos, segundo o estado da arte atual das pesquisas referentes ao patrimônio, porém em especial ao patrimônio no tempo preterito, referentes as antigas ocupações humanas presentes em uma bacia hidrográfica. Segundo essa autora:

“Uma vez que as bacias hidrográficas constituem elementos naturais privilegiados nos deslocamentos e expansões regionais de populações indígenas pré-coloniais e também do conquistador europeu no período colonial, seu recorte é altamente favorável à formulação de: problemáticas sobre a ocupação humana pretérita da área de estudo; definição de territórios de captação de diferentes recursos para sociedades com tecnologia simples e formulação de modelos preditivos sobre a localização e funcionalidade de assentamentos humanos pretéritos” (Caldarelli, 2012, p.1).

Ainda dentro dessa mesma abordagem, José Maria Ferial Toribio (2012) e outros colegas geógrafos da Universidade de Sevilha – Espanha, apresentam o território como um sistema multifuncional cujos processos naturais (hidrológicos, biológicos e microclimáticos) interatuam para o bom funcionamento do mesmo, mas também onde os seres humanos agem delimitando, apropriando e gerenciando esse espaço e, dessa forma, o retrata como um

produto social e histórico. O território é apresentado como um sistema sinérgico entre aspectos naturais e humanos, cujo resultado possui especificidades de acordo com os processos de negociações entre interesses e aspirações humanas.

Tais estudos se utilizam da ecologia de paisagens como instrumento de caracterização da funcionalidade no território (Toribio, 2012). Sob a ótica da ecologia da paisagem, o território é um sistema físico e não um sistema abstrato, e leva em conta de forma explícita a dimensão espacial dos processos ecológicos. Nessa abordagem as áreas são caracterizadas segundo o modelo de mancha-corredor-matriz. Uma mancha é uma área homogênea, restrita e não-linear da paisagem que se distingue das unidades vizinhas; um corredor é também uma área homogênea, porém linear da paisagem e que se distingue das unidades vizinhas. A matriz é a unidade dominante da paisagem (espacial e funcionalmente); ou conjunto de unidades de não-habitat (METZGER, 2001).

Seguindo essa lógica, no Brasil instaurou-se desde o SNUC (BRASIL, 2000a), três formas de gestão territorial, as reservas da biosfera, os corredores ecológicos e os mosaicos de áreas protegidas como instrumentos de ordenamento territorial voltados a conservação da natureza. A principal motivação para tanto, segundo o próprio Ministério do Meio Ambiente (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, [s.d.]), foi a percepção de que a implementação de reservas e parques, em si, não tem sido suficiente para garantir a conservação dos sistemas naturais. A concepção dessas áreas em ilhas, a baixa manutenção na infraestrutura e de pessoal, e ainda o pequeno envolvimento dos atores residentes no seu interior ou no seu entorno, são apontadas como as principais causas.

No livro *Territorial Heritage*, organizado Toribio (2012), os autores utilizam a lógica dos elementos articuladores da ecologia da paisagem como metodologia de caracterização do patrimônio territorial em distintos casos na Espanha México e Peru. Segundo os autores, a noção de patrimônio territorial faz referência a um sistema territorial em que cada recurso tem sentido em seu conjunto, como um produto da relação histórica entre meio ambiente e ação humana. Sobre essa perspectiva Toribio (2012) propõe que o objetivo final do patrimônio territorial não é realizar um inventário interminável de recursos patrimoniais do território, mas antes elencar aqueles cujas características e funções sejam significativos e relevantes para o funcionamento do sistema territorial no momento histórico atual ou passado. Apesar do grande enfoque ecológico, os autores também reforçam que o território deve ser uma expressão singular (porém não homogênea) da interação entre recursos naturais e culturais. A complexidade dessa expressão se representa na elaboração de uma cartografia patrimonial.

3.4.2 O território patrimonial

Segundo Varine (2012) há que se considerar o patrimônio envolto em uma complexa rede de interesses humanos, diferenças culturais, históricas e materiais inseridas em um território – impossível de serem abrangidos em sua totalidade.

Nos casos apresentados por Toribio (2012), os elementos que compõe o patrimônio territorial partem dos patrimônios oficializados por órgãos governamentais dos países analisados. Outras abordagens, dentro da sociomuseologia, como a proposta do Consultor da UNESCO-ICOM, Hugues Varine (2012) (VARINE, 2012) que inclui a participação da comunidade local na elaboração de Mapas Patrimoniais da Comunidade, onde não apenas os elementos evidenciados por poderes oficiais (Federais, Estaduais ou Municipais) são utilizados para compor o patrimônio territorial.

Ademais, a partir da década de 1990 do século XX, o desaparecimento progressivo do setor público e a redução dos investimentos sociais, fruto das profundas mudanças nas estruturas sociais, geopolíticas e econômicas em nível global proporcionam o surgimento de experiências originais de auto-organização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica no nível local, implicando processos de recriação de identidades territoriais.

Nesse sentido, Paulo Freire Vieira (2009) defende que em diferentes contextos regionais, populações passaram a assumir com autonomia crescente a busca de soluções originais no que diz respeito às opções de dinamização socioeconômica, à organização do trabalho produtivo e à gestão local dos recursos naturais de uso comum.

Ainda, reforçando essa ideia, Hassan Zaoual (2006), afirma que cada vez mais os territórios se tornam relevantes como “sítios simbólicos de pertencimento” nos quais os atores econômicos e sociais buscam soluções para os problemas da incerteza que os cerca em sua vida cotidiana. Para esse autor, os atores no território mobilizam as várias dimensões de sua existência (crenças comuns, religiões, identidades, redes, solidariedade, reciprocidade, pertencimento) para enfrentar as pressões globais buscando formas de regulação, muitas vezes clandestinas.

Abordagens recentes, portanto, incluem a participação social nos levantamentos patrimoniais no território. A abordagem do território patrimonial foi utilizada por (Alfonso, 2012) como recorte geográfico durante para realização dos diagnósticos referentes à oferta turística de três municípios no nordeste brasileiro. Tal território foi compreendido a partir da realidade arqueológica associada às referências patrimoniais apontadas pelas comunidades envolvidas.

Ainda é válido citar The Living Taff¹⁴, uma iniciativa forjada pela Universidade Metropolitana de Cardiff na figura do professor Dr. Paul Barrett, cujo objetivo é valorizar o ambiente e a história do Rio Taff e promovê-lo a turistas e moradores. Segundo Barret, o Rio Taff foi o berço dos vales onde se deu o início da Revolução Industrial e que conduziu a revolução até às docas históricas da capital. Dessa forma, tenta integrar o passado e o futuro em discussões presentes por meio da participação social, com a criação de uma comunidade de apoio para o rio, que vai desde o Brecon Beacons para Cardiff. A proposta é envolver a população e torná-la participativa e atenta quanto às questões atuais que envolvem o Taff e à sua importância.

3.4.3 A cartografia patrimonial

O território é também o local onde o conjunto das manifestações materiais e imateriais, culturais e naturais, híbridas, se movimentam e transformam a paisagem, que se mantém em constante mutação. De acordo com os elementos eleitos para caracterizar o território como patrimônio, tem-se uma transformação no caráter social da paisagem (BREGLIA, 2006).

A vertente do patrimônio territorial cara à geografia imprime várias identidades ao espaço físico, segundo define a geógrafa Teresa Duarte-Paes (2010). Para essa autora, desde um ponto de vista da geografia, a esfera simbólica do patrimônio está intrinsecamente associada ao lugar, sendo que suas representações são produzidas por tramas narrativas que legitimam sua dimensão espacial.

O patrimônio foi usado nas políticas de construção da nação, associando símbolos do território nacional à criação de uma narrativa nacional. Com a ampliação das discussões de patrimônio, e a democratização e descentralização dos estados nacionais, quebra do muro de Berlim, fim de políticas dicotômicas da década de 1980 para 1990, o conceito passou a ser apropriado por grupos minoritários, em demandas específicas, e inclusive para políticas de territorialização e construção de novos territórios ligados a grupos étnicos. Ainda, a construção de novos territórios com identidades regionais passou a ser tornar uma política econômica de desenvolvimento regional, associando identidades regionais a demarcações de território regionais. Segundo afirma Ulpiano Bezerra de Meneses:

Se o “legado” e a “linhagem” são argumentos pouco convincentes, nada impede porém, que outros vínculos possam ser reconhecidos, inclusive de ordem subjetiva. O homem não é um ser abstrato, que viva em levitação, mas se enraíza em espaços determinados que vêm assim funcionar como suporte de comunicação, de interrelação, de organização de sentido e, enfim, de fecundidade: terra matriz e

¹⁴ <http://www.livingtaff.wales/>

motriz. O homem “pertence” a um espaço. “Ser de um certo lugar” não expressa vínculo de propriedade, mas uma rede de relações. É o que certas línguas, o inglês principalmente, traduzem com termos específicos, como *belonging*... Se com a memória, se explora a dimensão temporal do homem, com a “pertença”, está em cena o conteúdo espacial da existência (MENESES, 1984, p. 36).

Dessa forma, a produção de identidades territoriais pode se manifestar em diferentes escalas espaciais (nacionais, regionais, municipais, ocupações etc) e frequentemente envolve processos de escolhas, de inclusões e exclusões (DUARTE-PAES, 2010).

“Estas territorialidades podem também ser projetadas por práticas sociais (festas, rituais), pelo mercado (enclaves homogêneos de consumo), ou por estratégias e discursos políticos (valorização e institucionalização de paisagens e monumentos), lembrando que o sujeito e o meio estão em contínua integração e são constitutivos um do outro” (BERDOULAY; ENTRIKIN, 1998, p. 118).

Para Mario Chagas (2007, p.15), a articulação entre território, patrimônio e população (ou comunidade) pode ser tanto excludente e coercitiva, como pode ter função emancipadora. De um lado, associar o patrimônio ao território, pode representar um fortalecimento de identidades locais em resistência aos processos de homogeneização e globalização cultural como já afirmava Stuart Hall (2005), que, porém, correm o risco de serem cristalizados em identidades singulares frente a uma diversidade de valores existentes no território. Se, por outro, assume-se a volatilidade desse território, torna-se possível a construção de estratégias que favoreçam a troca, o intercâmbio e o fortalecimento dos atores locais em favor de políticas inclusivas de patrimônio (CHAGAS, 2007:15).

Mario Chagas (2007:15), exemplifica esse processo dentro da sociomuseologia, afirmando que:

“as práticas ecomuseológicas não têm sido sempre de territorialização, ao contrário, elas movimentam-se entre a territorialização e a desterritorialização, sem assumir uma posição definitiva. Quando nos anos noventa, em reunião de trabalho, um dos responsáveis pelo Museu Etnológico de Monte Redondo, em Portugal, afirmava que - o Museu é a taberna do Rui, quando lá nos reunimos para a tomada de decisões, e também a casa do Joaquim Figueirinha, em Geneve, quando lá estamos trabalhando - ele estava deliberadamente desgeografizando o Museu. Em outro momento, durante a mesma reunião, essa mesma pessoa achava importante fazer coincidir o território de abrangência física do Museu com um mapa medieval da Região de Leiria”.

De acordo com Harvey, a cartografia é um instrumento utilizado para localizar, identificar e delimitar eventos, processos, e coisas dentro de uma estrutura espacial coerente. O mapeamento representa uma lógica estratégica de representação em um sentido conceitual e

prático. Mapas tanto político, militares, naturais ou culturais buscam localizar espacialmente, corrigir e definir recursos através da paisagem (ecológica, social, cultural e econômica nacional) (HARVEY, 2001:220).

Nesse sentido, a cartografia é frequentemente utilizada como instrumento de ordenamento territorial, e, em, especial, dentro da ótica ambiental, como instrumento de gestão de áreas naturais protegidas, que, em geral, são divididas em zonas com diferentes categorias (PHILLIPS, 2003). Os chamados Zoneamentos Ecológicos-Econômicos, foram difundidos por agências internacionais como instrumento de tomada de decisões em diferentes níveis hierárquicos, com vistas a viabilizar “o desenvolvimento sustentável e harmônico do território” (MARQUES, 2012; SMA, 2015).

Cartografar um território, utilizando metodologias especializadas, voltadas à ótica do patrimônio, pode servir como importante instrumento de identificação do mesmo frente a uma lógica de globalização homogeneizante, porém, ao mesmo tempo, pode ser ambivalente, uma vez que o próprio território é polissêmico, e agrega diferentes grupos sociais, em torno de diferentes valores e qualidades afetivas.

A cartografia, também pode ser utilizada, para expressar anseios de diferentes atores sociais e sua própria epistemologia cartográfica, como formas de expressão indenitária e reivindicações de direitos, criando novas narrativas político-biográficas daquele espaço (Almeida; Farias Junior, 2013)

Essa cartografia pressupõe a participação de vozes locais e a criação de mapas baseados em suas próprias epistemologias cartográficas, como formas de expressão indenitária e reivindicações de direitos (Almeida; Farias Junior, 2013). No projeto Cartografia Social dos Povos da Amazônia, comunidades da Amazônia, lutam pela proteção de suas terras, por sua distinção cultural, pela conservação ambiental, pois muitas vezes dependem economicamente delas para sua sobrevivência.

Como seria possível então conceber uma nova cartografia patrimonial que capaz de incluir o dinamismo das diferentes agregações em torno do patrimônio? Lisa Breglia (2007:54) utiliza a abordagem de rizoma de Deleuze; Guattari (1987) ao também propor o “mapeamento” como uma prática desterritorialização; uma desconstrução do mapeamento estático existente, traçando os caminhos percorridos de sua construção, quais as relações entre os vários elementos existentes na cartografia oficial, e não apenas sua localização geográfica *per se*”.

Nesse sentido cartografar é acompanhar um processo, e não representar um objeto (Kastrup, 2008:469), como é o caso do projeto Cartografia social en Laguna de Rocha no

Uruguai, apresentado por Blasco et al. (2014). Breglia (2007:55) responde à pergunta citando a Deleuze; Guattari (1987:21):

“...vários territórios do patrimônio exigem um mapa que está aberto, possível de conexão em todas as suas dimensões, e capaz de ser desmontado; reversível, e suscetível a modificação constante”¹⁵.

“Esse mapa vai se desenhando pelas conexões que o campo de pesquisa ofertar, não se esquecendo jamais, que nele se incluem as implicações do próprio pesquisador, ou seja, seus desejos, perguntas, curiosidade, verdades (PAULON; ROMAGNOLI, 2010, citando DELEUZE E GUATTARI, 1987).

3.5 Definição de patrimônio adotada

Nesta tese o patrimônio é uma construção social dinâmica formada por agrupamentos em torno de valores e qualidades afetivas entre humanos e não humanos, produto da interação socioambiental em um território.

Sintetizando os argumentos apresentados, e apoiando-se nos seguintes autores Breglia (2006); Gonçalves (2005); Harrisson; Harrison (2013); Latour (2012a); Smith (2012b); Varine (2012), o patrimônio no território:

1. Se manifesta no entremeado das relações de atores (humanos e não humanos) que possuem ligação com um lugar, seja esse lugar;
2. É um processo de criação e recriação de redes em torno de diferentes interesses, apropriações, valores e qualidades afetivas;
3. Dá agencia simétrica aos humanos e não humanos e, portanto, não separa o cultural do ambiental;

3.6 Percursos metodológicos para a compreensão do Patrimônio no Território

Quanto ao percurso metodológico escolhido, o processo de elaborar objetivos e levantar informações em campo, sofreu muitas idas e vindas, influenciado pela necessidade de criação de um arcabouço teórico interdisciplinar e coerente.

A definição de território adotada se dá pelas interações dos seus habitantes com o ecossistema da bacia do Rio das Almas. Em especial o território é tratado não apenas como lugar físico, mas antes como o lugar onde atores-rede formam tramas ao redor do patrimônio, utilizando o ambiente ou local geográfico e físico como um dos elementos não humanos compostos dessa trama. Dentro desse espaço geográfico, também define-se a esfera das

¹⁵ The multiple territories of heritage require a map that is “open, connectable in all its dimensions, and capable of being dismantled; it is reversible, and susceptible to constant modification”.

interações sócio ecológicas, e como as atribuições e definições patrimoniais delimitam tais interações.

Para passar da análise do discurso autorizado do patrimônio, à descrição da formação de redes ao redor do patrimônio no território, foram muitas as construções teóricas feitas e desfeitas, até chegar a uma composição descritiva em que o discurso estivesse associado à prática, e à realidade local (Latour, 2012).

Foi preciso de um lado analisar os discursos oficiais sobre o patrimônio que incidiam sobre o território da bacia do rio das almas, e quais os efeitos desses discursos gerados localmente sobre os atores (CORRÊA, 2006; WATERTON; SMITH; CAMPBELL, 2006). Por outro lado, foi preciso identificar os valores e qualidades afetivas associadas ao patrimônio, descrito nas narrativas dos atores locais coletadas em campo.

Quanto ao primeiro ponto, foi realizado um levantamento extensivo de documentos que tratavam do patrimônio da bacia do Rio das Almas. Os documentos são provenientes de inúmeras fontes, a começar da documentação referente às unidades de conservação locais, os Planos de Manejo do Parque Estadual Intervales e Estação Ecológica de Xitué e documentos derivados, específicos ao patrimônio histórico e cultural.

Também foram analisados os Relatórios de Impacto Ambiental da ampliação da Minas SP1-SP4 da Companhia Brasileira de Equipamentos (CBE) e da Mina Limeira da Companhia de Cimento Ribeirão Grande (atualmente Votorantim Cimentos) assim como documentos referentes à arqueologia pública e patrimônio cultural. Vale ressaltar que houve várias tentativas para entrevistar arqueólogos que estiveram envolvidos na confecção desses relatórios, entre eles, Plácido Cali e Erika Robrán-González, que não responderam, e Gerson Levy Lazzaris que respondeu parcialmente à entrevista realizada.

Ainda vale reforçar que foi possível consultar apenas parte do material, que estavam disponíveis no IPHAN na data da consulta em julho de 2014, todos de responsabilidade da arqueóloga Erika Marion Robrahn-González, a saber: Diagnóstico Arqueológico - Mina de Calcário SP-01 e SP-04; Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Histórico - Projeto de Ampliação da Mina Limeira e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, autorizados no ano de 2003. Os relatórios referentes às portarias autorizadas no IPHAN quanto ao levantamento do patrimônio histórico, cultural e arqueológico em Ribeirão Grande de anos seguintes não foram localizados: Diagnóstico Arqueológico Área da Jazida Calcária SP-106 Bairro Ouro Fino autorizado no ano de 2005 sob a responsabilidade da arqueóloga Erika Marion Robrahn-González, e os relatórios referentes ao Diagnóstico Arqueológico Preliminar da área de Calcário CBE denominada

SP12A/SP106, sob a responsabilidade do arqueólogo Plácido Cali, que foi contatado para possível entrevista, com tentativas via telefone e email, sem resposta. E por último, o relatório de Prospeção Arqueológica e Educação Patrimonial da Ampliação da Mina de Calcário nas Jazidas SP01 e SP04, autorizado em 2016, sob a responsabilidade da arqueóloga Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani.

Outro conjunto de documentos analisados foram os planos municipais de desenvolvimento turístico de Ribeirão Grande, em especial o Plano de Desenvolvimento Turístico de Ribeirão Grande de 1997 (KANNI, 1997) e o Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável de Ribeirão Grande – SP (GAGLIARDI, 2012).

Por último, foi possível encontrar pastas valiosas de arquivos com reportagens locais sobre patrimônio cultural e natural no acervo da biblioteca municipal de Capão Bonito.

Também levantou-se informações sobre o significado do patrimônio para diferentes atores na Bacia do Rio das Almas e quais os elementos considerados pelos mesmos como patrimônio. Sobre esse ponto, destaca-se a importância da coleta de fontes orais, uma vez que são nas narrativas de atores locais, e das conexões que esses atores estabelecem com o território, onde se localizam as referências particulares associadas ao patrimônio.

Durante a construção do campo, foi possível identificar diferentes metodologias para realização de tais levantamentos, propostas por distintos campos disciplinares. Propostas metodológicas para identificação análise de valores socioculturais em sítios patrimoniais incluem métodos qualitativos com base principalmente antropológica (LABRADOR, 2013; LOW, 2002; LOWENTHAL, 2000).

Também estudos propostos por (FRICH; ORTIZ, 2004) abordam o processo de significação ambiental por atores locais utilizando a semiótica ambiental, que também poderia ser utilizada para analisar as significações sobre o patrimônio natural sobre a população local.

Os trabalhos realizados por (ALFONSO, 2012; KASEKER, 2014; LABRADOR, 2013; VARINE, 2012) também descrevem inúmeras formas realizar um levantamento do patrimônio no território de forma participativa, incluindo os valores associados aos atores locais. A maioria dessas propostas em geral agregam atores locais em um mesmo lugar, optando por levantar informações de uma forma coletiva, obtendo respostas, identificando opiniões convergentes. Em geral tais propostas tem como objetivo compreender como um grupo de atores se associam para atribuir valores às referências culturais às quais se identificam (FONSECA, 2001).

Segundo pondera Louise Alfonso em sua tese de doutorado, sobre experiências de Turismo e Arqueologia no Brasil:

“O potencial do turismo está em discutir identidades, patrimônio, museus, mesmo que o turismo em si não ocorra, mesmo que a instituição museológica não se torne, efetivamente um atrativo turístico. Pois por si só a reflexão engendradora para sua criação e o caminho percorrido para a estruturação da proposta de gestão dos bens patrimoniais de determinada localidade já alteram e transformam alguns aspectos socioeconômicos e culturais daquele local, uma vez que fazem das comunidades agentes de transformações (ALFONSO; PAULO; FUNARI, 2012, p. 311).

Os casos apresentados na tese de Alfonso evidenciam o uso de metodologias praticadas em processos de arqueologia preventiva, que tornaram a comunidade local ativa no processo de transformação do patrimônio arqueológico em um produto turístico, utilizando as escavações arqueológicas realizadas como um pontapé inicial, um ponto de partida para evidenciar quais elementos do ambiente em questão ressoavam com essa população.

O próprio IPHAN possui um manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) (IPHAN, 2000) e propostas de aplicação de inventários participativos para educação patrimonial (FLORÊNCIO et al., 2016).

Tal inventário propõe realizar um levantamento participativo bastante rigoroso quanto ao método, e classificar as referências culturais identificadas nas seguintes categorias: Celebrações, Edificações, Formas de Expressão, Lugares, Ofícios e Formas de Fazer (IPHAN, 2000).

Como apontado por Alfonso (2012), tais métodos são uma forma de agregar atores, mobilizar atores no território, para inclusive se apropriarem das questões patrimoniais. Nesse sentido a metodologia de classificação das referências culturais do IPHAN serviria com um meio de educação patrimonial, e não um fim.

Ao mesmo tempo, seguir a cartilha do IPHAN poderia ser um passo a mais para oficialização de referências culturais em um território, caso a mobilização comunitária cumprisse aos ofícios classificatórios desse órgão, que foram criados com o objetivo de ampliação do conceito de patrimônio.

Entretanto, não era proposta dessa tese ir até o território, com uma classificação já estabelecida, tentando encontrar exemplos aos quais enquadrar à essa classificação. Também a proposta da pesquisa não era mobilizar atores e sim seguir atores. Era encontrar como eles mesmos se mobilizavam (LATOUR, 2012a).

Outra questão é que seguir atores implicava em assumir distintas posições de atores locais de uma comunidade (CREED, 2006), diferentes relações de ressonância com o patrimônio, diferentes redes ao redor do patrimônio a serem mapeadas.

A escolha dos métodos foi subjetiva e foi se configurando à medida das possibilidades fornecidas no próprio campo. Esse momento da pesquisa é expresso por John Law, Ruppert, & Savage (2011) como a “performatividade” do método de pesquisa, pois ao mesmo tempo em que a escolha dos métodos de pesquisa contribuiu para criar a realidade do território pesquisado, os próprios métodos utilizados foram se moldando ao processo de investigação.

Dessa forma, o desenho da pesquisa foi se configurando pelas conexões estabelecidas em campo, incluindo minhas próprias percepções, perguntas, curiosidades e verdades.

A pesquisa em primeiro momento teve dois tipos de abordagem, a observação participante em grupos organizados ao redor dos temas patrimoniais e realização de entrevistas individuais, não estruturadas, utilizando o método da história de vida. Assim com descrito por Richardson (1999), com o auxílio da observação participante, foi possível captar os problemas e tensões existentes e identificar grupos sociais com motivações particulares.

Para Fonseca (2000), os sujeitos sociais não são apenas informantes, mas intérpretes de seu patrimônio, e suas narrativas expressam a relação com patrimônio no cotidiano de suas vidas, suas representações e manifestações. Por isso mesmo, as opções metodológicas que foram sendo aplicadas em campo primaram por colher relatos pessoais, histórias de vida e entrevistas não estruturadas, associadas as questões patrimoniais. Tais métodos serviram como guia para a aproximação e da coleta de informações junto aos sujeitos sociais.

Como me baseei nos documentos oficiais organizados no território sobre patrimônio, não bastava ler os conteúdos, era necessário entender como esses conteúdos estavam sendo vivenciados nas práticas dessas instituições. Para isso, foi que voltei a participar de reuniões dos Conselhos do Parque Estadual Intervales, e do Conselho Municipal de Turismo de Ribeirão Grande desde 2012 em diante.

Digo voltei porque entre os anos de 2005 a 2007 já havia participado do Conselho do PEI como representante local da minha instituição de trabalho, a APTA. Por isso foi importante observar diferentes posturas adotadas pelas redes que moviam o Conselho 2005-2007, e posteriormente, entre os anos de 2013-2016.

Também foi importante observar as posturas da gestão pública de Ribeirão Grande com relação à apropriação turística do patrimônio. Quanto a isso, segui os passos dados pela Coordenação de Turismo de Ribeirão Grande nos mandatos de 2009-2012; 2013-2016 e 2017; assim como participei e observei a organização e formação do COMTUR nesses momentos.

Entre os meses de fevereiro a maio de 2012, foram realizadas três visitas aos municípios de Ribeirão Grande, onde entrevistei o então Secretário de Turismo, Mineração e Meio Ambiente de Ribeirão Grande (já falecido, 1972-2015), e acompanhei, as ações dessa secretaria na elaboração de Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável para Ribeirão Grande.

Em 2013, realizei quatro visitas a campo em Ribeirão Grande e Capão Bonito, entre os meses de julho a outubro, onde participei de três reuniões do COMTUR de Ribeirão Grande e duas reuniões do Conselho Consultivo do Parque Estadual Intervales.

Em 2014, realizei visitas a campo, utilizando-me de entrevistas semiestruturadas, com duração aproximada de duas horas cada. A seleção dos entrevistados se deu por meio de uma amostra intencional de atores, provenientes de grupos distintos. Foram entrevistados habitantes locais, moradores da zona rural e urbana, gestores públicos (municipais e estaduais, federais e internacionais), cientistas e gestores de organizações não governamentais. Entre os meses de julho a novembro de 2014, foram realizadas visitas mensais a campo, com duração aproximada de 6 dias cada, e uma última visita a campo em março de 2015 com duração de 4 dias.

As entrevistas se basearam na biografia institucional ou história de vida de cada entrevistado (ALBERTI, 2004), mesclando perguntas que se relacionaram aos significados do patrimônio para cada entrevistado, e o que importa ou tem mais valor para essa pessoa na sua região, e quais elementos indicariam para visitação turística.

Em alguns casos foi possível perceber que a palavra patrimônio não fazia parte do repertório de significados e simbologias do entrevistado, e nesse caso, a história de vida foi surgindo como opção metodológica viável. A História de Vida é uma metodologia qualitativa dentro das abordagens biográficas, onde o pesquisador cede o lugar do saber ao ator local, uma vez que o conhecimento deve ser construído a partir das interpretações e significações daquele em que está inserido no fenômeno social a ser estudado (SILVA et al., 2007).

Ainda, foram realizadas entrevistas em grupo, baseadas na ideia de grupos focais (GF) (Gondim, 2003), com funcionários do Polo Regional Sudoeste Paulista (APTA/SAA), instituição onde trabalho, e com funcionários e monitores do Parque Estadual Intervales

(PEI). A grande vantagem dessa técnica foi a coleta de informações de vários atores em um mesmo espaço e em um período de tempo reduzido, entretanto, as perguntas foram realizadas individualmente, observando as posições e histórias pessoais.

Por último também foi aplicado um questionário escrito e individual aos alunos do curso técnico em Turismo Receptivo da Escola Técnica Paula Souza de Capão Bonito (Anexo I), com o objetivo de coletar informações sobre os elementos considerados como patrimônio e eleitos para visita turística dos mesmos. A opção dos questionários aconteceu apenas por questões contingenciais, pois não foi possível realizar um grupo focal com tais alunos. No total foram realizadas 37 entrevistas abertas, 3 grupos focais com 55 pessoas, e 20 questionários escritos (quadro 1).

Em seguida, foi preciso encontrar uma forma de analisar os dados encontrados nas fontes de informação recolhidas dos atores locais. Optei por tradicionalmente transcrever as entrevistas e extrair nas narrativas transcritas as informações específicas quanto a nomeação de elementos constituintes do patrimônio.

Na leitura dos textos transcritos foi possível identificar os elementos e referências culturais presentes nas narrativas dos entrevistados, que fazem parte da vida cotidiana dos mesmos, sendo esses elementos materiais ou imateriais, relacionados a alguma qualidade afetiva e com sua interação com território onde vivem.

Dessa forma, cada menção referente ao patrimônio dentro das entrevistas realizadas foi compondo uma lista de elementos sistematizada. A lista final foi composta pelos elementos listados nos documentos oficiais já descritos, somados aos elementos presentes nas narrativas dos entrevistados (Anexo II).

O passo seguinte foi atribuir classificações aos elementos encontrados. Entretanto, pairou a dúvida se a opção de classificação seria baseada nas classificações existentes nas instituições oficiais ou a opção seria criar uma nova classificação.

O primeiro problema quanto as classificações oficiais são as diferentes concepções de patrimônio dentro das instituições brasileiras. Em primeiro lugar porque existe uma separação clara entre o patrimônio cultural e o patrimônio natural. Em segundo lugar porque existe uma separação entre as classificações materiais e imateriais dentro dos próprios órgãos do patrimônio cultural.

N.	Instituição	Município	Método
1	Consultora Socioambiental	CB	NE
2	Criador do RGM Funcionário da Rede Acessa São Paulo	RG	NE, HV
3	Proprietária Restaurante	RG, Bairro dos Cruzes	HV
4	Antigo morador Do Barro Branco	RG	HV
5	Professora de Turismo Receptivo - ETEC Celso Charuri	RG	NE
6	Professor da Rede Estadual de Ensino	RG	NE, HV
7	Morador da Zona Rural	RG, Bairro Cachoeira	HV
8	Morador da Zona Rural	RG, Bairro Ouro Fino	HV
9	MV Proprietário da Estância Andrade	RG	HV
10	Presidente da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil	São Paulo	NE, HV
11	Coordenador de Turismo RG (2013-2016)	RG	NE
12	Coordenador de Turismo RG (2008-2013)	RG	NE
13	Proprietário de Restaurante RG, Monitor Ambiental	RG, Bairro Boa Vista	NE, HV
14	Professor da Rede Estadual de Ensino de RG	RG, Bairro Boa Vista	NE, HV
15	Secretário Executivo IDEAS, Funcionário Votorantim Cimentos	RG	NE, HV
16	Diretor do Parque Estadual Intervales (2012-)	RG	NE, HV
17	Funcionário PEI	RG	NE
18	Sócio do Hotel Paraíso EcoLodge	RG	NE, HV
19-20	Casal de Idosos	RG, Bairro dos Cruzes	HV
21	Empresa de turismo Capão Bonito e Ribeirão Grande	CB	NE, HV
22	Coordenador de Turismo CB (2004-2007)	CB	NE
23	Representante da Associação de Artesãos de Ribeirão Grande	RG	NE
24	Arqueólogo consultor empresa DOCUMENTO (2004)	Belo Horizonte	NE
25	Empresa de turismo Capão Bonito e Ribeirão Grande	CB	NE
26	Funcionária Votorantim Cimentos, Conselheira PEI 2014	RG	NE
27	Coordenador Turismo RG (2013-2016)	RG	NE
28	Coordenador Turismo RG (2017-	RG	NE
29	Vereador de RG (2017-	RG	NE
30	Arqueólogo empresa DOCUMENTO	RG	NE
31 -42	Funcionários APTA, moradores de Capão Bonito	CB	GF, HV
43 -	Funcionários APTA, moradores do Bairro Ferreira dos Matos	RG, Bairro Ferreira dos Matos	GF, HV
55-61	Monitores do PEI	RG, PEI	GF, HV
62-80	Aluno ETEC Turismo	CB	QE
81	Professor ETEC Turismo	CB	QE
82-83	Fandanguinhos do Grupo Melhor Idade	RG, Bairro Barreiro Cabral	NE
84-86	Colaboradores do Jornal Freguesia Velha	CB	NE

19Quadro 1: Descrição das fontes de informação oral, segundo método de coleta de informações realizado.

Nota: Ribeirão Grande (RG), Capão Bonito (CB), história de vida (HV), entrevista não-estruturada (NE), grupos focais (GF), Questionários escritos (QE).

A opção pelas classificações do IPHAN reforçaria a distinção entre os elementos sob a salvaguarda oficial, e aqueles considerados pela comunidade local como referências culturais. Entretanto, os próprios elementos oficiais são apropriados pela comunidade local, dando outros usos aos mesmos.

Não incluir uma classificação prévia também vem da tentativa de considerar simetricamente o patrimônio oficial e não oficial, tentar estabelecer relações entre o ambiente, o patrimônio natural e cultural. A opção por uma classificação local é uma construção própria de cada território ao redor desses elementos e como eles se relacionam entre si, formando agrupamentos. Assim mesmo, cada elemento pode adquirir múltiplas classificações de acordo com a ressonância com cada interlocutor (ator que esta interagindo).

Dessa forma os elementos foram posteriormente agregados ao redor de temas de interesse local, que surgiram nas falas dos entrevistados como categorias genéricas ao patrimônio: água, cavernas e grutas, lugares, sítios arqueológicos, danças, alimentação e religiosidade.

Com esses elementos listados, buscou-se realizar dois tipos de cartografias: uma cartografia georreferenciada dos elementos patrimoniais existentes nesse território, e cartografia social e descritiva, baseada na teoria do ator-rede.

A abordagem do patrimônio territorial foi utilizada para analisar as diferentes formas de interação entre o patrimônio e o território (FERIA, 2012). Os elementos listados foram dispostos em um plano cartográfico por meio da criação de pontos em mapas com as coordenadas geográficas.

As coordenadas geográficas dos elementos do patrimônio “oficial” (autorizado), foram levantadas junto às bases de dados das instituições que ordenam o patrimônio no Brasil: UNESCO, IPHAN, CONDEPHAAT e Ministério do Meio Ambiente. Quanto ao patrimônio natural, além da delimitação das áreas das unidades de conservação também foram listados os pontos correspondentes às entradas das cavernas citadas no Plano de Manejo Espeleológico do PEI (SALLUN FILHO et al., 2010; SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2010a).

Os elementos coletados nas narrativas dos atores entrevistados foram georreferenciados tanto por meio da coleta em campo com GPS, ou ainda obtidos por meio das informações coletadas das entrevistas realizadas com atores locais, via uma referência relacional no espaço físico, indicação de endereço e busca de pontos já georreferenciados disponíveis em mapas da internet como GoogleMaps e OpenStreetMap. Nesse caso as

informações coletadas nesses sites foram confirmadas junto a uma empresa de georreferenciamento local, NatGeo.

A partir da espacialização da lista de elementos do patrimônio no plano cartográfico, se observou a relação desses pontos no espaço geográfico em que estavam inseridos. Foram incluídos os aspectos hidrográficos, observando o percurso do Rio das Almas e seus afluentes, a cobertura vegetal, as principais rodovias pavimentadas e não pavimentadas e os limites geográficos dos zoneamentos das unidades de conservação ali presentes. A espacialização dos dados retrata um momento específico deste lugar, cujas conexões com o patrimônio e o turismo se apresentaram nessa tese fruto do recorte dos atores mapeados.

Foi possível dividir a Bacia do Rio das Almas em três grandes porções do território, e analisar como cada porção se relaciona mais intimamente com algumas categorias específicas do patrimônio.

A cartografia social e patrimonial foi utilizada para comparar as diferentes formas de apropriação do patrimônio no território. Optou-se por mapear as redes e associações que se formavam em torno de elementos considerados como patrimônio. O objetivo foi analisar as relações entre os discursos oficiais sobre o patrimônio, e o patrimônio vivenciado no cotidiano dos atores locais no território da bacia do rio das almas, e quais os possíveis hibridismos derivados. A cartografia realizada, portanto, foi uma descrição das redes formadas ao redor desses espaços de interação.

Desde o início, havia clareza que a pesquisa seria desenvolvida em nível descritivo privilegiando a abordagem qualitativa (SINGLETON, R. A. JR. STRAITS; STRAITS, 1993). Por isso me aproximei mais de Latour. Eu poderia descrever, seguir, mapear atores (LATOURE, 2012a). Poderia observar, interagir, perguntar. E foi o que eu fiz.

A ANT apareceu como opção metodológica em campo, sugerido por um ator local, que inclusive era um mediador do jornal freguesia velha, uma das redes mapeadas, não oficiais, e que tratava de inúmeros temas referentes ao patrimônio local. Foi em uma entrevista com o grupo da Freguesia Velha em março de 2015, que um dos próprios entrevistados apresentou outro olhar sobre o território, como um lugar onde os atores formam redes dinâmicas e que se agrupam e se desfazem devido as contingências, circunstâncias e interesses. O entrevistado comparou esse movimento com o que Hankim Bey chamou de “Zonas Autônomas Temporárias” (Bey, 2001), e ainda ao conceito de rizoma, territorialização e desterritorialização de Deleuze e Gattari (DELEUZE; GUATTARI, 1987; HAESBAERT; BRUCE, 2002).

Na teoria do ator rede essa ideia está contida no conceito de tradução definido segundo Barbosa (2012, p.7), como o processo de formação de uma rede por meio da estabilização temporária de um conjunto de forças movidas por estratégias e negociações. O ator-rede seria aquele/a (pessoa, instituição, objeto, conceito, lei etc.) com a capacidade de ordenar a rede, ou seja, de traduzir os interesses dos demais elementos da rede em direção ao alcance de um objetivo (Barbosa, 2012 p.7). Enquanto a tradução se atenta ao processo de criação de novas conexões na rede, e que modifica os atores envolvidos (Latour, 1994, p.32), a mediação seria o produto dessa associação, a influência mútua entre homem e objeto (SANTAELLA; CARDOSO, 2015).

A partir de então, optei por revisitar as entrevistas, e cartografar os processos de formação das redes ao redor do patrimônio e do turismo, observando quais as conexões se estabeleceram em torno dos elementos caracterizados como patrimônio pelos atores, quais elementos exerciam agência sobre os demais, quais as escolhas feitas para utilização desses elementos para o turismo. Nesse processo, foi bastante importante haver participado desde o início dessa pesquisa nos conselhos do PEI e COMTUR. As análises foram realizadas dentro de cada uma das divisões realizadas dentro do território da Bacia do Rio das Almas.

O mapeamento foi acompanhando o curso do Rio das Almas, desde sua nascente, na Estação Ecológica de Xitué, e Parque Estadual Intervales, na área ao sul do município de Ribeirão Grande, se estendendo para a zona de amortecimento dessas unidades de conservação, rumo a área central do Rio das Almas, onde se concentram as áreas de mineração de calcário do território, e onde também se concentram sítios arqueológicos líticos e históricos, chamados de encanados. Os encanados são vestígios do período da mineração de ouro de aluvião, cuja ocupação nessa porção do território aconteceu acompanhando o Rio das Almas, durante a colonização portuguesa nas terras paulistas. A rede de atores formada ao redor dos encanados envolve atores ligados a mineração, turismo, poder público local, e empresários do turismo. Nessa zona também se encontra a Capela da Cruz do Negro, patrimônio não oficial formado por meio de uma rede relacionando o território da zona central de Ribeirão Grande com a população da zona rural, às empresas de mineração, e o poder público municipal.

Na área norte do município, onde se encontra a zona urbana, o rio Ribeirão Grande se encontra com o Rio das Almas, no limite dos municípios de Ribeirão Grande e Capão Bonito. Ao redor do rio Ribeirão Grande se concentram grande parte dos elementos do patrimônio não oficial, material e imaterial elencado pelos atores locais.

Os capítulos seguintes apresentam os resultados encontrados segundo os diferentes tipos de relação que os atores locais estabelecem com a Bacia do Rio das Almas. Primeiramente apresenta-se o resultado geral da cartografia realizada, e em seguida, os três capítulos divididos nas três diferentes porções desse território.

4. A DIVERSIDADE DE OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO E SUA COMPOSIÇÃO ATUAL NA BACIA DO RIO DAS ALMAS

Esse capítulo apresenta os elementos mapeados como patrimônio na bacia do Rio das Almas, fruto do recorte dos atores que participaram dessa pesquisa, entre os anos de 2013-2017. Primeiramente os itens são descritos segundo a ordem cronológica de ocupações humanas, relacionando o patrimônio com a história do território. Apresentamos um item sucinto referente às ocupações humanas na Bacia do Rio das Almas baseado nas narrativas dos autores citados e de outras bibliografias encontradas, associando essas narrativas aos elementos eleitos como patrimônio por atores locais entrevistados. Em seguida, buscou-se identificar o que população local têm a dizer sobre esses patrimônios, apresentar as interações, escolhas e conexões desses atores com o patrimônio elencado.

A narrativa apresentada, não tem a pretensão de abranger toda a história local, e nem oferecer continuidade aos períodos apresentados, mas foi incluída nesse capítulo a fim de contextualizar historicamente qualquer leitor interessado.

É importante ressaltar que essa pesquisa não teve por objetivo realizar um inventário do patrimônio na bacia do Rio das Almas, mas antes, descrever casos de agregados sociais em torno do tema patrimonial, que são mais frequentemente narrados entre os atores entrevistados. Também é importante frisar que os significados e apropriações dos elementos eleitos como patrimônio podem ser diferentes daqueles para os quais foram criados.

O maior objetivo foi apresentar os elementos que estavam em ressonância com a população no momento da realização dessa pesquisa, quais as relações existentes nesse coletivo, uma vez que esses elementos estão no presente, e são considerados patrimônio no presente.

Buscou-se apresentar a multiplicidade de olhares sobre o patrimônio no território, evidenciar como acontecem os processos de escolhas, negociações dos elementos listados acima, e as conexões geradas entre elementos naturais e culturais e suas apropriações turísticas.

Os elementos cartografados foram agrupados em categorias descritas em um item separado desse capítulo, evidenciando como existem diferentes narrativas que podem agregar elementos naturais e culturais e motivações para a patrimonialização nesse território. Por último apresentam-se casos de iniciativas locais que elegem elementos patrimoniais e criam narrativas que promovem a interação entre natureza e cultura de forma democrática, crítica e seletiva.

4.1 A composição do patrimônio no território

A composição do patrimônio na bacia do Rio das Almas se deu por meio de uma trama envolvendo os elementos do patrimônio reconhecidos pelas instituições “oficiais” do patrimônio e por outros elementos recolhidos nas narrativas dos atores entrevistados, que não constavam em nenhuma lista ou classificação. Os resultados estão agregados em torno de temáticas descritas a seguir.

O patrimônio autorizado pelo discurso oficial, segundo as leis e diretrizes brasileiras, é formado pelo patrimônio natural, tombado pelo CONDEPHAAT e UNESCO, e que no caso da bacia do Almas é composto por trechos das seguintes unidades de conservação: o Parque Estadual Intervales, a Área de Proteção Permanente da Serra do Mar e a Estação Ecológica de Xitué.

Na lista dos bens culturais inscritos nos livros tombo do IPHAN entre 1938-2012 do (IPHAN, 2012a) não constam tombamentos nos municípios de Ribeirão Grande, e, portanto, até o momento os sítios arqueológicos são o que compõe o patrimônio cultural desse território pelo órgão federal de patrimônio cultural no Brasil.

Vale ressaltar que esses números foram coletados da lista física disponível em consulta presencial realizada na sucursal nove (9ª CR/IBPC/SP) do IPHAN em São Paulo pois a lista disponível on-line está atualizada apenas até 2009, sendo 21 sítios arqueológicos cadastrados on-line em Ribeirão Grande enquanto que na lista física, totalizam 77 sítios arqueológicos cadastrados.

Os elementos tombados pelo CONDEPHAAT foram inicialmente obtidos por meio da lista de bens tombados por município atualizada em maio de 2013 (São Paulo, 2013). Ainda existem dois pedidos de tombamento pelo CONDEPHAAT realizados em Ribeirão Grande, um deles referente à Casa Grande, pedido protocolado em 1983, cujo processo ainda está em análise, e o outro referente a Cruz do Negro, arquivado em 2014.

O município de Ribeirão Grande também instituiu legalmente em 2007 a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Grande e em 2012 criou uma lei sobre a preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Natural e Artístico do Município (RIBEIRÃO GRANDE, 2007, 2012), porém, apesar da criação dessas bases legais, até o momento o Conselho não foi formado e ainda não existe nenhum elemento considerado como patrimônio pelo município.

As narrativas históricas associadas à criação do patrimônio natural e cultural na Bacia do Rio das Almas encontram-se documentadas por diversos acadêmicos que realizaram pesquisas nesse território em diferentes momentos do tempo.

Existem importantes trabalhos sobre a geologia, carste, geomorfologia, clima, solos, hidrografia, flora, fauna, realizados para elaboração dos estudos e relatórios de impacto ambiental de empreendimentos minerários em Ribeirão Grande (CBE, 2008; CCRG, 2003a), e durante a confecção dos planos de manejo, do Parque Estadual Intervales (PEI), Parque Estadual Carlos Botelho (PECB) e de criação do Parque Estadual Nascentes do Paranapanema (PENAP) (SALLUN FILHO et al., 2010; SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2008a, 2008b; SÃO PAULO, 2012a).

Além desses, existem inúmeros outros trabalhos científicos realizados dentro das unidades de conservação fruto de um dos próprios propósitos de criação dessas áreas, que é o de pesquisa científica (BRASIL, 2000a).

Também podem ser mencionados estudos expressivos realizados por arqueólogos na Bacia do Almas e arredores. Dentre eles, inclui-se a participação da pesquisadora Solange Bezerra Caldarelli, que entre os anos de 1979 a 1985 desenvolveu escavações em sítios arqueológicos pré-coloniais, com ênfase em assentamentos de caçadores-coletores na Bacia do Alto Rio Guareí, SP¹⁶ (CALDARELLI, 1980), abrangendo também os municípios de Capão Bonito e Ribeirão Grande (TOMAZELA, 1991).

Existem ainda trabalhos realizados por Erika M. Robrahn-González sobre a diversidade cultural entre os grupos ceramistas do vale do Ribeira de Iguape (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999, 1997, 1998).

É importante citar também as pesquisas realizadas por José Luís de Moraes em 1997 durante a execução do projeto de pesquisa intitulado “Cenários de ocupação humana e meio ambiente da bacia do Rio Paranapanema”, projeto esse que foi tema de livre docência do mesmo autor (MORAIS, 2011).

O relatório final do Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural gerado em cumprimento do EIA RIMA do projeto de ampliação da Mina Limeira realizado pela equipe de arqueólogos e outros profissionais, dirigida pela arqueóloga Erika M. Robrahn-González (Erika Marion Robrahn-González, 2007) bem como o relatório do Programa de diagnóstico do patrimônio arqueológico, histórico e cultural do Parque Estadual Intervales para confecção do Plano de Manejo do Parque Estadual Intervales (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008) apresentam a descrição das ocupações humanas entre os Vales do Ribeira e do Alto Paranapanema desde os vestígios arqueológicos de ocupações indígenas pré-coloniais até os elementos do patrimônio cultural

¹⁶ (FAPESP - Processo nº 85/0008-0)

presentes no território no século XXI. Ainda resultaram na dissertação de mestrado “Caçadores-Coletores na Serra de Paranapiacaba durante a transição do Holoceno Médio para o Tardio” do arqueólogo Gérson Levi Silva-Méendes (SILVA-MÉNDES, 2007). A compilação de parte desses trabalhos reunindo conhecimentos gerados sobre arqueologia na bacia do Paranapanema Superior está descrita na tese de doutorado de (ARAÚJO, 2011).

Outras importantes fontes de informação e conhecimento regional são estudos realizados pelos próprios moradores locais. Entre eles a professora e historiadora Alice Olivati (OLIVATI, 2001, 2006, 2008), o funcionário do Parque Estadual Intervales que mantém o blog “As Minas do Paranapanema” de sua autoria (JRINTERVALES, 2015), onde realiza pesquisas específicas sobre a mineração de ouro na região e que é também um mapeador do aplicativo chamado Geocaching, os criadores do jornal Freguesia Velha, e o criador do projeto Ribeirão Grande em Mapas.

O jornal Freguesia Velha começou em outubro de 2007 (como Folhetim Antítese) e foi editado bimestralmente até janeiro de 2013. Foi uma iniciativa de um grupo de jovens do município de Capão Bonito, que já se conheciam, mas que se agregaram como “sociedade civil não-organizada Freguesia Velha” (por autodenominação) a partir de uma reunião no Parque Estadual Intervales durante a elaboração do Plano de Manejo do mesmo em 2006. Segundo um dos integrantes do grupo, a Organização não Governamental ECOAR Florestal, organizou uma reunião dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente¹⁷ (Brasil, 2005) para várias escolas de Ribeirão Grande e Capão Bonito, para incentivar o movimento na região, em um trabalho paralelo ao Plano de Manejo do PEI. O grupo da Freguesia Velha, surgiu dessa iniciativa, mas passou a ter ações autônomas e independentes dessa política do governo federal. O jornal surgiu de um primeiro projeto do grupo de resgate histórico e cultura dos municípios de Capão Bonito e Ribeirão Grande e tinha a intenção de evidenciar histórias principalmente da zona rural, além de lugares importantes do território, entre eles a Cruz do Negro, tratada em um capítulo específico nessa tese.

O Freguesia Velha foi um instrumento voltado a difusão do conhecimento local no próprio local, e a ampliação das discussões as questões culturais e ambientais locais. Nos artigos de opinião publicados neste jornal cita-se em especial as críticas com relação a ação das mineradoras no território (FREGUESIA VELHA, 2012).

Em 2012 o Freguesia Velha se transformou um blog digital e uma página do Facebook, se instalando nas redes sociais, mas logo depois se diluiu como grupo.

¹⁷ Iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e da Educação durante o período em que Marina Silva foi ministra do Meio Ambiente no Governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Ainda, segundo um dos co-fundadores do Freguesia Velha, o movimento teve um início e um fim, devido as novas configurações nas histórias de vida de seus próprios membros (alguns tiveram filhos, outros se mudaram para outras cidades para estudar etc.), mas o entrevistado compara esse movimento com o que Hankim Bey chamou de “Zonas Autônomas Temporárias” (Bey, 2001). Segundo descreve, o movimento se desenvolveu para realizar atividades comuns, porém sem controle de hierarquias e terminou não com uma conotação pessimista, porém afirmando que assim como esse movimento aconteceu, outros movimentos poderiam surgir no território, sem a necessidade de uma oficialização pelo Estado nem de institucionalização como organização da sociedade civil. Os seguintes projetos vêm confirmar tal opinião.

Um movimento mais recente, é o Projeto RGM¹⁸ (Araujo, 2014), cuja sigla significava Ribeirão Grande em Mapas e posteriormente passou a significar Região Georreferenciada em Mapas tendo ampliado seu escopo para a Microrregião de Capão Bonito, abrangendo os municípios de Capão Bonito, Ribeirão Grande e Guapiara. Atualmente chama-se a sigla significa (Re)descobrimos o Gosto por Mapas.

É um projeto sem fins lucrativos, que segundo seu idealizador, tem como objetivo reunir dados sobre esta microrregião de forma aberta para que esses dados sejam públicos e multipliquem o conhecimento e desenvolvimento e novos trabalhos na região. É baseado nos pilares do OSM ou OpenStreetMap “e incentiva um mapa mais humano, feito colaborativamente por pessoas” (RGM, 2015). O OSM é uma ferramenta aberta, e colaborativa de cartografia onde qualquer pessoa que tenha acesso a internet pode inserir informações e referências locais, além de incluir ou modificar o próprio desenho do mapa de Ribeirão Grande ou de qualquer parte do Mundo.

O próprio conjunto das ferramentas digitais (hardware e software) é um aglutinador de redes. O Open Street Map é uma ferramenta colaborativa, que agrega atores interessados em incluir informações sobre o território. O criador do projeto RGM é um dos atores humanos que utilizou o OSM como uma plataforma para criação de seu próprio projeto virtual, passando a ser reconhecido pela comunidade virtual como um exemplo a ser seguido.

Outros aplicativos podem ser criados a partir das informações do OpenStreetMap, apresentando de maneira facilitada e dirigida os pontos de interesse das localidades que são

¹⁸ O projeto foi premiado com o 3º Lugar – no Prêmio ACESSA SP 2013 e 8º finalista do Prêmio Mário Covas em 2012.

incluídos de maneira participativa por usuários do OSM. O Geocaching é um desses aplicativos.

“O Geocaching é uma caça ao tesouro dos tempos modernos, jogado ao ar-livre no mundo inteiro com receptores de GPS. A ideia base do jogo é dirigir-se até umas coordenadas específicas e encontrar a geocache (caixa) escondida nesse local” (GEOCHACHING, 2013).

Dentro dessa ferramenta virtual também é possível incluir pontos de referência no caminho, para tornar mais estimulante a busca por caixas (tesouros).

Outro ator local, funcionário do PEI e criador do blog “As Minas do Paranapanema” (JRINTERVALES, 2015), aproveitando a existencia de uma concentração bastante grande de informações existentes em Ribeirão Grande devido ao mapeador local do RGM, incluiu caixas do Geocaching no PEI e elencou pontos no município de Ribeirão Grande como a Casa Grande para que turistas estrangeiros conheçam um pouco mais sobre Ribeirão Grande (JRINTERVALES, 2016). Para essa pessoa, a Casa Grande era um local escondido e a incluiu dentro como um cache virtual, atribuindo a ela uma missão, onde os turistas respondem perguntas sobre a casa referentes a geociências (GEOCHACHING, 2013).

O OSM e aplicativos derivados são mecanismos podem promover roteiros mais democráticos pelo território de Ribeirão Grande, integradores de natureza e cultura, que evidenciam o patrimônio natural e cultural regional, passando por vários locais que são muitas vezes desconhecidos da própria população local, mas principalmente nesse caso por turistas.

Os mapas do geocaching e open street map são plataformas abertas de cartografia como proposto por (BREGLIA, 2006), mas não estão acessíveis para grande parte da população que foi entrevistada, uma vez que usam tecnologias digitais e internet, cujo acesso é ainda bastante restrito em Ribeirão Grande. Dessa forma, considerou-se válido apresentar mapas estáticos, mesmo tendo ciência de que os mesmos representam uma fotografia momentânea do território.

4.2 O patrimônio no contexto histórico da Bacia do Rio das Almas

A história do território delimitado pela Bacia do Rio das Almas está intimamente relacionada aos rios que compõe essa importante malha hídrica, com cerca de 1.029 nascentes de água, além de vários outros cursos d’água de pequena ordem, como córregos e ribeirões (ANA, 2001; SÃO PAULO. SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS, 2017)¹⁹.

¹⁹ A contagem das nascentes foi realizada pela empresa Natigeo de Capão Bonito em maio de 2017.

O território onde se encontra o município de Ribeirão Grande já foi habitado por tribos de diferentes tradições indígenas. Os sítios arqueológicos mais antigos já encontrados referem-se às ocupações humanas de caçadores-coletores das culturas Humaitá (8000 anos) e Umbu (6000 anos). Posteriormente também estiveram presentes indígenas das tradições Tupi-guarani e Itararé (1700 anos), que deixaram vestígios principalmente lítico-cerâmicos, além dos caminhos presentes por todo o território (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, 2008).

No período da colonização esse território era habitado por indígenas que no século XVII se confrontaram com bandeirantes e jesuítas, espanhóis e portugueses. Nesse encontro de diferentes culturas é que surgiram os primeiros povoados associados à tradição católica e à mineração de ouro, nucleados primeiramente no Arraial Velho e posteriormente na Freguesia Velha.

Nas narrativas dos atores locais, um dos motivos do Rio das Almas possuir esse nome é devido justamente à morte de muitos escravos durante o processo de colonização por portugueses e espanhóis, utilizados para a construção de estruturas de extração de mineração aurífera local.

Os caminhos percorridos pelos indígenas que habitavam esse território também foram utilizados por colonizadores portugueses e espanhóis na busca do ouro (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008). Uma dessas trilhas mais antigas dos “caminhos de índios”, chamados Peabiru encontra-se registrada na porção da Bacia do Rio das Almas (SILVA-MÉNDES, 2007).

O nome Peabirú refere-se em geral ao caminho indígena que ligava as tribos do Pacífico às tribos do Atlântico. Essa rota, que possuía mais de 3 mil quilômetros de distância e muitas ramificações, tornou-se, numa rede de caminhos que serviram aos portugueses em suas expedições para o Vale do Ribeira

As primeiras bandeiras rumo ao interior do Ribeira foram organizadas por Martim Afonso de Souza e Braz Cubas (cuja família Cubas também teve participação na mineração da Serra da Mantiqueira) e adentraram o sertão em busca de minérios, usando muitas vezes caminhos já conhecidos pelos indígenas para isso (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008). Pouco a pouco, com a notícia do descobrimento de ouro no Ribeira em fins do século XVI e início do século XVII, moradores das redondezas também criaram vários arraiais como Ivaporunduva, Iporanga, Apiaí, Xiririca (atual Eldorado) e Paranapanema. Segundo descreve Aluísio Almeida (1959, p. 246):

“Com um pouco de esforço, os exploradores de ouro Ribeira acima, conhecidos no fim do século 17 e começo do 18, alcançavam águas do Paranapanema. Iam e vinham com as suas bateias”.

Acredita-se portanto, que desde fins do século XVII já se faiscavam ouro de lavagem nas cabeceiras do Rio São José de Guapiara, também chamado de Apiaí-Mirim, mas, segundo Almeida (1959, p.247), a comunicação oficial da existência das Minas do Paranapanema à Coroa Portuguesa aconteceu em 21 de novembro de 1717:

“As minas do Paranapanema foram descobertas em 21 de novembro de 1711 por Miguel Barros e João Fernandes Távora, moradores de Sorocaba, a sede do município. Comunicaram-no imediatamente ao ouvidor de São Paulo, Rafael Piers Pardino, que cinco dias depois já escrevia ao Conselho Ultramarino...”

As Minas do Paranapanema ocuparam a região que abrange os atuais municípios de Guapiara, Capão Bonito, Ribeirão Grande e Itapetininga. Em especial, o Rio das Almas, afluente do Rio Paranapanema, foi povoado em diferentes momentos: o Arraial Velho, a Freguesia Velha e a ocupação tropeira. Pelas fontes históricas (Carvalho Franco, 1940; Knecht, 1938), o primeiro povoado de mineração do Paranapanema, chamado de Arraial de Guapiara ou Arraial Velho, se estendeu na mesma latitude entre as nascentes dos Rios São José do Guapiara, Rio das Almas e Rio Paranapanema, que hoje estão localizados respectivamente nos municípios de Guapiara, Ribeirão Grande e Capão Bonito. Na região onde hoje se encontram o Parque Estadual Intervales, Parque Estadual Nascentes do Paranapanema, e Estação Ecológica de Xitué.

Apesar do Arraial Velho se localizar em uma área muito próxima às minas do Ribeira, em especial aos arraiais de Xiririca e Apyaí, o posto de Registro da Coroa Portuguesa para controlar a entrada de ouro nas Minas do Paranapanema foi instalado em 1721 pelo governador Rodrigo Cesar Menezes na confluência entre o Rio Itapetininga e Paranapanema, próximo antiga estrada de Sorocaba – Curitiba. O ouro do Paranapanema deveria tomar o rumo a Sorocaba, para ser era fundido na Casa de Fundição de São Paulo. Esse “posto de guarda” deveria portanto impedir o contrabando do ouro tirado das margens dos rios Paranapanema e Apiaí, e foi descrito pelo francês Auguste de Saint-Hilaire como Registro Velho (Saint-Hilaire, 1940, p 280).

Ainda segundo Aluísio Almeida (1959, p. 263), em 1726 foi enviado a Portugal a taxa da Minas do Paranapanema equivalente à extração de 14 quilos de ouro no ano (830 oitavas), quantia pouca frente à outras minas da colônia. Vale ressaltar que o autor ainda pondera que essa quantia era feita sobre o cálculo do ouro que passava pelas casas de fundição, ao passo que nem todo o ouro extraído passava por esse processo, visto que era ouro em pó e que se distribuía entre os mineiros que o usavam no comércio local. Muitos são os

contos dos enterros, as garrafas de ouro em pó encontradas por habitantes de Ribeirão Grande, no leito dos rios dessa bacia (ZOCCHI, 2002).

O tamanho das pedras usadas para redefinir os leitos dos rios, bem como a larga extensão dessas construções, traz a ideia de uma grande força de trabalho humano necessária para o feito. Pouco se sabe, porém, sobre quais foram as mãos que a executaram. Sobre esse assunto, o historiador Francisco de Assis Carvalho Franco, descreveu em seu livro *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*, que em 1728 o governador Antônio da Silva Caldeira Pimentel esteve pessoalmente nas Minas do Paranapanema para implementar um imposto chamado “chapins da rainha”, com base na existência de novecentos e quarenta escravos que ali trabalhavam nas minas.

Não se sabe ao certo a data precisa em que os primeiros faisqueiros que começaram a minerar a região do Arraial Velho, nem a quantia do ouro que foi retirado da região antes das taxações da coroa, mas as extrações auríferas oficialmente duraram de 1717 a 1746.

A medida que a mineração na área do Arraial Velho ia minguando, novas áreas foram abertas acompanhando o curso do Rio das Almas, e um segundo povoado se instalou à margem direita desse rio, no ponto de confluência entre os córregos Lavapés e Ribeirão do Chapéu, onde se encontra atualmente construída as instalações da Companhia de Cimento Ribeirão Grande (CCRG). Ainda, segundo Almeida, esse segundo povoamento já estava em atividade desde 1735 (Almeida 1959, p. 263), porém veio a se tornar uma Freguesia²⁰ em 1746 com a transferência da capela da Nossa Senhora da Conceição do Arraial Velho para essa nova localidade, que posteriormente recebeu o nome de Freguesia Velha. E esse é um dos locais, onde até os dias de hoje, se conservam os vestígios da atividade mineira.

Nessa altura do Rio das Almas e afluentes encontram-se os vestígios de mineração aurífera chamados de “encanados”, que são os arrimos de pedra construídos nos leitos dos cursos d’água, para alterar seu fluxo e ainda facilitar a busca do ouro de aluvião. Também constam sítios arqueológicos com outros vestígios de mineração como lavras a céu aberto.

O núcleo da Freguesia Velha, localizado à margem direita do Rio das Almas, foi o núcleo que deu origem à sede do município de Capão Bonito. Nesse local, conhecido hoje como o bairro do Sumidouro em Ribeirão Grande, se erigiu uma capela sob a invocação da Nossa Senhora da Conceição, reunindo o povoado em torno da mineração aurífera e da fé

²⁰ Segundo a Fundação Seade (2017), freguesia era a circunscrição eclesiástica que forma a paróquia; sede de uma igreja paroquial, que servia também, para a administração civil; categoria oficial institucionalmente reconhecida a que era elevado um povoado quando nele houvesse uma capela curada ou paróquia na qual pudesse manter um padre à custa destes paroquianos, pagando a ele a cônica anual; fração territorial em que se dividem as dioceses; designação portuguesa de paróquia.

católica, e que posteriormente foi transferida novamente para a atual igreja Matriz de Capão Bonito (OLIVATI, 2001), a paróquia Nossa Senhora da Conceição do Paranapanema.

Pouco se sabe sobre o processo de escravidão que acompanhou as minas de ouro na região do Paranapanema. A existência de escravos na região é confirmada pelo historiador Francisco de Assis Carvalho Franco (1940, p. 268), em seu livro *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*, quando cita a existência de 940 escravos nas Minas do Paranapanema no ano de 1728.

Ainda, cita-se a importância da presença de escravos africanos na mineração do ouro no Vale do Ribeira em Iporanga e Xiririca (atual Eldorado), entre outros (Araújo, 2011; Stucchi, 1998) e importantes núcleos quilombolas no Vale do Ribeira hoje em dia, que possivelmente cruzaram os limites entre os Vales do Ribeira para chegarem até as Minas do Paranapanema.

É sobre esse tema que se baseia a narrativa de patrimonialização da Cruz do Negro. A história oral, contada por habitantes locais é que em fins do século XVII dois escravos negros fugiram do garimpo na atual cidade de Eldorado Paulista e chegaram na Freguesia Velha em busca de ajuda, sendo que um deles já sem forças veio a falecer. No local se sua morte foi erguida uma cruz, uma capela, além de um cemitério (OLIVEIRA, 2013). O local ficou conhecido como a Cruz do Negro e desde então utilizado para cultos católicos, mas também como lugar de socialização da vida no campo. Sobre a cruz se constroem várias narrativas descritas em um capítulo à parte.

Ainda, pelos registros eclesiásticos, segundo descreve o vigário Joaquim M. Alves Carneiro (Carneiro, 1850, f. 8), em 1746 a população já havia se rarefeito tanto que o padre Manoel Luiz Vergueiro, solicitou ao vigário da vara, alterar a localização da capela para a margem direita do Rio das Almas, duas léguas do arraial para o norte, onde já existiam outros estabelecimentos garimpeiros. O capelão alegava que atravessava um árduo caminho para atender a “cinco testemunhas inquiridas”. Dessa forma, a capela foi transferida no mesmo ano para uma nova localidade que passou a adotar o mesmo nome da capela, “Nossa Senhora Conceição do Paranapanema”.

No século XIX a população de mineiros do Paranapanema já estava composta basicamente pelos faisqueiros, remanescentes de um período áureo que há tempos já havia passado. Ainda segundo o vigário Carneiro (1850):

“Por causa do ouro sofreu o povo de Paranapanema por muitos anos as incomodidades, a escassez e a incapacidade...em meio a um ciclo áureo que há muito desaparecera, aqui, retardatário, esse ciclo tinha os últimos lampejos, sendo a povoação composta de resto de antigos bandeirantes e de velhos garimpeiros que

ainda não haviam cessado de todo de faiscar por costume” (Olivati, 2006 p. 23 citando Carneiro 1850 livro 2 f.8).

Segundo Almeida (1959) os últimos registros da fundição de ouro em São Paulo vindo das Minas do Paranapanema se deu em 1791. Enquanto isso, o movimento do tropeirismo já vinha há mais de meio século expandindo seus canais de comércio na região do Paranapanema. A medida em que a atividade de mineração ia minguando na Freguesia Velha, outro núcleo de povoado foi se concentrando às margens do Rio Ribeirão Grande, em torno da Casa Grande, atual bairro dos Cruzes, município de Ribeirão Grande, por volta de 1780. A Casa Grande abrigava, além da residência da família Ferreira e Cruz, ponto de venda e troca, utilizado pelos tropeiros que se dirigiam ao sul do país bem como pelos remanescentes faisqueiros em busca de ouro de aluvião nos rios das Almas, Conchas e Ribeirão Velho.

Os campos de Faxina (atual Itapeva), Capão Bonito e Itapetininga, eram rota de passagem de tropeiros que transportavam animais, desde o sul do Brasil com destino a Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, estabelecendo pontos de comércio com a região (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008). Os tropeiros utilizavam os locais como ponto de parada, depois de haverem percorrido mais de 50 léguas desde Curitiba. Além de estabelecerem comércio com moradores locais, paravam para alimentar, descansar e engordar os animais, bem como esperar condições propícias para a marcha, além esperar preços convidativos dos compradores de Sorocaba (PETRONE, 1976).

A população que permaneceu na área central da Bacia do Almas constituiu de roças de subsistência em meio às grandes áreas de vegetação nativa e de baixa densidade demográfica, e passou por um processo de pauperização e ruralização, resultando em um campesinato empobrecido (MONTEIRO, 1994). Nesse cenário fica evidente a capacidade de adaptação dos habitantes locais que permaneceram no território.

Enquanto essa população permaneceu em uma condição de isolamento, o povoado que foi crescendo ao redor do rio Ribeirão Grande foi alargando a vivência do rural em meio a cidade que ia se configurando. Na história de vida de alguns entrevistados da zona rural, esses períodos de são marcados por suas práticas religiosas, festivas e pela produção agrícola de subsistência, bastante bem ilustradas na obra de Antônio Candido (2010) “Os Parceiros do Rio Bonito” que descreve a formação da cultura caipira como um dos tipos do homem rural brasileiro, característico de grande parte da região sul, sudeste e centro oeste, fruto da fusão da cultura portuguesa com as culturas indígenas e africanas. Os meios de vida do caipira envolvem uma estrutura simples de produção e condições de vida, uma busca dos meios mínimos e vitais e sociais de que necessitam para obter sua alimentação e moradia (especifica

de uma economia rudimentar de subsistência) formas de solidariedade características da rede de relações entre habitantes de um bairro e ou de um grupo de vizinhança, que se concretizavam em um mutirão, no trabalho coletivo e na organização de festejos, a maioria deles religiosos. Várias são as manifestações mantidas pela população na zona norte de Ribeirão Grande, como a prática dos mutirões comunitários para o manejo agrícola, para a alimentação compartilhada e celebrações.

Outros períodos de bastante movimentação no território no século XX, foram a Revolução Constitucionalista de 1932, na transição da República para a Era Vargas; presente na memória da população local, alguns ainda eram crianças e presenciaram a guerra, guardando na memória cenas marcantes desse período e ainda suas consequências posteriores. No território, ficou registrado os vestígios da Revolução devido às marcas das trincheiras na paisagem ou na memória da população, pela coleção de balas e outros armamentos guardados por colecionistas locais.

Na década de 1940 registra-se a presença de grandes empresas como a Companhia Melhoramentos de São Paulo e Votorantim que se instalaram na região para exploração de recursos naturais, entre eles madeira para carvoarias e mineração de calcário. Essas mesmas empresas começaram a plantar eucalipto, que foi usado inicialmente como matéria prima para carvoarias e posteriormente para a produção de papel e celulose. Sobre esse período foram mencionadas nas entrevistas as ruínas de um forno de carvão, já do século XX, retratando possivelmente um período econômico da região, entre as décadas de 1930 a 1970, em que existia uma prática econômica ligada a produção de carvão vegetal. Assim como as ruínas de um forno de cal antigo, além da chegada na década de 70 de empresas de mineração de calcário entre outras (presença de um forno de cal).

Junto às áreas agricultáveis, compunham o cenário imensas áreas de Mata Atlântica de onde se extraía jussara (*euterpis edulis*) para produção de palmito na Fazenda Intervales. A Fazenda Intervales, foi gerenciada pelo BANESPA até 1986, quando sua área de 41.700 hectares foi adquirida pela Fundação Florestal. Em 8 de junho de 1995, a área torna-se o Parque Estadual Intervales (PEI) (FUNDAÇÃO FLORESTAL, [s.d.]).

Intervales, após ser incorporado como área de proteção pela Fundação Florestal, passou a compor a maior área contínua de Mata Atlântica protegida no Brasil. Em 2012 mais um parque foi criado no território do Rio das Almas, o Parque Estadual Nascentes do Paranapanema (PENAP), em uma área limítrofe ao PEI (RBMA, 2012). Juntos esses parques constituem o Patrimônio Natural da Bacia do Rio das Almas. Esses parques fazem parte do

chamado corredor ecológico da Serra de Paranapiacaba, que, junto com a criação do PENAP, veio a se transformar no Mosaico de Paranapiacaba (RBMA-IA; RBMA, 2012).

Esse é marcado por fluxos e trânsitos, usados para colonização, depois para extração de ouro, depois rota de passagens de tropeiros, depois extração de recursos naturais, e atualmente é passagem de turistas, em grande maioria estrangeiros, que chegam atraídos pela exuberância natural, mas que muitas vezes não percebem seu valor cultural.

Vestígios de diversos períodos históricos estão presentes nesse território e se mesclam com as práticas atuais, permitindo diferentes tipos de agregações sociais que promovem ou distanciam as interações entre natureza e cultura, seres humanos e não humanos. Cada uma das classificações a seguir, são exemplos de como essas interações culturais e naturais acontecem na Bacia do Almas, em bases territoriais.

4.3 A diversidade de interações sócio ecológicas sobre o território

O resultado dos levantamentos de campo gerou uma lista de 202 itens diferentes, associados ao patrimônio da Bacia do Almas (ANEXO II), que foram classificados por temas de interesse regional, e abarcaram todos os tipos de elementos (oficiais e não oficiais). A classificação foi separada em: Alimentação, Lugares de Importância Local, Unidades de Conservação, Cavernas e Grutas, Água, Religiosidades e Danças e Sítios Arqueológicos. Claramente tem-se ciência de existem vários elementos que poderiam assumir mais de uma classificação, bem como pode existir inúmeras outros tipos de classificação possíveis (tabela 1).

Tabela 1 Distribuição do patrimônio no território da Bacia do Rio das Almas segundo classificações (2013-2016).

Classificação do patrimônio	Oficial	Não-Oficial	Total Geral
Água	1	8	9
Alimentação		18	18
Cavernas / Grutas	23		23
Danças		4	4
Lugares de importância local		4	4
Religiosidades		18	18
Sítio Arqueológico	93	2	95
Sítio Arqueológico (Encanados)	18	9	27
Unidade de Conservação	3		3
Total Geral	133	63	202

Fonte: dados da pesquisa.

A tabela 1 apresenta o resultado compilado da lista de informações recolhidas em campo, sobre os elementos listados como patrimônio oficial na Bacia do Rio das Almas, retirado dos documentos oficiais, e a lista dos elementos considerados como referências culturais pelos atores entrevistados. A primeira observação a se fazer é verificar a diferença entre os elementos listados, segundo as categorias oficiais e não oficiais. Enquanto os elementos oficiais se distribuem entre sítios arqueológicos, unidades de conservação, cavernas e água (nesse caso o próprio Rio das Almas); os elementos não oficiais se distribuem por todas as classificações criadas, com maior participação da religiosidade e alimentação. Os sítios arqueológicos são os elementos com maior frequência de registros oficiais documentados.

Os elementos do anexo foram cartografados e representados nos mapas que se encontram nas Figuras 2 a 5. Os mapas da Figura 2 e Figura 3 apresentam todos os elementos mapeados como patrimônio na Bacia do Almas, além da divisão entre da Bacia em três zonas distintas, separadas por duas retas paralelas que recortam o território. O mapa Figura 4 apresenta apenas os pontos cartografados com o patrimônio oficial na Bacia do Almas e o mapa Figura 5 apresenta os pontos do patrimônio não oficial dessa bacia.

É possível sugerir ao mapa uma divisão da bacia do Rio das Almas e do município de Ribeirão Grande, segundo o patrimônio no território, em três áreas distintas: área sul, central e norte. Em tais áreas existem relações entre atores e seu meio, que se criam a partir de mosaicos de naturezas-culturas específicos (Latour, 2004).

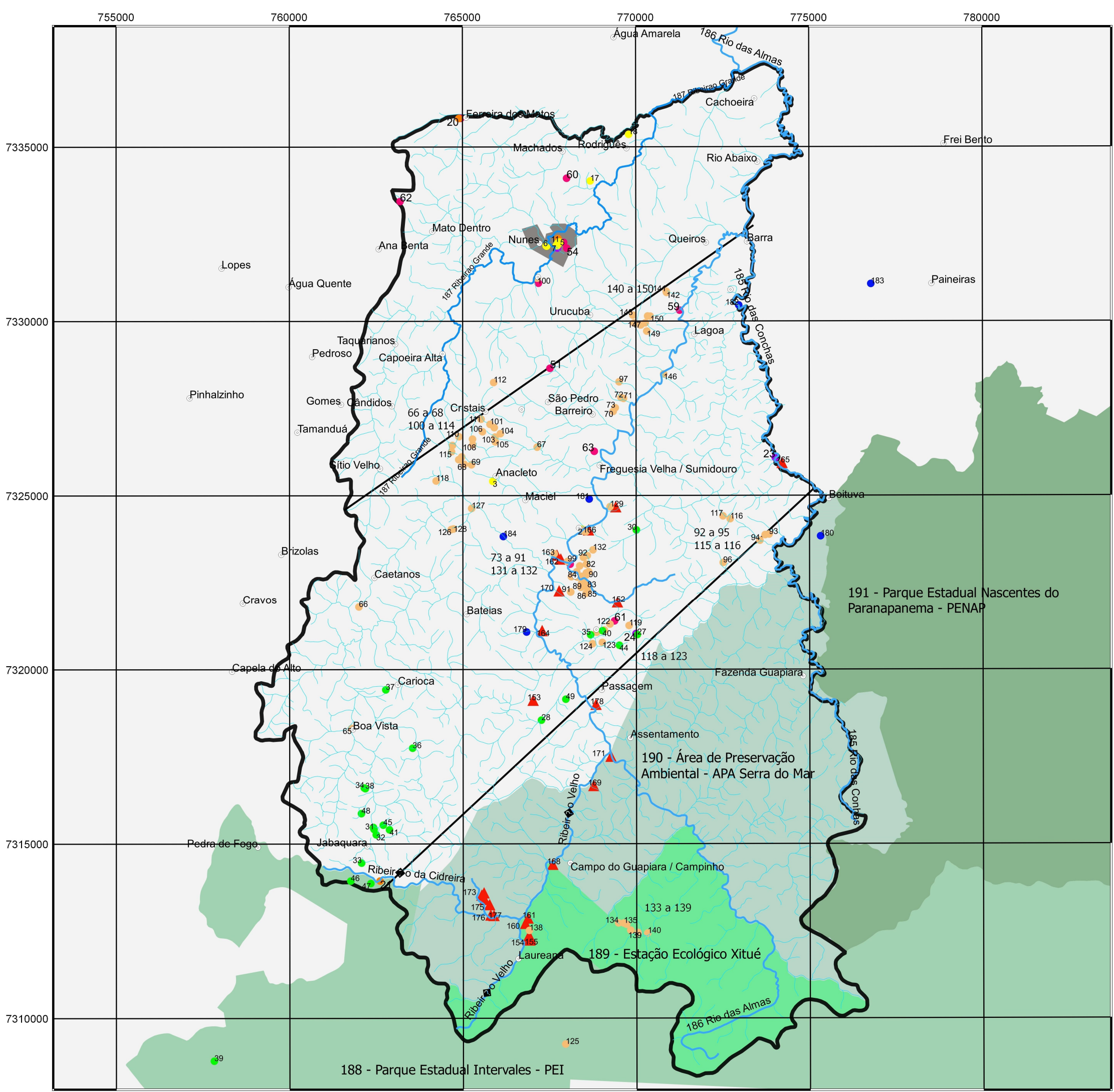
A tabela 2 apresenta dados referentes à distribuição da população de Ribeirão Grande pelo recorte por zonas sugerido nesse estudo. Segundo esse recorte, 79% da população do município se concentra na zona Norte, e, rumo ao sertão, vai diminuindo, restando 17% na zona central e 5% na zona sul, onde se localizam as Unidades de Conservação.

Tabela 2 População de Ribeirão Grande dividida por Zonas do Território (2017)

Zonas de Ribeirão Grande	Número de Habitantes	%
Norte	6809	79
Central	1430	17
Sul	397	5
Total Geral	8636	100

Fonte de informação: Secretaria de Saúde do Município de Ribeirão Grande.

Na área mais ao sul, é possível também observar pela imagem de satélite no mapa III.I, a cobertura vegetal densa nessa porção do território, área que faz parte do contínuo de Mata Atlântica da Serra de Paranapiacaba e onde se concentram os trechos da APA da Serra do Mar, da EE de Xitué e do PE Intervalles, que se encontram sobre a salvaguarda do patrimônio natural reconhecido pelo CONDEPHAAT e UNESCO.



CARTOGRAFIA DO PATRIMÔNIO NA BACIA DO RIO DAS ALMAS



LEGENDA

- Zona Urbana de Ribeirão Grande
- Bairros de Ribeirão Grande
- Principais Rios
- Hidrografia da UGHRI 14
- PATRIMÔNIO OFICIAL E NAO OFICIAL
 - Alimentacao 1 a 18
 - Dancas 19 a 22
 - Lugares-de-Importancia 23 a 25
 - Cavernas-Grutas 26 a 50
 - Religiosidade 51 a 64
 - Sitio-Arqueologico 65 a 151
 - Sitio-Arqueologico-Encanados 152 a 178
 - Agua 179 a 184

Dados convertidos para o Sistema de
Coordenadas SIRGAS 2000

Escala 1:120.000

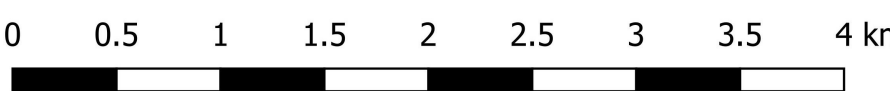


Figura 2 Cartografia do patrimônio na Bacia do Rio das Almas

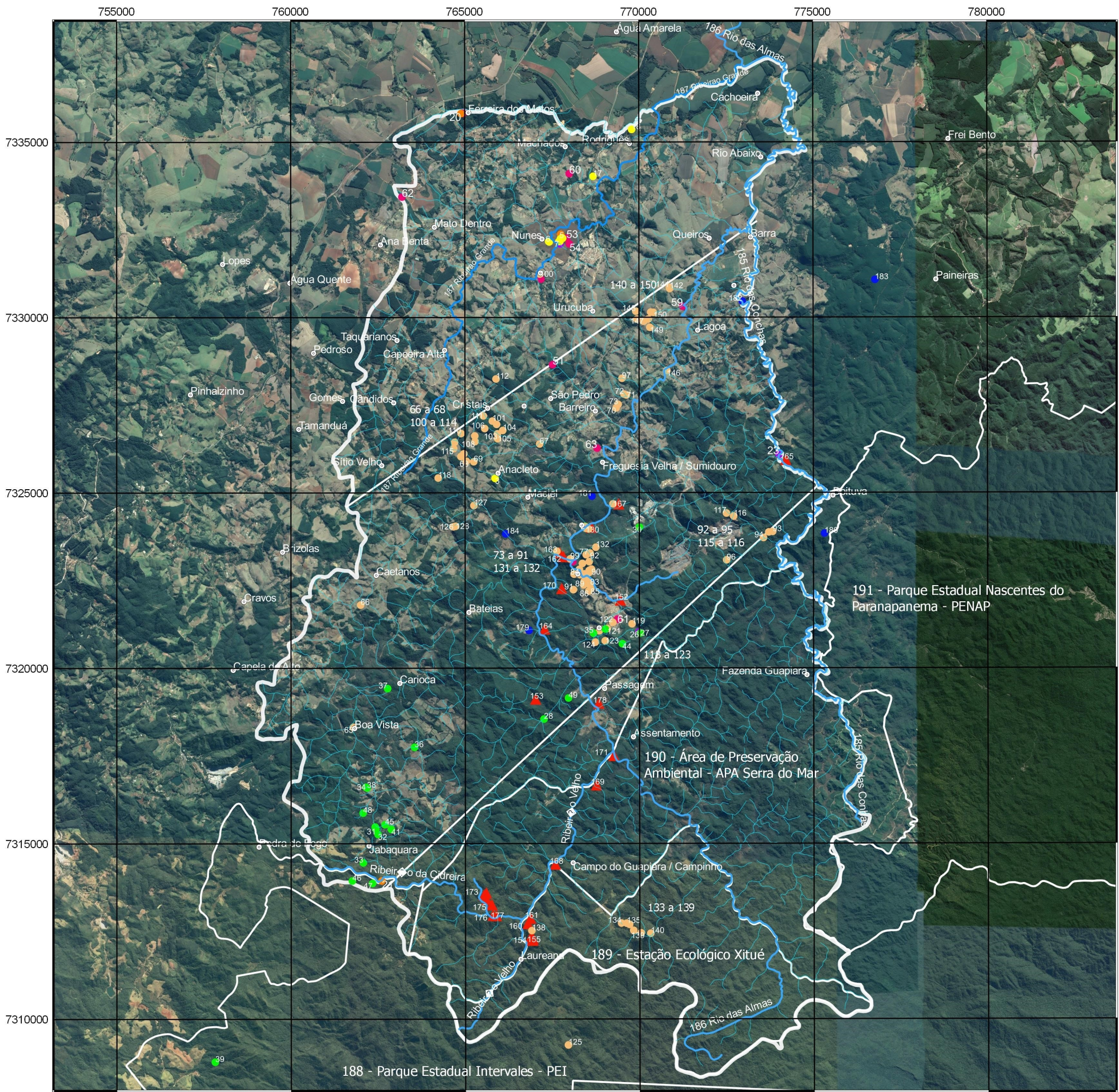


Figura 3 Cartografia do patrimônio na Bacia do Rio das Almas (Imagem de satélite)

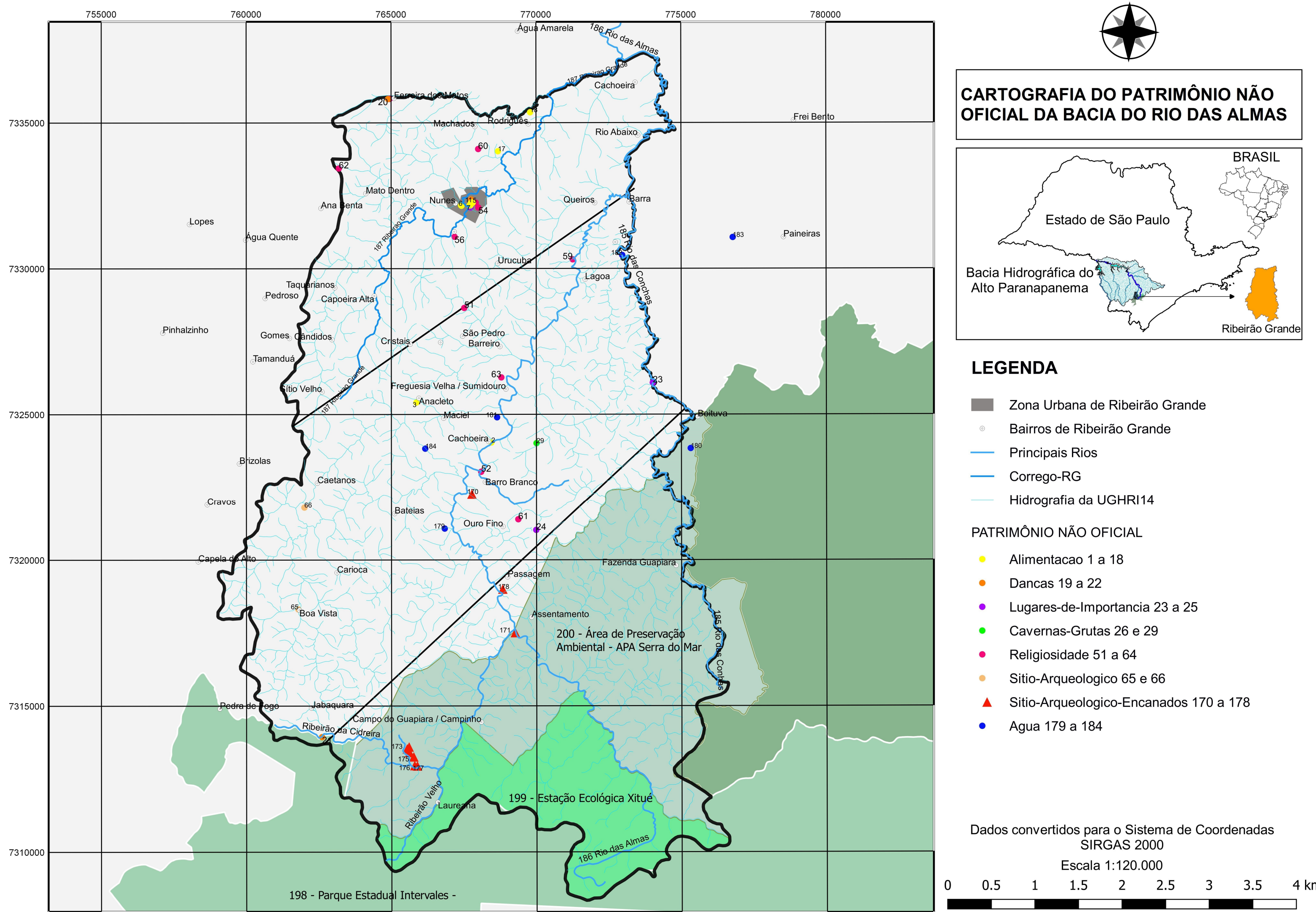


Figura 5 Cartografia do patrimônio não oficial na Bacia do Rio das

Nessa região, que abrigou o Arraial Velho, o primeiro povoado das Minas do Parapanema, se localizam sítios arqueológicos dos encanados nas áreas divisórias entre o PEI e EE de Xitué, onde se localiza a nascente do Rio das Almas. Essa é também a área menos povoada da Bacia do Almas. Apenas 5% da população de Ribeirão Grande vive nessa zona (tabela 2), concentrada especialmente no Bairro do Boa Vista.

A porção central do território é uma área de transição entre Mata Atlântica, cobertura florestal, zonas rurais, áreas de pastagem, uso agrícola ou de silvicultura e mineração de calcário e argila. É também que se instalou o segundo povoado associado a mineração de ouro no território, a Freguesia Velha, e onde existe reivindicações do patrimônio para a Cruz do Negro.

Nessa área se concentra a atividade de mineração, e não por acaso, as cavernas e os sítios arqueológicos líticos e cerâmicos registrados no IPHAN, correspondentes aos estudos elaborados por meio da arqueologia de contrato, nas áreas de impacto da mineração de calcário.

Habitantes locais costumam chamar a porção central e sul do município, de sertão, uma porção de floresta afastada do litoral e esvaziada por habitantes humanos. Assim é o sertão da Mata Atlântica, no território da Bacia do Rio das Almas. Essa área abrigou o segundo povoado de mineração de ouro da bacia do Almas no período colônia, a Freguesia Velha.

Além das questões legais e econômicas descritas em capítulos seguintes, uma das condições postas para essa diferença na densidade populacional de Ribeirão Grande é a dificuldade de acesso às áreas centrais e sul do município. A rodovia pavimentada que adentra Ribeirão Grande acaba na entrada da fábrica da Votorantim Cimentos e ali é também a divisa entre a zona norte e a zona central do município. As estradas rurais que totalizam aproximadamente 780 km, se colocadas em linha reta, muitas vezes encontram-se em situação precária, e dificultam em muito o acesso aos veículos motorizados. A situação piora durante o período das chuvas, devido à degradação dos solos, e a queda frequente de pontes feitas de madeira, que ligam as estradas dos bairros rurais dessas zonas.

A porção norte é onde se localiza a área urbana de Ribeirão Grande, e onde o relevo torna-se mais plano, menos acidentado, mais propício à agricultura. Aí é onde estão concentrados os elementos não oficiais do território, e coincidentemente onde está concentrada a população de Ribeirão Grande. Estão presentes ali as referências à alimentação, danças e religiosidade e os elementos referentes à água que são as cachoeiras, utilizadas como áreas de lazer pela população local.

Ali se concentra a maior parte dos habitantes de Ribeirão Grande, e onde estão concentradas as referências do patrimônio imaterial associadas a outros elementos materiais ali presentes.

Por meio dessa cartografia é possível perceber as relações entre patrimônio e o território, de diferentes ângulos. A legislação ambiental brasileira durante três décadas vem delineando, delimitando e traduzindo escolhas com relação ao patrimônio que afetam as conformações territoriais: a concentração da Mata Atlântica protegida por meio de unidades de conservação na porção sul; a área central do território, que concentra os sítios arqueológicos justamente associados por lei ao cumprimento dos EIA/RIMA de mineração; e a área norte, associado ao patrimônio mais frequentemente imaterial, às referências culturais locais, e a ligação de afeto entre atores com o território.

Também é possível perceber que o patrimônio está associado aos afetos, ao cotidiano, à proximidade, ao lugar. Novamente citando Meneses (1984, p.36), “o homem ‘pertence’ a um espaço. ‘Ser de um certo lugar’ não expressa vínculo de propriedade, mas uma rede de relações”. Nesse sentido, a rede de relações que se forma entre elementos, lugar e humanos, revelam características próprias. O patrimônio se relaciona com atores no lugar de proximidade a que se encontram.

5. O PATRIMÔNIO NATURAL NA ZONA SUL DA BACIA DO RIO DAS ALMAS

A Zona Sul da Bacia do Rio das Almas é praticamente preenchida por uma cobertura florestal nativa que faz parte de uma grande extensão de Mata Atlântica conservada dentro do Estado de São Paulo, o *continuum* da Serra do Mar e de Paranapiacana, também conhecido como Corredor Ecológico da Serra de Paranapiacaba (BRASIL, 2000b).

Essa extensão de floresta passou por múltiplos processos de tombamento e proteção como patrimônio entre os séculos XX e XXI, sendo que atualmente na Bacia do Rio das Almas se concentram trechos de três grandes unidades de conservação brasileiras: o Parque Estadual Intervales (PEI), Estação Ecológica de Xitué e Área de Preservação Ambiental (APA) da Serra do Mar. Dentro dessas áreas destacam-se o patrimônio espeleológico, biodiversidade faunística e florística local e as nascentes de importantes cursos d'água locais.

O relevo geológico local propicia o surgimento de formações como cavernas e paredões rochosos e rios subterrâneos. As cavernas presentes nessa região compõem um sistema cárstico que é atualmente um dos maiores atrativos turísticos do PEI e cuja composição mineral (calcário, dolomito e magnesita), atrai uma intensa atividade de mineração para a área (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2008a).

A biodiversidade faunística e florística é apontada como diferencial local chamado de hotspot (MYERS et al., 2000). A avifauna tem ganhado destaque nos últimos anos, devido a presença de muitos pássaros endêmicos, que tem atraído muitos pesquisadores e turistas de vários países interessados na atividade de observação de pássaros (MARINI; GARCIA, 2005).

Nessas áreas, estão presentes 41 espécies de aves e 21 de mamíferos ameaçadas de extinção sendo, segundo a lista da IUCN (lista Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção). Esta região, em particular, sofre com a caça ilegal, incluindo espécies de grande porte e ameaçadas de extinção, como a anta (*Tapirus terrestris*), o mono carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*) e a onça-pintada (*Panthera onca*); e a extração de palmito (*Euterpe edulis*) (BENCKE et al., 2006; TABARELLI; SILVA; GASCON, 2004).

Na década de 1980 o trecho da Serra do Mar entre os Vales do Ribeira e Vale do Paranapanema passou por processos de transformação em áreas protegidas e tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) (SCIFONI, 2008).

Em 1991 a Serra do Mar e outros trechos da floresta atlântica receberam o título de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica compondo mais de 120 mil hectares de área protegida. O programa Reserva da Biosfera fez parte de uma iniciativa internacional chamada “The Man and the Biosphere (MaB)”, que buscava promover conjuntamente a conservação de ecossistemas, o intercâmbio de pesquisas científicas e promoção do desenvolvimento sustentável (DE DELPHIM; MOURA, 2004). Em seguida, em 1999 a Mata Atlântica ainda foi inscrita como Patrimônio Mundial pela UNESCO (1999), segundo os critérios VII, IX E X que se delimitavam aos aspectos naturais da floresta.

A preocupação com a conservação da natureza revela o principal valor associado à demarcação de áreas de Mata Atlântica e as definições de uso dadas a elas, segundo a legislação brasileira, e sua gestão pelos órgãos brasileiros de proteção ambiental, nas esferas federais, estaduais e municipais. A conservação da natureza, porém, não foi a única motivação que levou atores a se mobilizarem em torno da delimitação de áreas de Mata Atlântica a receberem titulações para proteção. Outros processos de apropriação da floresta e agregação social, com a definição de diferentes títulos patrimoniais pelo CONDEPHAAT e UNESCO revelam outros valores associados, cuja descrição é detalhada a seguir.

5.1 A criação das Unidades de Conservação presentes na Bacia do Rio das Almas

A década de 1980 foi um período bastante importante para a consolidação da política ambiental em São Paulo, e que resultou na criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em 1987. Na região da Bacia do Rio das Almas, esse foi o período em que as áreas das Unidades de Conservação hoje presentes nesse território foram adquirindo diferentes tratamentos legais e proteções específicas.

O primeiro instrumento de proteção da porção sul da Serra do Mar no Estado de São Paulo foi a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Mar, pelo Decreto Estadual n. 22.717 de 1984 (SÃO PAULO, 1984), tornando-se o principal elo de continuidade entre as áreas protegidas pelo Parque Estadual da Serra do Mar, criado em 1977 (SÃO PAULO, 1977) e as demais Unidades de Conservação do Vale do Ribeira (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2017). Posteriormente a APA da Serra do Mar foi regulada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) por meio da Lei Federal nº. 9.985/2000. A APA é definida pelo SNUC:

“como sendo uma Unidade de Conservação com área em geral extensa, possuindo um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e

o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”. (BRASIL, 2000b).

Apesar da criação dessa categoria de manejo representar um importante marco legal entre a possibilidade de conciliação de populações residentes conservação ambiental na área a ser protegida, a APA vem sendo questionada com relação à efetividade de sua implementação e de seu funcionamento, em decorrência do caráter predominantemente privado das terras da categoria (DOUROJEANNI; PÁDUA, 2001, p.83).

Ainda, em especial, após o estabelecimento das exigências de planos de manejo para todas as UCs pelo do SNUC, uma vez que o Plano de Manejo da APA da Serra do Mar é inexistente, a ação da APA da Serra do Mar na Bacia do Rio das Almas é praticamente nula. Na área onde se localiza o trecho da APA ao Sul da Bacia a Mata Atlântica se mistura a monoculturas florestais como a produção de pinus e eucalipto, e praticamente não há habitantes na área (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2010a).

Entretanto, na década de 1980, o instrumento de proteção que mais agregou atores devido à sua articulação entre o patrimônio natural e cultural foi o tombamento da Serra do Mar como Patrimônio Natural pela CONDEPHAAT.

O processo de agregação de atores sociais em torno do tombamento da Serra do Mar como patrimônio natural envolveu o meio científico, político e sociedade civil, num contexto de abertura política e redemocratização no Brasil, conjuntamente com a atuação do movimento ambientalista organizado e de políticas de patrimônio que buscavam maior proximidade com os interesses da sociedade civil.

A pesquisadora Simone Scifoni, em sua tese de doutorado, relata que a concepção do projeto de tombamento da Serra do Mar, pelo pesquisador e professor da Universidade de São Paulo Aziz Ab’Saber (1986), se deu como medida de proteção de um setor de alta fragilidade ambiental que estava sendo ameaçado pelo crescimento urbano desordenado do litoral norte do Estado de São Paulo, consequência da grande expansão do turismo entre as décadas de 1970 e 1980. Soma-se a esse contexto, a constatação de que havia apenas 5% remanescentes das florestas originais do Estado e a degradação do restante de Mata Atlântica nas encostas da Serra do Mar, causada pela poluição industrial de Cubatão, assim como e o *boom* imobiliário desencadeado nos anos 1980 no litoral norte, com vistas ao turismo de segunda residência.

Apresentando argumentos científicos Ab’Saber (1986) escreve um artigo publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde apresenta um

conjunto de atributos que confeririam a Mata Atlântica a característica de excepcionalidade. Como especialista em geomorfologia, dá um destaque maior aos aspectos do meio físico da Serra do Mar, entre eles a grande biodiversidade da floresta tropical; sua importância geomorfológica, argumentando que a Serra do Mar constitui o mais contínuo e monumental acidente geológico-geomorfológico da América do Sul e testemunho do soerguimento da borda do Planalto Atlântico; e sua importância paisagística pois, apesar de estar localizada em meio a centros urbanos em constante pressão imobiliária, manteve sua biomassa vegetal relativamente bem preservada (AB’SABER, 1986).

Esses argumentos, se mantiveram como justificativa apresentada, segundo a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo (2015), para o tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba, inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (inscrição nº 16, p. 305, 08/09/1986) do CONDEPHAAT, no qual consta:

“...grande valor geológico, geomorfológico, hidrológico e paisagístico (condição de banco genético de natureza tropical, dotado de ecossistemas representativos da fauna e da flora), e por funcionar como regulador das qualidades ambientais e dos recursos hídricos da área litorânea e reverso imediato do Planalto Atlântico” (SÃO PAULO. SECRETARIA DE CULTURA, 2015).

A concepção original que privilegiava os aspectos físicos da serra juntou-se ainda ao argumento, difundido amplamente como discurso, de que a área representaria “os últimos remanescentes da cobertura florestal original do Estado de São Paulo” (SÃO PAULO, 2015).

O tombamento do Serra do Mar e de Paranapiacaba como patrimônio natural por um órgão ligado à defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, foi um processo que durou vários anos pois enfrentou resistência do colegiado de decisão política, que envolvia outras Secretarias de Estado, como Agricultura, Meio Ambiente, Economia e Planejamento (Scifoni, 2008). Em uma reunião realizada em 1977 para apresentação da proposta de tombamento da Serra do Mar e criação do Parque Estadual, questionou-se a competência do órgão para tal ato. Segundo o colegiado, o tombamento pelo CONDEPHAAT poderia configurar-se como uma intromissão na esfera federal, a quem caberia a proteção das florestas e das áreas de preservação permanente determinadas pelo Código Florestal.

Entretanto, segundo relata Scifoni (2008) o tombamento da Serra do Mar justificou-se de maneira mais ampla, pelo conjunto articulado de atributos dados a área, focados na paisagem. Nessa perspectiva, além das características físicas apresentadas, também se evidenciou o papel que a Serra do Mar desempenhou na própria história da ocupação e da produção do espaço geográfico paulista e os referenciais de memória e de

natureza que essa área evocava. Ainda, no contexto de redemocratização brasileira, e de um movimento ambientalista estruturado, o patrimônio natural se configurou como conquista da sociedade e como luta pela manutenção de espaços de memória e de natureza em meio a crescimento urbano-industrial acelerado.

Junto a esses movimentos, somente em 1983, quando Ab'Saber está na presidência do Condephaat, é que se aprova a abertura de estudo de tombamento da Serra do Mar, que veio a se consolidar em 1985. Apesar do tombamento da Serra do Mar não ser o primeiro instrumento legal para a proteção do patrimônio natural no litoral, seu pioneirismo se deu por meio do conjunto de medidas instituídas para a área, que foi o mais abrangente em extensão e em termos de regulamentação do uso e ocupação do solo (Sicifoni, 2008).

Segundo a Secretaria de Cultura (São Paulo, 2015) a Serra do Mar, constitui o maior e mais complexo patrimônio natural reconhecido no estado e abrange, além das encostas da Serra, muitos trechos de planície litorânea, esporões, ilhas e morros isolados, situados numa área de 1.208.810 ha, entre os limites com os estados do Rio de Janeiro e Paraná, abrangendo 44 municípios paulistas (figura 6).

Para Ab'Saber, a área da Serra do Mar, ademais de ter se tornado uma solução para uma problemática urgente referente a pressão do crescimento industrial no Estado de São Paulo, por suas características, teria,

“...uma expressão planetária.... Não há governo no mundo que me convença de que aquilo não devesse ser tombado a nível nacional ou como patrimônio da humanidade, se possível” (AB'SABER, 1987:226).

O anseio de Ab'Saber veio a se concretizar anos depois com a transformação da área em patrimônio natural mundial pela UNESCO (EUCLYDES; MAGALHÃES, 2006).

A titulação, entretanto, se estendeu por uma área muito grande do território paulista, e não se deu em apenas em um momento do tempo. Na medida em que novas unidades de conservação foram sendo criadas, as mesmas eram anexadas a área definida por tais titulações.

Ainda, as percepções regionais quanto a necessidade de conservação das áreas de Mata Atlântica, e quanto às ameaças a essas áreas, não necessariamente eram as mesmas descritas nas justificativas apresentadas para sua proteção.

Enquanto o argumento do tombamento do patrimônio natural pelo CONDEPHAAT se concentrava na preocupação do crescimento econômico acelerado dos centros urbanos no litoral norte de SP, ao sul na Bacia do rio das Almas a questão era a expansão do domínio da mineração pelo Banestado. No caso de Intervales, as movimentações

ao redor da patrimonialização da Mata Atlântica colaboraram para facilitar negociações ao redor da aquisição de mais áreas para proteção da Mata Atlântica pelo governo do Estado de São Paulo.

Aos poucos o governo estadual também realiza manobras para desapropriar ou adquirir áreas dentro da APA, conferindo-lhes destinos de proteção distintos. O caso da Fazenda Intervales vem exemplificar essa situação.

Uma conjuntura de fatores levou a que essa área fosse transformada no Parque Estadual Intervales. Primeiramente, existia um movimento no Governo de Franco Montoro de criação e consolidação de unidades de conservação. Em segundo lugar, existia uma legislação que obrigou os bancos a se voltarem a sua atividade fim, e nesse caso, o Banespa, que fazia manejo de palmito na Fazenda Intervales e ainda tinha a proposta para atuar na área de mineração, teve que deixar tais atividades. Intervales foi adquirido via uma operação financeira de troca de ações entre o Banestado e o Banespa.

A Fazenda Intervales, ocupava uma área de 41.700 hectares era gerenciada pelo Banespa até 1986, e tinha como atividade econômica a extração de palmito juçara (*euterpis edulis*) para comercialização, e prospectava áreas para mineração de calcário.

Em terceiro lugar, a propriedade de Intervales serviu como lastro, como base de capital para existência da Fundação Florestal, e por isso ficou separada das outras unidades de conservação, que eram administrados pelo Instituto Florestal.

Em 1986 adquire a Fazenda Intervales do grupo BANESPA, e que passa a constituir o patrimônio da Fundação Florestal (FF). Embora a Fazenda Intervales ainda não se integrasse as UC de proteção integral, a FF realizou nesse período um programa integrado de apoio à pesquisa, desenvolvimento do ecoturismo e de educação ambiental, que culminou mais tarde na criação do Parque Estadual Intervales (PEI) (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2010a).

Intervales passou a ser visto como “a princesinha” entre as demais UCs porque era gerido por uma Fundação e por consequência, tinha acesso a recursos financeiros, a questão latifundiária resolvida, uma infraestrutura grande que já era da própria fazenda do Intervales, equipe de funcionários que foi absorvida da própria Fazenda. Todos esses fatores contribuíram para um avanço rápido do ponto de vista da gestão dessa UC.

O Parque Estadual Intervales desde o início que já era pensando como atrativo turístico, devido a sua infraestrutura, e os antigos funcionários de lá foram incorporados. E uma cooperativa entre funcionários montada, que possibilitou pelos primeiros dez anos de

existência a gerencia do restaurante interno da unidade (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2010a).

Em 1995 a área da Fazenda Intervales torna-se um parque estadual, segundo o decreto de criação do PEI:

“O Parque Estadual Intervales foi criado no sentido de promover o desenvolvimento sustentável regional e a conservação da natureza no Vale do Ribeira, devido a necessidade de proteção à extensa área de manancial, aos significativos sítios espeleológicos e às frágeis encostas da Serra do Mar/Paranapiacaba, cobertas pela Mata Atlântica, elementos esses reconhecidos constitucionalmente, em nível federal e estadual, a serem protegidos como Patrimônio Nacional” (SÃO PAULO, 1995).

Ao contrário do PEI, cuja relação do território estava pensada incluindo as populações de seu entorno, a Estação Ecológica de Xitué foi criada com fins estritamente preservacionistas e de pesquisa científica. O decreto de criação de Estações Ecológicas no Estado de São Paulo, entre elas Xitué, assim justifica a criação dessas unidades:

“...considerando que os remanescentes florestais da área objeto do presente decreto, abrigam espécies de flora e fauna, ameaçadas de extinção, cuja proteção é dever do Estado ...para que futuras gerações possam desfrutar os benefícios desta paisagem, para fins científicos, culturais educacionais, além de seus valores como banco de germoplasma...” (SÃO PAULO, 1987).

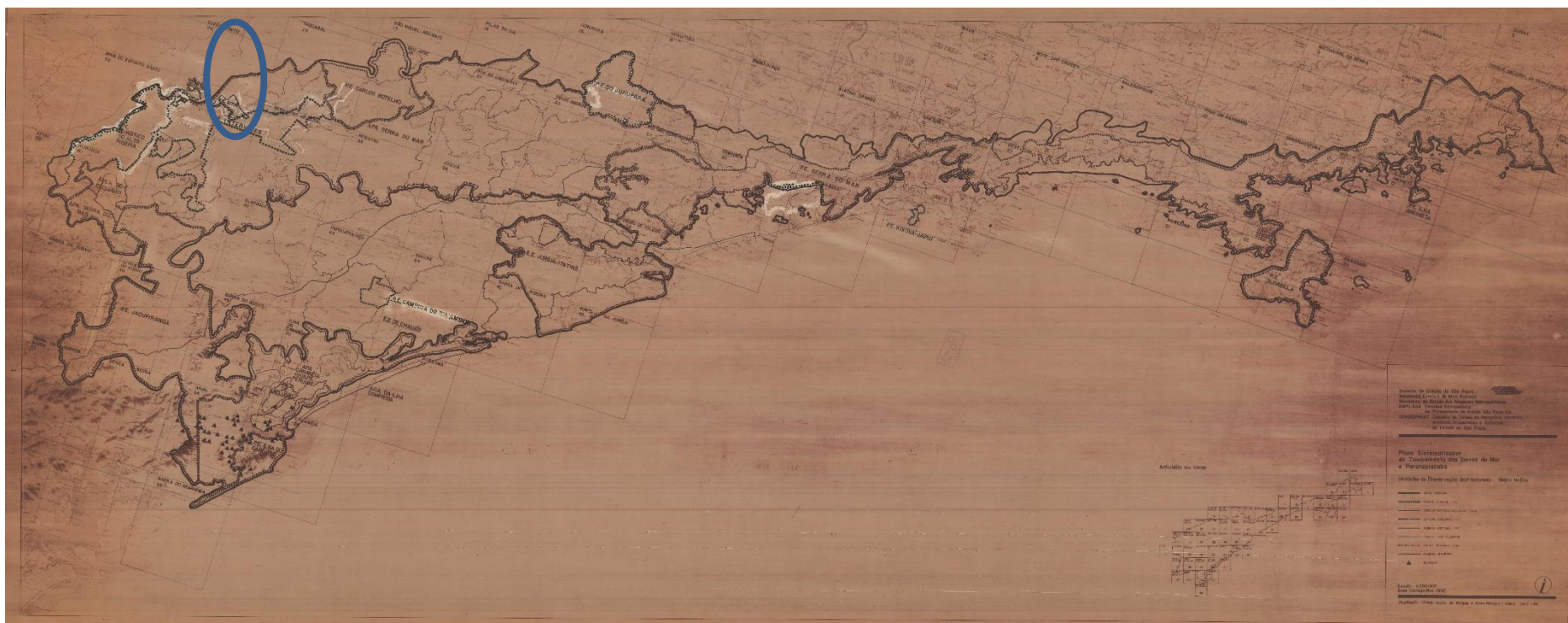


Figura 6. Área de tombamento da Serra do Mar pelo CONDEPHAAT – São Paulo, 1985.

Nota: O círculo em azul evidencia a área onde se localiza a Bacia do Rio das Almas.

Fonte: SÃO PAULO. SECRETARIA DE CULTURA (1985).

Em especial, o Sistema Ambiental Paulista justifica que a área de Xitué é protegida como Estação Ecológica, e não recebe atividades de uso público, porque enfrenta ações ilegais de caça e a extração de palmito, que são vigiadas em rotinas de fiscalização conjunta com a Polícia Ambiental (SÃO PAULO, 2016).

Apesar de uma área muito pequena do Parque Estadual Intervales estar dentro da Bacia do Rio das Almas, a sede administrativa, bem como o acesso ao PEI se dão pelo município de Ribeirão Grande, motivo pelo qual sua atuação dentro da Bacia do Almas é a mais significativa dentre as três áreas de proteção presentes nesse território. Ainda, a EE Xitué é gerenciada pelo Parque Estadual Intervales desde sua criação. Essas três unidades fazem parte do Mosaico de Unidades de Conservação do Paranapiacaba criado em 2012 com:

“a finalidade de promover a gestão integrada e participativa de suas unidades, conforme estabelece a Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e o Decreto federal nº 4.320, de 5 de agosto de 2002, bem como buscar a garantia da conservação das áreas que indica” (SÃO PAULO, 2012b).

Pelo SNUC, corredores ecológicos, reservas da biosfera e os mosaicos de áreas protegidas são instrumentos de ordenamento territorial voltados a conservação da natureza.

É na Estação Ecológica de Xitué onde nasce o Rio das Almas. Na área da Zona Sul dessa Bacia, onde habita apenas 5% da população de Ribeirão Grande, principalmente devido a existência das unidades de conservação, a população mantém relações de ressonância e patrimônio bastante desassociadas dos parques. Primeiramente porque essas relações são bastante problemáticas ambientalmente quando se trata da questão da caça e da extração ilegal de palmito, e cuja ação do estado é manter a população afastada da área de Xitué, que é também monitorada por seguranças locais. A área de Intervales ocupa muito pouco o território de Ribeirão Grande e o acesso até o PEI se dá por uma estrada que recorta todo a extensão do município pelo Oeste, se distanciando tanto do Rio das Almas, como mantendo a área de Xitué bastante isolada.

Não somente isso, mas a oeste de Xitué também se localiza outra área que é quase o dobro do tamanho dessa UC, propriedade particular que foi transformada e um EcoResort de luxo, o Hotel Paraíso Ecolodge.

A população dessa área sul se concentra no Bairro do Boa Vista, e que mantém relações diferentes com os parques, que foram se conformando de acordo com as diferentes posturas adotadas por gestores que dirigiram o PEI.

5.2 Ecos da UNESCO sobre o Patrimônio Natural na Bacia do Almas

Os processos de criação do patrimônio natural na Serra do Mar e de Paranapiacaba e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica contaram com diferentes atores, envolvendo principalmente o poder público, cientistas e sociedade civil organizada.

A Mata Atlântica se tornou Reserva da Biosfera em 1991, no ano anterior à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro. Em 1999, as Reservas de Mata Atlântica do Sudoeste do Brasil ainda foram inscritas como Patrimônio Mundial, como resultado de uma estratégia do Ministério do Meio Ambiente brasileiro para valorização mundial dos patrimônios naturais do país (DE DELPHIM; MOURA, 2004).

Os valores da UNESCO, associados à natureza e ao patrimônio natural a partir de 1972, basearam-se, em três critérios norteadores do reconhecimento do valor universal: o estético, o ecológico e o científico (SCIFONI, 2008).

Com relação ao valor estético, a natureza deveria ser expressa em paisagens de extraordinária beleza natural ou excepcionalidade, ponderando uma grande subjetividade quanto aos critérios de beleza utilizados. Com relação ao valor ecológico, os sítios selecionados deveriam ser habitat de espécies em risco de extinção ou detentoras de processos ecológicos e biológicos importantes, sendo a conservação da biodiversidade o fator de grande peso na escolha das áreas como patrimônio mundial. O valor científico manifestava-se em áreas que continham formações ou fenômenos naturais relevantes para o conhecimento científico da história natural do planeta (SCIFONI, 2008).

Os critérios usados para caracterizar a área de Mata Atlântica como Patrimônio (Natural) Mundial pela UNESCO, foram:

“(vii) conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética; (ix) ser exemplo eminentemente significativo de representação de processos ecológicos e biológicos em curso ou na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e animais de terrestres, de água doce, marinhos e costeiros; (x) conter os habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que contenham espécies ameaçadas, de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação” (UNESCO, 1999; 2015)²¹.

²¹ No original: (vii) to contain superlative natural phenomena or areas of exceptional natural beauty and aesthetic importance; (ix) to be outstanding examples representing significant on-going ecological and biological processes in the evolution and development of terrestrial, fresh water, coastal and marine ecosystems and communities of plants and animals; (x) to contain the most important and significant natural habitats for in-situ conservation of biological diversity, including those containing threatened species of outstanding universal value from the point of view of science or conservation.

Ainda, nas recomendações dadas por avaliadores da UNESCO quanto à nomeação da Mata Atlântica como patrimônio natural, transparece a ideia de que existia uma condição natural primária, que deveria ser restaurada, um estado de primitivismo longe da ação humana, a ser retomado.

“também é recomendável que o Governo Estadual seja encorajado a restaurar a condição natural do Parque Estadual da Serra do Mar, que potencialmente poderia ser incorporado ao sítio [patrimônio mundial]” (UNESCO, 1999)²².

Enquanto isso, as propostas da titulação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica já preconizavam abordagens mais conciliadoras entre natureza e cultura, descritas em sua missão: “Contribuir de forma eficaz para o estabelecimento de uma relação harmônica entre as sociedades humanas e o ambiente na área da Mata Atlântica” (RBMA, 2004).

Ainda, apesar das recomendações da UNESCO nesse momento se associarem às questões da preservação ambiental, vale ressaltar que, aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial no Brasil esteve em seus primórdios vinculada estritamente ao órgão de proteção do Patrimônio Cultural, o IPHAN, que não possuía uma ação clara e dirigida aos compromissos da conservação ambiental (ZARATTINI; IRVING, 2012). Essa foi uma das condições que acarretou o que ressalta Scifoni:

“No plano da pesquisa científica ou na esfera institucional há um vazio em relação ao patrimônio natural. No primeiro caso, é raro encontrar pesquisas que tratem do tema, sobretudo das questões que envolvem sua gestão pública. Já no que diz respeito à prática institucional no Brasil, o patrimônio natural nos órgãos públicos aparece como uma questão secundária e até mesmo marginal: com o passar dos anos, ele foi colocado à parte, como um setor de menor importância (SCIFONI, 2008, p. 14).

Por isso mesmo, o gestor da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, relatou durante entrevista que, mesmo ambas titulações da Reserva da Biosfera e do Patrimônio Mundial pertencerem a UNESCO:

“são mundos diferentes, os interlocutores são diferentes... Eles ficam separados por duas quadras e meia de distância em Paris. Só que essa distância de duas quadras e meia, são muitas centenas de quilômetros do ponto de vista conceitual...” (entrevista realizada com o presidente da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil em agosto de 2014).

Ainda, o gestor da RBMA sintetizou suas percepções sobre as distintas conotações dos títulos patrimoniais da Mata Atlântica da seguinte forma:

²² No original: “It also recommended that the State Party should be encouraged to restore natural conditions in the Serra do Mar State Park, which potentially could be incorporated in the site”.

“Se eu fosse uma área, eu gostaria de ser sítio do Patrimônio Mundial pelo status que é superbacana, gostaria de ser gerido como Reserva da Biosfera, que é coisa do diálogo, sistema participativo, unindo as coisas e tal; e gostaria de ser de um projeto Corredor [Ecológico] que tinha dinheiro, então o casamento dessas coisas...”. (entrevista realizada com o presidente da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil em agosto de 2014).

Percebe-se a diferença importante no significado atribuído entre a titulação da Reserva da Biosfera e Patrimônio Mundial por esse gestor, sendo que a característica dada ao Patrimônio Mundial é o *status*, isto é, a diferenciação e destaque em relação a outros países por haver conseguido um título mundial, bastante distante das preocupações efetivas da conservação *per se*, e da relação com as populações do entorno das áreas protegidas.

Para o gestor do PEI entrevistado, as titulações da UNESCO (Reserva da Biosfera e Patrimônio Mundial) são importantes e colaboram com articulações na área política, porém:

“...não ajuda se você precisar fazer uma reunião com a comunidade para falar alguma coisa e tal, ele não vai resolver nada. Você vai falar que são reconhecidos pela UNESCO, como eu falo aqui, não adianta... isso não faz parte do cotidiano das pessoas (gestor do PEI 2013 - atualmente)”.

Ainda, segundo atual gestor do PEI, esses títulos são concedidos pela UNESCO como uma forma de empoderar a política local para se valer desses títulos e poder ordenar isso [no território] (cita a prefeitura, Fundação Florestal, a própria Secretaria do Meio Ambiente). Para esse gestor, esses títulos são uma ferramenta para legitimar o seu próprio poder local e sua atuação no território:

“...acho que ainda não se sabe usar ele direito, acho que a gente tem que usar mais, que é o que eu sempre procuro falar, todas as palestras que eu falo no parque eu procuro falar isso, mas eu vejo que as pessoas não entendem muito” (gestor do PEI 2013 - atualmente).

O presidente da Reserva da Biosfera ainda dá sua opinião apresentando um caso hipotético, no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR):

[Um morador] “falou assim: eu nasci lá no bairro tal, no município Iporanga, depois eu passei a ser PETAR, morador de PETAR, do bairro tal, depois passei a ser morador da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, depois eu passei a ser morador do sítio Patrimônio Mundial Da Mata Atlântica do Sudeste [pela UNESCO]... e, eu nunca mudei de lugar. Então você imagina para uma comunidade de lá entender tudo isso, é de uma complexidade brutal! Então, entende? Não, não entende! Porque é muita coisa, e muitas instituições atuando no mesmo lugar” (Presidente da Reserva da Biosfera).

Segundo as declarações dos gestores entrevistados, a população local praticamente desconhece a atuação da UNESCO, e as representações dadas ao título nas áreas de proteção. De fato, durante uma trilha que realizei com os monitores do PEI perguntei a eles

sobre a UNESCO, e nenhum deles sabia me dizer o que era UNESCO, e o que essa palavra significava. O contato com a comunidade local varia, portanto, de acordo com cada realidade e certamente os diferentes interesses existentes entre as políticas de implementação desses sítios como unidades de conservação e como patrimônio natural se confrontam com essa realidade local de distintas formas, gerando novas agregações sociais em torno de interesses distintos e locais.

Ainda, a IUCN, braço da UNESCO para gestão de áreas protegidas no mundo, possui manuais que orientam tanto a criação de legislações nacionais (LAUSCHE, 2011) quanto a elaboração dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação (THOMAS; MIDDLETON, 2003). Dentro dos Planos de Manejo, existe a orientação para a criação de zoneamentos que delimitam, em geral, um núcleo central de preservação a rigor, e áreas ao redor com finalidades de pesquisa e de uso público. Dentro desses manuais, incluem-se áreas diretamente relacionadas ao patrimônio cultural material e às referências culturais locais (CALDARELLI, 1991, 2010). O próximo item faz uma análise da relação entre atores no território e zoneamentos propostos nos Planos de Manejo das UCs na Bacia do Rio das Almas.

5.3 O Zoneamento nas Unidades de Conservação da Bacia do Rio das Almas

A legislação brasileira de Unidades de Conservação (SNUC) determina que:

“As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo e devem abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas” (BRASIL, 2000^a, artigo 27, § 1º).

Dentro das orientações dos Planos de Manejo em âmbito nacional (GALANTE; BESERRA; MENEZES, 2002), determina-se a criação de zonas que estão relacionadas aos atores do território. São elas: a Zona Histórico-Culturais, Zona Arqueológica, Zona de Uso Público e Zona de Amortecimento.

Segundo o jurista Carlos Gomes Carvalho, a Zona Histórico-Cultural é definida como:

“aquela onde são encontradas manifestações históricas e culturais, ou arqueológicas, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para uso público, servindo a pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é de proteger sítios históricos ou arqueológicos em harmonia com o meio ambiente” (CARVALHO, 1991, p.327).

Em alguns casos opta-se por separar a Zona Arqueológica da Zona Histórico-Cultural, diferenciando as áreas com a presença de cultura material e as áreas dentro do parque em que ainda seja possível a presença humana de populações tradicionais (BRASIL, 2007).

A presença das Zonas Histórico-Cultural e Arqueológica dentro das áreas de unidades de conservação faz com que elas, de alguma forma, recebam as mesmas qualificações das áreas naturais, pertencendo ao patrimônio natural destinadas a preservação *stritu sensu*. O próprio IPHAN define que a proteção dos sítios arqueológicos possui a finalidade restrita de atender ao interesse científico ou ambiental (IPHAN, 2017).

Apesar dos sítios arqueológicos em geral serem enquadrados na categoria de patrimônio cultural, a partir da segunda metade do século XX, a arqueologia adquire maior força e capilaridade por meio das leis de preservação ambiental no mundo. A ligação dos bens arqueológicos aos critérios ambientais, e ainda às áreas naturais protegidas, favoreceu a naturalização dos mesmos como parte da natureza que não deve ser tocada (Barnes; Duncan, 1992), a bem da ciência e dos estudos científicos, e não como apropriada pela população local e atual. A cultura valorizada muitas vezes é a cultura antepassada e não o que existe hoje.

A Zona Histórico-Cultural também seleciona categorias de grupos sociais que podem ser incluídos dentro das áreas do parque, naturalizando grupos como indígenas e quilombolas e separando-os de outras populações residentes ao redor dos parques. Se pressupõe de antemão que grupos sociais que se enquadram em tais categorias seriam aqueles que mantêm relações culturais e históricas com o meio que favorecem a conciliação de suas práticas sociais com a conservação do meio ambiente. Para Nitsch (1994):

“A definição dos povos autóctones e originários como partes dos ecossistemas a serem protegidos, portanto, enquadra a diversidade cultural nos desígnios da conservação, numa expressão clara de *enforced primitivism*” (Nitsch, 1994, p. 502).

A finalidade da criação desse tipo de zoneamento em UCs é a preservação dos patrimônios materiais e educação patrimonial das comunidades do entorno e dos turistas. Entretanto Célia Fudemma e colegas observaram que:

“os Planos de Manejo frequentemente propõe educar a população do entorno para importância do patrimônio histórico-cultural-arqueológico, em menos casos busca-se conhecer quais as relações e os significados que as comunidades localizadas no entorno dos parques estabelecem com esses patrimônios” (FUTEMMA et al., 2017, p. 420).

A Zona de Uso Público é a área dentro dos parques destinada a visitação e turismo, e está organizada com a infraestrutura de recepção de lazer destinada ao público externo.

A Zona de Amortecimento é onde se estabelecem as interações socioambientais com as comunidades presentes nos bairros do entorno das Unidades de Conservação. O SNUC define a Zona de Amortecimento como:

“o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (Brasil, 2000).

Os programas elaborados com as populações com essa Zona são, muitas vezes distintos das abordagens dadas as Zonas Histórico-Culturais, uma vez que os habitantes dessas zonas são bastante diversos e plurais e não se enquadram em categorias definidas legalmente como “comunidades tradicionais”.

5.3.1 A Zona Arqueológica no PEI e EE Xitué

Na Bacia do Almas, tanto o Parque Estadual Intervales quanto a Estação Ecológica de Xitué possuem Zonas Histórico-Culturais aprovadas em seus respectivos Planos de Manejo.

O programa de diagnóstico do patrimônio arqueológico, histórico e cultural do Parque Estadual Intervales (Robrahn-González, 2008) gerou propostas de criação de um zoneamento:

“cujo objetivo é a proteção do patrimônio arqueológico-histórico-cultural material (sítios históricos ou arqueológicos) e imaterial (modos de fazer e expressar da comunidade) da unidade e seu entorno, visando o estudo, interpretação e valorização com vistas à preservação, conservação, divulgação e ao desenvolvimento” (Robrahn-González 2008: 148).

Esse zoneamento foi dividido em áreas distintas a Zona Histórico-Cultural e a Zona Arqueológica. Segundo o Plano de Manejo do PEI, a criação da Zona Arqueológica (figura 7):

“tem como objetivos específicos: pesquisa, restauração, manutenção, valorização, conservação e exposição dos bens culturais, sítios arqueológicos existentes, uso público de baixo impacto, oferecendo atrativos para fins turísticos e educacionais” (Robrahn-González 2008: 148).

As prospecções arqueológicas realizadas dentro da área do PEI para o Plano de Manejo partiram de conhecimentos locais e da descrição de monitores quanto aos materiais líticos frequentemente encontrados nas áreas do parque.

Os cinco objetivos líticos e cerâmicos que foram encontrados durante as prospecções arqueológicas estão depositados no Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP/NEPAM/UNICAMP). Segundo os relatórios elaborados por arqueólogos responsáveis pelo resgate desse material, a prospecção realizada foi superficial, com o objetivo de delimitar e propor novos estudos sobre as áreas sugeridas.

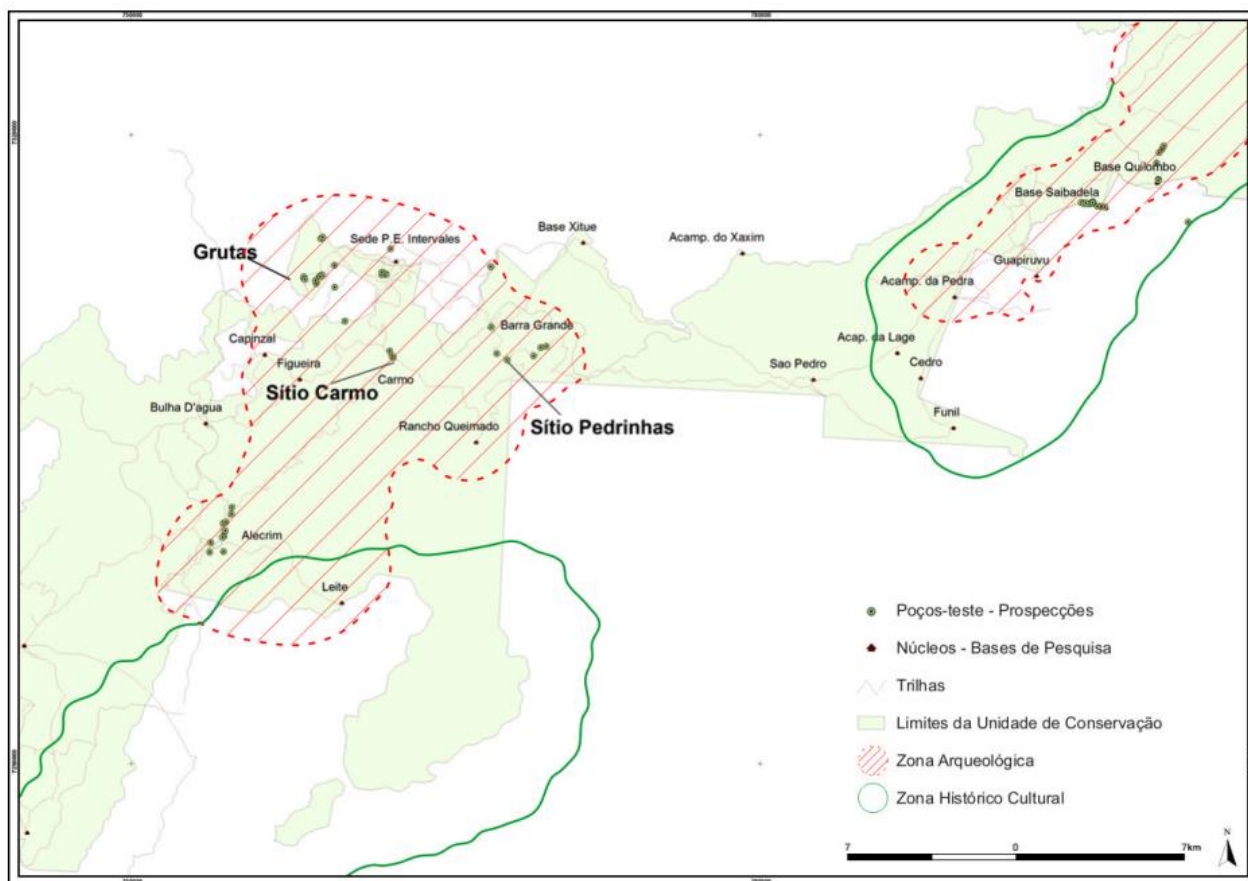


Figura 7 Zoneamento arqueológico preliminar do Parque Estadual Intervales
Fonte: (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2008b, p. 631)

Cita-se ainda locais onde não foram encontradas evidências materiais de vestígios arqueológicos, mas que as histórias orais indicam como áreas com potencial para novos estudos. Cita-se o caso da área chamada de “pedras de fogo”, localizada muito próximo à entrada do PEI:

“O próprio nome (“pedra de fogo”) é bastante alusivo, uma vez que faz referência ao sílex, rocha largamente utilizada por populações indígenas para confecção de artefatos... Informações orais fornecidas pelo Sr. Bento Dias indicaram que Pedra de Fogo compreende uma área maior, e que seu avô encontrava e guardava “pedras de fogo” junto a uma árvore próximo à sua residência, distante mais de 1 km da portaria. Foram também realizadas prospecções de superfície neste local indicado” (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2008b, p.562).

O zoneamento criado no PEI abrange na Bacia do Rio das Almas apenas uma das Zonas Arqueológicas sugeridas, devido a presença de grutas e cavernas, bem como do material lítico encontrado no sítio pedrinhas (Figura 7).

Os relatórios referentes aos estudos elaborados dentro do PEI para a criação das Zonas Histórico-Cultural e Arqueológica (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2007) foram levados à apreciação do IPHAN. O parecer técnico n. 158/8 9ª.SR/IPHAN/SP dado em 04 de julho de 2008 pelo IPHAN, emitiu a seguinte conclusão:

“Este IPHAN acolhe integralmente o referido relatório, estando de acordo com as medidas propostas. Recomenda-se ao Parque Estadual Intervales que capacite técnicos especializados em patrimônio histórico-cultural, para que o mesmo possa ser adequadamente disponibilizado ao público. Nesse sentido, este instituto se coloca à disposição para auxiliar no que for necessário”

Até a data das entrevistas realizadas, não havia ocorrido nenhum treinamento de monitores que incluísse informações histórico-culturais e arqueológicas da região, apesar de haver uma demanda da própria população local do Bairro do Boa Vista, localizado há poucos minutos antes da entrada do parque, sobre esse assunto. Nas falas dos atores entrevistados nesse bairro, existe a curiosidade quanto a história sobre os materiais arqueológicos líticos e cerâmicos que não muitas vezes encontrados nos quintais de suas casas, o que revela a importância da recomendação dada pelo IPHAN quanto a necessidade de treinamento quanto a esse material. Segundo um professor da rede pública de ensino local, arqueólogos passam por ali, pedem informações quanto a localização dos sítios, tomam notas dos entrevistados que permanecem por anos, sem nenhuma devolutiva quanto ao material foi coletado, qual o conhecimento gerado, entre outros. E permanecem desejosos de que um dia esse material possa ser exposto em algum museu comunitário local.

“Comecei com 14 anos, que eu via o pessoal pegar essas peças e entregar para o pessoal de São Paulo. Não tenho nada contra o pessoal de São Paulo, eles pegavam e trocavam essas peças por fumo de corda. Ai, não sei o que deu na minha cabeça, aí comecei a aguardar essas peças, achar, e falei para eles, ao invés de vocês estarem trocando essas peças por fumo, deixa aqui, um dia pode ser que nós montamos um museu aqui. Eu sei que isso é patrimônio público, mas nada impede de deixar aqui essas peças. Aí começamos esse trabalho e hoje parece que em São Paulo eu sou o quarto ou quinto colecionador de artefatos indígenas e tenho mais ponta de flecha, tenho uma pedra diábase com a imagem de um indígena, mas que não é minha, quando eu montar o museu, eu vou mostrar para você.

Na sala de aula você conta história, porque tem como você colecionar e o objetivo que não é vender. Eles se interessam e gostam disso. Porque eu consegui chegar nos alunos, porque eu trabalhei a ideia deles. Assim veja bem, a história do nosso lugar, alguma coisa é daqui a boa parte é daqui. Eu falava que algumas tribos africanas tinham toda a sua história gravada e nós não sabíamos nem a nossa terceira geração, de onde veio, de que lugar veio, não sabíamos. Sabemos de onde veio assim de que cidade, mas nós não temos a história real, porque vieram, como vieram, como chegaram aqui e qual foi a missão deles. Não temos. Temos livros esporádicos... daí começa a contar, fazer a cabeça deles”. (Entrevista com professor da rede pública de ensino no Bairro Boa Vista, novembro de 2014).

Quanto ao Plano de Manejo de Xitué, aprovado em 2016, os estudos referentes à criação da Zona Histórico Cultural (figura 8) tiveram a finalidade pedagógica e de pesquisa (ZANETTINI; CALIPPO; CAMARGO, 2007).

A Zona Histórico-Cultural proposta em Xitué dá foco nos vestígios da exploração de ouro de aluvião no período colonial registrado dentro da área dessa Estação Ecológica. Tais vestígios referem-se a um caminho antigo utilizado por indígenas, jesuítas e bandeirantes nas rotas de comércio local, bem como aos arrimos de pedras presentes no leito de rios dessa área, chamados localmente de encanados. Os encanados encontram-se tanto na fronteira da EE de Xitué no rio Laureana como nos rios próximos a esse local, na Zona de Amortecimento do PEI (Figura 8).

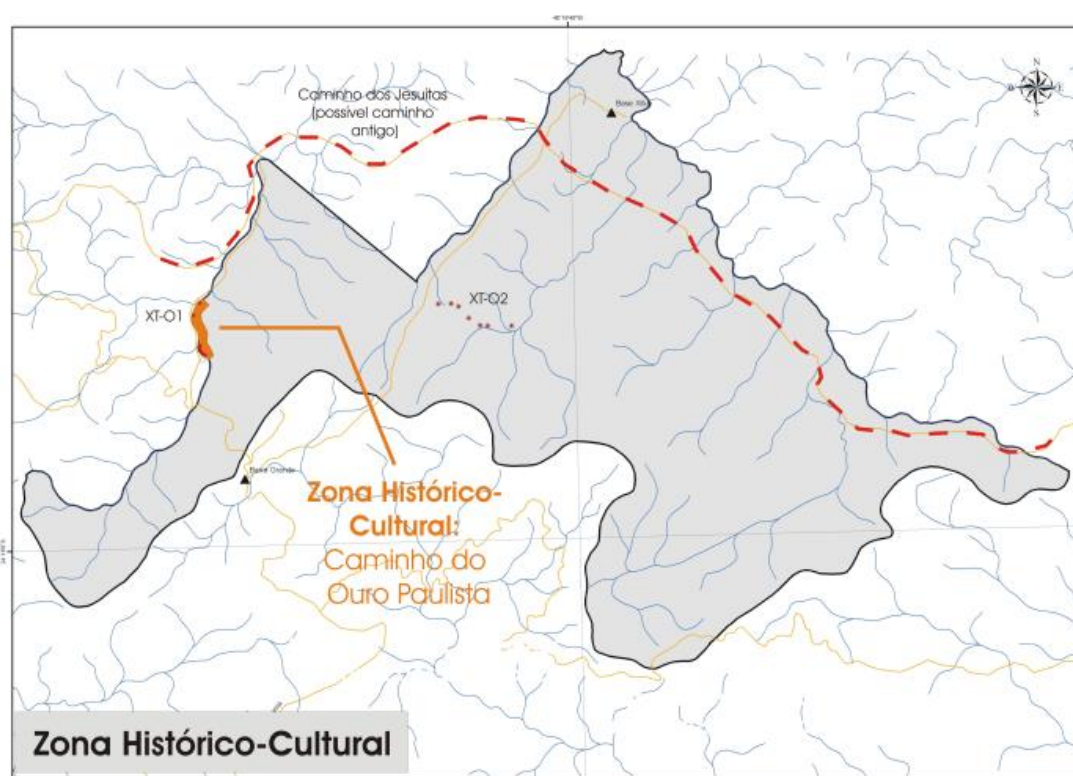


Figura 8 Zona Histórico Cultural proposta para a Estação Ecológica de Xitué
Fonte: (ZANETTINI; CALIPPO; CAMARGO, 2007, p.81)

O registro oficial da existência dos encanados dentro do Plano de Manejo do PEI e da EE de Xitué forneceu informações básicas sobre os vestígios de mineração aurífera colonial, o contexto histórico no qual foram criados e algumas de suas localizações. Sobre os encanados localizados na EE Xitué consta no Plano de Manejo do PEI que:

“Pesquisas de recuperação florestal, interpretação ambiental e aspectos históricos culturais deverão opinar quanto a possibilidade de uso e as condições da visitação nas áreas que contém os encanados” na EE de Xitué (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2008c, p. 118).

Em 2014, durante as entrevistas realizadas em conjunto com os monitores do PEI, solicitei aos mesmos que desenhasssem a partir da representação da sede do PEI a localização de outras referências culturais locais, e os mesmos enumeram e evidenciaram a existência dos encanados em uma porção do território localizada na zona de amortecimento do PEI. Foi por meio dessas entrevistas que também foi possível conhecer o detalhamento da história local, registrado por um funcionário do PEI, por interesse próprio, no blog “As Minas do Paranapanema” (JRINTERVALES, 2015).

Tal funcionário, interessado em desenvolver um roteiro de visitação aos encanados pelo PEI, associando a unidade de conservação no contexto histórico local, e integrando o patrimônio cultural ao patrimônio natural, apresentou a sugestão de inclusão dos encanados como uma trilha ao gestor do PEI (2010-2012) que havia sucedido o gestor responsável pelo Plano de manejo dessa UC (2003-2009). O funcionário recebeu apoio para iniciar uma proposta de elaboração do roteiro e elaboração das placas de sinalização. Esse projeto está parcialmente descrito em um blog de autoria de um dos funcionários do PEI (INTERVALES, 2015), com a proposta de uma “Trilha dos Encanados” (Figura 9), descrita da seguinte forma:

“Esta trilha, com um percurso de quatro quilômetros ida e volta atravessa um trecho de mata primária, sendo possível observar os vestígios de escavações, construções de encanados ao longo do rio e outras intervenções do ciclo do ouro, ao longo da trilha também é possível observar importantes espécies vegetais e animais como o monocarvoeiro” (JRINTERVALES, 2015).



Figura 9 Proposta de Trilha dos Encanados no Parque Estadual Intervales.
Fonte: Intervales (2015).

Também foi possível conhecer tal roteiro e coletar as coordenadas geográficas dos encanados na Zona de Amortecimento do PEI, acompanhando monitores locais. Após realizado esse levantamento, o gestor do PEI que havia assumido a direção do parque em 2013 também foi entrevistado.

O posicionamento do gestor atual de Intervales é que, apesar do conhecimento de monitores e funcionários sobre os encanados, “o que não é oficial, não existe”, e só existirá quando o roteiro dos encanados for documentado, oficializado, avaliado respaldado em estudos realizados por especialistas de acadêmicos. Portanto, segundo o gestor, o roteiro dos encanados não é divulgado no parque atualmente.

“Tanto o Intervales quanto o Xitué, eles apontam as zonas arqueológicas, mas eles não fizeram uma prospecção nessas zonas arqueológicas, a gente não sabe exatamente o que tem lá e nem como manusear. Então hoje a gente leva visitante lá se ele pedir, ‘eu quero ir no encanado’, se não é um roteiro que a gente não oferece... porque na realidade a gente tem que prospectar primeiro para depois, em cima da prospecção, das diretrizes de visitação, aí abrir, daí a gente passa a vender como visitação (Entrevista com gestor do PEI 2013-atualmente).

É certo que ademais do conhecimento sobre as estruturas e os vestígios arqueológicos, ainda haveria a necessidade dos estudos referentes à viabilidade de abertura do local como roteiro turístico, passando por estudos de avaliação de riscos e acessibilidade entre outros, entretanto, o conhecimento existente sobre os encanados pelo seu próprio funcionário do parque não é reconhecido pois não foi de alguma forma “autorizado”.

5.3.1 A Zona Histórico-Cultural do PEI

O Plano de Manejo de Intervalos destaca a necessidade da Zona Histórico-Cultural englobar as comunidades indígenas, quilombolas e de pequenos agricultores, reconhecendo e valorizando seu patrimônio imaterial por meio de manifestações de culturas tradicionais existentes na região e seus respectivos modos de vida (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008).

Nos estudos realizados por arqueólogos quanto à caracterização da população habitante na área do PEI e arredores, nota-se no discurso apontado pelos relatórios estudados uma associação das características culturais do Vale do Ribeira com o Vale do Paranapanema:

“Vale ressaltar que para fins históricos e culturais não pesam diferenças significativas entre o vale do Ribeira e o alto Paranapanema. Tais definições foram construídas com fins de regionalização do espaço e não com percepções histórico-culturais. Portanto, embora o Parque Estadual Intervalos esteja na hinterland entre os vales do Ribeira de Iguape e do alto Paranapanema, em seus aspectos históricos e culturais ele se encontra dentro do universo que a bibliografia consagrou sob o título de “vale do Ribeira”. Esse universo apresenta-se multifacetado internamente, porém coeso e passível da compreensão como um todo quando observado a distância: seu processo histórico de ocupação é uno e as culturas ali se desenvolveram intimamente ligadas a esse mesmo processo. Por isso, por “vale do Ribeira” deve-se, também, compreender a região do alto Paranapanema, ou seja, a que vai de suas nascentes, nas franjas da serra de Paranapiacaba, até a área em que suas se encontram com o rio Apiaí-Guaçu” (Robran Gonzáles, 2007).

Apesar da importante valorização dos conhecimentos dessa população, imprime-se uma certa característica esperada de harmonização entre natureza e cultura que nem sempre é efetivamente considerada nas posturas adotadas pelas próprias unidades de conservação:

“A cultura peculiar e os saberes tradicionais desses povos, cujo modo de vida é intrinsecamente ligado ao ambiente natural do território, fez com que desenvolvessem ao longo do tempo sistemas de produção baseados na utilização dos recursos naturais de forma integrada ao meio do qual dependiam para sua reprodução social. Nesse sentido, muitas das atividades tradicionalmente desenvolvidas (cestaria, cerâmica, exploração racional de plantas medicinais e outros recursos florestais) são perfeitamente compatíveis com a preservação ambiental; devem ser reconhecidas e fomentadas enquanto elementos integrantes de um patrimônio uno e indissolúvel em relação ao ambiente natural que deve ser protegido, superando-se a tradicional dicotomia homem-natureza”.

A exemplo disso, a própria aldeia indígena presente no parque é tratada como um problema para a conservação da natureza. Sobre esse tema a Fundação Florestal e a FUNAI mantêm uma disputa judicial para a presença da aldeia dentro do PEI desde 2001, e por isso mesmo a aldeia não foi incluída na Zona Histórico-Cultural do PEI. Segundo o Plano de Manejo:

“A aldeia indígena Peguao-Ty, guarani, no interior do PEI, é a única ocupação da Unidade e data de fins de 2001. Esta ocupação em sendo discutida em âmbito judicial tendo como polo ativo da ação, a Fundação Florestal o que, conforme se verá no capítulo de zoneamento, motivou a decisão de apenas localizá-la, sem enquadrá-la em qualquer categoria de zoneamento proposta no Roteiro Metodológico do IBAMA” (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2008d, p. 535).

As Zonas Histórico-Culturais não incluem a área da Bacia do Rio das Almas porque nessa área não existem comunidades tradicionais reconhecidas legalmente, apesar da presença de comunidades rurais cuja cultura caipira ainda se manifesta nesses locais, também apresentadas no trabalho realizado (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008).

5.3.3 A Zona de Amortecimento do PEI

As menções à população de Ribeirão Grande (Bacia do Almas) estão incluídas na Zona de Amortecimento do PEI. Segundo o SNUC é o órgão responsável pela administração da unidade, nesse caso o PEI, quem estabelece as normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação. Os limites da zona de amortecimento podem ser definidos no ato de criação da unidade ou posteriormente (Brasil, 2000).

No caso do PEI a zona de amortecimento foi definida dentro do Plano de Manejo como a área a 10 km depois das fronteiras do parque, e, portanto, dentro da Bacia do Rio das Almas, ela inclui a área do sertão de Ribeirão Grande, a zona central desse estudo.

No capítulo do Plano de Manejo do PEI referente ao Programa de Interação Socioambiental, existe um reconhecimento de várias das referências culturais elencadas pelos atores entrevistados nessa tese, descritas como patrimônio integrante e indissociável do meio natural no qual está inserido. Em especial, na Bacia do Rio das Almas, chamada de face norte de Intervalles, destacam o Fandango de Tamancos, a Dança de São Gonçalo, da Dança da Palminha, do Maculelê, da Capoeira e Dança do Caranguejo. Também incluem as práticas imateriais da gastronomia como a cabeça de porco moqueada, o bolinho capotado, a paçoca

de carne, e o rojão. Citam as tradicionais festividades religiosas, e a Romaria de Nossa Senhora D'Ajuda. O texto não apenas faz menção e tais referências, como descreve ações que a gestão do parque vinha tomando para fazer com que algumas dessas manifestações se fizessem presentes dentro do parque, por exemplo na realização de eventos culturais na sede da unidade (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2008c, p. 1022).

Outra postura dentro do Plano de Manejo era evidenciar manifestações culturais, como uma importante alternativa de geração de renda e desenvolvimento econômico em bases sustentáveis nos municípios do entorno de Intervales, se considerada no contexto da atividade turística (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2008c, p. 1022).

As propostas apresentadas para aprimorar o relacionamento com as comunidades do entorno do PEI incluía como linhas de ação: a implementação de exposição histórico-cultural da região no Centro de Visitantes localizado na sede do PEI; a elaboração e implementação de um calendário cultural de festas e eventos e a exposição com painéis e peças de artesanato local/regional. Existia, portanto, no momento de implementação do plano condições bastante favoráveis ao estímulo e interação das comunidades locais e da valorização de referências culturais locais com o PEI.

Nos anos em que se realizavam os estudos referentes ao plano de manejo do parque, moradores do município de Ribeirão Grande se apropriavam do espaço do parque, não apenas como local de conservação ambiental, mas como de manifestações de celebrações, como, por exemplo as festas juninas celebradas no Parque, assim como a realização da dança de São Gonçalo, e as visitas à gruta da santa.

A diferença do momento em que tais citações foram elencadas no Plano de Manejo e o momento em que entrevistei atores locais, é a localização de tais manifestações no território da Bacia do Almas. À diferença do momento passado, em que tais manifestações ainda se faziam presentes na Zona Sul da Bacia do Almas, dentro do Parque e arredores, atualmente tais elementos se concentram na face norte, próxima à área urbana de Ribeirão Grande, fora da zona de amortecimento do PEI.

A dança de São Gonçalo, por exemplo, foi mencionada por atores que vivem na Zona Norte de Ribeirão Grande, e as manifestações dessa dança nos arredores do parque foram citadas como parte da memória dessa população. Tampouco a Capela existente dentro do PEI apareceu como referência para os atores entrevistados, apesar das capelas possuírem bastante importância religiosa para a população local.

Durante os anos em que o Plano do Manejo do PEI foi elaborado, a interação entre os discursos de orientação quanto a confecção do plano, seus executores (em sua maioria pesquisadores da geografia da USP), e a gestão do parque e atores locais envolvidos no conselho, existia uma interação entre discursos globais de orientação sobre a gestão de áreas protegidas, políticas públicas nacionais e conexão de atores locais que propiciava uma rede que valorizava a interação entre o patrimônio natural ao cultural, a valorização das interações socioambientais, e impulsionavam a criação de outros movimentos locais como o da Freguesia Velha, promovendo o diálogo e discussões, evidenciando necessidades e favorecendo a presença das comunidades locais na área do parque.

A postura do gestor do parque, juntamente com a conjuntura em questão favorecia uma cogestão da área. A rede formada em torno da confecção do Plano de Manejo de PEI se manteve estável até sua aprovação, e a presença do gestor do parque que esteve responsável por toda a elaboração do plano. Assim também o grupo Freguesia Velha atuou concomitantemente à elaboração do plano, e se desarticulou por volta de 2012.

Dez anos depois da elaboração do documento, as redes formadas ao redor do PEI se mantém mais atentas às questões preservacionistas, de vigilância e manutenção das áreas fronteiriças das unidades de conservação. A nova articulação é formada em torno dos mosaicos de conservação.

Nos últimos anos se tem visto uma mudança de postura na gestão dos Parques Estaduais em São Paulo que tem efetivamente criado um sistema de vigia e preservação dos parques *stritu sensu*, além de um desaparelhamento técnico da gestão por trocas de cargos políticos (ESCOBAR, 2016, 2017; GIRARDI; LEITE, 2016; TUFFANI, 2017).

Entre o momento da elaboração do Plano de Manejo do PEI até 2014, momento da realização das entrevistas em campo, existiu posturas bastante específicas nas diferentes gestões do PEI, muitas vezes amparadas por um direcionamento institucional. É possível perceber a mudança em tais posturas por meio do tratamento dado aos encanados localizados nos arredores do PEI e EE Xitué. Por outro lado, autores como (BRAGA; FUTEMMA; CASTRO, 2015) observaram que as posturas individuais dos gestores ambientais também influenciam sobremaneira as ações e os tipos de interação dessas áreas com seu meio e com atores locais.

Ainda, apesar do discurso contido no Plano de Manejo do PEI reforçar que as populações residentes entre os Vales do Ribeira e do Paranapanema possuem certa homogeneidade nas suas práticas culturais, ressaltando a sintonia entre seus modos de vida e a

floresta, é possível perceber contradições nas práticas adotadas dentro do próprio Plano de Manejo na adoção de medidas relacionadas a comunidade tradicional indígena presente na área do parque, assim como diferentes posturas nas formas de interagir com a população da zona de amortecimento do PEI durante as várias gestões do parque desde sua criação.

Ainda vale mencionar que a população da Bacia do Almas localizada na Zona de Amortecimento do PEI demonstrou percepções distintas sobre a floresta que está no quintal de suas casas. Segundo o professor de geografia da rede pública de ensino do Bairro Boa Vista:

“as crianças que vem de Ribeirão falam que Intervalles é feia. ...para minha surpresa, os alunos da zona rural, eles acharam a mata feio, porque vem da cultura dos pais que um pasto limpinho é bonito, então isso faz para eles o parque ruim, feio. Então isso falta também né, você ensinar sobre valor ambiental para eles”.

Tais opiniões reproduzem o cotidiano agricultores que sobrevivem a um sistema de produção agrícola sustentado pelo uso intensivo de insumos, e onde a terra é um meio de produção e que, portanto, deve ser mantida “limpa” a fim de otimizar sua utilização por meio do plantio de monoculturas.

É possível perceber, portanto, que apesar da homogeneização do discurso da conservação da Mata Atlântica e da relação com seu entorno, no caso do Intervalles, onde as comunidades do entorno são tratadas como possuindo características também semelhantes, devido a uma mesma história de ocupação no território, e, portanto, mantendo relações harmônicas com a natureza.

Tais apontamentos demonstram ainda que apesar de existir um discurso bastante harmonizador entre comunidades e seu meio por parte dos relatórios do Plano de Manejo, na prática existem diversos problemas e dificuldades em compactuar e conciliar interesses das comunidades locais com as gestões do parque.

No caso da Bacia do Almas por exemplo, atores locais estabelecem relações com o seu meio, cuja importância na paisagem é a manutenção de práticas agrícolas distantes da floresta, em áreas limpas. Ao mesmo tempo, essa população mantém uma memória muito recente em onde as cavernas eram utilizadas para armazenar a colheita da produção agrícola. Nessas áreas agrícolas é onde se colhe além de produtos agrícolas, colhem objetos líticos que são colecionados baixo a curiosidade e manutenção da história local.

5.3.5 A Zona de Uso Público do PEI e sua relação com o Turismo

Há mais de um século, a região do Vale do Ribeira e sua fronteira com o Vale do Paranapanema, onde se localiza a Bacia do Almas vem sendo estudada, explorada e utilizada turisticamente pela existência de uma grande diversidade de cavernas. Segundo o Plano de Manejo Espeleológico do PEI, em 1910, a Fazenda do Estado desapropriou imóveis particulares visando proteger cavernas com interesse turístico e que integraram posteriormente o PETAR (Núcleo Caboclos) e o Parque Estadual Caverna do Diabo (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2010a). Desde lá até então os parques estaduais que foram se criando nessa região mantêm atividades de conservação e uso público e pesquisa associadas a esse sistema cárstico.

As atividades turísticas realizadas dentro da área do PEI acontecem mesmo antes da realização do Plano de Manejo da Unidade. Ribeirão Grande se tornou um município emancipado em 1993 e o Parque Estadual Intervales foi criado por lei em 1995.

“Exatos seis meses após a criação do Parque, é promulgada pela Prefeitura de Ribeirão Grande a Lei nº 126, de 08 de dezembro de 1995, que autoriza o Executivo Municipal a celebrar Termo de Cooperação Técnica com a Fundação Florestal visando à manutenção da U.C. em foco, o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, bem como a execução de serviços de restaurante e hotelaria” (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2008a, p. 45).

Tais dispositivos legais, permitiram viabilizar o acesso de turistas ao parque por meio da manutenção conjunta entre prefeitura municipal e parque estadual das vias de acesso ao PE Intervales, com a melhoria do leito carroçável, combate à erosão e controle de drenagem pluvial.

Durante a confecção do Plano de Manejo do PEI, além do Zoneamento Histórico-Cultural, o Plano de Manejo do PEI criou a Zona de Uso Público, voltadas à visitação turística. Estatísticas oferecidas pelo próprio parque demonstram que desde a aprovação do Plano de Manejo do Parque em 2008 até 2016, o número de visitantes mais que duplicou, passando de 7098 visitantes anuais para 15609. Parte desse número se deve as políticas públicas de incentivo ao turismo em UCs no Estado de São Paulo (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2010b) (figura 10).

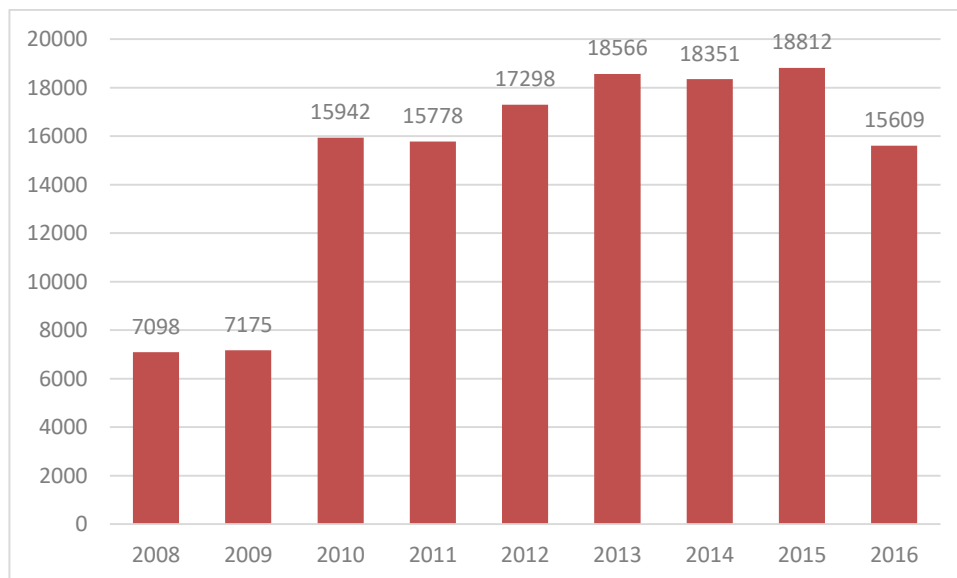


Figura 10 Evolução no número total anual de visitantes no PEI (2008-2013)

Fonte: dados fornecidos pelo PEI.

No quadro resumo das atividades do PEI constam seus principais atrativos:

“Sede: trilhas de curta e média duração – acesso a cachoeiras, cavernas e mirantes com trechos de floresta em bom estado de conservação; atividades de birdwatching (observação de aves) com visitantes estrangeiros. Bases Quilombo e Guapiruvu: trilhas de acesso a cachoeiras e travessias/mirantes. Patrimônio Histórico-Cultural: Capela do Santo Inácio e Encanados (entorno do PEI e divisa com EEc Xitué)” (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2008c, p. 33).

Segundo revela a Figura 11, a atividade de visitação às cavernas se mantém como maior atrativo turístico do PEI, seguido da hospedagem, cachoeiras e mirante distribuídos em proporções parecidas (18-19%). Em porcentagens bastante diminutas estão a observação de pássaros e a recepção de visitantes pesquisadores (1-2%). É possível perceber que o patrimônio histórico-cultural não participa dessa porcentagem, sendo que ainda hoje no PEI não existem roteiros “oficiais” para os encanados, e de alguma forma a visitação a capela de Santo Inácio ou não é contabilizada, ou as visitas com esse fim são atualmente tão poucas que não participam das estáticas de visitação. De fato, o próprio órgão gestor omite as dimensões humanas e culturais, bem como atrativos histórico-culturais da região, enfatizando apenas suas características naturais, como visto na apresentação do parque no site da SMA (SMA, 2016) reproduzida anteriormente no texto.

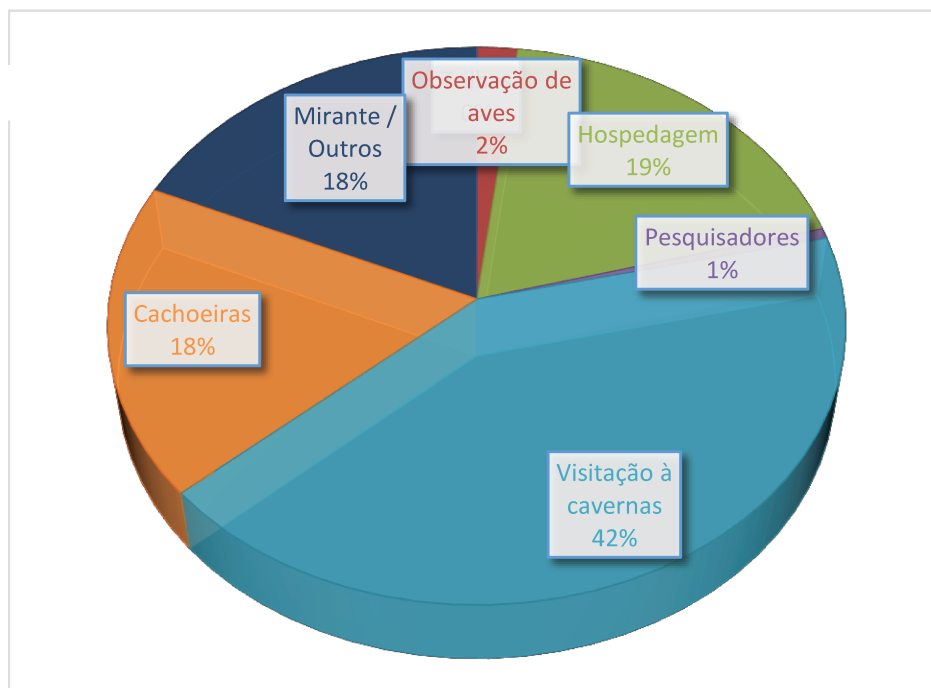


Figura 11 Participação de turistas nas atividades de uso público em 2016

Concomitante ao desenvolvimento do Plano de Manejo, houve o intuito por parte da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, de ampliar o uso público dos parques voltado ao Ecoturismo, e o foco do turismo dado a Intervalles estava no exotismo da floresta, nas inúmeras cavernas, e na observação de pássaros (atividade bastante voltada ao público estrangeiro) (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2010b). Desde os anos 2000 o PEI tem atraído turistas associados à observação de pássaros e tem se tornado conhecido internacionalmente como um centro de visitação para a atividade de birdwatching.

Outra característica do PEI, que o diferencia frente a outros parques da região é, que ele possui uma infraestrutura de recepção que permite ao turista permanecer durante toda sua estadia dentro parque (SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2008a).

Ao analisar o perfil dos visitantes em 2013 (figura 12), é possível perceber que a grande maioria dos visitantes do parque tem um poder aquisitivo mais alto e vem de fora da região.

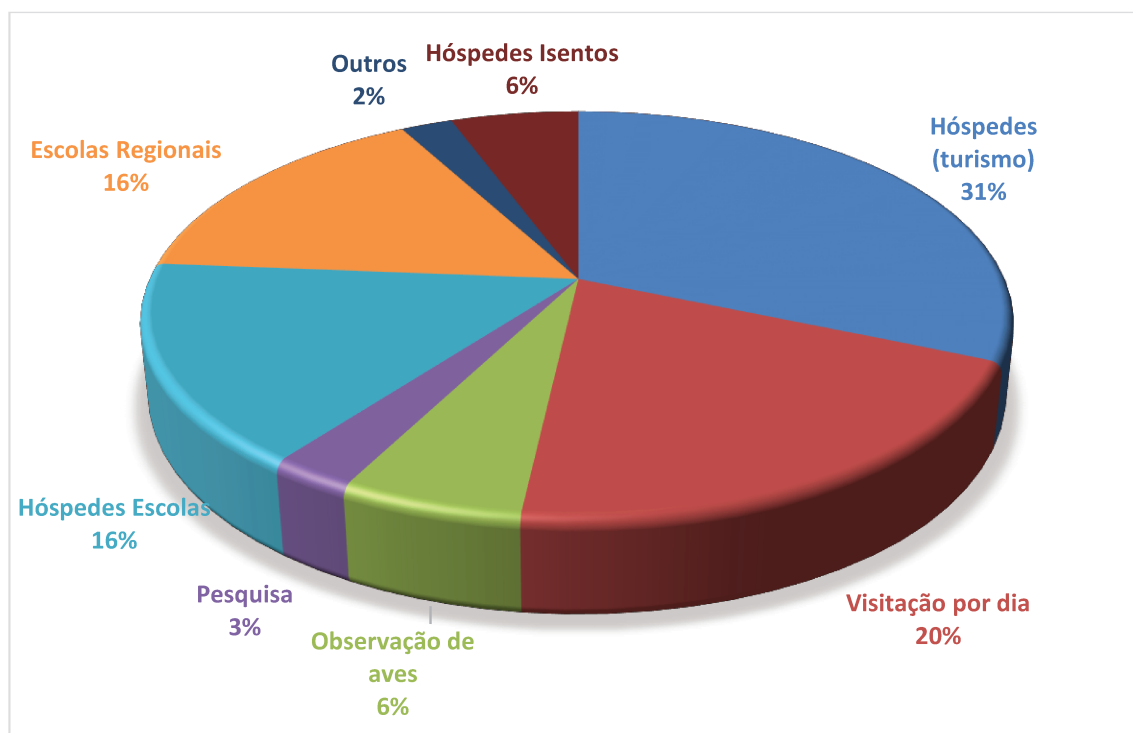


Figura 12 Participação percentual de diferentes perfis de visitantes do Parque Estadual Intervales em 2013

Fonte: Dados fornecidos pelo PEI.

A visitação no PEI é dividida entre grupos de famílias, observadores de pássaros, pesquisadores e escolas, muitas vezes privadas, compostos principalmente por pessoas de outras regiões, exceto a visitação feita por escolas regionais (16%) e turistas que passam apenas o dia no PEI (6%) (em geral moradores ou parentes de moradores da região). Os turistas observadores de pássaros são em sua grande maioria estrangeiros, europeus e norte-americanos, entre eles canadenses, holandeses, estadunidenses e alemães.

O perfil dos hóspedes que ficam alojados no parque se dividem entre famílias, observadores de pássaros, pesquisadores e escolas, muitas vezes privadas. Tanto as famílias, grupos de amigos, além das despesas com transporte até o parque, ainda arcam com os gastos de hospedagem e com o pagamento diário dos monitores que realizam as visitas até os atrativos turísticos do PEI. Existe apenas uma trilha que é autoguiada no parque, e que, portanto, não necessita do acompanhamento de algum funcionário do PEI. Os observadores de pássaros ainda arcam com despesas relativamente maiores, porque em geral para essa atividade, geralmente estão sozinhos ou com grupos muito pequenos, acompanhados por monitores.

Tais turistas de outras regiões possuem pouco contato com as comunidades locais, porque cruzam a pequena área urbana do município de Ribeirão Grande - SP, e vão direto para o Parque, ali se instalam, observam as aves, e deixam o local praticamente sem sair do parque. Desta forma, pouco é o contato com outros aspectos da região, como as atividades culturais locais e informações históricas.

É certo que a criação de parques no Brasil é motivada prioritariamente pela presença de atributos vinculados a biodiversidade, com objetivo de sua conservação, conforme determinações legais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O que claramente se expressa nos símbolos de conservação utilizados, e nos atrativos enumerados, como os pássaros da Mata Atlântica.

Talvez o único contato que os turistas possuem com os aspectos humanos e culturais locais, seja através dos funcionários do parque e, mais especificamente com os monitores, e mesmo assim, em alguns casos, tal contato é feito por intermédio de um outro guia (os guias-fotógrafos), no caso de turistas estrangeiros.

Desde a criação do PEI, as relações estabelecidas entre o PEI com a comunidade local da Bacia do Almas aconteceram com o fornecimento de cursos de monitoria ambiental e criação de uma cooperativa (Coopervales) responsável por fornecer as refeições aos turistas no parque, viabilizando postos de trabalho na unidade e do Parque Estadual Intervales.

O treinamento de monitores ambientais nas atividades de uso público foca-se nas atividades que o parque escolhe valorizar, e nesse caso, atualmente os treinamentos realizados com a comunidade local focam-se na observação de pássaros.

No plano de manejo do PEI, apesar de existir a menção do potencial turístico na Zona de Amortecimento do PEI, não existe hoje ações dentro do PEI de integração dessas manifestações culturais com o turismo realizado dentro do parque.

O patrimônio natural oficializado estabelece, portanto, uma relação bastante estreita com o turismo que pode tornar invisível para o turista a pluralidade da relação entre atores locais e território, deixando de evidenciar a diversidade de referências, conhecimentos e valores existentes no local.

Nos questionários aplicados aos alunos de turismo da ETEC de Capão Bonito, foram perguntados sobre quais os principais atrativos turísticos de Capão Bonito e Ribeirão Grande, e todas as respostas incluíram como atrativos, elementos da natureza, entre eles o Parque Estadual Intervales, rios, cachoeiras, outros parques, ecoturismo e turismo de aventura. Em apenas três questionários apareceram menções sobre a parte histórico-cultural,

mencionando a gastronomia regional, igrejas e o momento na praça de tropeiros em Capão Bonito, evidenciando a permeabilidade dos discursos oficiais de valorização do turismo pelo patrimônio natural.

Ainda, a criação da figura do monitor ambiental nessas áreas gerou uma mudança nos modos de vida de parte dessa população desde a chegada das propostas turísticas regionais. Por outro lado, as propostas turísticas trouxeram também a figura do turista, muitas vezes estrangeiro, que colaborou para imprimir na percepção dessa população a elitização do parque e a separação dos habitantes locais desse espaço do território.

Segundo a responsável na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pela capacitação de monitores ambientais voltadas ao turismo nas unidades de conservação que estão inseridas nesse título, afirmou que “...ser monitor ambiental no Vale do Ribeira é status... é verdade, todo mundo quer ser monitor”.

Outro entrevistado, morador do Bairro Boa Vista, o mais próximo a Intervales, conta sua trajetória como monitor ambiental do PEI, que passou a ser funcionário do Hotel Paraíso Ecolodge (vizinho ao parque e que leva seus hóspedes para um dia de visita ao Intervales, com monitores contratados pelo hotel) e atualmente possui um restaurante no Bairro Boa Vista. Porém, poucos são os casos no PEI de histórias parecidas a essa. O turismo não se espalha na zona de amortecimento do parque, porque toda a infraestrutura de recepção dos visitantes (alojamento e alimentação) se concentra dentro do parque, que fica distante 20 km (de estradas de terra) da zona urbana do município de Ribeirão Grande, onde está a entrada do parque.

A população local permanece ainda sendo treinada a trabalhar com o turismo, porém na figura de funcionários e não autônomos. O próprio curso técnico em turismo receptivo, pela Escola Técnica (ETEC) Paula Souza “Celso Charuri” no município de Capão Bonito reforça esse perfil.

Apesar da estatística fornecida pelo parque não diferenciar exatamente os visitantes da região com aqueles de fora, é possível perceber que os visitantes de Ribeirão Grande e Capão Bonito se concentram basicamente na estatística de visitas das escolas regionais e na visita diária, para os moradores que possuem acesso a veículos de transporte particular (que totalizariam 36%). Essa realidade já dificulta em muito o acesso da população de baixa renda e da zona rural ao PEI.

Ainda, segundo entrevistas realizadas com atores locais do Bairro Boa Vista, a maioria dos moradores do bairro (aproximadamente 80%) não tem ligação com o PEI, não

conhece o parque, nunca foi visitar. Essa é uma realidade que se expande para muitos bairros rurais e urbanos dos municípios de Capão Bonito e Ribeirão Grande. Em parte, porque o parque fica distante 20 km em estrada não asfaltada desde Ribeirão Grande e não existe transporte público para chegada até o parque, em parte também porque até 2011 a entrada para o parque era cobrada para também para visitantes locais.

Os selos da UNESCO ainda contribuem para a atração de públicos de turistas muito parecidos, que chegam de outros países atraídos pelas belezas naturais do local. Segundo ainda um ex-monitor do PEI e morador do bairro Boa Vista opinou:

“A gente queria isso aí que ele levasse para família dele, quero levar eles para conhecer, para o turismo começar a crescer no lugar. Mas a gente vê vem 10 mil estrangeiros, americanos, holandeses, ingleses, que veio hoje mesmo, tomou café aqui, americano, vai voltar para a janta, fica até domingo. Então vem muito mais pessoa de fora do que do próprio bairro, a gente fica triste por isso” (informação verbal).

A visitação ao PEI por pessoas da região é baixa, excetuando-se as visitas com escolas regionais que o fazem através de programas de educação ambiental desenvolvidos também pelo estado. Os números da visitação do PEI mostram a discrepância entre os moradores da região e os turistas de outras regiões. Um dos motivos é o financeiro. Os visitantes do PEI, arcam com as despesas de transporte até o parque, de hospedagem e o pagamento da diária dos monitores que os guiam até os atrativos turísticos.

De acordo com o depoimento dos moradores do entorno do PEI, há 3 anos (a contar de 2014), as escolas regionais passaram a levar as crianças para conhecer o parque, porém a visita se delimita a duas horas dentro da área do parque, o que reduz a visita às áreas mais próximas da entrada do parque, como a piscina natural, uma trilha, ou ainda para jogar futebol no campo que existe no parque, com um monitor falando para um grupo muito grande de crianças e assim dirigindo bastante o olhar do estudante ao parque.

Segundo um professor da rede pública do Bairro Boa Vista entrevistado, ele havia apresentado um projeto à prefeitura de Ribeirão Grande para com propostas de visitas mais amplas aos estudantes locais, envolvendo outros locais, como cavernas, os encanados e os próprios achados dos materiais arqueológicos da região, mas a prefeitura respondeu que já tinham projetos de visitação junto ao PEI.

A discrepância no uso do parque entre visitantes regionais e de outros locais, é percebida pela população local, principalmente por aqueles que exercessem atividades relativas a visitação ou gestão do PEI, pela forma a utilização do território que acaba por excluir os locais.

A chegada de visitantes de fora da região, também revela que o parque elitiza e separa os habitantes locais desse espaço do território (os turistas ficam dentro do parque, onde não estão os moradores).

Durante a participação de uma reunião do Conselho do Parque Intervales, uma das conselheiras presentes, que havia participado de um projeto de alfabetização de adultos dos Bairros Ouro Fino e Barro Branco, bairro da zona rural de Ribeirão Grande, financiados pela antiga CCRG, por meio da ONG IDEAS, foi oferecida uma comemoração de formatura do curso, e os moradores escolheram conhecer o PEI porque nunca haviam estado lá. Ela conta que eles foram vestidos com roupas de festas, e as mulheres de salto alto, pois para eles, quem frequentava o PEI era somente a elite de fora da região.

Interessante também notar que a estrada para o PE Intervales é chamada por habitantes locais da “estrada do banco” uma vez que área antes de se tornar parque pertenceu ao grupo do BANESTADO, a área continua tendo a conotação de um banco.

Embora o atributo principal de um parque ser a biodiversidade que salvaguarda, mesmo a lei brasileira, considera determinante para o sucesso da atividade de conservação, a participação da comunidade local, em especial nesta categoria de UC. Todavia, percebe-se que há uma grande disparidade entre a população local e os visitantes do parque. Inclusive na significação dos atributos naturais que são, para uns, vividos cotidianamente e, para outros, atrativos de uma atividade de lazer.

Quanto às cavernas, por exemplo, a relação que o turista de fora da região estabelece com a caverna é bastante distinta dos usos dados às grutas e cavernas por moradores locais. Enquanto a divulgação dada às cavernas pelo turismo atualmente sua valorização se respalda nas belezas das formações geológicas e nos corredores subterrâneos abertos, a caverna era para os moradores locais há menos de 50 anos, o local de guardar o feijão após a colheita. Várias histórias foram criadas ao redor dessa prática. Segundo um artesão local:

“Plantava feijão. E a noite guardava na caverna porque se chovia, tava protegida. Só que as pessoas dormiam para fora. E no outro dia iam ver o feijão e tinha sumido...” (Entrevista com representante dos artesãos de Ribeirão Grande, 2014)

Os locais possuem outra relação com o meio ambiente que os circunda, é uma relação do dia a dia, mais comum e, portanto, que também se expressa através dos problemas enfrentados por estarem tão próximos a áreas preservadas. Enquanto o turista internacional frequenta o PEI atraído pela atividade de observação de pássaros, por exemplo, o morador local usufrui mais do campo de futebol e das cachoeiras que estão mais acessíveis a eles.

Por último, o grande número de escolas que visitam intervalos demonstra o potencial pedagógico importante. Entre os anos de 2010 a 2014 esse número foi expressivamente maior, vindo a diminuir em 2015-2016 pela metade (de 30% para 15%) sobre o total de visitantes. A educação ambiental poderia ser melhor trabalhada, em especial para estudantes da zona de amortecimento do PEI, que segundo as entrevistas com moradores do Bairro do Boa Vista usufruem do parque como uma extensão de sua casa, focando no campo de futebol e na piscina de pedra.

Ainda, assim como recomendado pelo IPHAN, existe o potencial para gerar agregar a educação patrimonial com a educação ambiental em programas conjuntos, que associam as ressonâncias locais com a necessidade de compatibilidade de ações humanas com conservação ambiental (MACHADO et al., 2017).

5.4 Observações Finais

Este capítulo teve como objetivo descrever a construção do patrimônio materializado em diferentes unidades de conservação (UCs) da Mata Atlântica e as múltiplas agregações sociais que se formaram ao redor dessas áreas e que interatuam em diversos níveis, desde o global até o local.

Em especial, apresentou-se um histórico da constituição da Mata Atlântica como patrimônio natural pelo CONDEPHAAT e UNESCO, buscando analisar como os discursos e práticas sobre patrimônio estadual e mundial se cruzam com o contexto regional e sub-regional, no território da Bacia do Rio das Almas, principalmente enfocando as diferentes conexões sociais que se criam a partir disso, nas diferentes unidades de conservação que fazem parte desse território.

A análise se focou nos diferentes princípios que moveram e ainda movem atores em torno da criação desse patrimônio, traduzido em valores expressos tanto nos discursos dos órgãos oficiais do patrimônio como nas falas dos entrevistados em campo, no território analisado.

Isso se reflete, em nível local, no encontro entre esferas públicas de poder exercendo distintas instâncias de governança sobre o patrimônio e os participantes locais, cujas ações sobre o patrimônio se baseiam em seus próprios valores e epistemologias.

Percebe-se que patrimonialização da Mata Atlântica no Estado de São Paulo ocorreu em distintos momentos do século XX, por meio da formação de redes e criação de mecanismos que atenderam a propósitos temporais específicos.

Sob a ótica do ator rede, a patrimonialização da Serra do Mar como Patrimônio Natural pelo CONDEPHAAT, foi um elemento aglutinador democrático, com ativa participação coletiva no momento da sua criação. A rede em torno da criação da APA da Serra do Mar, que se estabilizou temporariamente até haver o reconhecimento como patrimônio no CONDEPHAAT. Essa rede foi útil para resolver um problema de risco urbano no litoral norte, mas hoje não é esse um instrumento usado para conservação ambiental no território da Bacia do Almas. Assim também a APA da Serra do Mar não possui agência para aglutinar elementos em prol da proteção e conservação ambiental ou cultural nesse território.

Atualmente tais instrumentos não têm mais ação de mobilização. Então em uma mesma área, sobreposta a APA, criam-se novos elementos aglutinadores, como a Reserva da Biosfera e o Patrimônio Natural pela UNESCO. Ao que parece, a rede criada ao redor do Patrimônio Natural também está desestabilizada, pouco mobilizada em ações locais.

Ainda, apesar do tombamento da Serra do Mar dar uma mesma titulação uma extensa área, existem situações particulares em cada um dos parques que compõe esse *continuum* de Mata Atlântica, ligadas aos contextos regionais, econômicos, sociais e culturais.

A proteção de extensas áreas sobre um mesmo selo de proteção, e sobre os mesmos critérios, uniformiza de certa forma a paisagem. Dessa forma, assim como foram sendo criados mosaicos de conservação natural, em vários trechos de uma mesma proteção configuram-se mosaicos culturais, territórios em constante transformação.

As relações de ressonância que se estabelecem entre atores locais, com o chamado patrimônio natural e com os elementos culturais postos são bastante diversas e distintas daquelas encontradas no discurso autorizado do patrimônio.

A extrema setorização da proteção do patrimônio e o distanciamento entre as políticas que os acolhem e gerenciam frente às populações locais, preterindo a multivocalidade destes patrimônios, enfraquece as políticas públicas em nível local devido à falta de articulação dos atores entre as inúmeras instancias de governança criadas para cada categoria patrimonial oficialmente existentes.

Conhecer como se estabelecem essas redes natureza-cultura específicas são uma importante chave para a realização de uma política da natureza. Apesar da importância de políticas públicas de conservação em grandes extensões de áreas, as redes de relações com o ambiente se caracterizam por ser bastante específicas. Enquanto as relações com o meio são mais cotidianas, as relações com o discurso autorizado do patrimônio dão visibilidade aos atributos eleitos segundo os critérios de eleição do patrimônio natural pela UNESCO.

Apesar do Plano de Manejo do PEI reconhecer a existência do patrimônio cultural na Bacia do Almas, as redes e relações que se estabelecem entre atores locais nos espaços de interação com as políticas públicas elaboradas em diferentes momentos do tempo são determinantes para agregar o patrimônio de forma híbrida, valorizando a associação entre o patrimônio natural ou cultural ou não. Enquanto no momento de elaboração do plano de manejo do PEI existiam contingências favoráveis às interações dessa UC com a comunidade local, nos últimos anos percebe-se uma atuação de cunho mais preservacionista.

Ainda, apesar de no momento do plano de manejo se ressaltar um discurso bastante harmonizador entre populações locais e sua relação com a natureza, percebe-se que esse discurso em realidade não traduz as ressonâncias locais sobre o que seriam as condições necessárias para sobrevivência, por exemplo, com as práticas agrícolas não compatíveis com a presença da floresta.

6. O PATRIMÔNIO NO SERTÃO DO ALMAS: A ZONA CENTRAL DE RIBEIRÃO GRANDE

A porção central da Bacia do Rio das Almas é uma área de transição entre a presença de uma cobertura vegetal de Mata Atlântica, silvicultura, áreas de pastagens, uso agrícola de subsistência e mineração de calcário e argila.

Essa área foi densamente habitada por indígenas em diferentes estágios de ocupação humana nesse território, desde 8000 anos até o encontro com portugueses e espanhóis. Nessa região, no coração da Bacia do Almas, também foi onde se instalou o segundo povoado da mineração de ouro das Minas do Paranapanema, chamado de Freguesia Velha. Esse núcleo de povoado que esteve ligado por aproximadamente cem anos à mineração entre os 1746 e 1850 d.c., foi se tornando cada vez mais escasso, principalmente após a transferência da Capela da Nossa Senhora da Conceição para a Vila de Capão Bonito. Restaram ali velhos garimpeiros que faiscavam por costume, e que vieram a se tornar camponeses em condições bastante rigorosas de isolamento e pauperização.

Como bem aponta Rafael Souza (2013), é bastante comum que atividades de mineração se sobreponham no tempo, e que uma área de mineração atual já tenha sido uma área de mineração antiga. Foi sobre os vestígios do povoado da Freguesia Velha onde se instalou a primeira companhia de mineração de calcário e argila na bacia do Almas em 1974, a antiga Itabira Agro-industrial SA, co-associada da Companhia Brasileira de Equipamentos (CBE²³). Nesse ano foi aberta a Mina (SP1-SP4) conhecida como a Mina do Sumidouro e a construção da fábrica de cimento Itabira (CBE, 2008).

Posteriormente a fábrica foi negociada em vários processos de vendas para outros grupos cimenteiros, e em 1996 passou a ser operada pela Companhia de Cimento de Ribeirão Grande (CCRG) e atualmente pertence ao grupo Votorantim Cimentos.

Por um tempo a Itabira (CBE) deteve a concessão de uma área para mineração de calcário enquanto que a CCRG detinha as instalações de produção de cimento, comprando da CBE o calcário a ser processado. Posteriormente a CCRG obteve uma concessão para minerar uma área própria de calcário, a Mina Limeira, enquanto que a CBE abriu um licenciamento para construção de sua própria fábrica de cimento e ampliação da Mina (SP1-SP4) e juntas destinaram uma área no bairro do Barro Branco, para depositar o material estéril

²³ A CBE faz parte do Grupo Industrial João Santos (GIJS), fabricante de cimento da marca “Nassau” no Brasil.

(o Depósito Controlado de Estéril – DCE Barro Branco) resultante da extração de calcáreo (CBE, 2008; CCRG, 2003b). No território existem portanto duas companhias que agregam minas de calcário ativas, uma fábrica de cimento em produção e outra sendo construída, além de concessões de mineração²⁴ em outras porções do território.

Para o município de Ribeirão Grande, desde sua emancipação em 1993 até 2016, a mineração de calcário foi uma importante fonte de empregos e impostos pagos ao município. Por outro lado, também era sabido que o município estaria em uma situação econômica bastante complicada caso as mineradoras viessem a fechar, uma vez que não existia diversidade econômica local. Era consenso que a atividade de mineração não compactuava com interesses do desenvolvimento do turismo.

Tal é a situação econômica atual, visto que a fábrica de cimento do grupo Votorantim suspendeu temporariamente a produção desde julho de 2015 (FONTES, 2015), tendo desempregado 128 trabalhadores, e a construção da fábrica da CBE até 2017 encontra-se parada.

As relações natureza-cultura que se estabelecem nessa zona agregam moradores locais, mineradoras, poder público local, arqueólogos, legislação ambiental, o Rio das Almas, jazidas de calcário, sítios arqueológicos líticos, cerâmicos, históricos referentes à mineração de ouro do período colonial, lugares de memória, patrimônio imaterial associado às celebrações da vida sertaneja. A agência associada a atores no território é descrita a seguir.

6.1 Patrimônio e discursos oficiais na Zona Central de Ribeirão Grande

Os sítios arqueológicos representam o maior número de elementos do patrimônio oficial associado a Bacia do Rio das Almas, e se concentram na porção central de Ribeirão Grande (Figuras 13 e 14). A concentração desses sítios na área central de Ribeirão Grande é devido a presença de áreas de mineração de calcário, que contrataram estudos arqueológicos cumprindo às exigências de leis ambientais. Nessa área também estão registradas um grande número de cavernas existentes no território. Parte delas estão localizadas em propriedades particulares de mineradoras locais.

²⁴ <http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/> (acesso em jan/2017).

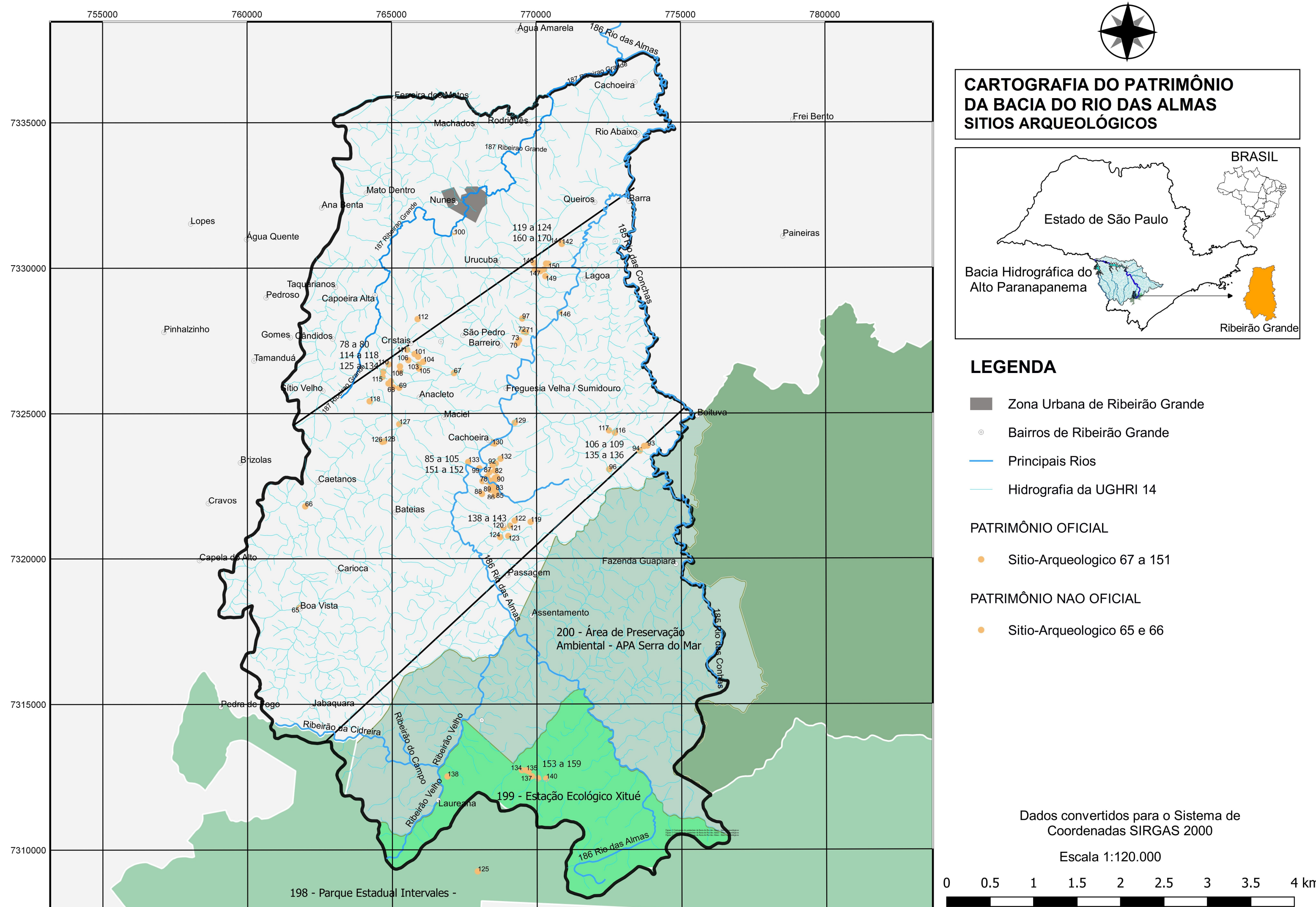
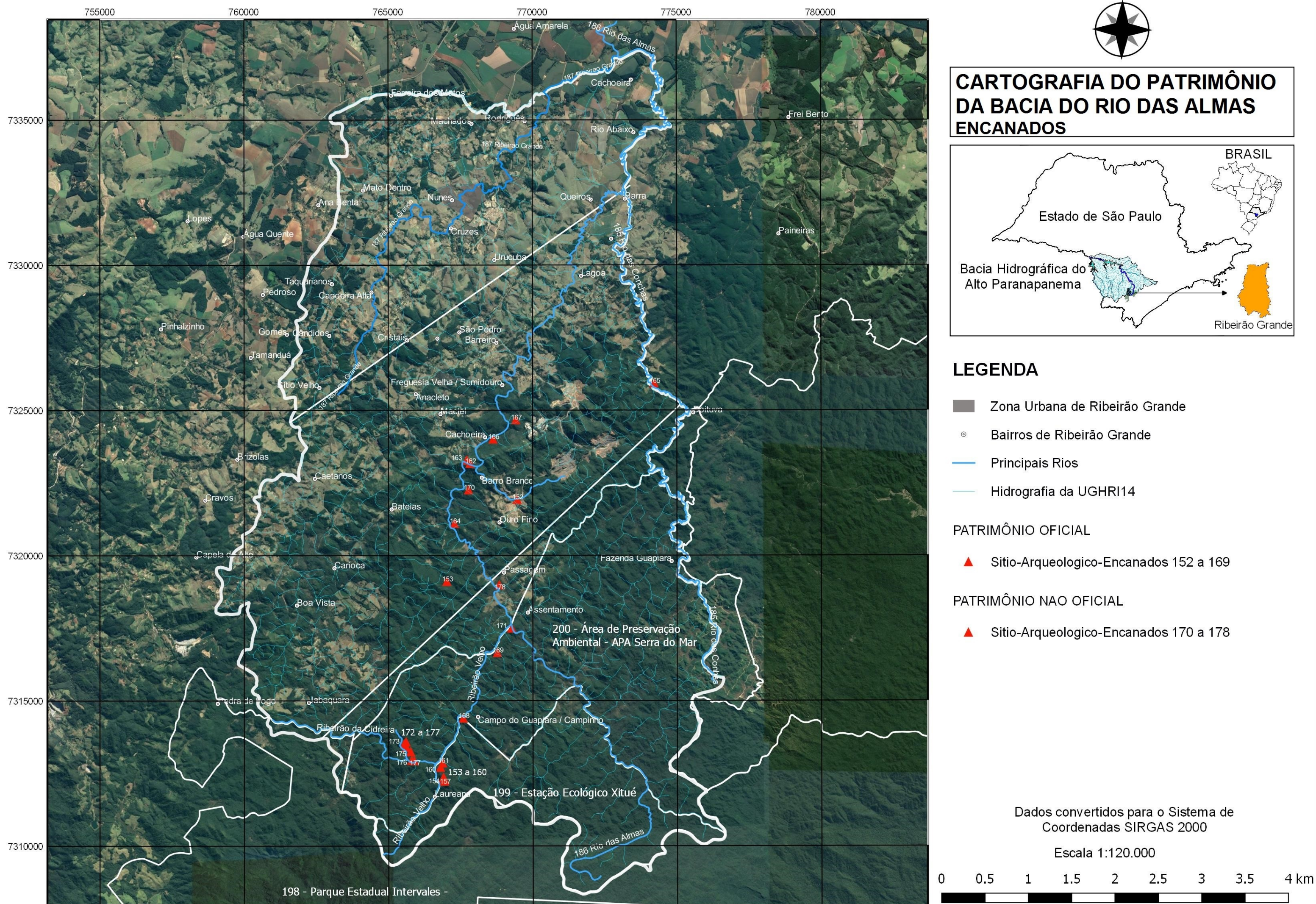


Figura 13 Cartografia do patrimônio da Bacia do Rio das Almas - Sítios



Os sítios arqueológicos da Zona Central da Bacia do Rio das Almas foram identificados nos anos 2000 por arqueólogos de contrato que realizaram levantamentos referentes ao patrimônio histórico, cultural e arqueológico no cumprimento da realização dos estudos e relatórios de impacto ambiental da expansão da mineração de calcário das Minas SP1-SP4 e Limeira (CBE, 2008; CCRG, 2003b).

A arqueóloga Erika Marion Robráhn-González da empresa Documento, Patrimônio Cultural, Antropologia e Arqueologia Ltda., foi quem coordenou os levantamentos referentes ao Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural dentro do Estudo/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) de ampliação da Mina Limeira, da Companhia Cimento Ribeirão Grande (CCRG) (hoje pertencente ao grupo Votorantim Cimentos) (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2007), bem como os levantamentos realizados dentro do EIA/RIMA de ampliação da Mina SP1-SP4 da Companhia Brasileira de Equipamento (CBE) do grupo Nassau (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2003).

Segundo a arqueóloga, as escavações realizadas na área central dessa Bacia permitiram encontrar vestígios de material líticos associados a diferentes momentos da ocupação humana, separados de acordo com as técnicas empregadas na confecção do material analisado, nos seguintes horizontes: horizonte o mais antigo encontrado, chamado de paleoíndio (sem datação descrita), horizonte caçador-coletor antigo, cujo material foi datado entre (3970 a 3710 a.p/a.c), horizonte caçador-coletor recente, datado entre 1000 a 1200 anos a.d/d.c atrás, e cujo volume de material encontrado foi o maior durante os estudos realizados; horizonte de grupos ceramistas cultivadores (datados de 1670 a 1950 a.d/d.c), o horizonte histórico correspondente ao ciclo do ouro de aluvião (século XVII), e o horizonte contemporâneo, correspondente à ocupação rural nos bairros do Barro Branco, Cristal e na atual Mina Limeira (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006).

Em sua maioria, os sítios arqueológicos encontrados foram registrados dentro do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN²⁵ divididos entre as categorias pré-coloniais (subdivididos entre líticos e cerâmicos) e histórico, sendo que o maior número de sítios arqueológicos cadastrados nessa porção do território foi referente aos sítios pré-coloniais (54 sítios) (Figura 13) em relação ao cadastro de 13 sítios arqueológicos

²⁵ A escolha de registrar um sítio arqueológico dentro do CNSA também é bastante controversa e mal organizada. Esse é um problema também descrito por (CALDARELLI, 2006). A quantidade de sítios arqueológicos apresentados nos EIA-RIMAs não correspondem à quantidade de sítios arqueológicos registrados no CNSA, e a escolha de qual dos sítios cadastrar não é clara.

denominados de históricos (Figura 14), referentes à mineração de ouro de lavagem no período colonial. Alguns dentro da área de impacto direta do empreendimento, outros fora dessa área.

A arqueologia pré-colonial é justamente a área de especialização da arqueóloga Erika Robrahn-González (1999, 1997, 1998) e do pesquisador responsável pelas escavações durante o EIA-RIMA da Mina Limeira, Gerson Levi da (SILVA-MÉNDES, 2007).

Já os sítios arqueológicos históricos referem-se a arrimos de pedras associados no leito dos rios associadas ao ciclo da mineração que se desenvolveu na região do Alto Paranapanema e Vale do Ribeira de Iguape entre os séculos XVI e XVIII (figura 15), chamados localmente de encanados.



Figura 15 Foto representativa dos encanados (não catalogado).
Crédito: Cristina Fachini, 2014.

O mapa da Figura 14 apresenta a distribuição dos na Bacia do Rio das Almas, indicando a localização dos sítios arqueológicos associados aos encanados, cuja localização foi coletada de distintas fontes, desde o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN e diretamente em campo.

Os pontos percorrem toda a extensão do Rio das Almas e seus afluentes, sendo localizado também no Ribeirão Velho, Córrego Brumado, Ribeirão do Campo e Rio das

Conchas, em diferentes trechos. É interessante observar que os estudos arqueológicos realizados ao redor dos encanados foram realizados nas três porções do território, por motivações bastante distintas. Na zona sul, os levantamentos arqueológicos dos encanados foram realizados durante a elaboração dos Planos de Manejo do PEI e EE Xitué, na Zona Central foram realizados em cumprimento aos EIA-RIMAs de mineração e na Zona Norte a uma demanda por parte da gestão pública municipal, para construção de uma narrativa da história de Ribeirão Grande e seu uso turístico.

No horizonte de ocupação contemporâneo, os arqueólogos também realizaram estudos referentes aos bairros do Barro Branco e Ouro Fino, durante os levantamentos para o EIA/RIMA de mineração da Mina Limeira. Segundo relata Robrahn-González (2008) essa população manteve práticas culturais associadas as tradições indígenas do período colonial como o conhecimento de áreas de captação de argila usada para cerâmica e para construção de casas de taipa, técnicas construtivas de casas, além da disposição espacial dos arraiais familiares. Nesse bairro localiza-se a Capela da Cruz Negro, tema que será tratado mais adiante nesse capítulo.

6.2 Os Sítios Arqueológicos Pré-coloniais

Durante as escavações realizadas na área central da Bacia do Rio das Almas em atendimento do EIA/RIMA da Mina Limeira, o arqueólogo Gerson Levy da Silva-Mendes, (2007) selecionou mais de 20.000 objetos líticos e cerâmicos como objeto de seus estudos. Uma amostra desse material foi resgatada e encontra-se depositada na Fundação Cultural de Jacareí e outra grande parte permaneceu na área de impacto que veio a se tornar um depósito de estéril, com mais de 20 metros de altura, que antigamente era um bairro do município de Ribeirão Grande, chamado de Barro Branco.

Apesar de haver uma demarcação territorial da localização dos sítios arqueológicos líticos e cerâmicos encontrados e cadastrados no IPHAN, o próprio material arqueológico resgatado passa por um processo de desterritorialização, sendo depositado em locais totalmente ausentes de relação com seu local de origem.

Em contrapartida, constam propostas de exposição e visitação turística a uma amostra desse material no Relatório de Impacto Ambiental da Mina Limeira (RIMA) (CCRG, 2003b, p. 236 e 240), por meio de dois museus: a criação de Museu Arqueológico ao ar livre na Fazenda Intermontes, área particular sob propriedade da CCRG (Votorantim Cimentos)

destina à compensação ambiental; e a criação do Centro Intermunicipal Ambiental Integrado, cujo objetivo foi construção de uma infraestrutura física capaz de sediar entidades, cursos e eventos relacionados com as questões da preservação e conservação da biodiversidade e incluía também a construção de um museu arqueológico e de uma biblioteca ambiental. Até o presente nenhum desses projetos foram executados no que se refere a parte da exposição da amostra do material arqueológico.

Ao questionar um dos arqueólogos da empresa responsável pela proposição dos projetos, sobre a não execução dos mesmos, sua resposta foi que o levantamento do patrimônio cultural resultante da compensação da Mina Limeira incluía a criação de uma estrutura de Governança do Patrimônio Cultural no município de Ribeirão Grande entre os anos de 2003-2006.

Essa estrutura envolvia instituições locais, a saber o poder público local e organizações do terceiro setor, entre elas, a própria organização não governamental criada pela mineradora para executar os seus projetos de compensação ambiental. Esse projeto de governança também foi proposto no âmbito da elaboração do plano de manejo do Parque Estadual Intervales, o qual também foi um dos produtos pagos pela mineradora dentro a compensação ambiental da mina limeira.

Entretanto, apesar dos projetos serem considerados inovadores em suas proposições, abrangendo a comunidade local como alvo de suas políticas culturais nenhuma das ações no âmbito cultural prosseguiu após a imediata execução e término do Relatório de Impacto Ambiental no quesito do patrimônio cultural terem sido aprovados pelo IPHAN em dezembro de 2005.

A justificativa apresentada é parte atribuída a má gestão municipal, e parte porque dizem que os custos de implantação de um museu se tornariam proibitivos para serem arcados pela prefeitura municipal, responsabilidade transferida diretamente da mineradora a ao poder público municipal.

O gestor da instituição responsável por executar os projetos de compensação da expansão da Mina Limeira, ao ser questionado sobre o assunto respondeu:

“isso é questão do museu arqueológico, da mostra do trabalho que foi resgatado, só que para isso tem que ter estrutura, a ideia que obviamente em Ribeirão, monte um espaço do IDEAS, tem a biblioteca lá, não tem? Você consegue fazer uma mostra bacana lá, usando as laterais das paredes, isso aí tem que ver com o IPHAN, qual é a burocracia que precisa ser atendida para se ter uma mostra ali, mas só a Cimento Ribeirão que vai trabalhar isso”.

Ainda esses projetos foram preteridos em favor de um projeto de valorização turística dos encanados, porque segundo entrevista realizada com um dos arqueólogos da equipe, dentre diferentes tipos de sítios arqueológicos encontrados, a escolha da utilização dos encanados dentro do âmbito da arqueologia pública (Robrahn-González, 2006) ocorreu porque, os encanados se relacionavam muito mais com a população local pois foram seus antepassados diretos os responsáveis por sua construção, ao passo que o imenso material lítico coletado, não faria parte dessa “afeição” por parte da população, uma vez que estaria milhares de anos mais distante e sem ligação congênita ou cultural com a população local.

Outro ator local, funcionário da mineradora responsável por acompanhar os arqueólogos em campo entre 2003-2007, argumentou que “pontas de flecha tem em todo lugar”, mas os encanados não, ressaltando a importância da monumentalidade e da ligação com a mineração. Além desse fato, o mesmo arqueólogo ainda apontou que os sítios arqueológicos líticos localizavam-se na zona de impacto direto da criação de um depósito da estéril da mina, o que impossibilitaria a visitação futura.

Outros pontos levantados ainda é que os sítios líticos a céu aberto são de difícil proteção e os objetos são removíveis, facilitando roubos.

O material lítico que permanece nas áreas onde foram realizados os levantamentos arqueológicos passa a servir para outros fins. As narrativas associadas a eles adquirem uma multiplicidade de histórias orais, desassociadas do conhecimento gerado sobre o material nos estudos arqueológicos realizados.

Apesar do material lítico ser bastante conhecido por atores locais que encontram facilmente objetos aflorando do solo nas áreas rurais de Ribeirão Grande, permanece ainda um distanciamento bastante grande entre as exigências legais quanto aos levantamentos arqueológicos realizados no território e o conhecimento local.

Durante a abertura da área que se tornou um depósito de estéril para o material da Mina Limeira, entre os antigos bairros do Barro Branco e Ouro Fino, enquanto as retroescavadeiras revolviam o solo, centenas de material lítico também eram revolvidos, o material arqueológico que foi descartado. Enquanto esse material “brotava” do solo, um senhor que se auto denomina garimpeiro, coletou o material arqueológico encontrado e o guardou. Para ele essas peças são raridade e devem ser enviadas para fora do país porque ali ninguém dá importância. Isso nos leva a uma nova epistemologia quanto aos valores para o descarte do capital, e o reuso do material arqueológico. Elas brotam do chão como brotassem ouro. As flechas são fruto da terra que ele pode reciclar e ganhar dinheiro. Garimpa flechas

como se estivesse garimpando ouro. “As flechas têm valor, existem estrangeiros querendo pagar muito pelas flechas”. E assim ele fica à espera de achar uma grande “pepita” arqueológica para que um estrangeiro rico a compre.

Ainda, segundo a narrativa de um proprietário de um hotel para turistas, conhecedor da existência de material lítico na região, esse material lítico não poderia ter vindo dessa região. Diz que encontrou material semelhante quando foi visitar a África e o associa à Pangeia.

“Esses tipos de pedra que não são típicos da região, né. E eu encontrei num livro, na África, numa região muito próxima à Angola, que daria o encaixe perfeito daquela Pangeia, aquele negócio todo, os mesmos artefatos que se achavam aqui. Falei “mas que diabos que aconteceu aqui?”. Então tem algo aí a ser procurado aí no meio do caminho, né” (entrevista com empreendedor de um hotel em Ribeirão Grande).

Outro empreendedor local, que durante os anos de 2012 - 2013 tentou criar um atrativo turístico utilizando os encanados, contava que em um trecho do Rio das Almas havia sido encontrada uma ponta de flecha feita de uma pedra existente apenas no Peru o que indicaria que o caminho do Peabiru (do Peru até o Brasil) passaria por Ribeirão Grande. Disse ainda que a pedra foi levada por pesquisadores da USP para ser investigada, disseminando narrativas atrativas ao turista.

6.3 Os Sítios Arqueológicos Históricos

Parte da compensação proposta ao cumprimento do EIA/RIMA foi a constituição de um relatório impresso chamado “Roteiro Turístico dos Encanados” (CRUZ, 2011), pelo Instituto de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (IDEAS), baseado nos resultados apresentados por (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006).

Segundo atores locais que participaram do processo de elaboração do Roteiro Turístico dos Encanados, a escolha desses sítios arqueológicos como atrativo turístico nesse momento foi primeiramente devido aos mesmos estarem sobre a área de influência do EIA/RIMA da mineradora: “... é um atrativo que está encravado no meio da mata, que é uma área de influência do projeto que é a bacia do Rio das Almas, então foi unindo tudo e o entorno né” (informação verbal).

Em segundo lugar, porque os encanados seriam um ponto de visitação turística dentro de um roteiro que também abarcaria outros atrativos gastronômicos e naturais.

“...Então perto do Rio das Almas tem o que? Lá no bairro das Almas, tem o Alambique, legal, vamos pôr também, tem um cara que faz um doce, vamos pôr também, mas voltando mais para o centro, para a sede do município, encontramos o que? Ah... encontramos a Casa Grande. Então foi feito pensando nisso...” (informação verbal).

“[...]eu vejo o seguinte: a questão dos encanados é o diferencial arqueológico aqui, porque pontinha de flecha, cerâmica, vaso, você acha em qualquer lugar, quero ver você achar um encanado. Esse é o diferencial daqui eu entendo isso, e como trazer, aí é uma coisa do roteiro, você não consegue transformar em atrativo turístico, você transforma para a galera da arqueologia, história, mas isso não é a ideia, a ideia é trazer isso e integrar com os outros, de foram que fique, que ele aconteça como um atrativo turístico, mas acho que é por conta disso, o roteiro turístico dos encanados é a forma de como inserir ele como parte de um roteiro diverso, de gastronomia, turismo religioso... de aventura, de cachoeiras, de raftings[...]” (informação verbal).

Durante o levantamento de dados para a publicação do roteiro, foi feita uma pesquisa junto à comunidade de Ribeirão Grande, cujo questionário incluiu a pergunta: “Quais os locais na sua comunidade que seriam interessantes outras pessoas conhecerem?”. O material não divulga o número total de questionários aplicados, nem se a amostra foi intencional ou aleatória, porém apresenta como resultado um gráfico cujos três pontos de interesse mais frequentemente sugeridos foram, Intervalos (PEI) com 26,8% das respostas, cachoeiras (25,7%) e encanados (7,5%) (CRUZ, 2011, p.40).

Apesar de, segundo esse material, os encanados terem sido eleitos como um dos principais locais de interesse para o turismo nesse momento, o processo de implementação do roteiro turístico dos encanados foi rodeado de negociações e conflitos de interesses, que tornaram sua implementação controversa.

Primeiramente, o próprio material produzido como parte da compensação ambiental pela empresa mineradora, a saber a publicação do Roteiro Turístico dos Encanados (Cruz, 2011), teve pouquíssima tiragem, divulgação e repercussão. Vários atores relatam que já ouviram falar do material, porém nunca tiveram acesso a ele. Segundo um dos autores do material:

“Eu mesmo que participei ativamente não consegui um exemplar para mim, cobrei, mas não recebi. Então ficou uma coisa assim, na hora da entrega, eu questionei a prefeita na época, se ela não iria pegar para deixar na escola, na biblioteca, para todo mundo ter acesso. Aí questionamos o pessoal da fábrica... aí eles falaram que a prefeitura deveria firmar uma entrega oficialmente, que eles tinham uma cerimônia de entrega e tal. Então ficou uma coisa muito estranha, o material está lá, é uma coisa do município, a prefeitura parece que não interesse em pegar, se apoderar dessa material... Então eu vejo assim que eles têm outras prioridades mais urgentes, que não é o turismo...” (informação verbal).

Em entrevista com outra responsável pela elaboração desse material, a mesma relata que a única iniciativa fruto desse trabalho, foi seu próprio pedido à prefeitura de Ribeirão Grande para colocação de uma placa de sinalização turística na saída do município, sinalizando o caminho para um dos encanados (figura 16). A informação que ali consta não indica para qual rio e em qual trecho os encanados ela sinaliza.



Figura 16 Placa de identificação de atrativos turísticos no município de Ribeirão Grande – Encanados. Crédito: Cristina Fachini, 2014.

Ainda os roteiros sugeridos na publicação “Roteiro Turístico dos Encanados”, previam a integrar as visitas a alguns encanados com outros atrativos turísticos dos municípios de Ribeirão Grande e Capão Bonito, associados ao turismo rural e ecológico incluindo a visita a dois alambiques localizados na Zona Norte de Ribeirão Grande, e a visita ao PEI. Entretanto, apesar da publicação não realizar uma cartografia desses roteiros, deixando evidente os caminhos sugeridos para chegar até os pontos de visita elencados, é possível perceber, a partir dos pontos de visita apresentados, que a localização dos encanados escolhidos não passava pela zona central de Ribeirão Grande, mesmo sendo a região onde se concentram a maior quantidade de vestígios dos encanados encontrados.

Segundo as entrevistas realizadas, houve uma tentativa de sensibilização do proprietário da propriedade por onde passa o Ribeirão Velho, um afluente do Rio das Almas, no trecho onde os encanados foram considerados melhor preservados.

“... a ideia era tentar sensibilizá-lo para que ele fizesse uma instalação para receber o turista, uma estrutura para receber, mas ele acabou brigando com as administrações porque ele queria a melhoria do acesso né, ele é um cara que dentro da propriedade ele produz palmito, mas não o da Jussara, ele produz o palmito de palmeira real, que não é típica da mata. Então a finalidade dele é a produção do palmito, mas o acesso é muito precário, é difícil chegar lá, o acesso era grande reivindicação dele, então por vários momentos, tiveram conflitos sim de ir na prefeitura, ameaçar que ia entrar no ministério público com processo, fazer pontes e tal e daí ocorre essa falta aí. Uma pessoa que potencialmente poderá criar uma estrutura para um atrativo né, que de repente podia acontecer no entorno outras melhorias e acabou não acontecendo” (informação verbal).

Tive a oportunidade de acompanhar uma das visitas técnicas feitas com esse grupo na mesma propriedade citada acima e entrevistar seu proprietário. Sua principal queixa foi a falta de infraestrutura para manutenção das estradas rurais, que impossibilitava (ou encarecia) o acesso de turistas até o atrativo.

Ainda assim, um dos integrantes da ONG Olhos d'Água do Panema tentou operar viagens saindo do trecho do encanado de dentro dessa mesma propriedade, oferecendo serviços de bóia-cross aos turistas, onde, durante o passeio também contava histórias a respeito de como se bateava ouro pelo encanado (figura 17).



Figura 17: Turismo nos Encanados do Rio das Almas, Ribeirão Grande – SP.
Fonte: Divulgação.

A dificuldade de acesso, entretanto, associada ao elevado custo de contratação de transportes, equipamentos e procedimentos de segurança, por se encaixar em uma modalidade turismo de aventura, fez com que, em pouco tempo, as pretensões de implantar uma atividade turística nesse local fossem encerradas.

Essa mesma dificuldade de acesso foi o que possivelmente gerou uma das respostas na aplicação de questionários para os alunos do curso técnico em Turismo Receptivo da Escola Técnica Paula Souza em Capão Bonito, em novembro de 2014. Quando perguntados sobre “Conhece os encanados? O que são? Já foram visitar? Quais?”. Dos dezenove alunos respondentes, 50% não sabiam o que eram os encanados, e dentre os já sabiam o que eram, apenas um aluno diz ter conhecido pessoalmente.

Dessa forma, relatos colhidos no levantamento de campo, indicam diferentes tipos de relação que a comunidade local estabelece com os encanados. Para alguns moradores da região, em especial da zona urbana, não existe distinção entre o rio e os encanados:

“O pessoal pode se inteirar com a cachoeira que tem ali próximo. Tem um monte de gente de Capão [Bonito] que vai lá, passa em cima dos encanados e não vê... se perguntar, o pessoal não conhece... eu já conversei com um pessoal que foi lá e não viu... os encanados. Pessoas que passaram por cima, sabe, vão olhando a cachoeira e deixam o encanado para trás, impressionante! Mas já aconteceu, é triste... (informação verbal, gestor da ONG IDEAS).

Alguns moradores que vivem na zona rural, muito próximos aos rios, percebem que em alguns trechos, “tem sinal de área mudada” de “pedra bem empilhada”. Ainda, aqueles que por alguma fonte de informação, ouviram sobre os encanados, muitas vezes por ainda possuírem parentes moradores das zonas rurais conhecedores dos locais...

“...vão lá na mata, conhecer as cachoeiras, conhecer alguns pontos. Quando você acessa a mata... os lugares têm nomes... que nem os encanados, é um lugar que sempre vai pessoas, é um lugar bacana, e todo mundo quer saber o que é encanado, o que é isso, é um cano? Outro chama de muralha de pedra...” (informação verbal).

Quanto aos encanados, dentre as entrevistas de campo, muitas são as narrativas sobre a história dos encanados.

“Se você perguntar para 10 pessoas diferentes a história de encanados, vai ter 10 histórias diferentes. Não sei se eu ouvi, ou pesquisei, diz que veio um cara aqui, nessa região, para explorar ouro, aí desviaram o rio, começaram a procurar por ouro, só que é muito complicado, muito trabalho, aí em um momento da história, não sei em qual, descobriram uma mina, aí largaram tudo aqui e foram para lá...” (Morador do bairro Boa Vista, Ribeirão Grande, setembro de 2014).

Apesar do levantamento extensivo sobre os encanados realizado pelos arqueólogos em diferentes momentos e das propostas turísticas delineadas, a informação

sobre os mesmos permaneceu nas mesas de gestores públicos e os encanados permanecem ainda hoje no desconhecimento da grande maioria dos moradores das três cidades onde se localizavam as Minas do Paranapanema.

Muitas vezes ainda devido aos altos custos envolvidos com a atividade turística, quem acaba tomando ciência do local são turistas brasileiros que vem de fora da região, e acessam os encanados, contratação de transporte especializado como jipes ou ainda via Hotel Paraíso Ecolodge²⁶. Na propriedade do hotel, também existem trechos dos encanados, localizados na divisa da Estação Ecológica de Xitué e que são oferecidos como um dos passeios disponíveis do hotel. Em entrevista com um dos monitores, que já foi funcionário da Estação, relata que os turistas se interessavam por saber sobre história dos encanados. A resposta foi: “Nossa, muito! Tiravam fotos, queriam saber coisas... um pouquinho que a gente já sabia a gente passava... não tem uma história escrita, é o que você escuta mesmo...” (informação verbal).

6.4 O Horizonte de Ocupação Contemporâneo: a Cruz do Negro

Esse subcapítulo teve como objetivo descrever e cartografar a formação de uma rede criada ao redor do “Espaço Cultural Capela Cruz do Negro”, localizada na zona central de da Bacia do Rio das Almas, entre os bairros Cachoeira, Ouro Fino e Barro Branco, área onde também se concentram as atividades de mineração em Ribeirão Grande. A rede de atores formada pela Cruz do Negro relaciona o território da zona central de Ribeirão Grande com a população da zona rural, às empresas de mineração, e o poder público municipal.

Um agricultor e proprietário de terras localizadas no bairro do Ouro Fino e Cachoeira (MV) é o ator que tem mobilizado há mais de três décadas ações de confrontação com presença da mineração no local, e segundo descreveu (GONÇALVES, 1994) se tornou uma espécie de líder das comunidade que habitam os bairros Cachoeira, Barro Branco e Charol.

Pouco se sabe da história da capela desde sua fundação no século XVIII até sua utilização no século XX. O que se sabe é que de mineração em mineração (SOUZA, 2013), de ouro, ao calcário e argila, a faixa central da área municipal de Ribeirão Grande é marcada pela atividade minerária há séculos e manteve encrustrada a capela da Cruz do Negro entre os bairros localizados justamente área de atividade minerária, Freguesia Velha, Barro Branco, Charol, Ouro Fino, Passagem e Maciel.

²⁶Hotel de luxo, incluído no roteiro de Charme do Guia 4 Rodas - <http://brasilparaiso.com/>.

Esses são os bairros que sofreram maior impacto das atividades de mineração de calcário devido à existência de atividades minerais ativas de duas grandes companhias, a Companhia de Cimento Ribeirão Grande (que hoje pertence ao grupo Votorantim Cimentos e a Companhia Brasileira de Equipamentos (CBE), antigamente conhecida como Itabira e pertencente ao grupo Nassau Cimentos.

Quando a Capela da Cruz do Negro foi destruída em meados de 2009 por uma empresa cimenteira local, o lugar se tornou um elemento de aglutinação, de vários atores, reunidos por MV, a fim de buscar formas de valorizar a memória local, patrimonializar a área e transforma-la em roteiro turístico.

Tomei conhecimento sobre o roteiro da Cruz do Negro nos trabalhos de campo realizados em 2013. O tema da Cruz do Negro, cujas movimentações realizadas em torno do grupo organizado por MV encontrava-se em franca movimentação, mobilizando atores para o apoio à tentativa de patrimonialização da área, reconstrução da capela, manutenção da memória e apoio da prefeitura de Ribeirão Grande para reconhecimento da Cruz do Negro como roteiro turístico municipal.

O primeiro contato com a história da Cruz do Negro aconteceu em 2013 quando participei da primeira reunião do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Ribeirão Grande na nova gestão municipal. A reunião teve como objetivo eleger um novo conselho de turismo para o município. Na ocasião, MV foi eleito como um dos representantes do conselho e apresentou algumas demandas específicas que envolviam a Cruz do Negro, o que causou, na própria reunião, momentos de disputas e conflitos de interesses referentes ao tema.

Um mês depois, também participei com um grupo organizado pela coordenação de turismo municipal de um levantamento dos pontos turísticos do município. O objetivo da visita foi possibilitar que tanto a coordenadora de turismo conhecesse alguns locais com potencial atratividade turística (como os encanados, e a Cruz do Negro), quanto permitir a realização de meu trabalho de campo. Foram três dias de visita e o segundo dia foi destinado, a conhecer o roteiro turístico da Cruz do Negro.

No ano seguinte, enquanto realizava uma cartografia do patrimônio territorial, entrevistei o próprio MV, e o mesmo sugeriu que entrevistasse os outros moradores dos bairros da Cachoeira, Ouro Fino e Barro Branco. O recorte das pessoas escolhidas por MV foram pessoas cujas histórias de vida foram alteradas pela presença da mineração na área.

Ainda durante o levantamento da cartografia patrimonial entrevistei moradores de Capão Bonito e Ribeirão Grande, fazendo um levantamento de amplo espectro sobre os temas

patrimoniais, e durante a entrevista, revelaram que de alguma forma participaram da rede criada ao redor da Cruz do Negro tanto nas tentativas de reconhecimento desse lugar como patrimônio, como na inclusão da Cruz do Negro na história do território. Parte das ações realizadas ao redor de MV estão noticiadas em jornais locais. Foi por meio do levantamento de documentações e das entrevistas realizadas que esse capítulo foi escrito.

6.4.1 As intervenções da Mineração nos Bairros do Ouro Fino e do Barro Branco

Desde o início das implantações de empreendimentos minerários na zona central da Bacia do Rio das Almas, as ações realizadas afetaram lugares de importância local, cuja memória permanece viva até o tempo presente nas narrativas de vários atores locais.

A começar do início dessas atividades na década de 1970, quando a escolha da instalação da fábrica da Itabira aconteceu no local onde se localizava o povoado antigo da Freguesia Velha, e onde havia um cemitério com mais de 120 pessoas enterradas. Também a escolha da mina (SP1-SP4) aconteceu onde existia a Gruta do Sino, caverna conhecida por habitantes, que reuniam histórias e lendas do local.

Como propriamente relatado no RIMA da expansão da Mina (SP1-SP4), quando a Mina SP1-SP4 começou a funcionar, em 1975, ainda não era obrigatório por lei obter as licenças ambientais. A CBE veio se adequar às normas ambientais e atender exigências da Secretaria de Meio Ambiente (SMA) e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) somente a partir de 2001 (CBE, 2008, p.2).

O cemitério foi removido em 1973 para outra área pertencente à CBE no bairro Barrero Cabral e a caverna não existe mais. Por isso mesmo, o local passou a ser chamado de Sumidouro. Tal gruta, também conhecida como Gruta do Sumidouro, faz parte do Cadastro de Cavernas do Brasil (Martinelli; Geribello, 2015), e está citada em documentos históricos como descrito por Almeida (1959, p. 245) “Há uma gruta com estalactites na Freguesia Velha”.

O nome Sumidouro é explicado pelo poeta local, Olimpio Marcolino Ferreira, aqui transcrito:

História do Bairro Sumidouro (hoje fábrica de cimento Ribeirão Grande)

O bairro do sumidouro, o nosso bairro vizinho
É hoje bem comentado, quase que no Brasil inteirinho
Do que os mais velhos falavam, eu aprendi um pouquinho
E agora vou dizer, escrito esses versinhos.

Lá se chama Sumidouro, porque lá muitos sumiu
 Gente e muitos animais, lá foi que ninguém mais viu
 Pois lá tem muitos abismos, enormes de dar arrepio.
 Também tem muitas Cavernas, aquele lugar bravio.

Pois lá tinha uma Caverna, chamada gruta do Sino
 Lá tinha um sino de pedra, um artigo muito fino
 Nascia uma pedra ao alto, até baixo vinha vindo
 E quando a gente tocava, dava um som genuíno

Na entrada tinha um salão, que era mesmo muito chic
 Onde muita gente ia, para fazer pic-nic
 Lá tocavam instrumentos, além de comer e beber
 Passavam horas agradáveis, divertindo com prazer

É nesse mesmo salão, que os mais velhos falavam
 Que em tempo de plantação, feijão perto eles plantavam
 E quando eles colhiam, ali dentro eles guardavam
 Para livrar do temporal, que as vezes ameaçava

Quando era no outro dia, estava todo jogado
 As vezes tinha chovido, o feijão todo molhado
 Salão estava limpinho, serviço bem caprichado
 Pois lá havia um morador, tinha que ser respeitado

Ali morava um Gigante, é quase inacreditável
 Tinha 6 metros de altura, era mesmo admirável
 Durante sua existência, quase não era encontrado
 Mas quando ele faleceu, os seus ossos foi achado

O osso tíbia media, metro e meio de comprido
 Coxa, braço e ante-braço, 1, e 20 bem medido
 A cabeça do bicho, parecia assombração
 Nas covas de olhos e bocas, coube um alqueire de feijão

Isto é um caso verdadeiro, se acaso alguém duvidar
 Pergunta a quem morou lá, que melhor pode explicar
 O que eu vi e não exagerei, esse eu posso confirmar
 Que lá em outra Caverna, tem um devido lugar

Que apagando as luzes, em silencio ficar
 Escuta tocar viola, e também galo cantar
 Faz ruído, late cão, até gente conversar
 Dicerto é o som das águas, ou não sei o que será
 Agora vou terminar, porque já falei bastante
 Desculpam as minhas faltas, e se fui meio intrigante
 De vós quero despir-me, para terminar eu assino
 Aqui fica um forte abraço de

Olímpio Macolino

Olímpio Marcolino Ferreira, Ribeirão Grande, SP – BR. 06 de maio de 2010.

O poema de Marcolino conta como a Gruta do Sino era um lugar importância local, também citado nas entrevistas realizadas como importante referência de memória para a população.

Quanto ao cemitério, também frequentemente citado nas entrevistas realizadas, muitos habitantes locais ainda requerem a manutenção do mesmo pois foi parcialmente destruído devido a um processo de erosão de terra e atualmente encontra-se coberto por uma mata em regeneração (GLOBO.COM, 2012). A reportagem realizada pela regional do Globo.com de Itapetininga descreve que em 2012 moradores de Ribeirão Grande solicitaram à prefeitura a manutenção urgente no local, porém, a resposta dada foi que como a área se localizava em terreno privado, e, portanto, não havia projeto público para o local. Ainda, na ocasião foi realizada uma consulta à empresa de mineração que afirmou desconhecer a existência de um cemitério no local (GLOBO.COM, 2012).

Outra ação da Itabira Agro-Industrial em 1994 foi noticiada pelo jornal O Expresso. Segundo a reportagem, 53 pessoas (reunidas por MV) se uniram para abrir, por meio de foices e enxadas, um novo caminho na zona rural, ligando os bairros Cachoeira, Barro Branco e Charol, ao asfalto da Rodovia SP 181, e ao bairro Ouro Fino, onde estava localizada a escola mais próxima. A ação ocorreu porque a empresa havia comprado terras no local, e fechou a trilha frequentemente utilizada, dois anos antes (GONÇALVES, 1994). Ainda, nesse momento MV dá um depoimento ao jornal dizendo:

“estamos cansados de sofrer e ela (a Itabira) até hoje não nos trouxe nada de bom, reclama o agricultor MV, 39 anos, que reside no bairro Barreiro Cabral mas tem sítio no Ouro Fino”.

Segundo a descrição da reportagem, em 1994 existiam cerca de 500 moradores nos bairros descritos acima, vivendo praticamente isolados, no meio do sertão, na sua maioria habitando pequenas casa de pau-a-pique, cobertas de sapé, ou folhas de zinco. O acesso à zona urbana era feito por pinguelas ou trilhas cuja passagem só era possível a pé ou a cavalo e, portanto, tinham que carregar os doentes e os mortos transportados em rede, e as crianças andavam mais de uma hora para chegar à escola (no Bairro Ouro Fino) (GONÇALVES, 1994).

A descrição da reportagem, narra o início de “uma nova fisionomia” do meio rural devido às transformações causadas pela presença da mineração.

“nota-se em toda extensão um certo desânimo: as plantações são raríssimas, apesar da fartura de terra e água; não se veem ricas hortas ou fornalhas de onde deve sair o pão como no passado”.

A transformação dessa zona rural, continuou sendo alterada pela influência minerária uma vez que tanto a CBE quanto a CCRG completaram a compra de praticamente

toda a área dos bairro do Barro Branco e Ouro Fino, de forma a causar um êxodo rural²⁷ e esvaziamento demográfico da área central do município. A compra dessas áreas portanto, impactou em diversos aspectos a dinâmica e o modo de vida das comunidades rurais locais.

De um lado a compra de áreas nessa zona se efetuou uma vez decidido o local para o novo depósito controlado de estéril²⁸ (DCE) no Barro Branco, o que resultou na compra de áreas no Bairro e exigiu a relocação de cerca de 13 famílias (37 propriedades) para o bairro Capoeira Alta.

Não somente isso, a ampliação de tais empreendimento também resultaram em necessidades de compensações ambientais que demandavam a compra de áreas para plantio ou manutenção de espécies vegetais nativas (áreas de reserva legal), além do interesse na obtenção de terras para outros usos, uma vez que o grupo CBE também mantém outros tipos de empreendimentos no município, entre eles a pecuária.

A escolha do Barro Branco como local do destino do material estéril foi justificada por um antigo funcionário da CCRG pelo fato de que era mais barato remover pessoas do que árvores, segundo as leis ambientais. Dessa forma, optaram por um local, onde a existência de ocupação humana já havia reduzido a cobertura vegetal existente, o que impactaria menos a avaliação ambiental que deveria ser realizada.

Esse mesmo técnico que esteve em contato com os processos decisórios definidos nesse momento, relatou que as pessoas que moravam ali tinham “problemas mentais”, justificando o processo de remoção das mesmas para um local onde a empresa considerasse mais apropriado.

Antes da completa transformação do Barro Branco a arqueóloga Erika Robrán González e equipe, durante Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do projeto de ampliação da Mina Limeira, realizaram levantamentos arqueológicos na área diretamente afetada (ADA) pelo empreendimento (tendo encontrado uma enorme quantidade de material lítico e cerâmico) (SILVA-MÉNDES, 2007), mas também realizaram um extenso levantamento junto às famílias moradoras do local (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006).

²⁷ Apesar do foco desse capítulo se concentrar na relação entre moradores da zona rural e mineração, vale ressaltar que na área norte do município, diversas propriedades rurais também estão sendo compradas ou utilizadas para o plantio de madeiras de reflorestamento, entre elas pinus e eucalipto, o que também tem contribuído para o êxodo rural local. Um importante discussão sobre esse assunto encontra-se na tese de Juliana Farinaci (2012).

²⁸ Material estéril é o subsolo retirado da cava que não é aproveitado no processo de extração de argila nem calcário.

Sobre esse trabalho, a arqueóloga descreveu a relação que se estabeleceu entre pesquisadores e a comunidade:

“acabou por definir a própria missão do Programa Arqueológico Mina Limeira: reconstituir o passado através de sua articulação com o presente, permitindo contribuir para a educação, coesão da comunidade, lazer e desenvolvimento econômico regional, de acordo com o moderno conceito de sustentabilidade social.

E isto ocorreu de diferentes maneiras: no reconhecimento e inclusão de suas formas de viver no que se define como “patrimônio arquitetônico” da região; na inclusão de seus depoimentos e opiniões sobre o que considerar patrimônio, o que preservar, o que é significativo; e na busca de vestígios do elemento africano em uma atividade tradicionalmente relacionada ao colonizador branco europeu: a mineração (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p.78).

A proposta apresentada pela arqueóloga foi, portanto, incluir de forma abrangente os conceitos de patrimônio elencados pela comunidade local, entretanto, para a apresentação dos resultados no texto foi realizado um recorte onde:

“selecionou-se um item de pesquisa para cada tipo de patrimônio: técnicas construtivas para o patrimônio material, e histórias do bairro Barro Branco, contadas pela própria comunidade, no que se refere ao patrimônio imaterial, conforme texto que se segue” (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p.78).

Quanto a patrimônio material, ao analisar as técnicas construtivas, a arqueóloga ainda expressa a íntima relação dos habitantes do Barro Branco com o seu meio:

“espaço, com o qual interagem constantemente, a população do Barro Branco mantém as relações que seus antepassados mantinham com a Freguesia-Velha (uma das mais antigas comunidades do Alto Paranapanema) e com os vales intermontanos entre a Serra dos Maciéis e a Serra do Ouro Fino” (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p.77).

Apesar do trabalho mencionar a valorização da cultura e patrimônio local, por meio do “moderno conceito de sustentabilidade social” (que não fica claro no texto), não fica evidente que as famílias foram deslocadas para o bairro da Capoeira Alta²⁹, passando por uma completa exigência de alteração do seu modo de vida, a começar da relação com o seu meio.

Nesse sentido Queiroz e colegas (QUEIROS et al., 2006) observaram, por exemplo, o impacto dessa mudança com relação a existência de corpos d’água no novo local:

A disponibilidade e acesso à água quando comparada entre os o bairro Barro Branco e Capoeira Alta é contrastante, pois cada propriedade ou grupo familiar no Barro Branco possuía córregos e nascentes em suas propriedades, atualmente apenas 2 captações principais de água de nascente atendem às famílias remanejadas e o uso é limitado em função da proximidade das famílias em relação a captação e distribuição de água

²⁹ O deslocamento das famílias foi realizado pela empresa Universo Social, e incluiu o processo de adequação ambiental nas novas propriedades, construção de casas de alvenaria, alfabetização de adultos, projetos de agricultura sustentável e de esporte e lazer.

Há necessidade de estudos de alternativas para aumento de disponibilidade (oferta) de água para esta comunidade, uma vez que já são observados conflitos socioambientais decorrentes do desequilíbrio entre a oferta e demanda de água o quadro pode agravar-se com o crescimento populacional (QUEIROS et al., 2006, p.12).

Ainda, apesar da arqueóloga mencionar a busca do elemento africano na atividade de mineração, não se esclarece no texto qual foi essa busca, e não há descrições sobre a Cruz do Negro, que foi formada, pela história oral, (melhor descrita a seguir) ao redor do elemento africano durante a mineração aurífera no período colonial. Ainda, apesar de toda a valorização de tal patrimônio, tais elementos não foram cadastrados como sítios arqueológicos CNSA do IPHAN, enquanto que os sítios arqueológicos líticos e cerâmicos no local sim.

Quanto ao patrimônio imaterial, o texto ainda menciona um trecho da história de vida de Dona Maria, antiga moradora do Barro Branco, que se dizia religiosa. No relato de Dona Maria, conta que ela e a família participavam de todas as festas promovidas pela igreja (católica) nos bairros do Barro Branco e Ouro Fino. Nessas festas (como de Nossa Senhora do Bom Jesus), conta que um padre rezava a missa, se fazia uma procissão para o santo e um leilão era realizado para arrecadar dinheiro para a igreja (Figura 18). Também conta que os batizados e casamentos na igreja da comunidade eram celebrados com dança e música de tocador de viola e cantor. O relato de Dona Maria termina dizendo que tais festas haviam sido abandonadas há muitos anos (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p.96).

O que também não fica claro no texto é que a igreja do Ouro Fino é justamente a Capela da Cruz do Negro. A descrição de Dona Maria finaliza um ciclo de existência da vida ativa das comunidades do Barro Branco e Ouro Fino, fruto das transformações causadas em algumas décadas de ocupação minerária no local. A desativação do bairro, entretanto, devido à venda por completo da área, não deixou com que a memória da comunidade local fosse apagada.



Batizado de Claudemir da Silva na Capela em 07 maio de 1994.
Os padrinhos foram João Silverio e Maria das Dores Silva.

Figura 18 Celebração religiosa na Capela da Cruz do Negro em 1994.
Fonte: Oliveira (2013).

Por isso mesmo, quando os proprietários rurais venderam uma das áreas para a CBE, onde se localizava a Capela da Cruz do Negro, segundo fontes orais, a venda foi condicionada à manutenção da capela e de uma área pequena ao redor onde se localizava um cemitério. A área que media cinco tarefas (cerca de 3750m²), seria mantida aberta, para acesso livre da comunidade ao local. Entretanto, em 2008 a CBE primeiramente cercou a área, e posteriormente e destruiu a “Capela da Cruz do Negro”.

Essa ação gerou uma trajetória de manifestações sobre a capela da Cruz do Negro, em um movimento comunitário organizado por MV. Tais movimentações envolveram a criação de narrativas históricas por moradores de Ribeirão Grande sobre a Capela da Cruz do Negro, requerimentos à CBE, prefeitura de Ribeirão Grande e ao CONDEPHAAT e a divulgação dos fatos ocorridos em jornais de circulação local. O detalhamento dessas ações é descrito a seguir.

6.4.2 O processo de patrimonialização da Cruz do Negro

A primeira observação a se fazer sobre o processo de patrimonialização da Cruz do Negro é que ele esteve intimamente associado ao interesse de criação de um roteiro turístico envolvendo o local. Dois anos se passaram entre a destruição da capela e a movimentação midiática do assunto, anos em que o projeto da criação do roteiro foi estabelecido e organizado por MV. Durante esse período alguns roteiros turísticos para cavalgadas foram planejados, incluindo a tentativa de liberação de acesso de uma estrada

municipal que passava pela propriedade de um hotel de grande porte e luxo. Na verdade, de não sabe ao certo, se a própria destruição da capela, não se deu ao fato de que já estava sendo aventada a possibilidade de ela ser utilizada como roteiro turístico.

O que se sabe é que uma das primeiras ações de valorização do local foi criação de narrativas históricas por moradores de Ribeirão Grande sobre a Capela da Cruz do Negro. Para isso foi que MV criou uma comissão para “restauração do patrimônio histórico conhecido como Capela da Cruz do Negro”, formada por oito integrantes entre eles o próprio MV e o antigo proprietário da área onde se localizava a capela. E a partir da comissão, elaboram uma primeira narrativa sobre a história de criação da capela.

Durante a entrevista com o próprio MV, o mesmo percebe uma separação entre oficialidade e não oficialidade do patrimônio. Ao listar os elementos do município que são patrimônio, distinguiu entre o patrimônio “já documentado” e não documentado.

“...Patrimônio acho que é essas coisas aqui que os mais velhos deixaram e toda vida foram respeitadas e acho que é um patrimônio que tem que cuidar, zelar, coisas que foram feitas uma vez só e não, tem que zelar, porque se não acaba. Que enquanto estiver vivo, tem história para contar e, se esquecer, acabou, né? Então tem que permanecer esses locais que são patrimônio... Patrimônio que não deveria ser negociado, deveria deixar como histórico no município, que nem a Casa Grande é um patrimônio, essa gruta é um patrimônio, a Cruz do Negro é um patrimônio... os encanados é um patrimônio. Agora os encanados já é documentado, né? ...” (MV).

Nesse sentido, toda sua trajetória de criação de uma documentação para a Cruz do Negro, é também uma tentativa de oficializar o oficioso, valorizando a prática, o discurso e o fato da existência da Cruz do Negro.

A história contada é que em fins do século XVII, no período de decadência da mineração de ouro nas Minas do Paranapanema, dois escravos negros fugiram do garimpo na atual cidade de Eldorado Paulista e chegaram nas terras de Ribeirão Grande em busca de ajuda. Um dos escravos, entretanto, não suportou a viagem e veio a falecer. No local de sua morte, foi erguida uma cruz, uma capela, além de um cemitério onde se enterravam natimortos, formando o que a comunidade chamou de “cemitério de anjinhos”. O local ficou conhecido como a Cruz do Negro e desde então utilizado para cultos católicos, mas também como lugar de socialização da vida no campo.

Em seguida, outras duas histórias descritas a seguir, acrescentam a figura de Nossa Senhora da Conceição do Paranapanema, na personificação de uma senhora idosa quem veio em socorro foi para ajudar aos escravos:

História da Cruz do Nêgo

À tarde no Ouro Fino, perto do Barro Branco. Cansado, sol a pino, encostei, no barranco. Daqui a pouco quem eu vi? Joaquim Gabré por ali. Andando bem no sossego, começando contar causo! Falamos da Cruz do Negô. Diga-me ô velho Gabré, homem de muita fé, como é que tudo começou? Num tempo já bem distante, dois negrinho errante, naquele lugar chegou. Um não quietava! Mas o outro saltou para traz e para o irmão falou:

- Você não aguenta andar, fique aqui neste lugar!

- E você procura algum morador, e arranja alguma comida, se não vai ser o fim dessa vida!

E prô sertão se mandou! Andou mata adentro, só tinha um pensamento, que era em Deus nosso Senhor! Rezando para achar um homem que matasse aquela fome, e contente ele ficou. Bem lá longe na baixada viu uma casinha barreada e quando perto chegou viu lá dentro da cozinha uma luz muito fraquinha e “ô de casa” gritou.

Apareceu uma velhina muito magra e bem pretinha e pro negrinho perguntou: o que você procura nesta noite escura? A sorte que você me achou! O negrinho respondeu: é que um irmão meu de fome adoentou. A velhinha olhou pro lado: vou lhe arranjar um virado, mas a viagem não adiantou! Vá de volta de onde veio, corte caminho pro meio, vosso irmão não aguentou.

O negrinho ficou branco, tão grande foi o espanto, e correndo ele voltou. Chegando perto do irmão, viu ele caído no chão e a história confirmou.

Ajoelhou e olhou para o céu. De repente viu um véu, e nessa hora chorou. A mesma velhinha aparece rezando fazendo prece e o negrinho falou:

Você é nossa Senhora já posso morrer agora! Ali mesmo ele tombou!

Deus no céu apareceu e os dois negrinhos morreram, e os corpos ali ficaram. A história ficou gravada, na porteira invernada, até que alguém achou.

Quem achou bendito seja! Fundou ali uma igreja e virou um rezador. Então ficou Cruz do Negro, lugar de muito sossego e a história acabou.

Contador: Joaquim Gabriel.

A partir de 2009, MV foi recolher outra narrativa de uma senhora, EAC, que diz ter nascido e residido no bairro onde se localizava a Capela da Cruz do Negro, participando de festas religiosas no local, e que ainda, é conhecedora da história da capela. Segundo essa senhora, foi nessa capela que por alguns dias permaneceu a imagem da Nossa Senhora da Conceição quando encontrada num rio, para posterior ida ao bairro Freguesia Velho. A Nossa Senhora da Conceição marca a história geracional do município de Capão Bonito, a padroeira da cidade, reforçando o argumento de sua importância. Segundo a narrativa de EAC, o local onde a imagem foi encontrada foi o córrego do Guapiarinha, afluente do Ribeirão Velho, local definido pela história local como a sede do primeiro povoado local, o Arraial Velho.

O processo de construção de uma narrativa oral para escrita da Capela da Cruz do Negro, aconteceu uma vez que ainda não havia registro escrito sobre a mesma. Para conferir essa informação, fui buscar os registros escritos nos livros da professora e historiadora Capão Bonitense Alice Olivati (OLIVATI, 2001), e nos levantamentos referentes ao Patrimônio Histórico e Cultural realizados obrigatoriamente no cumprimento nos EIA/RIMA de mineração local.

Após a construção de narrativas escritas sobre a história da Cruz do Negro, e de elaboração de um projeto de roteirização turística para o local, MV tornou pública em 2010 a mobilização para reconstrução e patrimonialização da capela. A ação envolveu a colocação de uma nova cruz no local onde a capela havia sido destruída e a transformação do fato em um ato midiático (figura 19).



Figura 19 Reportagem do Jornal O Expresso sobre a Cruz do Negro em 2010.
Fonte: (O EXPRESSO, 2010)

Ainda em 2010, foi enviado um pedido diretamente à CBE para “revitalização do espaço cultural da capela da Cruz do Negro”, cuja resposta nesse momento não se tem notícia.

Também foi protocolado um pedido junto a prefeitura de Ribeirão Grande em novembro de 2010, solicitando a possibilidade de verificar que o local fosse declarado como área de interesse público para preservação Histórica, Cultural e Turística do município. Um segundo pedido foi novamente protocolado à prefeitura em 2011, após o recolhimento de aproximadamente 400 assinaturas em um abaixo assinado solicitando a aquisição e preservação do espaço da Cruz do Negro, como área cultural e turística do município. A resposta a esses pedidos foi que não havia possibilidade do poder público preservar a área uma vez que tratava-se de propriedade particular, pertencente à empresa de mineração, CBE.

Em 2012 o grupo que organizava o jornal impresso e blog da Freguesia Velha também tomou conhecimento das ações movidas por MV e aderiu à rede de ação primeiramente emitindo artigos de opinião nos veículos da Freguesia Velha (FREGUESIA VELHA, 2012; OLIVEIRA, 2013) e também colaborando para elaboração de um pedido formal ao CONDEPHAAT de tombamento da área. Uma das matérias publicadas emitia a seguinte opinião:

Pois bem, que sociedade é essa que com um machado da ignorância cortaram nossas raízes, nossa história? Raízes cortadas por grandes empresas que compraram o sítio, mas não respeitaram a condição de cuidar e preservar daquele pequeno espaço de patrimônio local, histórico, cultural e sagrado da capela Cruz do Negro. Além da demolição da Capela, cercaram o local e construíram uma guarita para vigiar, tornando inacessível aos fiéis e desmerecendo nossa história. Que empresas são essas que além de acabarem com nosso solo, nossas florestas, querem soterrar nossa história também, desrespeitando nossos antepassados? É isso: deixo aqui minha indagação e, acima de tudo, minha indignação! (OLIVEIRA, 2013).

O pedido de tombamento da área onde existia a Cruz do Negro foi protocolado junto ao CONDEPHAAT (Processo 01109/2012). O tombamento, entretanto, era um pedido referente a uma materialidade que não estava mais presente. As categorias possíveis, dentro dos livros do CONDEPHAAT até esse momento não se encaixavam no pedido em questão. Por isso mesmo, em 2014 o colegiado do CONDEPHAAT deliberou aprovar em votação, por unanimidade, pelo arquivamento do pedido de tombamento do sítio “Capela da Cruz do Negro”. Nessa ocasião a Conselheira Cristina Meneguello teceu comentários acerca do imóvel, lamentando a perda do bem. O processo de tombamento foi arquivado em abril de 2014 (SÃO PAULO, 2014).

Vale ressaltar que em 2015 a nova categoria “*Lugar de Interesse Cultural*” foi criada no CONDEPHAAT, abarcando “lugares onde se desenvolveram atividades com extrema relevância e representatividade cultural, mas não se encontram em atividade”, servindo como referencial de memória (SÃO PAULO, 2015), e foi indicada por um técnico desse órgão como possível categoria para um novo pedido ao CONDEPHAAT.

Enquanto o processo junto ao CONDEPHAAT corria, os moradores locais ainda solicitaram novamente à nova gestão da Prefeitura de Ribeirão Grande em 2013, a reconstrução da capela, e o tombamento como patrimônio pelo município de Ribeirão Grande. A Câmara Municipal de Ribeirão Grande, em 16 de agosto de 2013 fez uma indicação por meio dos Vereadores Luiz Carlos da Cruz e João Luiz de Lima, ao executivo municipal, sobre a possibilidade de aquisição do espaço onde está locava a Cruz do Negro, no bairro do ouro fino, compor o patrimônio histórico e turístico do município, baseado em um abaixo assinado

elaborado pela comunidade local. Em resposta, o executivo público se reuniu com os diretores da CBE em novembro de 2013, apresentando a demanda, e segundo a resposta da prefeitura, os representantes da Empresa se comprometeram a realizar estudos necessários para o levantamento da área em questão para uma resposta objetiva sobre o assunto.

Após esses requerimentos, entre os anos de 2014 e 2015 moradores locais realizaram reuniões para traçar apontamentos sobre onde a capela poderia ser reconstruída, sendo aventada como possibilidade a área de entrada da gruta do Charol (ou caverna da Naia). Em 2016 a associação do espaço cultural e religioso “Cruz do Negro”, na figura do sr. MV obteve a concessão de uma área da CBE para reconstrução da capela no bairro da cachoeira, a poucos metros de distância da Estância Andrade, propriedade desse mesmo morador, MV, que a utiliza para fins turísticos.

6.4.3 O roteiro Turístico da Cruz do Negro

A trajetória de construção do roteiro turístico da Cruz do Negro é marcada por caminhos alternativos com um denominador comum: a passagem em propriedades privadas que são ou já pertenceram a MV. Duas rotas serão descritas a seguir e encontram-se ilustradas no mapa da (Figura 20).

A primeira delas, transformada em um roteiro de cavalgada, tinha início no Bairro Boa Vista, sentido Ouro Fino, Cachoeira, Charol e Boituva. Nesse trajeto, percorrido a cavalo, se estabeleceria como ponto de parada a Estância Andrade (propriedade de MV), no Bairro Cachoeira para alimentação e parada para descanso em outra propriedade de MV no bairro Boituva. Na primeira versão desse roteiro, entre o Bairro do Boa Vista e Ouro Fino, previa-se a abertura da estrada que passava dentro da propriedade particular do Hotel Paraíso Ecolodge, com o objetivo de utilização da estrada para travessia até a Cruz do Negro com a finalidade turística. Em 2009, o sr. MV reuniu mais de 300 assinaturas solicitando ao Hotel, por meio da prefeitura de Ribeirão Grande e do Ministério Público, a abertura da mesma, alegando que a estrada em questão era municipal, e que havia sido aberta para beneficiar os moradores dos bairros há mais de 50 anos.

Sobre esse assunto em especial, estive presente em 11 de junho de 2013 na primeira reunião do COMTUR de Ribeirão Grande na nova gestão da Prefeitura do município, com o objetivo de eleger um novo Conselho Municipal de Turismo de Ribeirão Grande. Na ocasião tanto o senhor MV quanto o proprietário do Hotel Paraíso foram eleitos como conselheiros do COMTUR, e MV solicitou apoio à liberação do acesso à estrada que

passava na propriedade do Hotel. Esse momento da reunião foi marcado por uma discussão bastante acirrada entre o proprietário do Hotel Paraíso e o MV. O proprietário alegava que essa estrada era agora propriedade do hotel e seria mantida fechada, pois “mandava quem tinha dinheiro”. A discussão terminou com a intervenção de outros membros do conselho, sugerindo que essa discussão fosse tratada em momento oportuno.

Essa briga dentro do conselho, entretanto, contribuiu para que a participação dos membros fosse diminuindo a cada reunião, de tal forma que as reuniões foram totalmente desarticuladas em 2014. A então coordenadora de turismo do município na ocasião, me disse que a presença de atores que levavam ao conselho demandas específicas, tentando referendar assuntos particulares por meio do conselho desestimulava tanto a participação de outros membros quanto a própria ação do poder público local. Em outras falas, tanto essa coordenadora quanto o coordenador seguinte, manifestaram a sensação de constrangimento em meio à sensação de que “todos envolvidos têm o interesse por dinheiro”.

Apesar do COMTUR nesse ano deixar de ser um órgão atuante, as ações promovidas por MV receberam apoio diretamente do prefeito de Ribeirão Grande, e um novo roteiro de cavalgada foi traçado tendo início no Centro Poliesportivo de Ribeirão Grande, passando pelos bairros do Cruzes, Estrada de Intervalos, Anacleto, Barro Branco, Cachoeira (Estância Andrade), Visitação à Caverna do Charol (ou da Naia), oração na Nova Cruz do Negro, parada no Bairro Boituva, retorno pelo bairro da Lagoa e chegada no Centro Poliesportivo novamente.

Essa rota turística, em prol das ações na Cruz do Negro se transformou em um evento anual de cavalgada da Cruz do Negro. A primeira cavalgada ecológica da Cruz do Negro foi realizada em 2013 e movimentou 38 cavaleiros dos bairros Ana Benta, Capoeira Alta, Ribeirão do Cruzes, Rodrigada, de Capão Bonito e Ribeirão Grande percorreram 49 quilômetros durante o dia 15 de novembro, no roteiro Cruz do Negro e Gruta do Charol, bairro Ouro Fino, serão de Ribeirão Grande. Os objetivos da cavalgada foram resgatar a cultura, proporcionar a integração entre comunidades, valorizar o patrimônio histórico e ao mesmo tempo desfrutar das maravilhas da natureza. Nessa ocasião o então prefeito de Ribeirão Grande Joaquim Brasília, participou da cavalgada, incentivando, colaborando e se comprometendo em auxiliar no que fosse possível para dar continuidade no projeto de resgate e preservação do patrimônio histórico (A TRIBUNA SUDOESTE PAULISTA, 2013).

Conheci o segundo roteiro proposto, quando em julho de 2013 uma equipe de funcionários da prefeitura, juntamente com sr. MV, me levaram a conhecer o percurso. Esse roteiro localiza-se na estrada aberta em 1994 por um grupo organizado por MV, noticiada por (GONÇALVES, 1994).

O roteiro tem início saindo da zona urbana de Ribeirão Grande com destino ao bairro do Maciel, pela rodovia SP 181. Já dentro do bairro, a primeira sinalização é a placa indicativa dos bairros do Barro Branco, Cachoeira, Assentamento e para o Roteiro Turístico e Ecológico Cruz do Negro (Figura 21). A próxima parada é uma bica de água (Figura 22) que fica em um ponto da estrada de onde se tem uma visão bastante nítida da Fábrica de Cimentos do grupo Votorantim (Figura 23). Segundo M.V a intenção era realizar um projeto de um quiosque próximo à bica, que durante a reunião mencionada do COMTUR, também foi bastante criticada por outros participantes, que alegaram que a água da bica necessitava passar por estudos de contaminação.

A parada seguinte é em um monjolo desativado (Figura 24) e logo em seguida na Estância Andrade, propriedade de MV, onde poderia ser oferecido banho no Rio das Almas, cavalgada e alimentação (Figura 25).

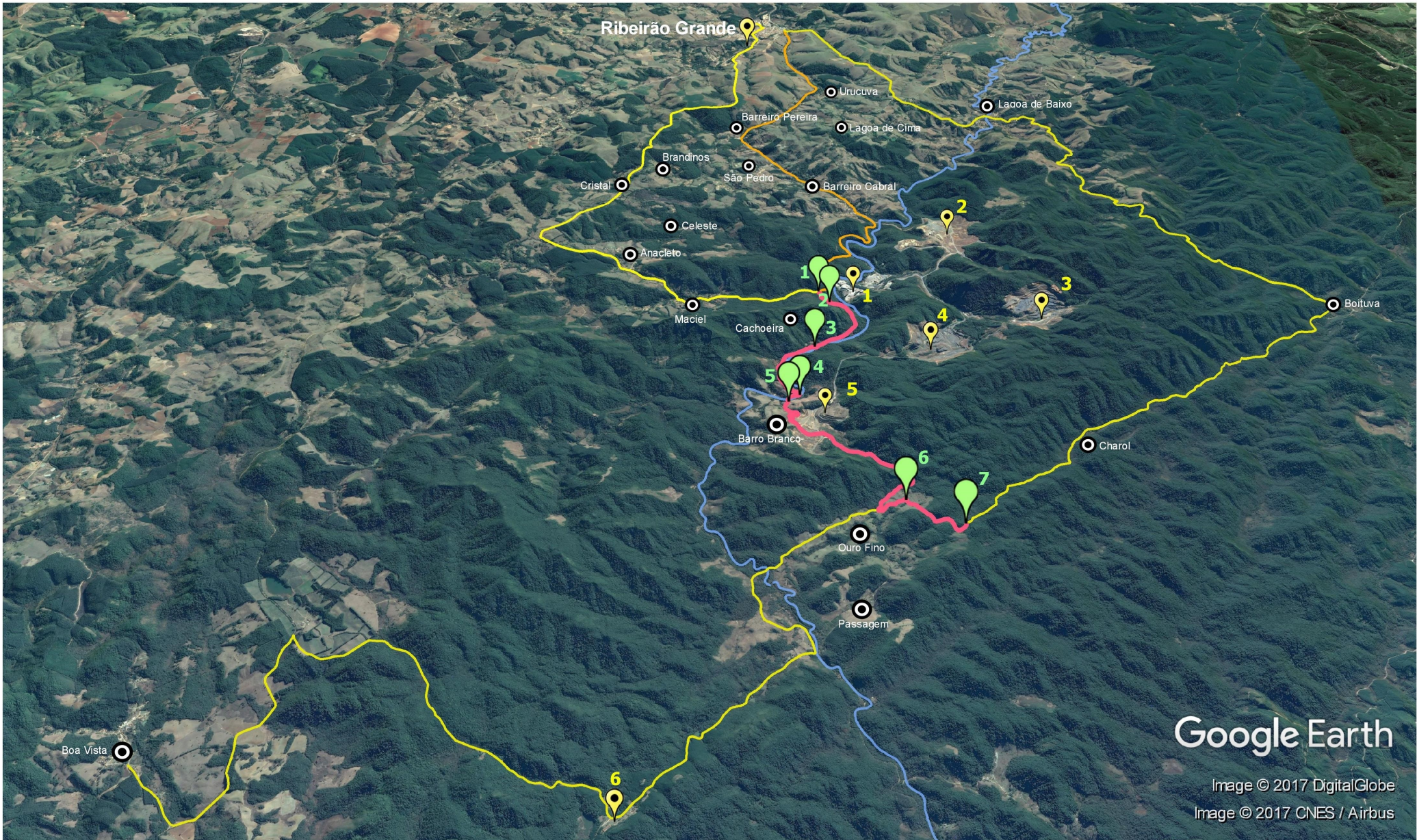
Curiosamente bem em frente ao Monjolo, do outro lado da estrada vicinal, existe uma estreita faixa de terra e logo após, às margens do rio das Almas, se encontram “encanados” em bom estado de preservação. O sr. MV pareceu não ter conhecimento da localização e existência desses encanados, mesmo que no trabalho de avaliação turística preliminar dos sítios “encanados”, elaborado durante o RIMA da Mina Limeira, houvesse a sugestão de incorporar os encanados chamados de “cachoeira 3” a roteiros mistos do Ouro Fino (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p.99).

Para chegar ao ponto seguinte que era até 2013 a antiga Cruz do Negro (Figura 28) o roteiro sugeria a passagem pelo depósito de estéril de mineração (Figura 26) e em seguida, para a Gruta da Naia (Figura 29), também conhecida como Caverna do Charol. Essa gruta se tornou um ponto de visitação para moradores locais uma vez que é de fácil acesso, tem um percurso relativamente curto, e bastante conhecido. O acesso a gruta é propriedade particular (da família da Naia), de Ribeirão Grande, que nesse momento nos acompanhava no percurso e, portanto, mesmo sendo um local que exigiria cuidados e atendimento a procedimentos de segurança, é frequentemente utilizada por não haver taxas nem custos implicados. É também ali onde se contam histórias como o de ouro do tolo (pois suas paredes são revestidas por minerais que brilham com a luz, dando a impressão de ser ouro).

Atualmente esse roteiro vai até a gruta da Naia e retorna para a nova Cruz do Negro (Figura 27). Esse ponto é um ponto de inflexão entre o roteiro de cavalgada e o segundo roteiro, e a partir dali, também pode continuar até o bairro Boituva (Figura 20).

Esse roteiro convida o turista ou ao próprio morador local, a conhecer a trajetória de modificação da paisagem, e das transformações ocorridas nos bairros do Barro Branco, e Ouro Fino. O roteiro, ainda agrega à paisagem tanto elementos naturais preservados (bica, e caverna), com a elementos da mineração ao avistar a fábrica, e o depósito de estéril que ficam no caminho, mesmo não sendo os pontos de parada para o mesmo, somados aos vestígios antigos de ocupação e modo de vida rural (o monjolo e a própria Cruz do Negro). Ainda, entre as paradas, a paisagem ao redor, é composta por fragmentos de Mata Atlântica que dão ao roteiro o tom “ecológico”.

CARTOGRAFIA DO PATRIMÔNIO DA BACIA DO RIO DAS ALMAS: PROPOSTAS DE ROTEIRO PARA A CRUZ DO NEGRO



LEGENDA

- Roteiro Rod. SP 181
- Roteiros de Cavalgada Propostos
- Trecho Comum entre os Roteiros
- Rio das Almas
- Pontos de Interesse
- Pontos do Roteiro
- Bairros Rurais

PONTOS DE INTERESSE

- 1 - Fábrica de Cimento - Votorantim Cimentos
- 2 - Fábrica de Cimento - CBE
- 3 - Mina de Calcário (Limeira) - Votorantim Cimentos
- 4 - Mina de Calcário (Sumidouro) - CBE
- 5 - Depósito de Material Estéril
- 6 - Hotel Paraíso Ecolodge

PONTOS DO ROTEIRO

- 1 - Placa Indicativa do Roteiro
- 2 - Bica D'agua
- 3 - Ruínas de um Monjolo
- 4 - Estância Andrade
- 5 - Nova Cruz do Negro
- 6 - Cruz do Negro - Localização Antiga
- 7 - Gruta da Naia

Figura 20 Roteiros da Cruz do Negro



Figura 21 Placa indicativa do Roteiro Turístico da Cruz do Negro (ponto do roteiro n.1 no mapa Fig.20)



Figura 22 Bica de água do roteiro da Cruz do Negro (ponto do roteiro n2. no mapa Fig.20)



Figura 23 Vista para a Fábrica de Cimento do grupo Votorantim Cimentos (ponto de interesse n1. no mapa Fig.20)

Fonte: Freguesia Velha (2012).



Figura 24 Monjolo e torra de farinha no Bairro da Cachoeira (jul. 2013) Roteiro da Cruz do Negro (ponto do roteiro n3. no mapa Fig.20)



Figura 25 Estancia Andrade, propriedade de MV (jul.2013), Roteiro da Cruz do Negro (ponto do roteiro n4. no mapa Fig.20)



Figura 26 Antigo Bairro do Barro Branco, atual depósito de estéril (jul.2013)
(ponto de interesse n5. no mapa Fig.20)



Figura 27 Atual capela da Cruz do Negro, área em construção (nov.2016), Roteiro da Cruz do Negro (ponto do roteiro n5. no mapa Fig.20)



Figura 28 Área onde se localizava a capela da Cruz do Negro (jul.2013), Roteiro da Cruz do Negro (ponto do roteiro n6. no mapa Fig.20)



Figura 29 Gruta do Charol ou da Naia (jul.2013), Roteiro da Cruz do Negro (ponto do roteiro n7. no mapa Fig. 20)

6.4.3 Ressonâncias com atores da Zona Central da Bacia do Rio das Almas

Ao olhar do final para o início, a trajetória trilhada por MV pode parecer exclusiva para seus devidos interesses. Porque um morador de outro bairro, porém proprietário de terras nas zonas afetadas iria se preocupar com a população do local? Mas uma rede não é formada por apenas um ator. Os demais atores agregados à rede também detêm, cada um, suas próprias motivações, e anseios.

Nos dias dedicados a conhecer a Capela da Cruz do Negro, o senhor MV me levou a refazer o roteiro turístico, parando para conversar com moradores locais envolvidos na causa. Foram entrevistados dois moradores do bairro Cachoeira. O primeiro foi um morador antigo do Bairro do Ouro Fino (JA), e segundo, que se auto denomina Garimpeiro (FG), encontrou as pontas de flechas e de material lítico na área onde aconteceram as obras para preparação do DCE no bairro do Barro Branco. A transcrição da primeira entrevista revela:

De toda a região, de tudo que tem aqui, o que que você acha que é importante, que pra você se gostaria de guardar como memória ou de valorizar, que você acha que tem valor?

J.A.: Eu queria guarda na memória, que nem eu falei pra você, a parte religiosa, que vem lá desde do Ouro Fino. Nós tamo começando ai uma igreja aqui no bairro, e nós tamo pretendendo fazer o que tinha lá, inclusive um café também. Um café, ilumia ai uma festeira ai, inclusive leilão, tenho muita vontade de fazer leilão, porque é bonito também. E também se conseguisse por meio da lei reabrir lá, a gente queria construir uma igreja lá de novo.

Cristina: Lá a onde?

J.A.: Lá na Cruz do Negro mesmo, manter a memória que tinha lá. Não precisa ser uma igreja ai, como se diz, uma catedral, uma igreja pequena só pro povo. Que até hoje tem promessa, tem gente que tem promessa ainda de fazer, de rezar terço lá, dá um café com pão. E ai essa firma como tem poder, firma poderosa ai, saiu cercando tudo, e cercaram lá e desativaram até como ditado, a fé da turma, mata a fé do povo. Pelo dinheiro eles desativam, tudo, todo o povo.

Cristina: Que que é patrimônio pro senhor aqui?

J.A.: Patrimônio eu acho que é uma coisa que, patrimônio é uma coisa do povo. Uma coisa, como se diz assim, é aonde o povo cuida. Acho que, pra ser um patrimônio histórico, cultural, quer dizer que, mais é em favor do povo, da comunidade.

Cristina: E o que dessas coisas que o senhor falou, seria patrimônio pro senhor?

J.A.: No caso lá seria a igreja né, a igreja. Construíram, o patrimônio lá seria a capelinha né, da Cruz do Negro.

Cristina: E além da capelinha, o senhor, não precisa ser só lá, assim, toda a área de Ribeirão, o senhor teria mais alguma coisa que para o senhor seria patrimônio?

J.A.: Eu acho que tudo que for aquilo que beneficia o povo, a comunidade, eu acho que é um patrimônio, seja cultural, um patrimônio histórico, tudo é um patrimônio no meu ponto de vista, patrimônio significa isso ai.

[Tais mudanças são narradas na música escrita por J.A. morador do bairro do Ouro Fino]:

Um dia de madrugada,
Pra matar minha saudade, eu saí de madrugada,
Passei o Bairro Cachoeira, também a Fazenda Andrade.
Quando passei o Brumado, meu coração deu um tranco,
Porque eu vi enterrado o famoso Barro Branco.
Ali era o lugar aonde o progresso expandia,
Um povo trabalhador que só plantava e colhia.
Na igreja de Sto. Antônio onde o povo se reunia e
Do Ferreira dos Matos vinha o padre Renato,
que o povo dirigia.
Quando terminou a festa, minha viagem eu fui seguindo,
Eu passei as Três Águas, entrei no Bairro Ouro Fino.
Quando passei esse mato, confesso me deu um sossego,
Porque avistei de longe a Igreja da Cruz do Negro.
Todo primeiro domingo tinha grande diversão,
O Seu Antônio Bernardo era o nosso capelão.
Também tinha o Antônio Preto, que ajudava na oração,
E a festa continuava com grande animação.
Quando terminava o dia, soltava um foguete,
Para iluminar o sertão.

A capela era utilizada como ponto de encontro da social do sertanejo presente desses bairros rurais, onde, após a missa dominical, eram realizados leilões dos produtos agrícolas e artesanais confeccionados por moradores locais, entre eles doces e pães caseiros, cuja mínima renda adquirida ali servia para suprir as necessidades de subsistência diárias da população local. A Cruz do Negro, não é apenas um ícone católico, se não um local de reuniões onde a comunidade local realizava trocas de produtos artesanais comestíveis, com pães, um local de festejos, tradições e de manutenção da forma de vida local.

A comunidade ao redor, também utilizava o local para socialização, festas, local de troca e venda de alimentos. As comunidades vizinhas participavam ativamente das festas religiosas da Capela Cruz do Negro, onde no dia 03 de maio era comemorado o dia da Santa Cruz.

As memórias da comunidade são relatadas em poemas e músicas locais que revelam que o local tinha uma importância social para a comunidade campesina local.

A importância da materialidade se funde ao imaterial porque o anseio da população local não é em si por um templo construído, senão pela manutenção de um local (reconstruído quantas vezes for necessário) para manter o encontro e memória da população dos bairros rurais de Ribeirão Grande. A Capela do Cruz do Negro foi, portanto, um ponto de referência para as comunidades celebrarem o encontro semanal da comunhão religiosa, festiva e social entre os bairros descritos até o ano de 2008.

O processo do pedido de tombamento da Cruz do Negro como patrimônio é um exemplo de como a população local cria laços afetivos com o território, delimitando espaços simbólicos, utilizados para reuniões e manifestações culturais, baseadas nesse caso, em um culto católico campesino. O tombamento nesse caso se refere a um lugar de memória, onde existia uma capela chamada Cruz do Negro.

Quanto ao outro entrevistado, FG, tanto MV quanto o próprio FG não são conhecedores das políticas referentes ao patrimônio cultural e aos levantamentos arqueológicos que foram realizados no Barro Branco, antes da área ser totalmente impactada. Não sabem que apenas nesse local foram cadastrados e oficializados mais de 50 sítios arqueológicos no IPHAN. Entretanto, enquanto as retroescavadeiras revolviam a terra para abrir o DCE do Barro Branco, o próprio FG encontrou muitos vestígios arqueológicos que foram deixados, e recolheu quantos pode, em interesses tanto de garimpar o material e usufruir de algum recurso econômico com as peças, mas também para deixar evidente o que ficaria embaixo de uma pilha de 20 metros de material estéril. Ao me levar a visitar FG, MV

também tentava reforçar o valor histórico local pela arqueologia (se não fosse pela Cruz do Negro) quanto para evidenciar o impacto que a mineradora estava causando ao território.

Quanto às motivações apresentadas, Ulpiano Bezerra de Meneses (1984) classifica as justificativas para a preservação e valorização do patrimônio arqueológico em três categorias: razões afetivas, políticas e científicas. Quanto às razões afetivas descreve:

Ora sou o que sou num espaço ocupado, habitado e, numa palavra, apropriado por muitos outros muito antes de mim. Nessa linha, a informação arqueológica, dando-me a medida da ação humana e do trabalho humano, confere uma espécie de selo de dignidade ao espaço em que estou presente. Independentemente, portanto, da diferença e da distância, há uma trilha de identificação que introduz qualidade na vivência (MENESES, 1984, p. 36).

... por isso a preservação é uma bandeira que se impõe em todos os domínios – e, também, adequadamente, no arqueológico – como uma forma de reapropriação, pelo cidadão, daqueles bens de alcance social e de que ele foi expropriado pelas diversas formas de domínio e exploração (MENESES, 1984, p. 36).

Curiosamente uma das formas de exploração citadas pelo autor é justamente a extração de cal. Nesse sentido, o processo de tombamento também é uma tentativa de frear o avanço da mineração na área que tem ocupado e comprado áreas, desterritorializando, descaracterizando e desfazendo a cultura rural local, uma vez que desfaz esses locais de encontros e socialização. A capela também é um movimento de resistência dos moradores locais contra a apropriação da mineradora sobre suas terras.

Porque um morador de outro bairro, porém proprietário de terras nas zonas afetadas iria se preocupar com a população do local? Os caminhos abertos a machadada são hoje os caminhos utilizados por ele para turismo. As terras também adquirem maior valor quando se especulam causas e valorizam histórias sobre ela? Os roteiros escolhidos, passam por áreas de sua propriedade particular. As comemorações realizadas (o pão assado para vender na Cruz do Negro) e as celebrações já não aconteciam mais quando a capela foi destruída, mas porque valorizar então algo que havia deixado de ser uma praxe (práxis) habitual?

Também o próprio MV poderia reunir motivações ambivalentes, o interesse pela valorização de suas próprias terras, mas também em oferecer melhores condições a população local, à confrontar as ações da mineradora.

A movimentação do redor do reconhecimento do patrimônio na Cruz do Negro também evidencia que a história é mais da cruz do que do negro. Os discursos de valorização da Cruz do Negro são proferidos por atores locais que conviveram ao redor da capela e frequentavam a Cruz do Negro como local de encontro e celebração da vida cotidiana rural. A capela também tem importância pelas práticas religiosas e realização de encontros

comunitários. Apesar dessa importância, as narrativas encontradas não mencionaram a manutenção da memória negra e da importância que escravos africanos tiveram na construção das estruturas coloniais associadas à atividade de mineração de ouro no território, autorizadas pelo discurso patrimonial no território, entre elas, a Casa Grande e os encanados. A história é na verdade da doutrinação católica sobre dois escravos negros.

As narrativas expressam escolhas, e todas as escolhas evidenciam ainda, a falta da expressão da diversidade religiosa, mesmo nos discursos da Cruz do Negro, por exemplo, da falta de continuidade de políticas, e de valorização e inclusão da própria comunidade.

Entrevistados durante esse roteiro mencionaram, por exemplo, que em alguns trechos de Ribeirão como os cemitérios, se encontra macumba, referindo-se ao ritual como lugar de bandido. Dessa forma, mesmo à referência da capela estar ligada à memória negra, o valor dado a ela é ao culto católico, à aparição da santa, e a tantos outros interesses associados.

6.5 Observações Finais

Esse capítulo teve como objetivo descrever as relações natureza-cultura formadas ao redor da Zona Central da Bacia do Rio das Almas. Por meio da espacialização das coordenadas geográficas referentes ao patrimônio nessa zona percebe-se a concentração expressiva de sítios arqueológicos líticos e cerâmicos, em relação aos sítios arqueológicos históricos e às referências culturais locais. Por outro lado, as ações realizadas nessa zona em termos turísticos se diferem entre o estímulo ao desenvolvimento turístico associado ao discurso oficial do patrimônio na Zona Central da Bacia do Rio das Almas, entre tentativas de visitação aos sítios arqueológicos históricos dos encanados e a um local de referência aos sítios arqueológicos pré-coloniais; e ao roteiro turístico associado à Capela da Cruz do Negro, iniciativa integralmente associada à comunidade local.

Quando um arqueólogo identifica as estruturas dos encanados como um conjunto representativo de um período histórico do Brasil e o cadastra como sítio arqueológico no IPHAN, criam-se conexões entre os arrimos de pedras e os arqueólogos e destes com um sistema legislativo que os determina, por meio de uma instituição que os rege.

Quando tais sítios são eleitos como atrativos turísticos também se criam inúmeras conexões entre os as estruturas de pedras, gestores públicos, empresas receptivas de turismo, áreas naturais protegidas e comunidade local e os próprios turistas, proprietários das terras

localizadas ao redor os leitos dos rios e concessões atuais de uso de lavras de mineração entre outras.

Enquanto o roteiro turístico dos encanados elegeu pontos de visitação fora da zona central da Bacia do Rio das Almas, sugerindo caminhos para outras zonas rurais, fazendo com o turista não conhecesse a paisagem da mineração, o roteiro da Cruz do Negro foi todo traçado com elementos que convidavam o turista a conhecer a história de alteração da paisagem da Zona Central da Bacia do Rio das Almas. O turismo se nesse caso é um instrumento usado para evidenciar a paisagem e incluir uma história do território que não estava em evidência.

A composição de um roteiro turístico que atravessasse áreas compostas por florestas nativas e bosques em regeneração, mesclados com a atividade de mineração de calcário, em um lugar cujo discurso dirige o olhar à beleza estética da paisagem, também demonstra a diversidade de realidades e de paisagens de um território.

A Cruz do Negro também não pareceu ser objeto de atenção de tantos estudos e levantamentos arqueológicos e patrimoniais realizados em Ribeirão Grande. Por outro lado, a movimentação da Cruz do Negro não deixa de evidenciar nesse território a formação de uma rede não formal, desassociada do meio científico, não chancelada por especialistas, e que expressa um tipo de apropriação e uso do patrimônio com algumas controvérsias.

O roteiro turístico elaborado em torno da Cruz do Negro foi formado alternativamente e paralelamente ao roteiro turístico dos encanados. Enquanto os encanados eram documentados e oficializados, a Cruz do Negro se configurou como uma opção turística não formal, auto organizada, desassociada ao poder público.

O reconhecimento da Capela da Cruz do Negro como patrimônio provém de algumas motivações. Primeiramente vem da necessidade de valorização de um grupo de habitantes da zona central da Bacia do Rio das Almas que passaram por um processo de desterritorialização, quando deixaram de habitar os bairros do Barro Branco e Ouro Fino, onde podiam manter modos de vida bastante ligados e associados com seu meio, bairros cuja paisagem se mantem em movimento, sofrendo mudanças associadas aos interesses de grupos econômicos ligados à mineração de calcário.

As narrativas sobre a Cruz do Negro foram incrementando elementos históricos, religiosos, turísticos e comunitários para legitimar a existência da capela, da importância da sua existência frente a desapropriação que foi feita das terras onde ela se encontravam, bem como a destruição da capela pela nova proprietária, a CBE.

Para alguns, essa busca pela legitimidade, e pela comprovação, ou reconhecimento da capela como patrimônio cultural de Ribeirão Grande, demonstra apenas o interesse do articulador dessa rede, em valorizar as terras que são sua propriedade, e que estão no caminho até a Cruz do Negro. Parte dessa argumentação é que o próprio articulador já vendeu terras para as mineradoras, e criou certo conhecimento sobre a especulação imobiliária que pode haver ao redor dessas terras.

Por outro lado, a rede formada ao redor da Cruz do Negro também envolveu atores em movimento, que aos poucos foram se ausentando da zona central da Bacia do Almas. O próprio território como local de habitação deixou de ser um elemento articulador, reduzindo a rede a atores agregados ao redor do criador do roteiro turístico da Cruz do Negro. Dessa forma, mesmo não habitando o território onde se encontra a Cruz do Negro mantém interesse em evidenciar os impactos causados pela mineração nas terras ao redor de onde se construiu o roteiro turístico, local, onde possui também terras.

Por outro lado, também há que se considerar, que a valorização do Cruz do Negro, se dá em um período mais recentemente, a partir de 2010, com a movimentação criada ao redor de MV, e que mesmo a Cruz do Negro, não sendo validada pelo discurso oficial referendado por arqueólogos ou outros experts, a própria empresa de mineração acabou por conceder uma nova área para reconstrução da capela a partir de 2016.

A tentativa de reconhecimento da Cruz do Negro como patrimônio pelo CONDEPHAAT revela mais uma vez que o instrumento de tombamento não foi suficiente para abarcar as novas apropriações que o patrimônio pode acolher. Por outro lado, apesar da existência atualmente de outras categorias criadas para ampliar a oficialização do patrimônio nesse órgão, e que poderiam ser utilizadas no caso da Cruz do Negro em uma nova tentativa de reconhecimento e salvaguarda como um lugar de memória, esse instrumento não é em si um aglutinador da rede formada ao redor do roteiro da Cruz do Negro, que continua atuando na Bacia do Almas, formada por atores locais para os atores locais.

7. O PATRIMÔNIO NA PORÇÃO NORTE DA BACIA DO RIO DAS ALMAS

Este capítulo descreve a rede de interações entre natureza-cultura associadas à porção norte da Bacia do Rio das Almas. Essa área é recortada pelo Rio Ribeirão Grande, cuja nascente acontece a noroeste do território, próximo ao bairro dos Cândidos e desemboca no rio das Almas a nordeste, na fronteira com o município de Capão Bonito.

Segundo a cartografia realizada, os mapas ilustrados nas Figuras 2, 3, e 5 nessa área concentra-se o patrimônio não-oficial associado ao patrimônio imaterial, as referências culturais e à ligação afetiva e cotidiana que a população local mantém entre ambiente, objetos e modos de vida. Segundo um dos entrevistados:

“...Eu diria que o grande patrimônio é imaterial. Ele tá muito mais vinculado a parte de cultura e de postura das pessoas umas frentes às outras, né, seja do ponto de vista pessoal, seja do ponto de vista religioso, do ponto de vista social, de relação do que algo, de fato, material – que a gente sabe que é muito rico, né (Sócio do Hotel Paraíso EcoLodge, 2014).”

Essa é a porção do território que onde residem mais 80% da população do município de Ribeirão Grande, distribuídos entre a zona urbana, e a zona rural, onde se localizam grande parte das 835 unidades de produção agrícola, caracterizadas em sua maioria como pequenas propriedades rurais (CATI, 2008).

Na metade do percurso do rio Ribeirão Grande, desde o final do século XVIII se instalou o terceiro núcleo do povoado na Bacia do Rio das Almas, formado ao redor da família Ferreira e Cruz.

O Bairro dos Cruzes caracterizava-se por ser justamente um local de transição de relevo, entre áreas mais declivosas ao sul, onde, ainda havia ouro de aluvião minerado por faisqueiros no Rio das Almas, e áreas mais planas ao norte, utilizadas por tropeiros em suas rotas de comércio desde o sul do país (figura 30).



Figura 30 Recorte de relevo da Serra de Paranapiacaba e localização da Casa Grande e outras referências locais.

Fonte: Sacco, 1989.

Por volta de 1780, as famílias Ferreira e Cruz construíram uma casa de Taipa de Sopapo, chamada de Casa Grande, local que além de fornecer abrigo familiar, também servia de “venda” ou posto de trocas de mercadorias entre tropeiros, faisqueiros e agricultores locais. Segundo a entrevista com um casal de idoso do Bairro dos Nunes:

“É, os escravos que fizeram a Casa Grande. É só de Jussara de Palmito. A Jussara de Palmito é o tronco do palmito, sabe, é o pé do palmito, que aquilo não tem fim. A Jussara de Palmito não tem fim... Ela cresce e é muito firme, ela é um cerne. Tem até hoje [cerne de palmito jussara utilizado como viga para estrutura da Casa Grande]” (Entrevista com casal de idosos do bairro do Nunes, realizada em novembro de 2014.)

A Casa passou por diferentes momentos desde sua construção até a atualidade. Em um primeiro momento, por volta de 1780 até o início do século XX (1900), a casa se manteve em propriedade e uso da família Cruz. Daí por diante, a casa foi doada à Igreja do bairro, chamada Igreja do Belenzinho, e passou a servir como ponto de encontro para celebrações religiosas, festividades e encontros comunitários.

Na Casa Grande eram celebradas manifestação da cultura caipira, como a prática dos mutirões comunitários para manutenção das paredes de argila e caiação, festejos religiosos como a Recomenda das Almas, leilões comunitários entre outros. A medida que o povoado crescia ao redor da Casa Grande, foi se conformando esse jeito caipira de se pensar como cidade, na relação produzia entre a Casa Grande e o rio Ribeirão Grande. Dentre muitas histórias contadas, inclui-se a memória das lavadeiras que lavavam as roupas no Ribeirão Grande, ao lado da Casa Grande e:

“...das moças irem atrás da Casa Grande, que era a meia noite olhar o Rio para enxergar a face do namorado... São histórias do valor simbólico do rio”. (Entrevista com consultora sócio-ambiental, agosto de 2014).

Assim a Casa Grande serviu ao bairro do Cruzes por mais de 100 anos. A manutenção e conservação da casa acontecia anualmente, dias antes das celebrações da Festa a Sant’Ana, a padroeira do bairro. Realizavam um puxirão, barreavam a casa e pintavam com cal. Durante esse período a Casa Grande também foi usada como uma extensão da igreja local para reuniões, festas religiosas, catequese, velórios etc. Enquanto a casa foi mantida pela comunidade, ela se manteve conservada e viva. Por isso mesmo, durante a pesquisa realizada por (ARAÚJO, 2011), ele descreve que “...literalmente é uma casa viva, acreditamos ser por isso estar em pé e conservada”.

Ao mesmo tempo, por ser uma construção antiga, uma das poucas construções restantes do período histórico a que se associa, a casa se tornou alvo de interesses do poder público local, desde a época em que o bairro dos Cruzes ainda pertencia a Capão Bonito.

Em 1983 vereadores do município de Capão Bonito entraram com um pedido ao CONDEPHAAT para o tombamento da casa como Patrimônio Cultural. Esse pedido esteve em processo por trinta e três anos, até que em finais de 2016 a prefeitura de Ribeirão Grande foi notificada de que o pedido estava sendo julgado e o tombamento prestes a ser aceito pelo órgão estadual de patrimônio. Nesses trinta e três anos, a casa ainda foi alvo de diferentes políticas públicas municipais, em especial a partir da emancipação de Ribeirão Grande como município.

Em 1989 Marcelo Sacco, morador de Capão Bonito e estudante de arquitetura da Universidade de São Paulo realizou o primeiro estudo com outros colegas a respeito da Casa Grande (SACCO; NAGAAKI, 1989), a fim de descrever e valorizar a arquitetura da Casa Grande.

A partir da emancipação do município de Ribeirão Grande em 1993 a Casa Grande passou a ser reconhecida como um marco histórico do território, utilizada para tecer uma narrativa da história municipal de Ribeirão Grande, e como potencial atrativo turístico.

Ela foi cadastrada como sítio arqueológico pelo arqueólogo Plácido Cali, da empresa Gestão Arqueológica, Consultoria em Patrimônio Cultural Ltda em 1995, e seu potencial turístico foi objeto de estudo realizado por Wanessa Colares ASFORA (1995). O estudo realizado por Asfora propunha novos usos à casa, uma vez que a comunidade estaria nesse momento subutilizando esse espaço apenas para a celebração anual da Festa de Sant'Ana. Apesar do bom estado de conservação da casa, havia uma infestação por cupins já detectada.

Um ano depois o arqueólogo José Luiz Moraes, professor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), dentro do projeto de arqueologia da paisagem da Bacia do Alto Paranapanema (ProjPar), forneceu informações arqueológicas sucintas referentes ao local, e registrou a Casa Grande como sítio arqueológico no IPHAN (MORAIS, 2011).

Moraes, durante um extenso estudo sobre a arqueologia da paisagem do Rio Paranapanema, afluente do Rio das Almas, discorre sobre distintos momentos em que a paisagem dessa bacia foi modificada por meio da ação humana e menciona em seu trabalho a identificação dos encanados e da Casa Grande, em Ribeirão Grande, devido “às sugestões bastante contundentes das comunidades locais, posto que alguns sítios e áreas arqueológicas tem significativa relevância para eles” (MORAIS, 2011, p. 60).

Segundo o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN), 2014) até 1997 havia cinco sítios arqueológicos, líticos, cerâmicos, históricos (Encanados e Casa Grande) registrados na Zona Norte e Central de Ribeirão Grande.

Desde a gestão municipal (1997-2000) até a seguinte (2001-2004) a Casa Grande também abrigou um museu comunitário, com objetos referentes à representação e memória de moradores locais. Segundo relata uma das organizadoras dessa exposição nesse período:

“...foi na segunda gestão que entrou o Cirilo, que era o Prefeito, daí a gente fez um requerimento, fez uma reunião com o grupo da gente e fez o pedido pra montar o Museu. ... Daí entrou eu como voluntária, e tinha a equipe da Cultura, que agora aqui no momento, eu não lembro quem seriam as pessoas, que deu o aval.

Eu saía de casa em casa pedindo as peças antigas que eu sabia que tinha, ferro elétrico, várias coisas que, eu tenho até umas coisinhas aqui.

[Mostrando fotos das peças expostas]

Isso daqui é umas pedras indígenas. ...Eu tenho até uma vitrola, as primeira vitrola que teve [na manivela] de 1922. ...Essa daí [câmera fotográfica antiga] é de uma família de japonês, aí ele deixou comigo pra não sumirem com ela. ...Essa daqui é a batina do João Materiano, que foi um dos primeiros padres. ...Tem esse quadro que foi de troféu da minha mãe, que ela foi Miss Ribeirão... ... e isso daqui era uma gamela... Isso aqui é um dos primeiros armamentos que o pessoal usava, olha como que é, tem faca, tem, tem tudo isso. Ai esse aqui é um conjunto de tropeiros, que usavam muito na época.. Esse daqui é Sião das Noivas. Naquela época não tinha carro, transporte, então tinha um sião pras noivas andar no cavalo. ... Olha essa daqui são as panelas de barro, usada antigamente pra fazer as festas de casamento.

[sobre a gestão da exposição na época]

Daí era a gente mesmo que cuidava de tudo. Eu ia limpar lá, meus molequinho era bem pequenininho, eu ia fazer a faxina...

[As visitas eram guiadas por outros funcionários ligados à pasta da Cultura no momento, entre eles o próprio marido da entrevistada].

Tinha época que vinha muito pessoal de fora, estudantes, nossa era muito bem prestado, muito mesmo.

[memórias sobre a Casa Grande]

Mas eu lembro de que quando a gente era criança, e tinha um forro em cima dela, que é um forro de madeira feito pelos escravos, que lá tinha muita festa, e meu pai, era um ano sim, um ano não, meu pai era festeiro lá, de Sant’Ana. A festa de Sant’Ana, daí era uma festa religiosa, é a onde tá a pracinha ali da Casa Grande. Eles faziam uma fogueira gigantesca, acho que dava uns, de quinze à vinte metros de altura. Eles começavam largo assim e estreitava lá em cima, e vinha um rojão lá de cima da Igreja pra acender a fogueira... Era a coisa mais linda. Então a gente se criou muito naquela Casa Grande. Daí com o passar dos tempos foi mudando, e muita coisa mudou.

Mas lá a Casa Grande, tinha uma escadaria de madeira assim, que a gente subia lá. Tinha todas as coisas guardadas do escravo, que o bairro preservava. Só que de um ponto em diante foi sumindo, peças, sumindo peças, que ninguém sabe quem levou, quem pegou, se pegaram emprestado e não devolveram. Quando a gente chegou a montar o museu aquelas verdadeira peça da Casa Grande já não existia mais. Que saía pra exposição pra fora e nunca mais retornava, que aquele tempo era coordenado por Capão Bonito. Então não tinha aquela prestigiosidade de ficar segurando as peças pra um dia ter um futuro ou alguma coisa.

Eu acho que foi tombado patrimônio histórico acho depois que emancipou [o município de Ribeirão Grande]. Porque ali era da comunidade. A comunidade que fazia as festas e que zelava. Até tinha um casal que morou lá

muitos anos... Antes de se emancipar da cidade, lá todas as festividades que tinham era tudo dentro da Casa Grande, essa festa de Sant'Anna mesmo era tudo lá dentro.

[sobre a mudança na gestão municipal]

Aqui foi quando eles já me destruíram e amontoaram tudo, ó quanta coisa tinha. Foi depois que terminou o mandato do Prefeito Cirilo, e começou a da Prefeita. Daí eles foram e fecharam. Então daí, como eu já fui tirada fora, daí eu já não tomei conhecimento”.

(Entrevista com uma proprietária de um restaurante de Ribeirão Grande, bairro dos Nunes, agosto de 2014).

Na mudança da gestão municipal seguinte (2005-2012), o poder público local assumiu a direção total imóvel, e realizou uma reforma retirando cômodos da casa que haviam sido anexados nos últimos 100 anos pela comunidade local para uso durante as celebrações, com o propósito de restaurá-la, deixando-a o mais “original” possível ao momento em que ela havia sido construída. Dessa forma, os materiais, utilizados, bem como a cor da casa foi alterada. A casa era caiada anualmente pela comunidade, adquirindo uma cor branca, que foi alterada pela cor de argila, sem a caiação. Assim também, a comunidade havia construído um anexo a casa que servia como a cozinha para os dias de festejos que foi derrubado porque segundo a equipe que realizou a reforma, ela não pertencia ao modelo original da casa. A casa passou a chamar Centro Cultural Gertrudes Afra da Costa, e cada cômodo da casa voltou a ser utilizado para exposição de objetos recolhidos nas gestões passadas (figura 31).

No momento em que realizava as entrevistas a campo, entre 2013 e 2014 a comunidade reivindicava à prefeitura que casa voltasse a ser caiada. O então coordenador de turismo me solicitou se era possível encomendar um estudo à UNICAMP para analisar a história da casa, supondo ser possível, pelo discurso oficial, comprovar se a casa era originalmente caiada ou não. Tal ação demonstra novamente que gestão pública municipal dava mais valor à uma história passada, e não atual. Que a história de apropriação de uso da Casa Grande por moradores locais não fazia parte da história da casa.

Ainda, as reformas realizadas sem o consentimento nem a participação dos moradores do bairro dos cruzeiros, por quem a casa era mantida, fez com que os moradores deixassem de executar as ações da casa, e também que a casa permanecesse sem manutenção. As dificuldades de manutenção da casa pelo poder público e mudanças de gestão (2013-2016), acarretaram uma rápida depreciação do imóvel, fazendo com que nesse período ela permanecesse fechada.

Por outro lado, durante a entrevista de um dos coordenadores da pasta de Turismo de Ribeirão Grande, em sua breve passagem pelo cargo na gestão municipal de (2013-2016), cita como referência cultural local:

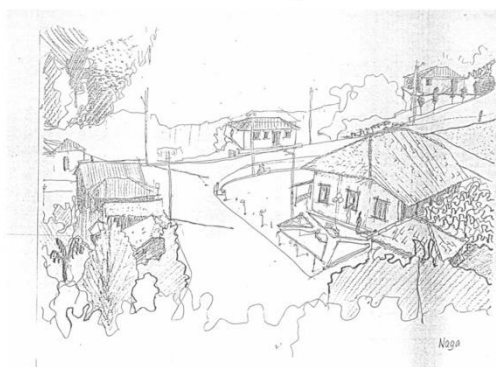
“... os multirões, chamado aqui de puxirão. Antigamente se um estivesse se apertando, fazia um grupo e ia lá e ajudava [...] “Vamos ajudar lá e depois você vem ajudar o meu”. Isso é uma coisa que [se] perdeu. Poderia fazer um resgate. Por exemplo, antigamente as casas de barro. A Casa Grande mesmo. Antigamente as casas eram de taipa. Então ia todo o pessoalzão lá, amassar barro, arrancar cipó. Hoje é proibido. Perdeu essa identidade de um ajudar o outro” (Entrevista Coordenador de Turismo de Ribeirão Grande gestão (2013-2016, realizada em agosto de 2014.)

1900

Doação da Casa Grande para a Igreja do Belenzinho – Bairro dos Cruzes, propriedade da Cúria Diocesana de Itapeva

1989

Primeiro Estudo realizado na Casa Grande por alunos de arquitetura da FAU/USP



1996

Estudo realizado pelo Arqueólogo José Luís de Moraes

1780

Construção da Casa Grande, propriedade particular da Fam. Dos Cruzes

1983

Entrada do Pedido de Tombamento no CONDEPHAAT pela Prefeitura de Capão Bonito



1993

Emancipação do município de Ribeirão Grande

1995

Estudo do Potencial Turístico da Casa Grande (Asfora, 1995)





Figura 31 Linha do tempo da Casa Grande

Nessa entrevista, pode-se perceber primeiramente uma retração das motivações associadas à prática imaterial do puxirão, impulsionadas pela mudança de todo um modo de vida rural em transformação, mas nesse caso em especial causada por regulações ambientais que condicionam a extração de recursos naturais, e também a uma intervenção do próprio poder público municipal de Ribeirão Grande que assumiu a gestão da Casa Grande.

Apesar da Casa Grande atualmente encontrar-se em uma situação de bastante risco e precariedade, em novembro de 2016, o CONDEPHAAT retomou o pedido de tombamento da casa, demonstrando interesse quanto a aceitação do tombamento, enquanto que os moradores do bairro se posicionaram frente à gestão municipal (2017-2020) solicitando que a casa volte a pertencer à comunidade.

A Casa Grande é um sítio arqueológico registrado no IPHAN, em vias de tombamento pelo CONDEPHAAT e também considerado como uma referência cultural para a população local conformando um patrimônio híbrido, na interação entre diferentes categorias a ele associadas.

Conta-se que foi no mesmo bairro da Casa Grande, o Bairro dos Cruzes, entre as famílias Silvério e Ferreira, há aproximadamente 150 anos atrás, foi criado o Rojão, prato típico da culinária de Ribeirão Grande (Figura 32). A receita era um prato produzido no Natal ou Páscoa, e passou a ser consumido também em festas juninas de Santo Antonio, São João e São Pedro, associando mais uma vez o patrimônio local à alimentação e à religiosidade.

Essa iguaria é feita à base de carne suína socada em um pilão com outros ingredientes e depois amarrada a uma haste de madeira ou taboa com o formato sugestivo de um cilindro de fogos de artifício, utilizados nestas festas, fez com que o nome se popularizasse (OLIVATI, 2008).



Figura 32 Foto da reunião da família Ferreira assando um Rojão em braseiro no chão (1969).

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Antepassados_familia_Ferreira.jpg

O proprietário do atual açogue do Balaio, descendente da família Ferreira, conta que a receita surgiu com seu bisavô e foi transferida de geração em geração até chegar a ele. Foi ele também quem registrou a marca “Rojão - O Sabor é um Estouro!!!” no INPI em 1997 (Figura 33), e o responsável por dar início à venda comercial do produto através do seu açogue. Desde então, começou a ofertar o produto em festividades em todo o Estado de São Paulo, como quermesses e rodeios, feiras entre outros (SOUZA, 2012).



Figura 33 Propaganda comercial da marca “Rojão o sabor é um estouro”.
Fonte: Divulgação (2014).

O Rojão foi elencando como um dos elementos de grande potencial de atratividade turística do município, e como o primeiro elemento a ser registrado como patrimônio imaterial de Ribeirão Grande segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS) do Município de Ribeirão Grande elaborado por alunos do curso de Turismo da USP em 2012 (GAGLIARDI, 2012). Não apenas o rojão, se não a gastronomia associada à prática de reuniões e sociabilidade foi um dos elementos apontados como referência cultural local.

“Em Ribeirão as pessoas se encontram muito, talvez porque não tenha o que fazer, a cidadezinha é pequena, a grosso modo. Então tem muito encontro nas casas, nas famílias, então a principal a atividade é comer, arroz com galinha, outro dia arroz com frango, outro dia é suan com arroz, outro dia é curral de milho, se é época do milho, os encontros são em volta do milho e seus derivados. Se não está na época do milho, se está verão, o prato vai se, então logico, a questão climática acompanha, ne, não dá para comer um curral de milho aos 40° C., mas assim a gente vê que os encontros, em Ribeirão Grande, são muito regados de comida, de alimentação.

Qualquer casa que você passa, você encontra bolinho de frango com muita naturalidade, a gente encontra pão caseiro com muita facilidade. É uma cidade que ainda podia trabalhar mais esse lado da gastronomia, você tem ainda muita particularidade da região, tudo bem que é uma característica da região, os produtos, mas é como se cada município tivesse ali seu diferencial, você vê o que Ribeirão faz, aquele ensopado de ovo, a Jacuva.” (entrevista com coordenadora do curso de Turismo Receptivo da ETEC – Capão Bonito, em setembro de 2014).

Tais narrativas evidenciam quanto a população local, mesmo residindo em áreas urbanas, valoriza essas tradições, o modo de vida rural, simples, da comunhão com os irmãos, das festas, dos puxirões, da fé. A comida é uma via integração social e de identificação. E é cozinhando e comendo que se contam e se recontam as lendas, os causos.

Na prática do encontro nas casas são servidos arroz com galinha, com frango, suan com arroz. Durante a semana santa, pode-se sentir o cheiro dos biscoitos assados na folha de bananeira pelas ruas de Ribeirão Grande.

A gastronomia regional, marcada pela presença forte de pratos utilizando como base o milho verde (já utilizado pelos indígenas) e a farinha de milho feita coletivamente nos monjolos (FRANCA, 2007), e carne suína, fruto principalmente da chegada desses animais trazidos pelos tropeiros.

Na época da colheita do milho, serve-se cural de milho e muitíssimos outros pratos cuja feitura reúne familiares e vizinhos. Da vida na roça surge o virado de frango com melancia, que combina um prato seco, fácil de transportar até as áreas de plantios, com a melancia que já estava no campo e que fornecia a água para abrandar a secura do prato. A lista de receitas é grande: a paçoca de carne feita no pilão, o encapotado, um bolinho frito de farinha de milho, o ensopado de ovo ou jacuva, a cabeça de porco “moqueada” e a quirela de milho com costelinha de porco.

Dessa forma, a culinária ao redor do milho, se apresentou como um dos importantes referencias listadas pelos entrevistados. Em especial a festa tradicional do milho de Ribeirão Grande foi utilizada como referência local por alguns motivos. A festa teve início com um grupo de voluntários, congregados da igreja católica, que criaram a festa para terminar a construção da Igreja da Paróquia do Bom Jesus de Ribeirão Grande. O grupo se dividia em vários encarregados, e o encarregado do milho movia um grupo para o plantio do milho que seria utilizado para a feitura dos pratos.

O grupo encarregado da produção de milho, buscava áreas concedidas para o plantio que eram sediadas voluntariamente e sem custos, uma vez que o plantio era voltado a beneficiar a construção da igreja. Também levantavam as sementes do milho “próprio para a pamonha”, o crioulo, que eles conseguiam de outros fiéis, lá dos bairros, e formavam mutirões que realizavam faziam o plantio do milho.

Segundo a antiga coordenadora do curso de Turismo Receptivo da ETEC de Capão Bonito e moradora de Ribeirão Grande, os antigos, conhecedores de tantos pratos elaborados com milho na região conseguem reconhecer os distintos sabores desses pratos

gerados por variedades de milhos diferentes. Dessa forma, a tradição do plantio do milho crioulo, para confecção dos pratos da culinária local gerava um sabor diferente ao milho usado atualmente.

“É, que era uma outra qualidade de milho, uma outra qualidade de pamonha, porque tinha outro sabor, e que hoje isso não acontece, acho que ocorre há 8, 10 anos a festa e isso hoje não acontece. Eles têm uma dificuldade maior em encontrar o milho, porque eles precisam encontrar o milho de acordo com aquela qualidade.... eu sempre achei que isso fazia parte da festa, é uma pena que essa parte dessa cerimônia tenha sido deixada para trás, porque acho que começava ali, quando eles plantavam né, então todo o período de preparação vinha junto com a organização da festa e aí depois findava na festa... Então, a gente vê que um dia você come um com gosto de milho, outro de outro sabor, o bolo também, o curral um dia está mais claro outro mais escuro. Isso eu associo a essa perda da plantação do milho, utilizado inclusive aquelas sementes que eram doadas por agricultores e feis, enfim... Eu acredito muito que as festas tradicionais precisam se manter mais tradicional possível para elas terem um diferencial”. (entrevista com coordenadora do curso de Turismo Receptivo da ETEC – Capão Bonito, em setembro de 2014).

O próprio milho crioulo, portanto, citado em entrevistas foi elencado como referência cultural, e mapeado como o milho verde usado na confecção dos pratos da gastronomia local. As variedades de milho crioulo encontradas são chamadas desde do milho “estecão” (por sua haste longa ser comparada a uma grande estaca), e o milho “paia roxa”, usado para alimentação animal e para confecção de artesanatos. Sua importância também foi mencionada pois tem deixado de ser produzido localmente, em troca de variedades de milho transgênico ou híbrido. As áreas agrícolas em Ribeirão Grande ainda ofertam pouca disponibilidade para o plantio devido ao relevo, e também a substituição de culturais anuais por monoculturas florestais de eucalipto e pinus.

Outra referência associada a cultura do milho são as celebrações ao redor do plantio e colheita desse grão. A dança do fandango de tamanco marca um período em que o manejo das plantações (roças) de milho, feijão e algodão era feito de maneira compartilhada, em sistema de mutirão ou “puxirão” como é conhecido. A dança do Fandango de Tamancos, é a versão do fandango dançada apenas por homens, cujas modas relatam aspectos da vida rural, com possibilidades para improvisos (CAUHY; MACEDO, 2014a). É apresentada por alguns grupos nos municípios de Capão Bonito e Ribeirão Grande, como o Fandango de Tamanco Cuitelo e o grupo da melhor idade de Ribeirão Grande.

Segundo entrevistas com participantes do Grupo Melhor Idade de Ribeirão Grande:

“... juntava um mutirão para carpir roça, vinte e cinco, trinta pessoas. A turma ia, ganhava o dia e ganhava o fandango a noite. Começava as oito da noite e ia até as oito da manhã. Ia a noite inteira”.

“Nóis fazia puxirão a limpar uma lavoura, a noite fazia o fandango... Era puxirão, em carnaval, em casamento, convidado para bater outros puxirão particular, varreio de casa [...] Em Olímpia foram 43 anos celebrando o fandango”. (entrevista com fandanguheiros do grupo de Fandango de Tamancos do programa Melhor Idade do Fundo Social de Ribeirão Grande, 2014).

Outros lugares de importância local ainda foram citados por atores entrevistados, como as ruínas de um forno de cal antigo localizado no centro de Ribeirão Grande, e que marca um período histórico mais recente do território, e os lugares de memória referentes à revolução constitucionalista de 1932, entre tricheiras e casas abandonadas, além do próprio Rio das Almas como local de combate.

“Tem um forno de cal ali né, onde o pessoal queimava a cal né, aí esse proprietário vendeu e acabou e ficou esse patrimônio lá, só que a família vendeu lá e o cara fez um supermercado lá e o forno ficou nos fundos, tipo assim, tudo montado lá, uma fornalha, uma coisa antiga, montada em pedra e tal. Aquilo é um patrimônio que não deveria ser negociado, deveria deixar como histórico no município... (entrevista com proprietário da estância Andrade, MV realizada em setembro de 2014)”

Muitas das relações estabelecidas entre atores locais são traduzidas pela religiosidade que os acompanha no seu modo de vida diário. Dessa forma, manifestações referentes ao patrimônio imaterial como os mutirões de colaboração mútua, as festas, e alimentação estiveram descritas nas falas dos atores entrevistados quase sempre associadas às práticas religiosas dos mesmos.

“como nós somos uma região que passou muito tempo, vamos dizer assim, ao largo de todo processo de desenvolvimento que aconteceu em São Paulo e no Brasil de maneira geral, aqueles costumes que eram, vamos dizer assim, usuais, notórios, tradicionais, ficaram. Então muito se tem ainda dessas missas, desses divinos, dessas representações normalmente religiosas e com destaque pro deslocamento delas, né. Então normalmente você tem um confinamento das ações religiosas. Na nossa região, as ações religiosas ultrapassam as paredes da Igreja. Então elas vão pra fora, né. E isso é uma coisa muito legal também. De repente você tá passando, e passa um grupo de violeiros seguindo um divino, ou você tem um grupo de 100, 200 cavalos seguindo uma imagem que tá em deslocamento de um canto pro outro com um monte de peregrino de quebra. Então, isso também é inimaginável e não passível de mensuração quando você fala em atrativo, quando você fala de herança, vamos dizer, né, da religião. É outra característica que também é nossa (Entrevista com proprietário de um Hotel em Ribeirão Grande, setembro de 2014)”

A religiosidade presente na população marca práticas de comunhão e fé bastante arraigadas no modo de vida local. As celebrações religiosas como a Dança de São Gonçalo (CAUHY; MACEDO, 2014b), presentes desde os círculos tropeiros, quase sempre em pagamento de promessa, expressam uma forma especial a devoção ao santo ainda festejada frequentemente em Ribeirão Grande.

Encontramos, portanto, um território onde os moradores locais manifestam seu modo de vida atual revivendo ou revisitando práticas antigas e tradições. O modo de vida rural, marcado desde o início pelo sistema de plantio de produtos agrícolas anuais como feijão e milho, sobre o sistema de puxirão, ajuda mútua, onde grupos de trabalhadores se juntavam para colaborar desde plantio até a colheita das roças. Também marcam a colaboração na manutenção das casas de taipa, cujo exemplo ainda se manteve na Casa Grande, em Ribeirão Grande.

Também a comida típica do local, muitas vezes fruto dos próprios plantios propícios ao local, cuja base é bastante frequente o uso do milho, em diferentes pratos, cuja tradição tropeira se une as práticas cotidianas e se fusionam em pratos locais.

As danças marcam a celebração dos períodos agrícolas, após as colheitas realizadas, marcadas pelas danças do fandango de tamancos, e pelo pagamento de promessas cumpridas, como a dança de São Gonçalo.

7.1 O turismo na porção norte da bacia do Rio das Almas

As relações com o território não se limitam ao local de habitação dos atores entrevistados, mas também aos caminhos, às suas trajetórias, aos percursos trilhados por habitantes dentro da bacia do Rio das Almas, que vivenciam memórias, ou ainda adquirem novos significados locais. Dessa forma, alguns caminhos em direção às zonas rurais localizadas no sertão de Ribeirão Grande, são utilizados como roteiros de cavalgadas de cunho religioso, ou ainda para o aproveitamento turístico, que promovem integração no território. Somente nas entrevistas realizadas, listou-se cinco roteiros diferentes listados no quadro 2. Alguns desses roteiros estão demonstrados nos mapas do ilustrados nas figuras 35 e 35).

Um dos coordenadores da pasta de Turismo do município de Ribeirão Grande na gestão de 2013-2016, afirmou que a religião é um dos pontos importantes quanto à valorização do patrimônio local. Para ele, essa expressão se dá principalmente nos movimentos de romarias, caminhadas e calvagadas, em percursos. É uma tradição peregrinar de Ribeirão Grande até Iguape, não apenas por causa da fé, senão pelo próprio movimento de “sair, desestrassar, ficar uma semana fora de casa. Dá uma revitalizada!”. Citou também o roteiro até a Capela do Alto, construída em Guapiara, município vizinho a Ribeirão Grande.

Nome da Cavalcada / Caminhada	Data do evento	Objetivo	Ponto de início	Trajetos	Ponto Final
Cruz do Negro	20/nov	Religioso / Ecológico	Centro Poliesportivo de RG	Bairro dos Cruzes, Estrada de Intervalos, 12km até Anacleto, sentido Barro Branco, Almoço na Estância Andrade, Trilha da Naia (até a caverna), Cruz do Negro, Oração, Bairro Boituva, Lagoa	Centro Poliesportivo de RG
Capela do alto / N. S. da Ajuda	16/set	Religioso / Ecológico	Praça em frente à Paróquia de RG	Estrada do Banco (intervalos), estrada do Ouro Fino (capela), Fazenda Ouro Fino, Santuário N. S. da Ajuda, bairro Capela do Alto, Guapiara	Capela do Alto, Guapiara
Nossa senhora da Conceição	08/dez	Religioso	Bairro Barrero Cabral	Capela Freguesia Velha (celebração), transporte da Santa em charrete até Centro Poliesportivo de RG, Capão Bonito, praça central, Matriz da N. S. da Conceição, receber a bênção dos cavaleiros	Matriz CB
Romaria a Iguape (Caminho de São Tomé)	06/ago	Religioso	Praça em frente à Paróquia de RG	Saída de Ribeirão sentido Capão Bonito, parada no bairro do taquaral (pouso). Serra da Macaca, Abaitinga (pouso), Sete Barras, Registro (pouso). Juquiá (pouso). Rio Ribeira (20km), pista, Bairro ponte torta (pouso) Iguape - catedral, parada final.	Catedral de Iguape
Cavalcada aniversário da prefeitura	03/mai	Comemoração	Centro Poliesportivo de RG	Bairro Lagoa, Bairro Barrero Cabral, Travessia para o Bairro Brandinos, Estrada para Intervalos, Bairro Maciel, Centro, Escola Oscar Kurtz	Escola Oscar Kurtz

Quadro 2: Cavalgadas realizadas anualmente em Ribeirão Grande - SP

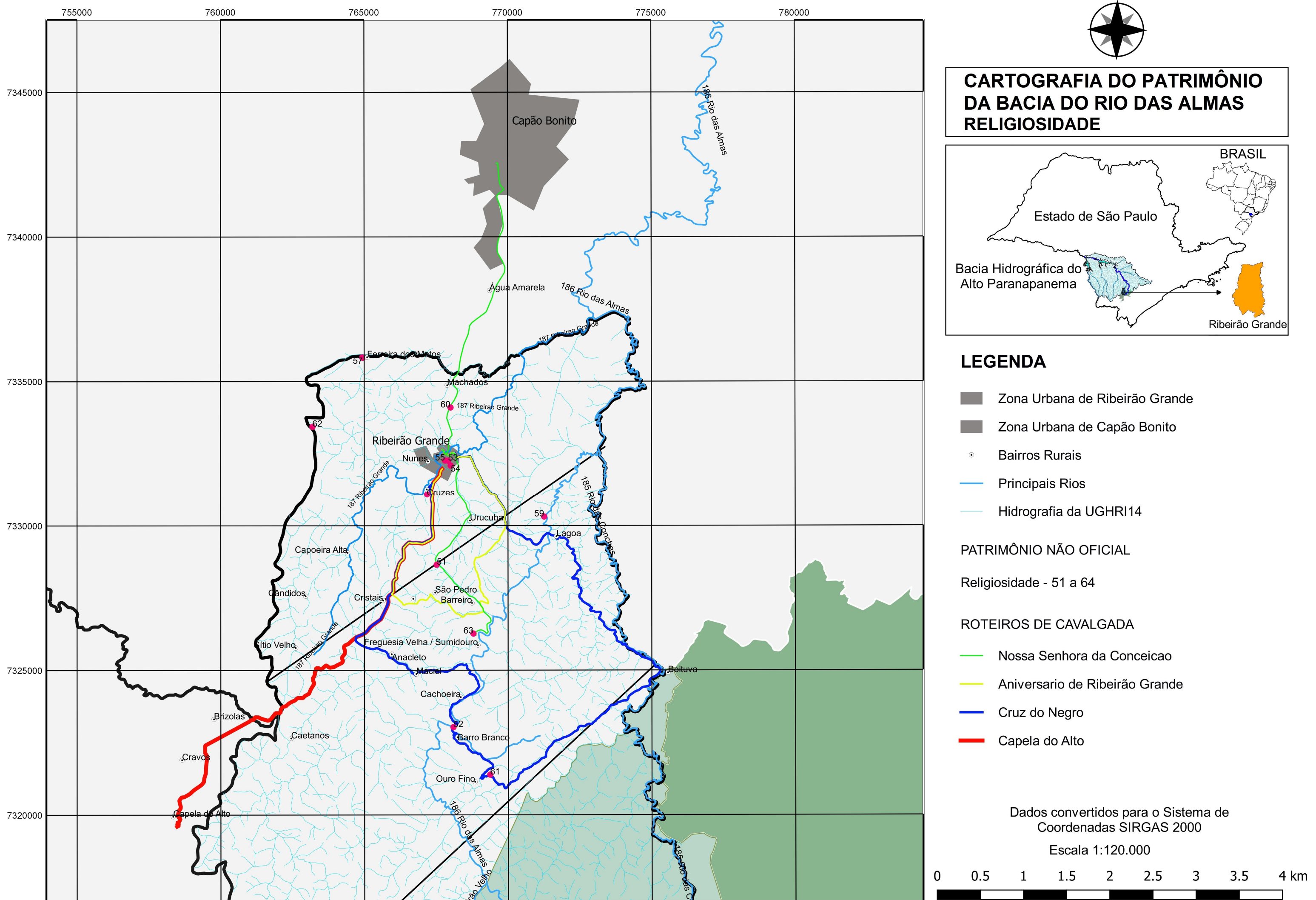


Figura 34 Cartografia do patrimônio da Bacia do Rio das Almas -

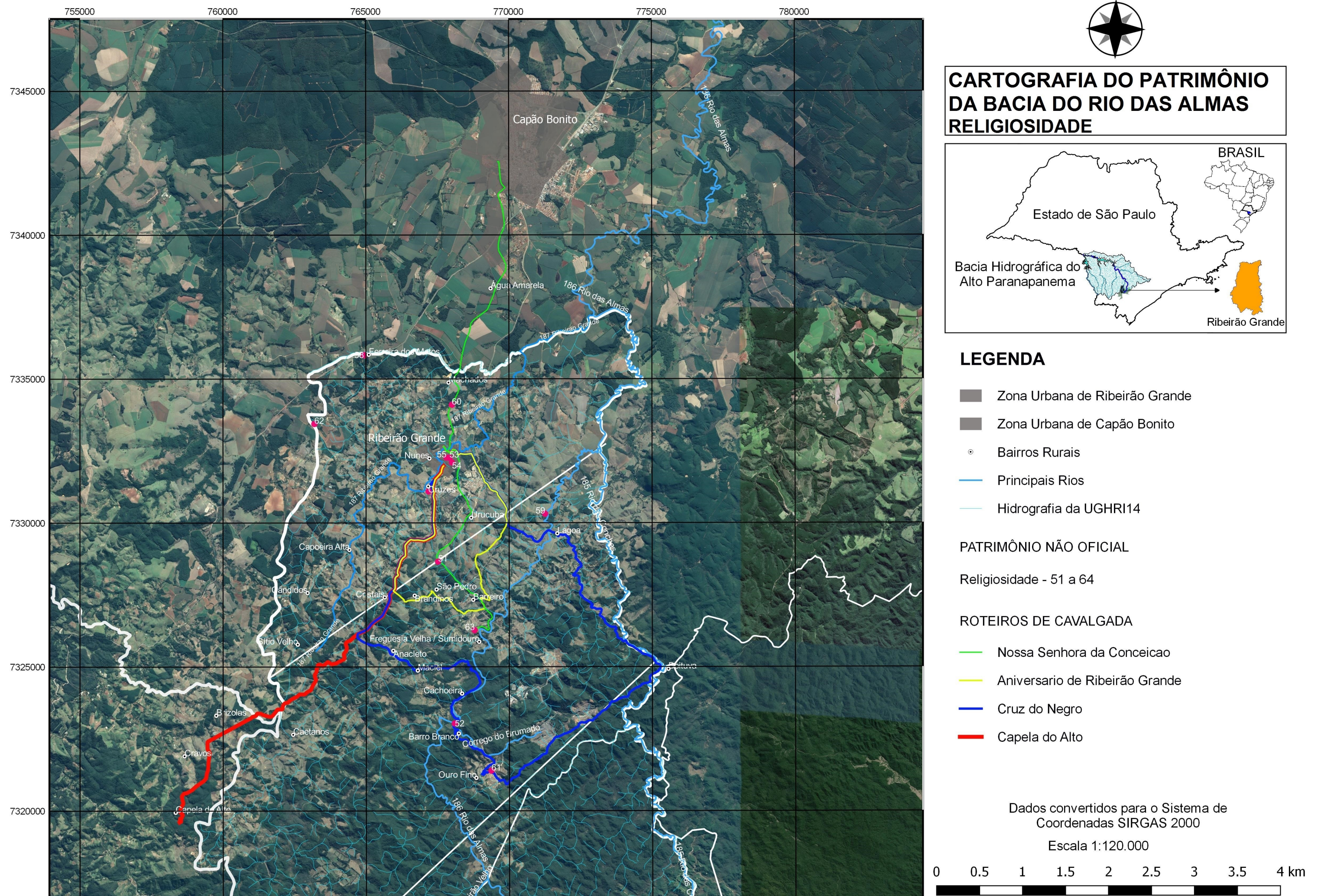


Figura 35 Cartografia do patrimônio da Bacia do Rio das Almas - Religiosidade (Imagem de Satélite)

O antigo secretário de Turismo do município de Capão Bonito na gestão (2005-2008) (Município vizinho a Ribeirão Grande) descreve o patrimônio, como um possível elemento integrador de territórios, utilizando como exemplo um projeto que elaborou para criação do roteiro turístico do “Caminho de São Tomé”, roteiro de peregrinação religiosa, com início em Ribeirão Grande, passando por Capão Bonito, São Miguel Arcanjo com destino a Iguape, baseado nas narrativas da população local, onde ossos de um gigante foram encontrados na caverna do Sumidouro em Ribeirão Grande. Para o então secretário, esses ossos poderiam ser de São Tomé e esse roteiro traçaria, portanto, um caminho trilhado por São Tomé, também relacionado essa rota com os antigos caminhos de índios, chamados de Peabirú. Segundo descreve:

“Dependendo da visão que você tem, uma história pode ser um patrimônio né? Pode ser uma história de vida pro município, pode ser uma história transformadora de um município. Mesmo que ela seja que ela seja estória com “e”, uma estória”. Essa estória que eu falo para você do São Tomé, eu classifico ela como história, mas eu não tenho como comprovar, como é que eu vou comprovar que um apóstolo de Cristo teve aqui? ...Mas ela pode ser um agente transformador de uma cidade, de uma região. Ela pode ser um elo agregador de um consórcio novo de duas regiões econômicas do Estado de São Paulo, embora sejam contínuas, as duas, elas nunca se comunicaram” (entrevista realizada com coordenador de Turismo de Capão Bonito na gestão municipal em 2006).

Tais manifestações fusionam ações: um roteiro a cavalos saindo de Ribeirão a Iguape, mescla peregrinação, história tropeira, culinária, religiosidade. A gastronomia mescla religiosidade, tropeirismos, agricultura, cultura, mercado.

Quanto aos turistas que são atraídos pelo Parque Estadual Intervales, que chegam de fora da região que passam por Ribeirão Grande, pode-se perceber ainda que o roteiro traçado dentro da cidade de Ribeirão Grande para chegar até o Parque Estadual Intervales, não passa pelas referências culturais locais, pelo patrimônio em ressonância com a comunidade local na zona urbana municipal, a começar cada Casa Grande.

Para exemplificar tal situação, existe um trecho do caminho com uma bifurcação que direciona ou para Parque Estadual Intervales, ou para a Casa Grande (Figura 36). A maioria dos turistas e pesquisadores segue rumo ao PE Intervales, muitas vezes sequer tomando ciência ou visualizando a informação contida na placa de sinalização.



Figura 36 Placa turística com indicações para o PEI e Casa Grande, Ribeirão Grande (2014)

Fonte: <http://www.mapillary.com/map/im/1y7f8IdL02IQrVRAsrJlbQ>

Por outro lado, a placa é um sinalizador turístico estanque. Outros sinalizadores mais dinâmicos estão contidos em aplicativos para dispositivos móveis. O Geocaching que é um aplicativo que atrai muitos turistas a uma caixa localizada dentro do PEI. Entretanto, um colaborador local do aplicativo, e funcionário do parque, incluiu novas localizações no município a fim de redirecionar os turistas a conhecerem outros locais de Ribeirão Grande, entre eles a Casa Grande. O Geocaching utiliza a Casa Grande como um atrativo ao caçador de tesouros descrevendo as técnicas de construção e também o uso da argila para sua confecção.

“[na] “Casa Grande” você verá um dos destaques mais interessantes da arquitetura colonial, que são as paredes feitas de vigas de madeira e argila, esta era uma forma típica de construção durante os séculos XVIII e XIX. As telhas do telhado também são feitas de argila, e isso porque a argila era um dos poucos materiais disponíveis e encontrado em todo lugar durante aquele tempo” (JRINTERVALES, 2016).

O autor utiliza essa página da internet para apresentar o que é a argila, como é formada a argila na natureza, relacionando o conhecimento tradicional da população em sua construção, com os recursos minerais existentes no território. Dessa forma, apesar existirem roteiros “oficiais” que orientam turistas sobre caminhos a se percorrer, passando por paisagens escolhidas do território, muitas vezes negando evidenciar referências locais do patrimônio, novas formas de relação entre atores, dispositivos móveis e turismo tem permitido que mais pessoa, principalmente de fora de Ribeirão Grande, possam acessar tais localidades e interatuar com conhecimento e a valorização de espaços locais.

7.2 Observações finais

O patrimônio na Zona Norte de Ribeirão Grande está intimamente relacionado à maneira com que os moradores locais manifestam seu modo de vida atual revivendo ou revisitando práticas antigas e tradições. Muitas dessas práticas como os mutirões comunitários, deixam de ser associados à produção agrícola ou à manutenção das casas de taipa, mas permanecem durante o preparo coletivo das festas e celebrações religiosas, ou danças, como o Fandango de Tamancos.

Tal é a importância desse modo de viver para a população local, que requerem a que a Casa Grande volte a ser gerenciada pela comunidade do Bairro dos Cruzes. Nesse caso, a Casa Grande configura-se como um patrimônio híbrido, uma vez que está em vias de ser tombada pelo CONDEPHAAT, a pedido de próprios atores locais.

Tais narrativas evidenciam quanto a população local, mesmo residindo em áreas urbanas, valoram e se referem ao modo de vida rural, que em muitas práticas demonstram formas de interação com o território, que muitas vezes são tratadas em políticas públicas locais como distantes e divergentes.

Quanto ao turismo, é possível perceber que existem iniciativas locais de integração do território com outras zonas de Ribeirão Grande, as cavalgadas que acessam a zona central da Bacia e o uso de aplicativos móveis para que integram lugares do território, muitas vezes desconexos.

8. CONCLUSÕES

A Bacia do Rio das Almas é um território que desde a década de 1980, agrega atores em redes formadas ao redor do patrimônio e turismo. Alguns dos elementos considerados patrimônio neste território foram oficializados por órgãos governamentais brasileiros e internacionais e referendados por cientistas.

Esse recorte descrito teoricamente pelo discurso autorizado do patrimônio (DAP), marca escolhas e práticas influenciadas por distinções ontológicas modernas que criam dicotomias entre “natureza-sociedade”, “erro-verdade” e “tradição-modernidade” e promovem separações discursivas e práticas tanto no âmbito das disciplinas acadêmicas, quanto na formulação e execução de políticas públicas. Tal separação imprime direitos e deveres sobre a materialidade e imaterialidade patrimonializada, distinguindo o patrimônio oficial do oficioso.

A teoria do ator-rede permitiu ampliar o conceito e análise do patrimônio como um ator híbrido, que agrega os discursos e práticas do patrimônio, tratados de formas dicotômicas (oficial e não oficial, natural e cultural, modernidade e tradição, passado e presente, etc.) para compor coletivos heterogêneo de seres humanos e não humanos em processos fluidos, múltiplos e dinâmicos.

A escolha dos elementos oficialmente reconhecidos por instituições patrimoniais nas diferentes esferas do poder público foi influenciada por políticas patrimoniais internacionais, nacionais e estaduais e leis ambientais, na interação local entre atores e território. O patrimônio nessa Bacia Hidrográfica se formou, portanto, na intersecção de atores presentes no território em circunstâncias múltiplas, mas singulares em suas próprias constituições.

Além da composição oficial, o território também interatua com atores humanos produzindo valores, afeições e significados locais, articulados em redes ao redor do patrimônio. Existem na esfera local, redes de atores que se mobilizam ao redor de suas referências culturais ampliando a rede de atores do patrimônio.

Nessa tese a ANT se mostrou como um aporte teórico que atendeu aos objetivos de analisar as interações de atores humanos e não humanos no território de forma híbrida, primando por observar a Bacia do Rio das Almas como um ambiente que agrega o patrimônio natural e cultural, oficial e não oficial, material e imaterial, humanos e não humanos em redes específicas de atuação, que nesse caso se projetou por meio de um mosaico de natureza-

cultura dividido em três áreas do território: zona sul, central e norte da bacia do Rio das Almas.

Foi possível propor essa divisão a partir da cartografia do patrimônio no território, com a espacialização da lista de elementos presentes dentro do discurso oficial do patrimônio assim como das referências culturais da população local em um plano cartográfico onde se observou sua relação com os aspectos hidrográficos, cobertura vegetal, principais rodovias pavimentadas e não pavimentadas, áreas das unidades de conservação.

Em seguida, as redes e associações que se formavam em torno de elementos considerados como patrimônio foram descritas por meio de uma cartografia social. O turismo também foi um aspecto analisado dentro de cada uma das divisões propostas uma vez que ele esteve muitas vezes associado a elementos do patrimônio mapeados.

A primeira rede mapeada, ao sul Bacia do Almas agrega a Mata Atlântica aos vestígios arqueológicos, unidades de conservação e as comunidades do entorno. As relações natureza-cultura são formadas por redes de atores específicos ao longo do tempo que imprimiram valores e interesses sobre esse território.

Primeiramente percebe-se que o gerenciamento das UCs desse território esteve associado ao discurso do patrimônio natural pela UNESCO, sendo que o posicionamento da Fundação Florestal desde 1990 primou por ações de cunho mais preservacionistas, priorizando ações em prol da Mata Atlântica e preterindo interações com moradores locais. Essa prática fica bastante evidente nas políticas relacionadas ao turismo no Parque Estadual Intervales, associada à promoção do ecoturismo nos parques da Mata Atlântica e ao status dos selos conferidos pela UNESCO. Tais ações marcam escolhas que vocacionam as unidades de conservação a um tipo de turismo específico, voltado a um público estrangeiros e dissociado da população local, de suas particularidades e manifestações culturais. Ainda, deixam menos evidente as relações que população local estabelecem com essa floresta, os desafios postos a essas interações, a criatividade e diversidade e de conhecimentos existentes sobre essa floresta, a história que acompanha essa floresta.

Foi possível ainda perceber que, apesar de existir um discurso no Plano de manejo do PEI sobre políticas de interação entre as Zonas Histórico-Cultural e Arqueológica da EE Xitué e do PEI, uso público e comunidade local, na prática não existiram iniciativas por parte da gestão do parque para executar tais propostas.

Por outro lado, houve momentos em que as posturas particulares dos gestores das Unidades de Conservação presentes nessa Bacia e funcionários do Parque Estadual Intervales primaram

por promover maior interação das UCs com a comunidade local. Evidenciar a realidade local e a ressonância dos atores locais com a unidade de conservação torna-se de extrema relevância para criar diferentes tipos de agregação entre o PEI e seu entorno.

Os elementos do patrimônio na área central da Bacia do Almas estão associados a presença da mineração de calcário, aos sítios arqueológicos associados às leis ambientais no cumprimento dos EIA/RIMA de mineração e a rede formada ao redor da capela da Cruz do Negro.

Quanto ao material arqueológico lítico e cerâmico, registrado como sítio arqueológico pré-colonial, apesar de tantos especialistas (arqueólogos) passarem pelo território, a comunidade local pouco ou nada soube de todos os estudos e informações colhidas sobre a presença desse material no território, de tal forma a relação da população local com o material arqueológico foi pouco ou nada evidenciado, valorizado ou trazido a população. Muitos os objetos encontrados ressoavam com a comunidade de diferentes maneiras, cuja troca entre comunidade e especialistas foi pouca, breve e esquecida.

Dentro dos sítios arqueológicos históricos, configurou-se uma rede ao redor dos encanados a partir do coletivo de atores interessados na apropriação desses sítios para uso turístico, e também do material lítico encontrado no território por arqueólogos e muitas vezes colecionado por atores locais.

A rede de atores formada ao redor da patrimonialização da Cruz do Negro e criação de um roteiro turístico evidenciam manifestações com relação à alteração das práticas e modos de vida sertanejo frente ao êxodo rural causado devido a presença da mineração, associados a interesses econômicos.

O roteiro dos encanados foi criado paralelamente ao roteiro da Cruz do Negro. Enquanto o roteiro da Cruz do Negro convida o visitante a conhecer a paisagem em transformação no território da zona central de Ribeirão Grande, o roteiro dos encanados associava esse elemento turístico a outras zonas rurais.

Na área norte da Bacia do Almas se concentra a maior densidade populacional do território, onde a população permanece convivendo com as referências culturais associadas ao patrimônio imaterial na gastronomia local, religiosidade e celebrações e lugares de memória. A alimentação também se configurou como fator de integração social entre as famílias locais, e como elemento aglutinador de mutirões de colaboração mútua nas festas religiosas. A vida religiosa também agrega práticas de deslocamentos e cavalgadas que permitem manter uma

relação mais próxima entre rural e urbano, ao modo de vida rural e manter as memórias em locais do território já desabitados.

Foi possível identificar que as interações entre o patrimônio natural e cultural são achatadas por ações democráticas vindas da população local em detrimento de posicionamentos dicotômicos de gestores e representantes das instituições oficiais do patrimônio. No caso apresentado tanto do Geocaching quanto do OSM são ferramentas de espacialização e localização de elementos no território, de forma democrática. O OSM e aplicativos derivados são portanto, atores-rede ligados ao turismo e patrimônio em Ribeirão Grande. Nesse sentido, tais mecanismos podem promover o turismo como criador de roteiros integradores de natureza e cultura, criando e sugerindo roteiros que evidenciam o patrimônio natural e cultural regional.

Também as cavalgadas demonstram propostas turísticas que partem da própria comunidade local, que elegem percursos e trajetórias pelo território em locais em ressonância com os atores locais. As redes vão se formando no território e se configurando como importantes locais de interações, patrimonialização e valorização local.

A Casa Grande demonstrou aglutinar de forma híbrida interesses da população local poder público local, arqueólogos e turismólogos.

Enquanto a Casa Grande passava anos aguardando uma avaliação do CONDEPHAAT, ela era vivida todos os dias pela comunidade como patrimônio. Enquanto o CONDEPHAAT negava um pedido de territorialização da Cruz do Negro, as articulações da rede local se mobilizavam para criar essa territorialidade por meio dos percursos, roteiros turísticos, e ações locais de aquisição de territórios para a construção da capela.

De acordo com as narrativas dos entrevistados, o patrimônio assume diferentes funções, dependendo da relação estabelecida no coletivo de atores envolvidos. Nessas narrativas, os elementos do patrimônio oficialmente reconhecido pelos órgãos estatais se mesclam os com os outros elementos citados como patrimônio pela população local. No entremeado das histórias de suas próprias vidas, apareceram elementos listados como patrimônio que se mesclaram entre aqueles oficializados e não oficializados.

As escolhas dos elementos citados como patrimônio revelam como, para cada um dos atores, esse conceito é apropriado e utilizado para exercer uma função em uma rede, em um coletivo de atores, e opera de forma ativa por um certo período no tempo.

O patrimônio da Bacia do Rio das Almas agrega os elementos reconhecidos como patrimônio no território por atores locais, integra o patrimônio natural e cultural, valoriza o

conhecimento local, e evidencia a necessidade de colaboração para elaboração de políticas para o território, uma vez que a falta de participação social na elaboração de políticas locais envolvendo questões patrimoniais sejam ambientais, turísticas ou agrícolas, favorecem a dicotomias estabelecidas por discursos autorizados.

A pesquisa me abriu um leque de possibilidades e projetos futuros.

Uma vez que a metodologia utilizada se configurou como ferramenta para reconhecimento de gestão do patrimônio no território, criam-se possibilidades para construção de plataformas digitais de interação entre o conhecimento local e oficial. Tais projetos envolvem a disponibilização para população local de forma pedagógica todos os estudos que são realizados no território.

Outro passo proposto é o estudo aprofundado a começar do mapeamento específico da gastronomia local como fator de integração social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A TRIBUNA SUDOESTE PAULISTA. 1a. Cavalcada Ecológica no Roteiro da Cruz do Negro em Ribeirão Grande. **A Tribuna Sudoeste Paulista**, p. 11, 13 dez. 2013.

AB'SABER, A. N. O tombamento da Serra do Mar. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 21, p. 6–19, 1986.

AB'SABER, A. N. Mesa redonda: patrimônio natural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 22, p. 217–232, 1987.

ABAÇAI CULTURA E ARTE. **Revelando São Paulo**. Disponível em: <<http://www.abacai.org.br/revelando.php>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

AFFONSO, R. B. A. **Descentralização, desenvolvimento local e crise da federação no Brasil** Santiago do Chile, 2000. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/31396/S0003168_pt.pdf?sequence=1>

AHMAD, Y. The Scope and Definitions of Heritage: From Tangible to Intangible. **International Journal of Heritage Studies**, v. 12, n. 3, p. 292–300, 15 mar. 2006.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro - RJ: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE, R.; SALLES-FILHO, S. **Determinantes das reformas institucionais, novos modelos organizacionais e as responsabilidades do SNPA: caracterização e avaliação das OEPAs**. Campinas: [s.n.].

ALFONSO, L. P. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2012.

ALMEIDA, A. W. B.; FARIAS JUNIOR, E. DE A. **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: Centro de Estudos Superiores do Tropicó Uímido - CESTU/UEA, 2013.

ANA. **Agência Nacional de Águas: HidroWeb Sistema de Informações Hidrológicas** Brasília. DF, 2001. Disponível em: <<http://hidroweb.ana.gov.br/HidroWeb.asp?TocItem=4100>>

APTA. **Polo Sudoeste Paulista: cidades atendidas**. Disponível em: <<http://www.aptaregional.sp.gov.br/polos-regionais/apta-regional-sudoeste-paulista-capao-bonito.html#cidades-atendidas>>. Acesso em: 15 set. 2015.

ARAOZ, G. Conservation Philosophy and its Development: Changing Understandings of Authenticity and Significance. **Heritage & Society**, v. 6, n. 2, p. 144–154, 2013.

ARAÚJO, S. A. C. **Conhecer para preservar: arqueologia e inclusão social na bacia do Paranapanema Superior**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2011.

ASFORA, W. C. **Casa Grande: um projeto de revitalização e aproveitamento turístico-**

recreativo, Ribeirão Grande - SP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

BANTIM, N. R.; FRATUCCI, A. C. **Programa de Regionalização do Turismo: reflexões a partir do processo no Circuito das Águas Paulista.** Anais ANPTUR 2016. Anais...2016

BAPTISTA, F. O. **Agriculturas e territórios.** Oeiras: Celta, 2001.

BARBOSA, G. D. R. **Tecnologias em combate: tradução e controvérsias na produção de laranja no Estado de São Paulo.** [s.l.] UNICAMP, 2012.

BARNES, T.; DUNCAN, J. (EDS.). **Writing Worlds: discourse, text and metaphor in the representation of landscape.** Londres: Routledge, 1992.

BENCKE, A. et al. **Áreas importantes para a conservação das aves no Brasil – Parte I – Estados do domínio da Mata Atlântica**São PauloSAVE Brasil, , 2006.

BERDOULAY, V.; ENTRIKIN, J. N. Lieu et sujet - perspectives théoriques. In: BRUNET, R. (Ed.). **Géographie universelle.** Paris, France: Diffusion Belin, 1998. p. 111–121.

BEY, H. **TAZ: Zonas autônomas temporárias.** Brooklyn: Createspace, 2001.

BLASCO, J. et al. Sistematización del proyecto cartografiando patrimonios. Cartografía social en Laguna de Rocha. In: BERRUTI, L.; CABO, M.; DABEZIES, M. J. (Eds.). **Apuntes para la acción III: Sistematización de experiencias de extensión universitaria.** Montevideo: Extensión Libros, 2014. p. 116.

BOEGE SCHMIDT, E. **El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México.** México: Instituto Nacional de Antropología e Historia: Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas, 2008.

BORGES, J. L. **Atlas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOURDIEU, P. **O senso prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRAGA, A. C. R.; FUTEMMA, C.; CASTRO, F. DE. Políticas ambientais para Unidades de Conservação no Estado de São Paulo. In: CASTRO, F. DE; FUTEMMA, C. (Eds.). **Governança Ambiental no Brasil: entre o socioambientalismo e a economia verde.** Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 207–235.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**Brasil, 1937.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei N° 9985/2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**Brasil, 2000a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>

BRASIL. **Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000**Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, , 2000b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**Brasil, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Território da Cidadania Sudoeste Paulista.** Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/file-storage/view/Sudoeste_Paulista_-_SP.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa de corredores ecológicos - conceitos.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/programas-e-projetos/projeto-corredores-ecologicos/conceitos>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lei Nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**Dou 02/09/1981Brasília, Brasil, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA: Licenciamento ambiental - Normas e procedimentos**Brasil, 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/>>

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Coletivos Jovens de Meio Ambiente: manual orientador**Brasília, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do turismo: Diretrizes**Documento Oficial. Brasília. DF: [s.n.].

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo Brasileiro.** Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 16 maio. 2017.

BREGLIA, L. C. **Monumental Ambivalence: The politics of heritage.** Austin: University of Texas Press, 2006.

BRUSADIN, L. B. **Avaliação do programa nacional de municipalização do turismo: diferentes visões.** Anais ANPTUR 2005. **Anais...ANPTUR,** 2005Disponível em: <www.anptur.org.br/novo_portal/anais_anptur/anais_2005/Artigo_10.pdf>

CALDARELLI, S. B. Pesquisas arqueológicas no interior do Estado de São Paulo, São Paulo. **Revista de Pr-e-História**, v. 2, p. 85–91, 1980.

CALDARELLI, S. B. A preservação do patrimônio cultural em planejamento ambiental 1. p. 258–265, 1991.

CALDARELLI, S. B. O Estudo Integrado de Bacias Hidrográficas (EIBH): um novo caminho para orientar estudos relativos ao patrimônio arqueológico. In: LIMA FILHO, M. F.; BEZERRA, M. (Eds.). . **Os Caminhos do Patrimônio no Brasil.** Goiânia: Alternativa, 2006. p. 127–152.

CALDARELLI, S. B. Participação da arqueologia na criação de Unidades de Conservação no Brasil como medida compensatória aos impactos sobre o patrimônio arqueológico. **Impact Assessment and Project Appraisal (Print)**, v. 1, p. 181–188, 2010.

CALDARELLI, S. B. **O Patrimônio Arqueológico na Avaliação Ambiental Integrada de Bacias Hidrográficas**. 2ª. Conferência da REDE de Língua Portuguesa de Avaliação de Impactos. **Anais...**São Paulo: Associação Brasileira de Avaliação de Impacto, 2012Disponível em:

<http://www.scientiaconsultoria.com.br/site2009/pdf/artigos/SBCaldarelli_Patrimonio.pdf>

CAMILLIS, P. K. DE; BUSSULAR, C. Z.; ANTONELLO, C. S. **A agência dos não-humanos a partir da teoria ator-rede: contribuições para as pesquisas em administração**. Florianópolis: UFSC, 2010.

CAMPBELL, T. **The Quiet Revolution: decentralization and the rise of political participation in latin american cities**. Pittsburg: Pitt Latin American, 2003.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11a. ed. Rio de Janeiro - RJ: Ouro sobre azul, 2010.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação, São Paulo**, v. 29, n. 2, p. 65–78, 2006.

CARNEIRO, J. M. A. **Primeiro Livro Tombo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Paranapanema**Capão Bonito, 1850.

CARVALHO, C. G. **Dicionário Jurídico do Ambiente**. São Paulo: Letras e Letras, 1991.

CARVALHO, A. V. DE. **Entre ilhas e correntes: A criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil**. [s.l.] Universidade Estadual de Campinas, 2009.

CARVALHO, A. V. DE; SOUZA, L. C. DE. Podem as panelas falar? O processo de institucionalização do ^[OBJ]patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico ^[OBJ]Artístico Nacional (IPHAN). **Dialogos (Maringa)**, v. 18, p. 1183–1211, 2015.

CARVALHO, L. M. DE; SCHEINER, T. C. **Construindo o “discurso” do patrimônio: das organizações internacionais e intitutos nacionais a uma relação profunda entre o homem e o patrimônio - O caso de Marolo, em Paraguaçu, Minas Gerais**. II Seminario de Investigación en Museología de los países de lengua portuguesa y española. **Anais...**Buenos Aires: ICOM, 2010

CARVALHO, S. M. DE. A importância da superação do paradigma produtivista pelos sistemas estaduais de pesquisa. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 13, n. 1, p. 21–42, 1996.

CARVALHO FRANCO, F. DE A. **Bandeiras e bandeirantes de São Paulo**. Série 5 Vo ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

CATI. **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA)**. Campinas: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/>>.

CAUHY, P.; MACEDO, T. **Fandango de Tamanco**. Disponível em: <http://abacai.org.br/patrimonio_imaterial/fandango-de-tamanco/>. Acesso em: 30 maio. 2017a.

CAUHY, P.; MACEDO, T. **Dança de São Gonçalo**. Disponível em: <http://abacai.org.br/patrimonio_imaterial/danca-de-sao-goncalo/>. Acesso em: 30 maio. 2017b.

CAUQUELIN, A. **A invenção da paisagem**. [s.l.] Martins Editora, 2007.

CBE, C. B. DE E. **Relatório de impacto ambiental ampliação da Mina SP1-SP4**. Ribeirão Grande: [s.n.].

CBH-ALPA. **Apresentação-Comitê da Bacia Hidrográfica Rio Paranapanema**, 2015.

CCRG. **Companhia de Cimento Ribeirão Grande ampliação da Mina Limeira: Estudo de Impacto Ambiental- EIA**. São Paulo: [s.n.].

CCRG. **Companhia de Cimento Ribeirão Grande ampliação da Mina Limeira: Relatório de Impacto Ambiental - RIMA**. São Paulo: [s.n.].

CHAGAS, M. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em Questão**, v. 13, n. 2, p. 207–224, 2007.

COLLINS, H. M.; YEARLEY, S. Epistemological chicken. In: PICKERING, A. (Ed.). **Science as practice and culture**. Chicago - EUA: University of Chicago Press, 1992. p. 301–326.

CONDEPHAAT. **Diretrizes para formulação de uma política de atuação do Condephaat**. São Paulo: [s.n.].

CONDERSUL. **Consórcio de desenvolvimento das regiões sul e sudoeste do estado de São Paulo: cidades do CONDERSUL**. Disponível em: <<http://www.condersul.org/pag.php?pag=cidades>>. Acesso em: 15 set. 2015.

CORRÊA, A. F. SABER PATRIMONIAL E A ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT: princípios metodológicos de uma análise crítica e política dos conceitos. **REVISTA PÓS CIÊNCIAS SOCIAIS - SÃO LUÍS**, v. 3, n. 5, p. 9–22, 2006.

CPISP. **Comissão Pró-Índio de São Paulo. Comunidades quilombolas no estado de São Paulo. Mapa das comunidades**. Disponível em: <<http://www.cpis.org.br/comunidades/img/mapas/mapa.html>>. Acesso em: 15 set. 2015a.

CPISP. **Comissão Pró-Índio de São Paulo. Terras indígenas em São Paulo**. Disponível em: <<http://www.cpis.org.br/indios/html/uf.aspx?ID=SP>>. Acesso em: 15 set. 2015b.

CREED, G. W. **The seductions of community: Emancipations, Oppressions, Quandaries**. (School fo ed. [s.l.] School for Advanced Research Press, 2006.

CRIADO-BOADO, F.; BARREIRO, D. El patrimonio era otra cosa. **Estudios Atacameños**, n. 45, p. 5–18, 2013.

CRIADO-BOADO, F.; BARREIRO, D. M.; VARELA-POUSA, R. **Laboratory of Ideas: re-constructing scenographiesCSIC/INCIPT**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10261/104686>>.

CRUZ (ORG.), C. B. **Roteiro turístico dos Encanados** (C. B. Cruz, Ed.). Capão Bonito: Instituto de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (IDEAS), 2011.

DE DELPHIM, C. F.; MOURA. O patrimônio natural no Brasil. **IPHAN**, p. 18, 2004.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

DONAIRE, J. A. **Turismo Cultural: entre la experiencia y el ritual**. Bellcaire d'Empordà, ES: Edicions Vitel.la, 2012.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade: a hora decisiva**. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.

DUARTE-PAES, M. T. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; SANSELO, D. G.; BURSZTYN, I. (Eds.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro - RJ: UFRJ, 2010. p. 508.

ESCOBAR, H. Secretário nomeia amigo ruralista para Câmara de Compensação Ambiental de SP. **O Estado de S. Paulo**, p. 1, 6 out. 2016.

ESCOBAR, H. SMA nomeia esposa de vereador e político local para gerir unidades de conservação no Vale do Ribeira. **O Estado de S. Paulo**, p. 1, 30 mar. 2017.

EUCLYDES, A. C. P.; MAGALHÃES, S. R. A. A Área de Proteção Ambiental (APA) e o ICMS Ecológico em Minas Gerais : algumas reflexões. **Geografias Belo Horizonte**, v. 2, n. 2, p. 39–55, 2006.

FARIAS, J. L. D. S.; FERNANDES, F. E. P.; FERNANDES, C. S. **A inovação social como instrumento para a mudança paradigmática no desenvolvimento rural sustentável no Semiárido nordestino, Brasil**. CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL. **Anais...**Ciudad de México: Asociación Latinoamericana De Sociología Rura, 2014Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1008085/a-inovacao-social-como-instrumento-para-a-mudanca-paradigmatica-no-desenvolvimento-rural-sustentavel-no-semiarido-nordestino-brasil>>

FARINACI, J. S. **AS NOVAS MATAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: UM ESTUDO MULTIESCALAR SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA TRANSIÇÃO FLORESTAL**. [s.l.] UNICAMP, 2012.

FERIA, J. M. (EDITOR). **Territorial heritage and development**. Londres: Taylor & Francis Group, 2012.

FERIA TORIBIO, J. M. Patrimonio territorial y desarrollo sostenible: un estudio comparativo en Iberoamérica y España. **Estudios Geográficos**, v. 71, n. 268, p. 129–159, 20 set. 2010.

FERNANDES, F. L. O programa de regionalização do turismo e sua aplicação no circuito turístico caminhos gerais. **Revista Gestão & Conhecimento**, v. Edição esp, n. 8o. Congresso Brasileiro de Sistemas, p. 16, 2012.

FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em

torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, 2004.

FERREIRA, L. DA C.; FERREIRA, L. DA C.; JOLY, C. A. **Uma dentre várias interdisciplinaridades: a proposta do doutorado em ambiente & sociedade na UNICAMP**. Campinas: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.researchgate.net/publication/228902784>>.

FIGUEIREDO, V. G. B. O Patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? **Paisagem e Ambiente**, v. Ensaios, n. 32, p. 83–118, 2013.

FLORÊNCIO, S. R. R. et al. **Educação Patrimonial, Inventários Participativos - Manual de Aplicação**. Brasília. DF: IPHAN, 2016.

FONSECA, M. C. L. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, n. 2, p. 111–120, 2001.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo - trajetória da política federal de preservação no Brasil**. [s.l.: s.n.].

FONTES, S. Votorantim Cimentos suspende produção em fábrica no interior paulista. **Valor Econômico**, 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro - RJ: Graal, 1979.

FRANCA, D. T. **A história do uso da água no Brasil. Do descobrimento ao século XX: versão preliminar**. Brasília: Editora Athalaia, 2007.

FREGUESIA VELHA. A Paisagem da Mineração no Alto Paranapanema. **Blog Freguesia Velha**, 24 mar. 2012.

FRICH, B. A.; ORTIZ, B. **Semiotica, educacion y gestion ambiental**. Puebla, Mexico: [s.n.].

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Parque Estadual Intervales**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/parque-intervales/>>

FUNDAÇÃO SEADE. **Estado de São Paulo e suas regionalizações**. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/divpolitica/>>. Acesso em: 15 set. 2015a.

FUNDAÇÃO SEADE. **Informações dos municípios paulistas: Ribeirão Grande**. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>>.

FUTEMMA, C. et al. Áreas protegidas e o entorno: populações e patrimônios. In: FERREIRA, L. DA C. et al. (Eds.). **Clima de tensão: ação humana, biodiversidade e mudanças climáticas**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2017. p. 401–428.

GAGLIARDI, C. (ED.). **Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS): Município de Ribeirão Grande**. São Paulo: ECA-USP, 2012.

GALANTE, M. L. V.; BESERRA, M. M. L.; MENEZES, E. O. **Roteiro metodológico de planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica**. Brasília:

IBAMA, 2002. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/roteiroparna.pdf>>.

GEOCHACHING. **Geocaching: Ribeirão Grande**. Disponível em: <https://www.geocaching.com/geocache/GC4DC6J_ribeirao-grande>. Acesso em: 25 maio. 2017.

GIRARDI, G.; LEITE, F. Assembleia aprova projeto que “privatiza” 25 parques de SP. **O Estado de S. Paulo**, p. 1, 7 jun. 2016.

GLOBO.COM. Familiares reclamam de abandono de cemitério em Ribeirão Grande, SP. **G1 Itapetininga e Região**, 9 fev. 2012.

GONÇALVES, A. R. et al. Os embates entre o discurso de desenvolvimento e a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Comciência**, p. 1–7, nov. 2017.

GONÇALVES, J. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiae, Rio Grande**, v. 3, n. 3, p. 27–46, 2012.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, n. 23, p. 15–36, 2005.

GONÇALVES, J. S. Organizações Estaduais de Pesquisa como projeto nacional: pesquisa local para competitividade global do agronegócio brasileiro. **Informações Econômicas**, v. 32, n. 1, p. 79–99, 2002.

GONÇALVES, J. S. **Programa de Inovações Tecnológicas para a Competitividade dos Agronegócios Paulistas: AGRINOVA São Paulo 2004-2007**. São Paulo: [s.n.].

GONÇALVES, S. No sertão, uma estrada aberta a golpes de enxadão. **O Expresso**, p. 8, 9 jul. 1994.

GONZÁLEZ, P. A.; FERNÁNDEZ, J. F. Rural Development and Heritage Commons Management in Asturias (Spain): The Ecomuseum of Santo Adriano. **Journal of Settlements and Spatial Planning**, v. Special Is, n. 2, p. 245–253, 2013.

GREIMAS, A. J.; COURTES, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 1–15, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro - RJ: DP&A, 2005.

HARRISON, R. Heritage as social action. In: **Understanding Heritage in Practice**. Manchester: Manchester University Press, 2010. p. 240–276.

HARRISON, R. Heritage and globalization. In: WATERTON, E.; WATSON, S. (Eds.). **The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research**. Nova York: Palgrave MacMillan, 2015. p. 297–312.

HARRISSON, R.; HARRISON, R. **HERITAGE: Critical Approaches**. London and New York: Routledge, 2013.

HARTOG, F. Tempo e patrimônio. **VARIA HISTORIA**, v. 22, n. 36, p. 261–273, 2006.

HARVEY, D. The condition of postmodernity. In: BLACKWELL (Ed.). **Spaces of Capital**. New York: Routledge, 2001.

IBGE. **Regiões turísticas**.

IBRAM. **Década del patrimonio museológico 2012-2022**. Disponível em: <<http://decpatrimoniomuseologico.ibermuseum.org/ibereventos/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ICOM. **Summary report of meetings held at UNESCO House, on 18 and 19 July, 1947**. Paris: UNESCO, 1947.

ICOM. **Movimiento Internacional para una nueva Museología: Declaratoria de Oaxtepec**, 1984. Disponível em: <http://www.minom-icom.net/_old/signud/DOC/PDF/198403404.pdf>

ICOMOS. **The Nara Document on Authenticity Knowledge Creation Diffusion Utilization**. Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/events/documents/event-833-3.pdf>>.

ICON, N. A. R. et al. Quantity Does Not Always Mean Quality: The Importance of Qualitative Social Science in Conservation Research. **Society & Natural Resources**, v. 05 Jul, p. 1–7, 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA /SGPA, IPHAN** São Paulo IPHAN, , 2014. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>>. Acesso em: 20 ago. 2012

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): manual de aplicação**. [s.l: s.n.].

IPHAN. **Lista dos bens culturais inscritos nos livros do tombo (1938-2012)** Brasília, 2013.

IPHAN. **Patrimônio Arqueológico Todos**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12944&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

IPHAN. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218%0A>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

ISAAC, A. **Vivas Memórias: histórias, personagens, crônicas. (vol1)**. Itapetininga: Editora Correio de Itapetininga, 2009.

JRINTERVALES. **Minas do Paranapanema**. Disponível em: <<http://minasdoparanapanema.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

JRINTERVALES. **“Casa Grande” - A clay house of the XVIII century**. Disponível em: <https://www.geocaching.com/geocache/GC6JP0M_casa-grande-a-clay-house-of-the-xviii-century?guid=a32ab71e-fb91-466a-b214-9ee09c07f12c>. Acesso em: 3 maio. 2017.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379–408, 2004.

KANNI, F. N. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Ribeirão Grande – SP: princípios, diretrizes, estratégias e programas**. São Paulo: SENAC, 1997.

KASEKER, D. P. **Museu, território, desenvolvimento: diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP)**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2014.

KASTRUP, V. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: CASTRO, R. L.; BESSET, V. L. (Eds.). **Pesquisa-Intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008. p. 465–489.

KEILBACH, N. M. Apuntes para una ruralidad reflexiva. **El Cotidiano**, v. 23, n. 147, p. 35–42, 2008.

KLINE, S.; ROSENBERG, N. An Overview of Innovation. In: LANDAU, R.; ROSENBERG, N. (Eds.). **The Positive Sum Strategy**. Washington, DC: National Academy of Press, 1986.

KNECHT, T. Ouro no Estado de São Paulo, São Paulo. **Boletim do Instituto Geográfico e Geológico, São Paulo**, n. 26, 1938.

LABRADOR, A. M. **Shared Heritage: An Anthropological Theory And Methodology For Assessing, Enhancing, And Communicating A Future oriented Social Ethic Of Heritage Protection**. [s.l.] University of Massachusetts Amherst, 2013.

LAGE, C. M. F.; GODOY, C. H.; SANTOS, R. DOS D. Patrimônio Mundial: Desafios e Dilemas. In: **Olhar Multidisciplinar sobre a Efetividade da Proteção do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 533.

LATOUR, B. On Technical Mediation - Philosophy, Sociology, Genealogy. **Common Knowledge**, v. 3, n. 2, p. 29–64, 1994.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012a.

LATOUR, B. **Reagregando o social**. Salvador: EDUFBA, 2012b.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 3a. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

LAUSCHE, B. **Guidelines for Protected Areas Legislation**. Gland, Switzerland e Bonn, Germany: IUCN, WCPA, 2011.

LAW, J. Actor Network Theory and Material Semiotics. In: TURNER, B. S. (Ed.). . **The New Blackwell Companion to Social Theory**. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2009. p. 141–158.

LAW, J.; RUPPERT, E.; SAVAGE, M. The Double Social Life of Methods. **CRESC Working Paper Series**, v. WP 95, 2011.

LOW, S. Anthropological-Ethnographic Methods for the Assessment of Cultural Values in Heritage Conservation. **Assessing the Values of Cultural Heritage**, p. 31–50, 2002.

LOWENTHAL, D. Values and Heritage Conservation. **Values and Heritage Conservation**, v. 60, n. 2, p. 32–38, 2000.

LUNDVALL, B. A. Innovation as an interactive process: from user-producer interaction to the national system of innovation. In: DOSI ET AL. (Ed.). . **Technical change and economic theory**. London: Frances Pinter, 1988.

MACHADO, N. G. et al. AÇÃO DIFUSORA: O PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL REGIONAL POR MEIO DO “ ARQUEÓLOGO POR UM DIA ”. **Rev. Arqueologia Pública**, v. 11, n. 1, p. 87–105, 2017.

MARINI, M. A.; GARCIA, F. I. Bird conservation in Brazil. **Conservation Biology**, v. 19, p. 665–671, 2005.

MARQUES, V. **CPRM: Zoneamento Ecológico Econômico**. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=37#>>.

MARTINELLI, R. S.; GERIBELLO, F. K. **Histórico dos cadastros de cavernas no Brasil e a situação no estado de São Paulo**. (M. A. RASTEIRO, W. SALLUN FILHO, Eds.)Anais do 33º Congresso Brasileiro de Espeleologia. **Anais...**Campinas: Congresso Brasileiro de Espeleologia, 33, 2015

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naiff, 2003.

MAZONI, M. M. Inovação Social e Agricultura. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 12, n. 2, p. 43–56, 2016.

MENESES, U. B. DE. Identidade cultural e arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, p. 33–36, 1984.

MERENCIO, F. T. **A imaterialidade do material, a agência dos objetos ou as coisas vivas: a inserção de elementos inanimados na teoria social**Cadernos do LEPAARQ. Curitiba: UFPR, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/2204>>.

MESKELL, L. et al. Multilateralism and UNESCO world heritage: decision-making, states parties and political processes. **International Journal of Heritage**, v. 21, n. 5, p. 37–41, 2015.

MESKELL, L. Gridlock: UNESCO , global conflict and failed ambitions. **World Archaeology**, v. 47, n. 2, p. 37–41, 2015.

METZGER, J. P. O que é ecologia de paisagens. **Biota Neotropica**, v. 1, p. 1–9, 2001.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1994.

MORAIS, J. L. DE. **Perspectivas geoambientais da arqueologia do Paranapanema Paulista**. Erechim: Habilis, 2011.

MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, n. 6772, p. 853–8, 24 fev. 2000.

NASCIMENTO, F. B. DO; SCIFONI, S. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC**, v. mai/out, n. 10, p. 29–48, 2010.

NITSCH, M. Riscos do planejamento regional na Amazônia brasileira: observações relativas à lógica complexa do zoneamento. In: **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Goeldi, 1994. p. 501–512.

NORA, P.; KHOURY (TRAD.), Y. A. Entre história e memória, a problemática dos lugares. **Projeto História, São Paulo**, v. 10, n. dez, p. 7–28, 1993.

O EXPRESSO. Morador quer preservação de local histórico. **Jornal O Expresso**, p. A/7, 4 set. 2010.

OLIVATI, A. E. D. **Capão Bonito: veredas da fé**. Sorocaba: Editora Cidade, 2001.

OLIVATI, A. E. D. **Capão Bonito: 150 anos - uma historia construída pelo seu povo**. São Paulo: Nova America, 2006.

OLIVATI, A. E. D. **Conto, canto e encanto com a minha história**. Capão Bonito -SP.: Editora Noovha América, 2008.

OLIVEIRA, T. Capela Cruz do Negro, séculos de história e devoção. **Freguesia Velha: ecologia, cultura e cidadania**, p. 3, 2013.

ONU. **Agenda 21** United Nations Conference on Environment & Development. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>>.

PARDI, M. L. F. **Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação**. Goiania: Universidade Católica de Goiás, 2002.

PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, R. C. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 85–102, 2010.

PEDROSA, A.; BARBOSA, T.; PEDROSA, ANTÔNIO; BARBOSA, T. **O ecomuseu como elemento estratégico para o desenvolvimento local-regional e agente definidor de geoestratégias de sustentabilidade dos territórios**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012

PELEGRINI, S.; FUNARI, P. P.; RAMBELLI, G. **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. [s.l.] Annablume, Fapesp, NEPAM, 2009.

PENNA DE CASTRO, C. **Conexões e controvérsias no INCRA de Marambá: O Estado**

como um ator heterogêneo. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

PETRONE, M. T. S. **O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.

PFEILSTETTER, R. El territorio como sistema social autopoietico. Pensando em alternativas teóricas al “espacio administrativo” y a la “comunidad local”. **Periféria**, n. 14, 2011.

PHILLIPS, A. Turning ideas on their head: the new paradigm for protected areas. **The George Wright Forum**, v. 20, n. 2, 2003.

POSSAS, M. L.; SALLES-FILHO, S.; SILVEIRA, J. M. An evolutionary approach to technological innovation in agriculture: some preliminary remarks. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 11, n. 1/3, p. 9–31, 1994.

PUAR, J. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**, v. 8, n. 2, p. 343–370, 2013.

QUEIROS, G. et al. **Organização social no manejo da água da Capoeira Alta (Ribeirão Grande – SP): Análise dos conflitos socioambientais decorrentes do desequilíbrio entre a oferta e demanda de recursos hídricos**. IV Seminário Latinoamericano da Geografia Física. **Anais...** Maringá, PR: 2006

RBMA. **A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: texto síntese**. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_1_textosintese.asp>.

RBMA-IA; RBMA. **Proposta técnica para a criação do Parque Estadual Nascentes do Paranapanema**. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/programas/programa_mosaicos_corredores_ecologicos_5.asp>. Acesso em: 18 jan. 2015.

RGM. **Região georreferenciada em Mapas: sobre o projeto**. Disponível em: <<http://www.projetoigm.com.br/sobre>>. Acesso em: 15 set. 2015.

RIBEIRÃO GRANDE. **Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do município de Ribeirão Grande e dá outras providências**Brasil, 2007.

RIBEIRÃO GRANDE. **Dispõe sobre a preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Natural e Artístico do Município de Ribeirão Grande, bem como, cria o seu respectivo Conselho**Brasil, 2012.

RIMISP. **El valor del patrimonio cultural: territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamericanas**. Estudios d ed. Lima, Perú: [s.n.].

RIMISP. **30 años RIMISP**Santiago do ChileRIMISP, , 2016. Disponível em: <http://rimisp.org/wp-content/files_mf/145193749930ans_espanol.pdf>

RIO, C. T. **Análise do modelo de gestão da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA)**. [s.l.] Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2009.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. . Diversidade cultural entre os grupos ceramistas do sul-sudeste brasileiro: o caso do vale do Ribeira de Iguape. In: TENÓRIO, M. C. (Ed.). . **Pré-História da**

Terra Brasilis. Rio de Janeiro: -, 1999.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. **São Paulo, terra de fronteiras: a ocupação de grupos ceramistas pré-coloniais.** Anais da IX Reunião Científica da SAB. **Anais...** Rio de Janeiro - RJ: 1997

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Regional pottery making groups in Southern Brazil. **Antiquity**, v. 72, n. 277, p. 616–624, 1998.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. **Diagnóstico Arqueológico - Mina de Calcário SP-01 e SP-04.** Ribeirão Grande: [s.n.].

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em arqueologia pública ligadas ao roteiro de ampliação da mina calcária Limeira. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 1, n. 1, p. 63–120, 2006.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. **Programa de Prospeção e Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural: projeto de ampliação da Mina Limeira. Relatório Final.** Cotia:SP: [s.n.].

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. **Programa de diagnóstico do patrimônio arqueológico, histórico e cultural do Parque Estadual Intervales** Cotia, 2008.

ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 56–63, 2011.

SABAH WALID, J. P. R. et al. **Editorial: I Congreso internacional sobre educación y socialización del patrimonio en el medio rural (SOPA 2013).** Monográfico n.9 Educación y socialización del patrimonio en el medio rural. **Anais...** Extremadura, Espanha: Consejería de Educación y Cultura del Gobierno de Extremadura, 2014 Disponível em: <<http://iesgtballester.juntaextremadura.net/web/profesores/tejuelo/vinculos/espanol/rmonografico9.htm>>

SACCO, M.; NAGAAKI, Y. **Levantamento inicial da Casa Grande do Bairro Ribeirão dos Cruzes.** [s.l.] USP, 1989.

SAINT-HILAIRE, A. DE. **Viagem à Província de São Paulo. Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai.** SÃO PAULO: LIVRARIA MARTINS, 1940.

SALLUN, A. E.; SALLUN FILHO, W. Zoneamento do Parque Estadual Intervales. **Geociências**, v. 28, n. 1, p. 910–107, 2009.

SALLUN FILHO, W. et al. O carste no plano de manejo do Parque Estadual Intervales e zona de amortecimento, Estado de São Paulo, Brasil. **Rem: Revista Escola de Minas**, v. 63, n. 3, p. 441–448, 2010.

SANTAELLA, L.; CARDOSO, T. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. **Matrizes**, p. 167–185, 2015.

SANTOS, B. D. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **estudos AVANÇADOS**, v. 2, n. 2, p. 46–71, 1988.

SANTOS, B. D. S. **INTRODUÇÃO A UMA CIÊNCIA PÓS-MODERNA**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, M. **A Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, L. G. DOS. Rumo a uma nova terra. **Revista Ecopolítica**, v. 1, n. 5, p. 38–49, 2013.

SÃO PAULO. **DECRETO N. 10.251, DE 30 DE AGOSTO DE 1977. Cria o Parque Estadual da Serra do Mar e dá providências correlatas**, 1977. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1977/decreto-10251-30.08.1977.html>>

SÃO PAULO. **DECRETO N. 22.717, DE 21 DE SETEMBRO DE 1984. Declara Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar** BRASIL, 1984. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22717-21.09.1984.html>>

SÃO PAULO. **DECRETO N. 26.890, DE 12 DE MARÇO DE 1987. Cria as Estações Ecológicas de Bananal, Bauru, Ibicatu, Itaberá, Itapeti, São Carlos, Valinhos e Xitué e dá providências correlatas** BRASIL, 1987.

SÃO PAULO. **DECRETO Nº 40.135, DE 08 DE JUNHO DE 1995. Cria o “Parque Estadual Intervales” e dá providências correlatas**. Brasil, 1995. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1995/dec_sp_40135_1995_uc_criaparqueestadualintervales_sp_altrd_dec_44293_1999.pdf>

SÃO PAULO. **Decreto n. 46.488 de 8 de janeiro de 2002: Reorganiza a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e dá providências correlatas** Brasil, 2002. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2002/decreto-46488-08.01.2002.html>>

SÃO PAULO. **Decreto nº 57.439, de 17 de outubro de 2011: Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural do Estado de São Paulo, cria o Programa Estadual do Patrimônio Imaterial e dá providências correlatas** Brasil, 2011. Disponível em: <[www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto_n.57.439, de 17.10.2011.htm](http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto_n.57.439_de_17.10.2011.htm)>

SÃO PAULO. **Proposta Técnica para criação do Parque Estadual Nascentes do Paranapanema PENAP** São Paulo Instituto Amigos da Reserva da Biosfera de Mata Atlântica - IA-RBMA, , 2012a. Disponível em: <www.rbma.org.br/penap/penap.pdf>

SÃO PAULO. **DECRETO Nº 58.148, DE 21 DE JUNHO DE 2012. Cria o Parque Estadual Nascentes do Paranapanema, institui o Mosaico de Unidades de Conservação do Paranapiacaba e dá providências correlatas** Brasil, 2012b.

SÃO PAULO. Referente a pedido de tombamento do sítio “Capela da Cruz do Negro”,

município de Ribeirão Grande. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, p. Caderno 1, Página 47, 10 abr. 2014.

SÃO PAULO. **Institui instrumento que declara “Lugar de Interesse Cultural” e dá outras providências** Brasil, 2015.

SÃO PAULO. **Estação Ecológica de Xitué integra Mosaico de Paranapiacaba**. Disponível em: <<http://www3.ambiente.sp.gov.br/2016/04/11/estacao-ecologica-de-xitue-integra-mosaico-de-paranapiacaba/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE CULTURA. **Área de tombamento da Serra do Mar pelo CONDEPHAAT**. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/Condephaat/BensTombados/Imagem/Base.jpg>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE CULTURA. **Bens tombados pelo Condephaat até fevereiro de 2013** São Paulo CONDEPHAAT, , 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/SEC/Condephaat/Bens>>. Acesso em: 15 out. 2013

SÃO PAULO. SECRETARIA DE CULTURA. **Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. CONDEPHAAT. Bem tombado: Serra do Mar e de Paranapiacaba**. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&Id=ffdaae29fc5ab010VgnVCM1000001c01a8c0>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS. **Consultas: Água** São Paulo Departamento de Águas e Energia Elétrica DAEE, , 2017. Disponível em: <http://www.dae.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=55>

SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Manejo do Parque Estadual Intervales: resumo executivo**. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: <<http://fflorestal.sp.gov.br/planos-de-manejo/planos-de-manejo-planos-concluidos/plano-de-manejo-pe-carlos-botelho/>>.

SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Plano de manejo do Parque Estadual Carlos Botelho** São Paulo, 2008b. Disponível em: <<http://fflorestal.sp.gov.br/planos-de-manejo/planos-de-manejo-planos-concluidos/plano-de-manejo-pe-carlos-botelho/>>

SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL INTERVALES: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL**. São Paulo: [s.n.].

SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Manejo do Parque Estadual Intervales: aldeia indígena guarani peguao-ty**. São Paulo: [s.n.].

SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Manejo do Parque Estadual Intervales: Interações Socioambientais**. São Paulo: [s.n.].

SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Plano de manejo espeleológico do Parque Estadual Intervales: resumo executivo**. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: <http://fflorestal.sp.gov.br/files/2012/01/PME_PEI_resumo_executivo.pdf>.

SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Projeto de desenvolvimento do ecoturismo na região da Mata Atlântica do Estado de São Paulo - Plano de marketing turístico responsável, volume I - relatório de diagnóstico**. São Paulo: [s.n.].

SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Área de Proteção Ambiental Serra do Mar**. Disponível em: <<http://www3.ambiente.sp.gov.br/apa-serra-do-mar/sobre-a-apa/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SARTI, A. C.; MUNDET I CERDAN, L. **Turismo e Arqueologia: múltiplos olhares**. Piracicaba, SP: Equilíbrio, 2009.

SAUER, C. The Morphology of Landscape. **University of California Publications in Geography**, v. 2, n. 2, p. 19–54, 1925.

SAYES, E. M. Actor-Network theory and methodology: just what does it mean to say that nonhumans have agency? **Social Studies of Science**, v. 44, n. 1, p. 134–149, 2014.

SCIFONI, S. **A construção do Patrimônio Natural**. 1. ed. São Paulo: FFLCH - USP, 2008.

SILBERMAN, N. A. **Remembrance of things past: collective memory, sensory perception, and the emergence of new interpretative paradigms**. (A. C. Mena, Ed.)II International Conference on Best Practices in World Heritage, People and Communities. **Anais...**Menorca, Espanha: 2015

SILVA-MÉNDES, G. **Caçadores-Coletores na Serra de Paranapiacaba durante a transição do Holoceno Médio para o Tardio**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, A. P. et al. Reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico. Estudos em Psicologia**, v. 1, p. 25–35, 2007.

SILVA JUNIOR, R. D. DA; FERREIRA, L. D. C.; LEWINSOHN, T. M. Entre hibridismos e polissemias: para uma análise sociológica das sustentabilidades. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 35–54, 2015.

SINGLETON, R. A. JR. STRAITS, B. C.; STRAITS, M. M. **Approaches to Social Research**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

SMA. **Audiências Públicas sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Vale do Ribeira**. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/audiencias-publicas-sobre-o-zoneamento-ecologico-economico-zee-do-vale-do-ribeira/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SMITH, L. **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006.

SMITH, L. Discourse of heritage: implications for archaeological community practice. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, p. 10, 2012a.

SMITH, L. Discourses of heritage: implications for archaeological community. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos [Online]**, n. Current issues, p. 10, 2012b.

SOARES, B. C. B. Entendendo o Ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia. **Revista Eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio**, v. 1, p. 2–24, 2006.

SOUZA, G. Receita do interior é atração na festa do Dia do Trabalho em SP. **Globo.com**, 1 maio 2012.

SOUZA, M. T. A. Argumentos em torno de um “velho” tema: a descentralização. **Dados**, v. 40, n. 3, 1997.

SOUZA, R. A. Lavras, cavas e garimpos: arqueologia da mineração no Brasil. **mneme – revista de humanidades**, v. 14, n. 32, p. 1–35, 2013.

SOUZA, M. DE; ELESBÃO, I. **A Introdução de uma Inovação Social entre Agricultores Familiares: O Turismo Rural em Dois Roteiros do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. VII CIER: Colóquio Ibérico de Estudos Rurais: Cultura, Inovação e Território. **Anais...Coimbra, Portugal: 2008**Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/30321>>

STUCCHI, D. **Laudo Antropológico: Comunidades negras do Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões**. São Paulo: [s.n.].

TABARELLI, M.; SILVA, J. M.; GASCON, C. Forest fragmentation, synergisms and the impoverishment of neotropical forests. **Biodiversity and Conservation**, v. 13, p. 1419–1425, 2004.

THOMAS, L.; MIDDLETON, J. **Guidelines for Management Planning of Protected Areas: Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 10**. Gland, Switzerland e Cambridge, UK: International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN); Cardiff University, 2003. v. 68

TOGNON, M. et al. **Documentação do patrimônio cultural rural paulista: paisagens, edificações e técnicas entre o georreferenciamento, o inventário e a representação**. Anais do SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO COM O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS. **Anais...Belém, PA.: 2012**

TOMAZELA, J. M. Capão Bonito acha pré-históricos. **Jornal O Estado de São Paulo**, p. 14 de junho de 1991, jun. 1991.

TORRENT, J. C. R.; QUINTANAR, H. S. Lecturas antropológicas para la ruralidad latinoamericana: diagnóstico del mundo rural. **Revista Digital eRural, Educación, cultura y desarrollo rural**, v. 1, n. 2, p. 1–9, 2004.

TUFFANI, M. **Secretário do Meio Ambiente de SP esvazia área de educação ambiental**. Disponível em: <<http://www.diretodaciencia.com/2017/03/20/secretario-do-meio-ambiente-de-sp-esvazia-area-de-educacao-ambiental/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**, 1972. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/Convencao_1972.htm>

UNESCO. **Convention for the safeguarding of the intangible cultural heritage**. Paris: [s.n.]. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540e.pdf>>.

UNESCO. **Cultural Landscape: History and Terminology**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/#1>>. Acesso em: 1 jun. 2013.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris: [s.n.].

UNESCO. **Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**. Paris: [s.n.].

UNESCO. **REPORT OF THE DECISIONS ADOPTED BY THE WORLD HERITAGE COMMITTEE AT ITS 34TH SESSION (BRASILIA, 2010)**World Heritage. [s.l.] UNESCO, 2010.

UNESCO. **World Heritage Convention. Atlantic Forest South-East Reserves**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/893/>>. Acesso em: 30 maio. 2011.

UNESCO. **World Heritage List**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

VARINE, H. DE. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VIANA, L. Q.; RHEINGANTZ, P. A. **O entendimento do (coletivo) lugar na atualidade**. 2º. Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído (SBQP 2011). **Anais...**Rio de Janeiro: IAU USP, 2011Disponível em: <www.iau.usp.br/ocs/index.php/sbqp2011/sbqp2011/paper/view/294>

WATERTON, E.; SMITH, L.; CAMPBELL, G. The utility of discourse analysis to heritage studies : The Burra Charter and social inclusion. **International Journal of Heritage Studies**, v. 12, n. 4, p. 339–355, 2006.

WONDERFUL COPENHAGUEN. **The end of tourism as we know it. Towards a new beginning of localhood**. Copenhagen: [s.n.]. Disponível em: <<http://localhood.wonderfulcopenhagen.dk/>>.

ZANETTINI, P. E.; CALIPPO, F. R.; CAMARGO, P. F. B. DE. **PROJETO PLANO DE MANEJO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA XITUÊ: Relatório final Patrimônio Cultural**. São Paulo: [s.n.].

ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro - RJ: Editora DP&A, 2006.

ZAOUAL, H. O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. **Oikos**, v. 9, n. 1, p. 13–39, 2010.

ZARATTINI, A. C.; IRVING, M. D. A. **A Ressignificação do Conceito de Patrimônio Natural na Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial (Unesco) no Brasil**. Método Dialético , Interdisciplinaridade e Educação Ambiental : VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012. **Anais...**Belém- PA: 2012

ZOCCHI, P. **Paranapanema: da nascente à foz**. São Paulo: Audichromo, 2002.

Anexos

ANEXO I: Categorias de Salvaguarda do Patrimônio pelo IPHAN			
Natureza do patrimônio	Classificação	Conceito	Marcos legais
Patrimônio Mundial (UNESCO)	Patrimônio Mundial Cultural e Natural	Patrimônio Cultural: monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Patrimônio Natural: áreas consideradas excepcionais do ponto de vista da diversidade biológica e da paisagem.	Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972.
	Paisagem Cultural	As paisagens culturais frequentemente refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras, tomando em consideração as características e os limites do ambiente natural em que são estabelecidas, bem como uma relação espiritual específica com a natureza. A proteção das paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de utilização sustentável das terras e para a manutenção dos valores naturais da paisagem. A existência continuada de formas tradicionais de utilização das terras mantém a diversidade biológica em muitas regiões do mundo. Daí que a proteção das paisagens culturais tradicionais seja útil para a manutenção da diversidade biológica	16ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial em 1992.
	Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade	Contempla os saberes, práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural	Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003

ANEXO I (continuação): Categorias de Salvaguarda do Patrimônio pelo IPHAN				
Natureza do patrimônio	Classificação	Conceito	Tipos de proteção / Salvaguarda	Leis que amparam a proteção
Material	Patrimônio Material	Conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas	Tombamento por meio dos Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas.	A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216; Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937
	Patrimônio Cultural Ferroviário	Bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA)	Valorização, Reconhecimento, Tombamento, guarda e manutenção	Lei No. 11.487/2007 Portaria IPHAN No. 407/2010
	Paisagem Cultural	Porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores	Chancela. Pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida	Portaria Iphan No. 127/2009
	Patrimônio Arqueológico	São considerados sítios arqueológicos os locais onde se encontram vestígios positivos de ocupação humana, os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", as grutas, lapas e abrigos sob rocha, além das inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimento, os sambaquis e outros vestígios de atividade humana	- Podem ser tombados - Todos os sítios arqueológicos têm proteção legal e quando são reconhecidos devem ser cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). - Acautelamento por meio do Plano Diretor Estratégico	- Decreto-Lei nº 25 de 1937; - Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. - Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009

ANEXO I (continuação): Categorias de Salvaguarda do Patrimônio pelo IPHAN				
Natureza do patrimônio	Classificação	Conceito	Tipos de proteção / Salvaguarda	Marcos legais
Imaterial	Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR)	Metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. A delimitação da área do Inventário ocorre em função das referências culturais presentes num determinado território. Essas áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, ou seja, podem corresponder a uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, a uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais.	Reconhecimento	A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216; Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000
	Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)	Instrumento oficial de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas faladas pelos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.	Reconhecimento	Decreto nº. 7.387, de 9 de dezembro de 2010
	Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial: Livros de Registro dos Saberes Celebrações, Formas de Expressão e Lugares	Práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)	Registro	A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216; Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000
	Conhecimento Tradicional Associado (CTA)	Informação ou prática, individual ou coletiva, de povo indígena ou comunidade tradicional, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético	Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético (SISGen)	Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 Lei nº 13.123, de 5 de maio de 2015

Anexo II: Patrimônio Territorial						
#	Oficial / não oficial	Classificação	Nome	Leste	Norte	Bairro
1	2	Água	Cachoeira do Macucu	766835	7321074	Bateias
2	2	Água	Cachoeira do Amendoim	775319	7323836	Boituva
3	2	Água	Bica	768645	7324900	Cachoeira
4	2	Água	Cachoeira de Conchas	772967	7330459	Conchas
5	2	Água	Rio das Conchas	772967	7330459	Conchas
6	2	Água	Cachoeira da Sereia	776780	7331069	Cruzes
7	2	Água	Cachoeira Ribeirão do Maciel	766167	7323828	Maciel
8	1	Água	Rio das Conchas	772967	7330459	Conchas
9	2	Alimentação	Doce de cana com amendoim, de batata doce, de abóbora, doce de mandioca	758986	7333768	Anacletos
10	2	Alimentação	Ruínas de um Monjolo	768446	7324035	Cachoeira
11	2	Alimentação	Alambique Vilico - Pinga "Cabocla"	765864	7325410	Capela do Alto
12	2	Alimentação	Artesanato voltado à culinária	767756	7332370	Centro
13	2	Alimentação	Festa do Milho Verde em Ribeirão Grande	767814	7332258	Centro
14	2	Alimentação	Paçoca de carne	767426	7332153	Centro
15	2	Alimentação	Arroz com suan	767704	7332165	Centro
16	2	Alimentação	Biscoito de erva doce com amendoim e biscoito de vento	767749	7332243	Centro
17	2	Alimentação	Cural de milho com frango, bolinho de milho frito	767173	7332367	Centro
18	2	Alimentação	Ensopado de ovo, a Jacuva	767791	7332271	Centro
19	2	Alimentação	Cabeça de porco ensopada / moqueada	767791	7332271	Centro
20	2	Alimentação	Quirela de milho com costelinha de porco	767733	7332165	Centro
21	2	Alimentação	Rojão (INPI-Marca, 1997)	767797	7332238	Centro
22	2	Alimentação	Arroz com frango e arroz com suan	767411	7332166	Nunes
23	2	Alimentação	Encapotado	767411	7332166	Nunes
24	2	Alimentação	Pamonha, bolo de milho, e devirados de milho no fogão a lenha	767791	7332271	Nunes
25	2	Alimentação	Alambique Providência	768685	7334023	Rodrigues

Anexo II (continuação): Patrimônio Territorial						
#	Of e n. of	Classificação	Nome	Leste	Norte	Bairro
40	1	Cavernas / Grutas	Gruta dos Horrores	762071	7314453	Limite PETAR/PEI
41	1	Cavernas / Grutas	Zé Bento2	762148	7316607	Bacia Córrego do Carioca
42	1	Cavernas / Grutas	Ouro Fino	768682	7320993	Limite PETAR/PEI
43	1	Cavernas / Grutas	Carioca1	763545	7317746	Bacia Córrego do Carioca
44	1	Cavernas / Grutas	Zé Bento1	762180	7316587	Limite PETAR/PEI
45	1	Cavernas / Grutas	Toca da Borracha III	757822	7308780	Bacia Dos Rios Capoava e Carmo
46	1	Cavernas / Grutas	Fenda Alma	769024	7321109	Limite PETAR/PEI
47	1	Cavernas / Grutas	Araçapiranga	762876	7315406	Limite PETAR/PEI
48	1	Cavernas / Grutas	Xarol (ressurgência)	770029	7320998	Bacia Rio Das Almas
49	1	Cavernas / Grutas	Carioca2	762772	7319420	Boa Vista
50	1	Cavernas / Grutas	Paiol (ressurgência)	762413	7315474	Jabaquara
51	1	Cavernas / Grutas	Cav Fama2	759886	7317285	Bacia Córrego do Carioca
52	1	Cavernas / Grutas	Abismo	769512	7320691	Limite PETAR/PEI
53	1	Cavernas / Grutas	Represa	762696	7315540	Jabaquara
54	1	Cavernas / Grutas	Toca do Graxaim	761757	7313938	Bacia do Ribeirão Água Comprida

Anexo II (continuação): Patrimônio Territorial						
#	Of e n. of	Classificação	Nome	Leste	Norte	Bairro
55	1	Cavernas / Grutas	Meninos	762337	7313867	Bacia do Ribeirão Água Comprida
56	1	Cavernas / Grutas	Gruta Sítio das Cavernas I	762067	7315872	
57	1	Cavernas / Grutas	Gruta Passagem	767964	7319146	Limite PETAR/PEI
58	1	Cavernas / Grutas	Lontra	762421	7315440	Jabaquara
59	1	Cavernas / Grutas	Gruta Sítio das Cavernas II	762067	7315872	Limite PETAR/PEI
60	1	Cavernas / Grutas	Gruta Xarol II	767260	7318546	Limite PETAR/PEI
61	2	Religiosidades	Capela de Nossa Senhora Aparecida	767517	7328650	Barreiro Pereira
62	2	Religiosidades	Nova Cruz do Negro	768094	7323033	Barro Branco
63	2	Religiosidades	Festa do Divino de Ribeirão Grande	767917	7332260	Centro
64	2	Religiosidades	Cristo de Ribeirão Grande	768006	7332094	Centro
65	2	Religiosidades	Paróquia Bom Jesus de Ribeirão Grande	767811	7332266	Centro
66	2	Religiosidades	Festa de Sant'Anna	767186	7331090	Cruzes
67	2	Religiosidades	Festa de Santa Gertrudes	764951	7335823	Ferreira Matos
68	2	Religiosidades	Igreja no Ferreira dos Matos	764931	7335831	Ferreira Matos
69	2	Religiosidades	Cemitério Abandonado	771260	7330312	Lagoa
70	2	Religiosidades	Cemitério dos Nunes	768004	7334100	Nunes
71	2	Religiosidades	Cruz do Negro - Localização antiga	769372	7321391	Ouro Fino
72	2	Religiosidades	Festa de São João Batista	764951	7335823	Sítio Velho
73	2	Religiosidades	Igreja Sumidouro	768793	7326268	Sumidouro
74	2	Religiosidades	Cemitério Sumidouro	769299	7325429	Sumidouro

Anexo II (continuação): Patrimônio Territorial						
#	Of e n. of	Classificação	Nome	Leste	Norte	Bairro
75	2	Sítio Arqueológico	Barro Branco 1	768420	7322684	Barro Branco
76	2	Sítio Arqueológico	Intermontes	762000	7321800	Bateias
77	2	Sítio Arqueológico	Boa Vista	761786	7318314	Bairro Boa Vista
78	1	Sítio Arqueológico	Anacleto	767145	7326389	Anacleto
79	1	Sítio Arqueológico	Anacleto 2	765041	7325898	Anacleto
80	1	Sítio Arqueológico	Anacleto 3	765251	7325885	Anacleto
81	1	Sítio Arqueológico	Barreiro 1	769340	7327412	Barreiro
82	1	Sítio Arqueológico	Barreiro 2	769639	7327785	Barreiro
83	1	Sítio Arqueológico	Barreiro 3	769566	7327809	Barreiro
84	1	Sítio Arqueológico	Barreiro 4	769400	7327516	Barreiro
85	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 1	768420	7322684	Barro Branco
86	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 10	768406	7322369	Barro Branco
87	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 11	768129	7322675	Barro Branco
88	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 12	768476	7323230	Barro Branco
89	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 14	768299	7322661	Barro Branco

Anexo II (continuação): Patrimônio Territorial						
#	Of e n. of	Classificação	Nome	Leste	Norte	Bairro
90	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 15	768526	7322502	Barro Branco
91	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 16	768558	7322723	Barro Branco
92	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 17	768562	7322784	Barro Branco
93	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 18	768562	7323033	Barro Branco
94	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 19	768590	7322370	Barro Branco
95	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 2	768281	7322814	Barro Branco
96	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 20	768600	7322256	Barro Branco
97	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 20	768600	7322256	Barro Branco
98	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 21	768551	7322197	Barro Branco
99	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 22	768368	7322982	Barro Branco
100	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 23	768108	7322235	Barro Branco
101	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 3	768421	7322479	Barro Branco
102	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 4	768628	7322818	Barro Branco
103	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 8	768108	7322235	Barro Branco
104	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 8	768731	7323195	Barro Branco

Anexo II (continuação): Patrimônio Territorial						
#	Of e n. of	Classificação	Nome	Leste	Norte	Bairro
105	1	Sítio Arqueológico	Barro Branco 9	768587	7323278	Barro Branco
106	1	Sítio Arqueológico	Boituva 1	773833	7323887	Boituva
107	1	Sítio Arqueológico	Boituva 2	773568	7323711	Boituva
108	1	Sítio Arqueológico	Boituva 3	773720	7323872	Boituva
109	1	Sítio Arqueológico	Boituva 4	772508	7323077	Boituva
110	1	Sítio Arqueológico	Cachoeira	769511	7328260	Cachoeira
111	1	Sítio Arqueológico	Cachoeira 2	768468	7323983	Cachoeira
112	1	Sítio Arqueológico	Cachoeira-Barreira	768020	7323112	Cachoeira
113	1	Sítio Arqueológico	Casa Grande	767153	7331235	Cruzes
114	1	Sítio Arqueológico	Cristal 1	765786	7327045	Cristal
115	1	Sítio Arqueológico	Cristal 2	765909	7326950	Cristal
116	1	Sítio Arqueológico	Cristal 3	765931	7326680	Cristal
117	1	Sítio Arqueológico	Cristal 4	766085	7326777	Cristal
118	1	Sítio Arqueológico	Cristal 5	765940	7326541	Cristal
119	1	Sítio Arqueológico	Lagoa de Cima 2	770882	7330821	Lagoa de Cima

Anexo II (continuação): Patrimônio Territorial						
#	Of e n. of	Classificação	Nome	Leste	Norte	Bairro
120	1	Sítio Arqueológico	Lagoa de Cima 3	769909	7330174	Lagoa de Cima
121	1	Sítio Arqueológico	Lagoa de Cima 4	769946	7329948	Lagoa de Cima
122	1	Sítio Arqueológico	Lagoa de Cima 7	770313	7329713	Lagoa de Cima
123	1	Sítio Arqueológico	Lagoa de Cima 8	770269	7329950	Lagoa de Cima
124	1	Sítio Arqueológico	Lagoa de Cima 9	770338	7330146	Lagoa de Cima
125	1	Sítio Arqueológico	Leiteria 1	765568	7326832	Leiteria
126	1	Sítio Arqueológico	Leiteria 10	764882	7326032	Leiteria
127	1	Sítio Arqueológico	Leiteria 11	765287	7326459	Leiteria
128	1	Sítio Arqueológico	Leiteria 2	765281	7326621	Leiteria
129	1	Sítio Arqueológico	Leiteria 4	764889	7326690	Leiteria
130	1	Sítio Arqueológico	Leiteria 5	765529	7327192	Leiteria
131	1	Sítio Arqueológico	Leiteria 6	765892	7328244	Leiteria
132	1	Sítio Arqueológico	Leiteria 7	764702	7326440	Leiteria
133	1	Sítio Arqueológico	Leiteria 8	764969	7326112	Leiteria
134	1	Sítio Arqueológico	Leiteria 9	764676	7326260	Leiteria

Anexo II (continuação): Patrimônio Territorial						
#	Of e n. of	Classificação	Nome	Leste	Norte	Bairro
135	1	Sítio Arqueológico	Limeira 1	772711	7324330	Sumidouro
136	1	Sítio Arqueológico	Limeira 2	772504	7324412	Sumidouro
137	1	Sítio Arqueológico	Lusitania	764230	7325422	Caetanos
138	1	Sítio Arqueológico	Ouro Fino 1	769791	7321259	Ouro Fino
139	1	Sítio Arqueológico	Ouro Fino 2	768855	7321062	Ouro Fino
140	1	Sítio Arqueológico	Ouro Fino 3	769078	7321126	Ouro Fino
141	1	Sítio Arqueológico	Ouro Fino 4	769241	7321301	Ouro Fino
142	1	Sítio Arqueológico	Ouro Fino 5	769019	7320774	Ouro Fino
143	1	Sítio Arqueológico	Ouro Fino 6	768737	7320736	Ouro Fino
144	1	Sítio Arqueológico	Pedrinhas	767948	7309259	Pedrinhas
145	1	Sítio Arqueológico	Velho 1	76466	7324030	Velho
146	1	Sítio Arqueológico	Velho 2	76525	7324635	Velho
147	1	Sítio Arqueológico	Velho 3	76473	7324045	Velho
148	1	Sítio Arqueológico	Cachoeira I	769247	7324679	Cachoeira
149	1	Sítio Arqueológico	Cachoeira III	768461	7324017	Cachoeira

Anexo II (continuação): Patrimônio Territorial						
#	Of e n. of	Classificação	Nome	Leste	Norte	Bairro
150	1	Sítio Arqueológico	Cachoeira IV	768461	7324017	Cachoeira
151	1	Sítio Arqueológico	Caminho Tradicional	768752	7323442	Cachoeira
152	1	Sítio Arqueológico	Ribeirão Vermelho	767636	7323331	
153	1	Sítio Arqueológico	Estrada abandonada	769476	7312730	Laureana
154	1	Sítio Arqueológico	Estrada abandonada	769627	7312726	Laureana
155	1	Sítio Arqueológico	Estrada abandonada	769708	7312691	Laureana
156	1	Sítio Arqueológico	Estrada abandonada	769825	7312522	Laureana
157	1	Sítio Arqueológico	Estrada abandonada	766905	7312518	Laureana
158	1	Sítio Arqueológico	Estrada abandonada	770040	7312452	Laureana
159	1	Sítio Arqueológico	Estrada abandonada	770315	7312438	Laureana
160	1	Sítio Arqueológico	Nassau I	770874	7330854	Próximo a APA Serra do Mar
161	1	Sítio Arqueológico	Nassau II	770882	7330821	Próximo a APA Serra do Mar
162	1	Sítio Arqueológico	Nassau III	769909	7330174	Próximo a APA Serra do Mar
163	1	Sítio Arqueológico	Nassau IV	769946	7329948	Próximo a APA Serra do Mar
164	1	Sítio Arqueológico	Nassau IX	770269	7329950	Próximo a APA Serra do Mar

Anexo II (continuação): Patrimônio Territorial						
#	Of e n. of	Classificação	Nome	Leste	Norte	Bairro
165	1	Sítio Arqueológico	Nassau V	770798	7328484	Lagoa
166	1	Sítio Arqueológico	Nassau VI	770143	7329890	Próximo a APA Serra do Mar
167	1	Sítio Arqueológico	Nassau VII	770126	7329890	Próximo a APA Serra do Mar
168	1	Sítio Arqueológico	Nassau VIII	770313	7329713	Próximo a APA Serra do Mar
169	1	Sítio Arqueológico	Nassau X	770412	7330141	Próximo a APA Serra do Mar
170	1	Sítio Arqueológico	Nassau XI	770338	7330146	Próximo a APA Serra do Mar
171	1	SA - Encanados	Encanado do Rio Laureana	766856	7319119	Laureana
172	1	SA - Encanados	Encanado do Rio Laureana	766757	7312245	Laureana
173	1	SA - Encanados	Encanado do Rio Laureana	766767	7312267	Laureana
174	1	SA - Encanados	Encanado do Rio Laureana	766768	7312300	Laureana
175	1	SA - Encanados	Encanado do Rio Laureana	766768	7312311	Laureana
176	1	SA - Encanados	Encanado do Rio Laureana	766738	7312356	Laureana
177	1	SA - Encanados	Encanado do Rio Laureana	766726	7312368	Laureana
178	1	SA - Encanados	Encanado do Rio Laureana	766629	7312721	Laureana
179	1	SA - Encanados	Encanado do Rio Laureana	766703	7312874	Laureana
180	1	SA - Encanados	Encanado Corrego brumado	769292	7321939	Ouro Fino
181	1	SA - Encanados	Encanado Barro Branco 5	767659	7323182	Barro Branco
182	1	SA - Encanados	Encanado Barro Branco 6	767549	7323294	Barro Branco
183	1	SA - Encanados	Encanado Rio das Almas 2	767119	7321116	Bateias
184	1	SA - Encanados	Encanado Rio das Conchas 1	774046	7325941	Boituva

Anexo II (continuação): Patrimônio Territorial						
#	Of e n. of	Classificação	Nome	Leste	Norte	Bairro
185	1	SA - Encanados	Encanado Rio das Almas 4	768461	7324017	Cachoeira
186	1	SA - Encanados	Encanado Rio das Almas 5	769247	7324679	Cachoeira
187	1	SA - Encanados	Encanado Ribeirão Velho 1	767418	7314414	Campo do Guapiara (campinho)
188	1	SA - Encanados	Encanado Ribeirão Velho 2	768602	7316671	Campo do Guapiara (campinho)
189	2	SA - Encanados	Encanado Rio das Almas 3	767610	7322270	Barro Branco
190	2	SA - Encanados	Encanado Ribeirão Velho 3	769101	7317509	Campo do Guapiara (campinho)
191	2	SA - Encanados	Encanado Ribeirão do Campo 1	765436	7313598	Jabaquara
192	2	SA - Encanados	Encanado Ribeirão do Campo 2	765370	7313533	Jabaquara
193	2	SA - Encanados	Encanado Ribeirão do Campo 3	765453	7313409	Jabaquara
194	2	SA - Encanados	Encanado Ribeirão do Campo 4	765597	7313259	Jabaquara
195	2	SA - Encanados	Encanados Ribeirão da Cidreira 1	765629	7312961	Jabaquara
196	2	SA - Encanados	Encanados Ribeirão da Cidreira 2	765722	7312948	Jabaquara
197	2	SA - Encanados	Encanado Rio das Almas 1	768670	7319000	Passagem
198	1	Unidade Conservação	UC - Parque Estadual Intervales			
199	1	Unidade Conservação	UC - Estação Ecológica Xitué			
200	1	Unidade Conservação	UC - APA da SERRA DO MAR E DE PARANAPIACABA			